
Relatório Anual • 2006

A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências

Anexo

Parte A – Caracterização e Evolução da Situação Parte B – Respostas e Intervenções



FICHA TÉCNICA

Título: Relatório Anual • 2006 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências

Anexo: Parte A – Caracterização e Evolução da Situação; Parte B – Respostas e Intervenções

Autor: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. – Departamento de Monitorização, Formação e Relações Internacionais - Núcleo de Estatística / Núcleo de Publicações e Documentação

Editor: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Morada: Praça de Alvalade n.º 7, 5.º-13.º, 1700-036 Lisboa

Edição: 2007

ISSN: 1645-5630

Esta informação está disponível no sítio *web* do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.
<http://www.idt.pt>



Nota Prévia

O presente volume, Anexo ao Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências integra informação mais pormenorizada relativa às duas componentes do Relatório: *Parte A - Caracterização e Evolução da Situação* e *Parte B - Respostas e Intervenções*.

A *Parte A - Caracterização e Evolução da Situação*, segue a estrutura da apresentação do Relatório e contém os quadros-fonte que suportam a análise aí feita bem como quadros e gráficos adicionais, abrangendo um maior período temporal e uma maior desagregação geográfica da informação. A quantidade, qualidade e harmonização da informação aqui compilada reflecte o esforço desenvolvido ao longo dos últimos anos pelos Serviços-fonte dos dados, no sentido de disponibilizar mais e melhor informação.

A *Parte B - Respostas e Intervenções*, integra os contributos dos diferentes organismos, tendo por base a execução do Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências – Horizonte 2008.

O registo das actividades desenvolvidas, sempre que possível, inscreve-se na estrutura e na “grelha” estabelecida para aquele Plano de Acção, salientando-se, no entanto, que este foi aprovado em Setembro de 2006, daí que, por vezes, em relação às actividades anteriores a essa data, nem sempre foi possível estabelecer uma correspondência directa com a referida grelha.

Para alguns dos objectivos não se registaram actividades em 2006, pelo que não figuram no presente anexo, nomeadamente por razões de calendário, que só as previa para 2007 ou 2008.

Dá-se um especial destaque ao PORI – Programa Operacional de Respostas Integradas – autonomizando-o em capítulo próprio, pela sua importância, enquanto medida estruturante ao nível da Intervenção Integrada, não obstante as diversas referências ao mesmo, estarem reflectidas ao longo da apresentação em formato grelha. Este, operacionalizado através da implementação de PRI – Programas de Respostas Integradas, pressupõe uma profunda mudança de paradigma na abordagem territorial e na estratégia de intervenção.

As Equipas do Núcleo de Estatística e do Núcleo de Publicações e Documentação agradecem aos colegas de outros Núcleos e Departamentos do IDT, I. P., bem como às Equipas Técnicas dos Serviços fontes, a excelente articulação institucional e contributos para esta publicação. Estamos certos que o esforço continuado de todos os intervenientes para a disponibilização de melhor informação contribuirá para uma cidadania esclarecida.

A Equipa Técnica do Núcleo de Estatística do IDT, I. P.

Carla Antunes (Coordenação) Catarina Guerreiro (Estaticista) Paula Olival (Estaticista)

Helena Neto (Técnica de Informática) Rosário Mendes (Técnica de Informática)

Apoio Administrativo: Anabela Bento Graça Dias

A Equipa Técnica do Núcleo de Publicações e Documentação do IDT, I. P.

Paula Graça (Coordenação)

Apoio Técnico: Filipa Cunha Irene Conduto Rosa Sousa

Apoio Administrativo: Francisco Marques

ÍNDICE

Parte A – Caracterização e Evolução da Situação	13
--	----

Indicadores Indirectos Relacionados com o Consumo

Tratamento	15
-------------------------	----

Quadro 1	Estruturas especializadas de tratamento, segundo o ano (1999-2006)	17
Figura 1	Estruturas especializadas de tratamento, por distrito (2006)	17
Quadro 2	Utentes em tratamento no ano, segundo o ano, por delegação regional e distrito (1998-2006)	18
Figura 2	Utentes em tratamento no ano, segundo o ano, por delegação regional (1998-2006)	18
Figura 3	Utentes em tratamento no ano, por distrito (2006)	19
Quadro 3	Utentes em unidades de desabilitação e comunidades terapêuticas, nas redes pública e licenciada, segundo o ano (1998-2006)	20
Quadro 4	Utentes em centros de dia, na rede pública e licenciada, segundo o ano (1998-2006)	20
Quadro 5	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por delegação regional e distrito (1998-2006)	21
Figura 4	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por delegação regional (1998-2006)	21
Figura 5	Utentes em primeiras consultas, por distrito (2006)	22
Quadro 6	Utentes em programa terapêutico com agonista opiáceo, segundo o ano, por delegação regional e distrito (1999-2006)	23
Figura 6	Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, segundo o ano, por delegação regional (1999-2005)	23
Quadro 7	Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, segundo a substância administrada, por delegação regional (situação em 31/12/2006)	24
Quadro 8	Utentes na rede de administração de metadona, segundo local da toma, por delegação regional (situação em 31/12/2006)	24
Quadro 9	Capacidade e utentes, segundo o ano, por unidades especializadas de tratamento nos estabelecimentos prisionais (2000-2006)	25
Quadro 10	Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, segundo o ano, por estabelecimento prisional (2000-2006)	25
Quadro 11	Consumos dos utentes nas estruturas de tratamento das redes pública e licenciada (2006)	26
Figura 7	Droga principal dos utentes em primeiras consultas, segundo o ano (2003-2006)	27
Figura 8	Consumo endovenoso nos 30 dias anteriores à consulta dos utentes em primeiras consultas na rede pública, segundo o ano (2000-2006)	27
Quadro 12	Caracterização sociodemográfica dos utentes nas estruturas de tratamento das redes pública e licenciada (2006)	28
Quadro 13	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por grupo etário e sexo (2000-2006)	29
Figura 9	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por sexo (2000-2006)	30
Figura 10	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por grupo etário (2000-2006)	30
Quadro 14	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por estado civil (2003-2006)	31
Quadro 15	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por situação de coabitação (2003-2006)	31
Quadro 16	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por situação profissional (2003-2006)	31

Doenças Infecciosas	33
----------------------------------	----

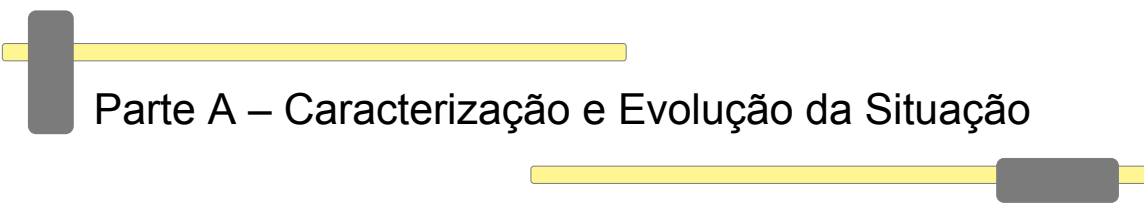
Quadro 17	Notificações dos casos de infecção pelo VIH: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo a classificação epidemiológica (SIDA, sintomático não-SIDA e portadores assintomáticos), por ano de diagnóstico (01/01/1983-31/03/2007)	35
Quadro 18	Notificações dos casos de SIDA associados à toxicodependência, segundo o ano de diagnóstico, por sexo (1998-2006)	36
Figura 11	Notificações do total de casos de SIDA e dos casos associados à toxicodependência, segundo o ano de diagnóstico (1998-2006)	36
Quadro 19	Notificações dos casos de SIDA: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo o sexo, por grupo etário (01/01/1983-31/03/2007)	37
Quadro 20	Notificações dos casos sintomáticos não-SIDA: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo o sexo, por grupo etário (01/01/1983-31/03/2007)	37
Quadro 21	Notificações dos casos de portadores assintomáticos: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo o sexo, por grupo etário (01/01/1983-31/03/2007)	38
Quadro 22	Notificações SIDA: distribuição do total de casos e dos casos associados à toxicodependência, segundo o estado vital e sexo, por zona geográfica de residência (01/01/1983-31/03/2007)	39
Figura 12	Notificações de casos de SIDA associados à toxicodependência, por zona geográfica de residência (01/01/1983-31/03/2007)	40
Quadro 23	Utentes rastreados para o VIH, segundo o ano, por tipo de estrutura (2000-2006)	41
Quadro 24	Utentes rastreados para a Hepatite B, segundo o ano, por tipo de estrutura (2000-2006)	42
Quadro 25	Utentes rastreados para a Hepatite C, segundo o ano, por tipo de estrutura (2000-2006)	43
Quadro 26	Utentes rastreados para a Tuberculose, segundo o ano, por tipo de estrutura (2000-2006)	44

Mortes	45
Quadro 27 Mortes, segundo o ano, por delegação do Instituto Nacional de Medicina Legal e sexo (1998-2006)	47
Figura 13 Mortes, segundo o ano (1998-2006)	47
Quadro 28 Mortes, segundo o ano, por grupo etário e sexo (1998-2006)	48
Figura 14 Mortes, segundo o ano, por sexo (1999-2006)	49
Figura 15 Mortes, segundo o ano, por grupo etário (2000-2006)	49
Quadro 29 Mortes, segundo o grupo etário e sexo, por tipo de droga (2006)	50
Contra-Ordenações	51
Quadro 30 Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o ano, por distrito [2001 (2.º semestre) - 2006]	53
Figura 16 Distribuição dos processos de contra-ordenação, por distrito (2006)	53
Figura 17 Processos de contra-ordenação, segundo o ano [2001 (2.º semestre) - 2006]	54
Quadro 31 Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o ano, por mês de ocorrência [2001 (2.º semestre) - 2006]	54
Quadro 32 Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo a sua origem, por distrito (2006)	55
Quadro 33 Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o ano, por origem [2001 (2.º semestre) - 2006]	55
Quadro 34 Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o estado do processo, por distrito (2006)	56
Quadro 35 Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o ano, por estado do processo [2001 (2.º semestre) - 2006]	56
Figura 18 Processos de contra-ordenação, segundo o ano, por estado do processo [2001 (2.º semestre) - 2006]	57
Quadro 36 Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o tipo de decisão, por distrito (2006)	57
Quadro 37 Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o ano, por tipo de decisão [2001 (2.º semestre) - 2006]	58
Figura 19 Processos de contra-ordenação, segundo o ano, por tipo de decisão [2001 (2.º semestre) - 2006]	58
Quadro 38 Distribuição dos processos de contra-ordenação com decisão punitiva, segundo o tipo de sanção, por distrito (2006)	59
Quadro 39 Distribuição dos processos de contra-ordenação com decisão punitiva, segundo o ano, por tipo de sanção [2001 (2.º semestre) - 2006] ..	60
Figura 20 Processos de contra-ordenação com decisão punitiva, segundo o ano, por tipo de sanção [2001 (2.º semestre) - 2006]	60
Quadro 40 Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o tipo de droga, por distrito (2006)	61
Quadro 41 Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o ano, por tipo de droga [2001 (2.º semestre) - 2006]	61
Figura 21 Processos de contra-ordenação, segundo o ano, por tipo de droga [2001 (2.º semestre) - 2006]	62
Figura 22 Percentagens intra-distritais de processos de contra-ordenação, por tipo de droga (2006)	62
Quadro 42 Distribuição dos processos de contra-ordenação com polidrogas, segundo as drogas envolvidas, por distrito (2006)	64
Quadro 43 Distribuição dos processos de contra-ordenação com polidrogas, segundo o ano, por drogas envolvidas [2001 (2.º semestre) - 2006]	64
Quadro 44 Indivíduos primários e reincidentes em processos de contra-ordenação, segundo o ano [2001 (2.º semestre) - 2006]	65
Quadro 45 Indivíduos reincidentes em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por número de reincidências [2001 (2.º semestre) - 2006]	65
Figura 23 Indivíduos reincidentes em processos de contra-ordenação, por distrito (2006)	65
Quadro 46 Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o grupo etário e sexo, por distrito (2006)	66
Quadro 47 Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por grupo etário e sexo [2001 (2.º semestre) - 2006]	67
Figura 24 Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por sexo [2001 (2.º semestre) - 2006]	68
Figura 25 Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por grupo etário [2001 (2.º semestre) - 2006]	68
Quadro 48 Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por país da nacionalidade [2001 (2.º semestre) - 2006]	69
Quadro 49 Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por estado civil [2001 (2.º semestre) - 2006]	70
Quadro 50 Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por situação de coabitação [2001 (2.º semestre) - 2006]	70
Quadro 51 Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por nível de ensino [2001 (2.º semestre) - 2006]	71
Figura 26 Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por nível de ensino [2001 (2.º semestre) - 2006]	71
Quadro 52 Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por situação profissional [2001 (2.º semestre) - 2006]	72
Figura 27 Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por situação profissional [2001 (2.º semestre) - 2006]	72
Quadro 53 Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por grupo profissional [2001 (2.º semestre) - 2006]	73
Indicadores Indirectos Relacionados com o Tráfico	
Apreensões Policiais	75
Quadro 54 Droga apreendida, segundo o ano, por tipo de droga (1998-2006)	77
Quadro 55 Quantidade de heroína apreendida e número de apreensões, segundo o ano (1998-2006)	78
Figura 28 Heroína: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (1998-2006)	78
Quadro 56 Quantidade de cocaína apreendida e número de apreensões, segundo o ano (1998-2006)	79
Figura 29 Cocaína: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (1998-2006)	79
Quadro 57 Quantidade de haxixe apreendido e número de apreensões, segundo o ano (1998-2006)	80

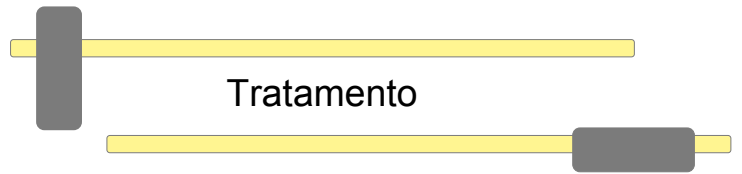
Figura 30	Haxixe: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (1998-2006)	80
Quadro 58	Quantidade de liamba apreendida e número de apreensões, segundo o ano (1998-2006)	81
Figura 31	Liamba: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (1998-2006)	81
Quadro 59	Quantidade de ecstasy apreendido e número de apreensões, segundo o ano (1998-2006)	82
Figura 32	Ecstasy: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (1998-2006)	82
Figura 33	Quantidades de droga apreendida, por distrito e região autónoma (2006)	83
Quadro 60	Número de apreensões, segundo o ano, por tipo de droga e quantidade apreendida (1998-2006)	84
Quadro 61	Preço médio das drogas, segundo o ano, por tipo de droga (1998-2006)	84
Quadro 62	Droga apreendida, por país de proveniência e destino (2006)	85
Quadro 63	Presumíveis infractores, segundo o ano, por situação face à droga e sexo (1998-2006)	86
Figura 34	Presumíveis infractores, segundo o ano, por situação face à droga (1998-2006)	86
Figura 35	Total de presumíveis infractores, por zona geográfica de ocorrência da infracção (2006)	87
Figura 36	Presumíveis traficantes, por zona geográfica de ocorrência da infracção (2006)	87
Figura 37	Presumíveis traficantes-consumidores, por zona geográfica de ocorrência da infracção (2006)	88
Quadro 64	Presumíveis infractores, segundo a situação face à droga, por zona geográfica de ocorrência da infracção (2006)	88
Quadro 65	Presumíveis infractores, segundo a situação face à droga, por tipo de droga (2006)	93
Quadro 66	Presumíveis infractores identificados na posse de polidrogas, segundo a situação face à droga, por drogas envolvidas (2006)	93
Quadro 67	Presumíveis infractores, segundo o ano, por tipo de droga (1998-2006)	94
Figura 38	Presumíveis infractores, segundo o ano, por tipo de droga (1998-2006)	94
Quadro 68	Presumíveis infractores, segundo a situação face à droga, por grupo etário (2006)	95
Quadro 69	Presumíveis infractores, segundo o ano, por grupo etário (1998-2006)	95
Figura 39	Presumíveis infractores, segundo o ano, por grupo etário (1998-2006)	95
Quadro 70	Presumíveis infractores, segundo a situação face à droga, por país da nacionalidade (2006)	96
Quadro 71	Presumíveis infractores, segundo o ano, por país da nacionalidade (1998-2006)	97
Quadro 72	Presumíveis infractores nacionais e estrangeiros, segundo a situação face à droga, por tipo de droga (2006)	97
Quadro 73	Presumíveis infractores, segundo o ano, por situação face à droga e nacionalidade (1998-2006)	98
Quadro 74	Presumíveis infractores, segundo situação face à droga, por estado civil (2006)	98
Quadro 75	Presumíveis infractores, segundo o ano, por estado civil (2003-2006)	99
Quadro 76	Presumíveis infractores, segundo a situação face à droga, por nível de ensino (2006)	99
Quadro 77	Presumíveis infractores, segundo o ano, por nível de ensino (2003-2006)	99
Quadro 78	Presumíveis infractores, segundo a situação face à droga, por situação profissional (2006)	100
Quadro 79	Presumíveis infractores, segundo o ano, por situação profissional (2003-2006)	100
Decisões Judiciais		101
Quadro 80	Processos “findos” ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano (1998-2006)	103
Figura 40	Processos “findos”, segundo o ano (1998-2006)	103
Quadro 81	Processos “findos” ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano, por tribunal (1998-2006)	103
Quadro 82	Indivíduos acusados, segundo a situação face à droga, por situação judicial (2006)	107
Quadro 83	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação judicial (1998-2006)	107
Figura 41	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação judicial (1998-2006)	108
Quadro 84	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação face à droga (1998-2006)	108
Figura 42	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação face à droga (1998-2006)	108
Quadro 85	Indivíduos condenados, segundo o ano (1998-2006)	109
Figura 43	Indivíduos condenados, segundo o ano (1998-2006)	109
Quadro 86	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tribunal (1998-2006)	109
Quadro 87	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação face à droga e sexo (1998-2006)	113
Figura 44	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação face à droga (1998-2006)	113
Figura 45	Indivíduos condenados, segundo o ano, por sexo (1998-2006)	113
Figura 46	Total de indivíduos condenados, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2006)	114
Figura 47	Indivíduos condenados por tráfico, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2006)	114
Figura 48	Indivíduos condenados por consumo, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2006)	115
Figura 49	Indivíduos condenados por tráfico-consumo, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2006)	115
Quadro 88	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga e sexo, por círculo judicial e comarca (2006)	116

Quadro 89	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por tipo de pena (2006)	119
Quadro 90	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tipo de pena (1998-2006)	119
Quadro 91	Frequência de aplicação das disposições da Lei da Droga, segundo o ano, por normativo (1998-2006)	120
Quadro 92	Circunstâncias agravantes tidas em conta na determinação da medida da pena, segundo a situação dos infractores face à droga (2006)	121
Quadro 93	Circunstâncias atenuantes tidas em conta na determinação da medida da pena, segundo a situação dos infractores face à droga (2006)	122
Quadro 94	Crimes constantes das sentenças que fixam penas em cúmulo jurídico, segundo a situação dos infractores face à droga (2006)	123
Quadro 95	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por tipo de droga (2006)	124
Quadro 96	Indivíduos condenados por posse de polidrogas, segundo a situação face à droga, por drogas envolvidas (2006)	124
Quadro 97	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tipo de droga (1998-2006)	125
Figura 50	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tipo de droga (1998-2006)	125
Quadro 98	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por grupo etário (2006)	126
Quadro 99	Indivíduos condenados, segundo o ano, por grupo etário (1998-2006)	126
Figura 51	Indivíduos condenados, segundo o ano, por grupo etário (1998-2006)	126
Quadro 100	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por país da nacionalidade (2006)	127
Quadro 101	Indivíduos condenados, segundo o ano, por país da nacionalidade (1998-2006)	128
Quadro 102	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por estado civil (2006)	129
Quadro 103	Indivíduos condenados, segundo o ano, por estado civil (1998-2006)	129
Quadro 104	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por situação de coabitação (2006)	130
Quadro 105	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação de coabitação (1998-2006)	130
Quadro 106	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por nível de ensino (2006)	131
Quadro 107	Indivíduos condenados, segundo o ano, por nível de ensino (1998-2006)	131
Figura 52	Indivíduos condenados, segundo o ano, por nível de ensino (1998-2006)	131
Quadro 108	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por situação profissional (2006)	132
Quadro 109	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação profissional (1998-2006)	132
Figura 53	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação profissional (1998-2006)	132
Quadro 110	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por grupo profissional (2006)	133
Reclusões	135
Quadro 111	Total de reclusos condenados e reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano (1998-2006; situação a 31/12 de cada ano)	137
Quadro 112	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano, por tipo de crime (1998-2006; situação a 31/12 de cada ano)	137
Figura 54	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano (1998-2006)	137
Quadro 113	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o sexo e grupo etário, por tipo de crime e nacionalidade (situação em 31/12/2006)	138
Quadro 114	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano, por sexo e grupo etário (2000-2006; situação a 31/12 de cada ano)	138
Parte B – Respostas e Intervenções	141
Programa Operacional de Respostas Integradas, PORI	143
Áreas Transversais	147
Coordenação	149
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	150
Cooperação Internacional	153
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	162
Direcção Geral dos Assuntos Europeus	164
Polícia Judiciária	165
Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo	169
Informação, Investigação, Formação e Avaliação	171
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	179
Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.	184
Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo	185
Guarda Nacional Republicana	185
Polícia Judiciária	185

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.....	186
Coordenação Nacional para a Infecção VIH / SIDA.....	188
Reordenamento Jurídico	191
Áreas de Missão	195
Redução da Procura	
Prevenção	197
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	201
Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.....	206
Guarda Nacional Republicana.....	209
Policia de Segurança Pública.....	210
Instituto Português da Juventude, I. P.....	215
Dissuasão da Toxicodependência	219
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.....	221
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.....	225
Redução de Riscos e Minimização de Danos	231
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.....	234
Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA.....	237
Direcção Geral dos Serviços Prisionais.....	242
Tratamento	245
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.....	248
Direcção Geral dos Serviços Prisionais.....	254
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.....	256
Reinserção	259
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.....	262
Instituto de Segurança Social, I. P.....	265
Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.....	273
Direcção Geral de Reinserção Social.....	278
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.....	278
Redução da Oferta	279
Pólicia Judiciária.....	283
Guarda Nacional Republicana.....	287
Policia de Segurança Pública.....	289
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.....	290
Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.....	290
Autoridade Marítima.....	291
Dotação Orçamental do IDT, I. P.	293
Índice de Quadros - Parte B.....	295
Índice de Figuras - Parte B.....	297
Fontes.....	301
Sinais Convencionais.....	303
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	305
Definição de Termos.....	309



Parte A – Caracterização e Evolução da Situação



Quadro 1 - Estruturas Especializadas de Tratamento, segundo o Ano
Redes Pública e Licenciada
1999 - 2006

Estruturas / Redes	Ano								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Ambulatório / Rede Pública									
CAT	40	43	45	45	45	45	45	45	
Extensões	10	7	8	9	9	11	11	10	
Consultas Descentralizadas	6	10	16	17 ^{a)}	16 ^{a)}	19 ^{a)}	21 ^{a)}	23 ^{b)}	
Unidades de Desabituação	13	13	16	16	15	14	14	15	
Rede Pública	5	5	5	5	5	5	5	5	
Rede Licenciada	8	8	11	11	10	9	9	10	
C/ Convenção	6	6	7	7	6	5	6	6	
Comunidades Terapêuticas	70	67	75	79	75	73	72	73	
Rede Pública	2	2	2	2	2	2	2	3	
Rede Licenciada	68	65	73	77	73	71	70	70	
C/ Convenção	56	54	63	64	63	61	62	64	
Centros de Dia	10	9	11	13	13	11	10	10	
Rede Pública	4	4	4	4	4	3	2	2	
Rede Licenciada	6	5	7	9	9	8	8	8	
C/ Convenção	3	3	5	5	5	4	4	4	

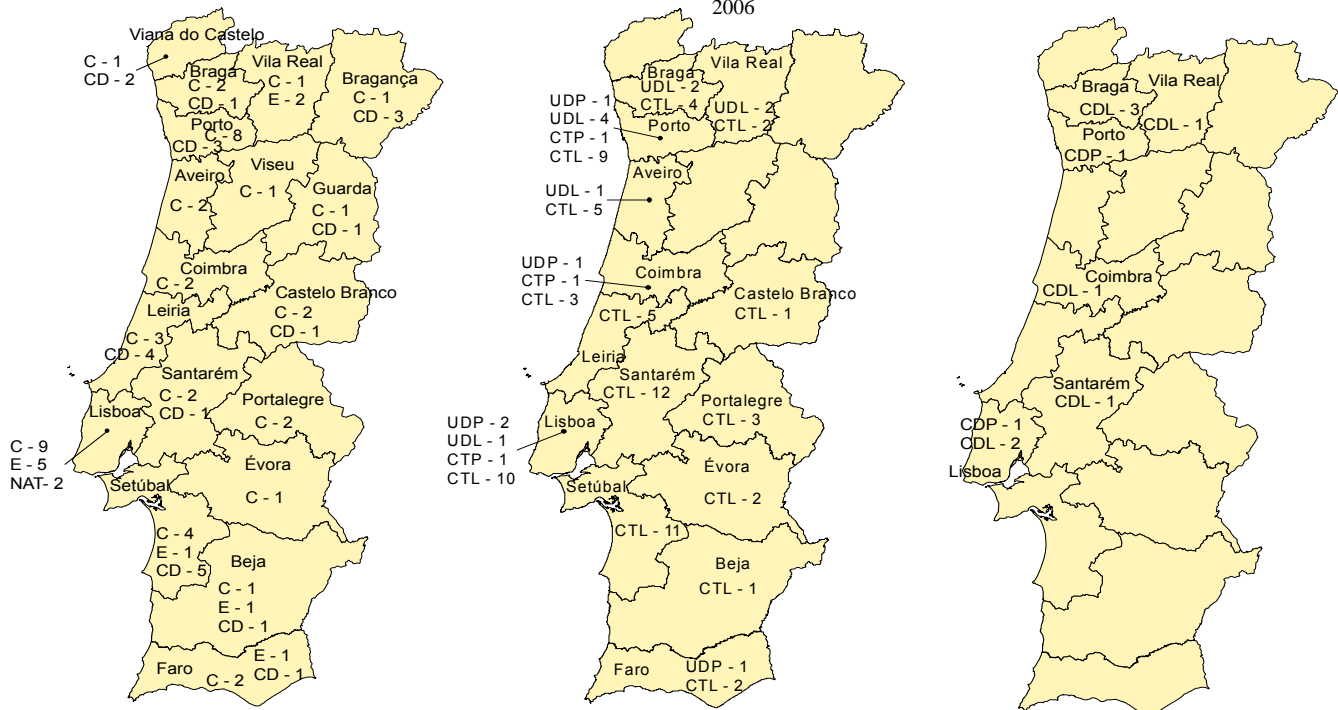
a) Mais 3 NAT (Núcleo de Atendimento a Toxicodependentes) no distrito de Lisboa.

b) Mais 2 NAT no distrito de Lisboa.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Figura 1 - Estruturas Especializadas de Tratamento, por Distrito
Redes Pública e Licenciada

2006



C – CAT

E – Extensões

CD – Consultas Descentralizadas

NAT – Núcleo de Atendimento a Toxicodependentes

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

UDP – Unidades de Desabituação Públicas

UDL – Unidades de Desabituação Licenciadas

CTP – Comunidades Terapêuticas Públicas

CTL – Comunidades Terapêuticas Licenciadas

CDP – Centros de Dia Públicos

CDL – Centros de Dia Licenciados

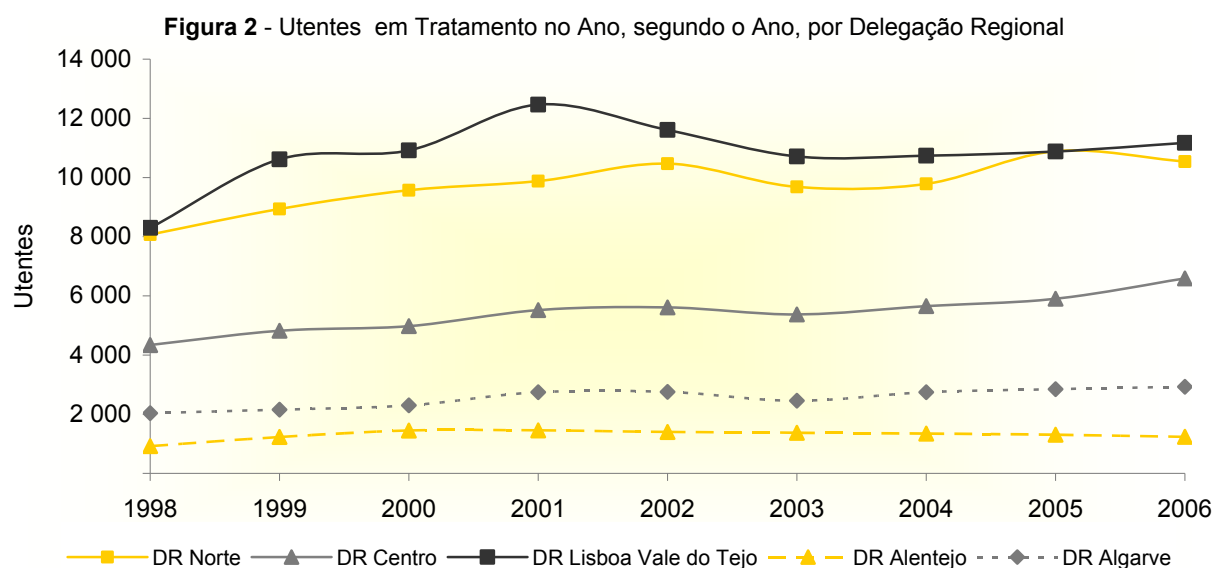
Quadro 2 - Utentes em Tratamento no Ano*, segundo o Ano, por Delegação Regional e Distrito

Rede Pública
1998 - 2006

Delegação Regional / Distrito	Ano									
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Total	23 654	27 750	29 204	32 064	31 835	29 596	30 266	31 822	32 460	
Norte	8 069	8 938	9 573	9 881	10 464	9 685	9 786	10 887	10 539	
Braga	—	2 206	2 083	2 207	2 165	1 929	1 924	2 129	2 176	
Bragança	—	472	513	573	551	584	552	547	548	
Porto	—	5 122	5 693	5 767	6 465	5 959	6 136	7 016	6 558	
Viana do Castelo	—	567	569	607	556	585	556	562	545	
Vila Real	—	571	715	727	727	628	618	633	712	
Centro	4 337	4 816	4 973	5 518	5 610	5 371	5 655	5 903	6 592	
Aveiro	—	1 204	1 595	1 790	1 691	1 683	1 888	1 812	1 859	
Castelo Branco	—	615	594	666	681	627	577	623	613	
Coimbra	—	1 289	1 152	1 194	1 258	1 141	1 123	1 219	1 377	
Guarda	—	337	296	279	323	349	379	396	389	
Leiria	—	991	978	1 120	1 096	1 044	1 143	1 307	1 784	
Viseu	—	380	358	469	561	527	545	546	570	
Lisboa e Vale do Tejo	8 298	10 615	10 914	12 466	11 611	10 711	10 739	10 878	11 169	
Lisboa	—	6 894	6 862	7 613	6 575	6 855	6 802	6 977	6 985	
Santarém	—	916	962	929	882	983	998	1 033	1 164	
Setúbal	—	2 805	3 090	3 924	4 154	2 873	2 939	2 868	3 020	
Alentejo	920	1 231	1 448	1 455	1 397	1 373	1 342	1 307	1 234	
Beja	—	559	631	668	634	593	620	604	567	
Évora	—	392	453	432	423	409	378	353	344	
Portalegre	—	280	364	355	340	371	344	350	323	
Algarve	2 030	2 150	2 296	2 744	2 753	2 456	2 744	2 847	2 926	
Faro	2 030	2 150	2 296	2 744	2 753	2 456	2 744	2 847	2 926	

* Utentes que recorreram pelo menos uma vez às unidades de consulta durante o ano.

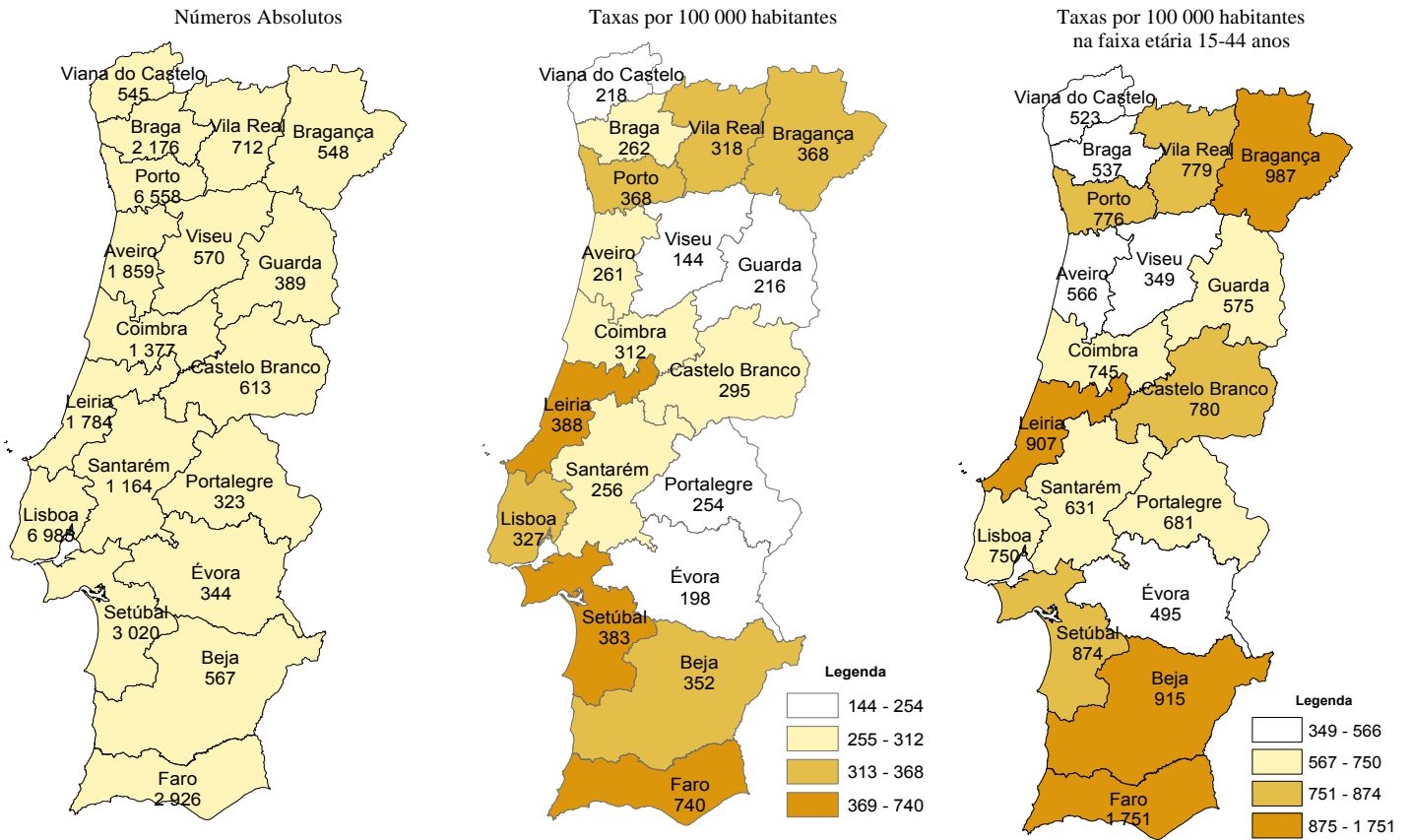
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE



Fonte: Quadro 2

Figura 3 - Utentes em Tratamento no Ano, por Distrito

Rede Pública
2006



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 3 - Utentes em Unidades de Desabilitação e Comunidades Terapêuticas, nas Redes Pública e Licenciada, segundo o Ano
1998 - 2006

Estrutura / Redes	Ano									
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Unidades de Desabilitação	1 405	4 189	4 368	4 979	3 550	3 366	3 371	3 821	3 059	
Rede Pública	1 405	1 885	1 939	1 852	1 840	1 873	1 792	1 766	1 466 ^{a)}	
Rede Licenciada	–	2 304	2 429	3 127	1 710	1 493	1 579	2 055	1 593	
C/ Convenção	–	2 304	2 429	2 773	1 304	1 072	1 183	1 471	1 205	
Comunidades Terapêuticas	1 257	2 420	4 032	4 527	4 189	4 138	4 254	4 161	4 228	
Rede Pública	62	63	67	72	66	57	75	68	110	
Rede Licenciada	1 195	2 357	3 965	4 455	4 123	4 081	4 179	4 093	4 118	
C/ Convenção	1 195	2 357	2 519	2 825	2 877	2 891	2 900	2 944	3 036	

a) A diminuição do número de internamentos entre 2005 e 2006 pode ser atribuída ao aumento de casos de co-morbilidade que implicam maior tempo de internamento, assim como à mudança de instalações da UD de Coimbra e da UD Taipas.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 4 - Utentes em Centros de Dia, nas Redes Pública e Licenciada, segundo o Ano
1998 - 2006

Estrutura / Redes	Ano									
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Centros de Dia	76	380	335	507	579	617	611	634	608	
Rede Pública	76	106	83	80	89	73	83	74	77	
Rede Licenciada	–	274	252	427	490	544	528	560	531	
C/ Convenção	–	274	252	318	340	338	317	351	323	

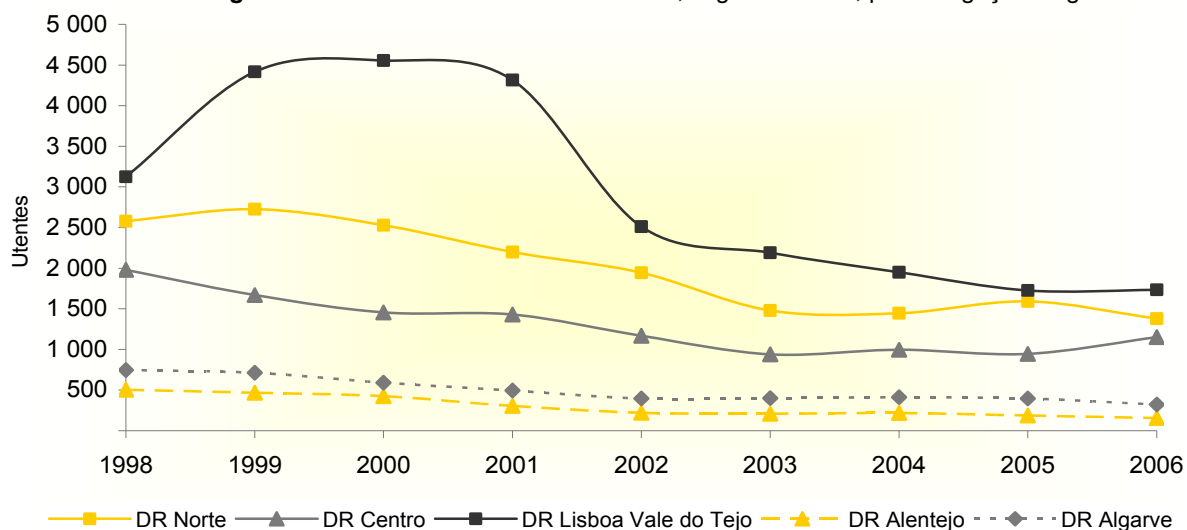
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 5 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Delegação Regional e Distrito

Rede Pública
1998 - 2006

Delegação Regional/Distrito	Ano									
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Total	8 935	9 991	9 559	8 743	6 241	5 216	5 023	4 844	4 745	
Norte	2 578	2 725	2 529	2 198	1 945	1 479	1 445	1 590	1 378	
Braga	535	527	465	389	263	164	218	270	224	
Bragança	172	148	149	136	77	93	83	73	72	
Porto	1 488	1 624	1 547	1 350	1 363	1 041	977	1 055	890	
Viana do Castelo	93	182	111	112	93	72	73	89	86	
Vila Real	290	244	257	211	149	109	94	103	106	
Centro	1 980	1 669	1 456	1 430	1 169	938	996	944	1 153	
Aveiro	750	555	570	529	369	285	299	209	217	
Castelo Branco	222	173	105	129	95	79	73	102	70	
Coimbra	396	378	323	329	252	205	180	216	296	
Guarda	135	118	75	58	139	71	67	63	47	
Leiria	302	313	260	223	175	184	269	268	406	
Viseu	175	132	123	162	139	114	108	86	117	
Lisboa e Vale do Tejo	3 125	4 416	4 557	4 315	2 511	2 189	1 951	1 726	1 735	
Lisboa	2 173	2 601	2 551	2 848	1 831	1 560	1 343	1 229	1 187	
Santarém	269	368	349	260	191	184	200	178	222	
Setúbal	683	1 447	1 657	1 207	489	445	408	319	326	
Alentejo	505	468	426	305	219	209	218	187	156	
Beja	209	182	166	139	102	90	112	87	76	
Évora	136	154	120	86	55	42	45	40	31	
Portalegre	160	132	140	80	62	77	61	60	49	
Algarve	747	713	591	495	397	401	413	397	323	
Faro	747	713	591	495	397	401	413	397	323	

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

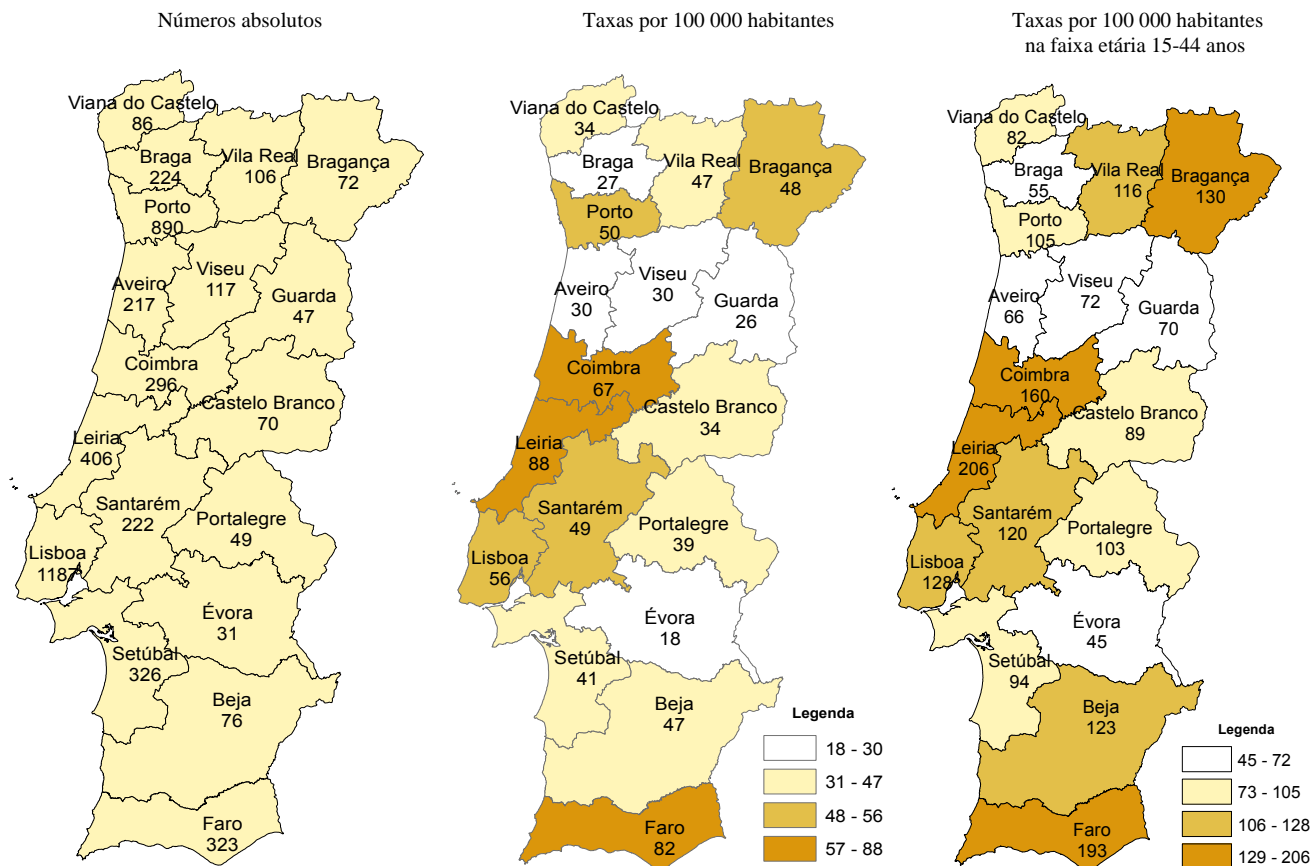
Figura 4 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Delegação Regional

Fonte: Quadro 5

Figura 5 - Utentes em Primeiras Consultas, por Distrito

Rede Pública

2006



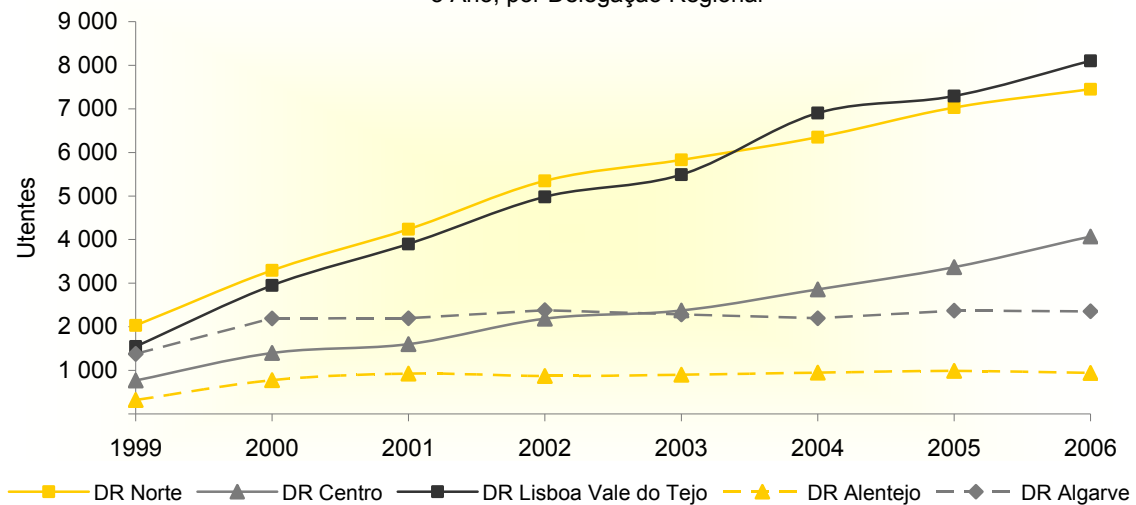
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 6 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos, segundo o Ano, por Delegação Regional e Distrito

Rede Pública
1999 - 2006

Delegação Regional/Distrito	Ano							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	6 040	10 614	12 863	15 768	16 877	19 260	21 054	22 922
Norte	2 029	3 293	4 241	5 348	5 832	6 352	7 029	7 450
Braga	233	419	604	822	951	1 143	1 495	1 616
Bragança	182	293	338	388	417	404	446	429
Porto	1 255	1 917	2 530	3 351	3 718	4 063	4 292	4 583
Viana do Castelo	161	226	280	344	325	282	309	286
Vila Real	198	438	489	443	421	460	487	536
Centro	768	1 401	1 602	2 184	2 373	2 858	3 369	4 073
Aveiro	247	383	449	858	927	1 111	1 177	1 127
Castelo Branco	177	323	355	414	427	420	539	471
Coimbra	121	263	292	283	309	443	569	774
Guarda	30	54	81	115	139	167	178	184
Leiria	169	325	336	369	416	538	667	1 215
Viseu	24	53	89	145	155	179	239	302
Lisboa e Vale do Tejo	1 547	2 950	3 900	4 980	5 489	6 905	7 294	8 101
Lisboa	680	1 496	1 939	2 507	2 834	3 788	4 020	4 180
Santarém	73	143	201	252	365	505	567	662
Setúbal	794	1 311	1 760	2 221	2 290	2 612	2 707	3 259
Alentejo	319	777	926	873	900	950	991	940
Beja	159	314	349	315	341	387	429	424
Évora	45	188	280	307	298	274	287	268
Portalegre	115	275	297	251	261	289	275	248
Algarve	1 377	2 193	2 194	2 383	2 283	2 195	2 371	2 358
Faro	1 377	2 193	2 194	2 383	2 283	2 195	2 371	2 358

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Figura 6 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos, segundo o Ano, por Delegação Regional

Fonte: Quadro 6

**Quadro 7 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos,
segundo a Substância Administrada, por Delegação Regional**

Rede Pública
Situação em 31/12/2006

Delegação Regional	Substância	Total	Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos	
			Com Metadona	Com Buprenorfina
Situação em 31/12/2005		15 832	11 315	4 517
Total				
Situação em 31/12/2006		16 835	12 265	4 570
Norte		5 536	4 091	1 445
Centro		2 797	2 012	785
Lisboa e Vale do Tejo		6 087	4 174	1 913
Alentejo		622	500	122
Algarve		1 793	1 488	305

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 8 - Utentes na Rede de Administração de Metadona, segundo o Local da Toma, por Delegação Regional

Situação em 31/12/2006

Delegação Regional	Estruturas	Total	Centros de					Outras Estruturas ^{a)}
			Atendimento a Toxicodependentes	Centros de Saúde	Estabelecimentos Prisionais	Hospitais	Farmácias	
Situação em 31/12/2005		11 315	7 757	2 180	463	225	318	372
Total								
Situação em 31/12/2006		12 265	8 407	2 278	533	246	409	392
Norte		4 091	2 689	704	213	195	130	160
Centro		2 012	1 334	467	104	27	75	5
Lisboa e Vale do Tejo		4 174	3 340	290	149	20	189	186
Alentejo		500	301	156	25	1	6	11
Algarve		1 488	743	661	42	3	9	30

a) Centros de Diagnóstico Pneumológico e outras instituições locais.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 9 - Capacidade e Utentes, segundo o Ano, por Unidades Especializadas de Tratamento* nos Estabelecimentos Prisionais
2000 - 2006

Capacidade e Utentes/ Estab. Prisional /Ano	Capacidade (camas)							Utentes						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	241	237	217	217	217	224	245	475	292	258	388	283	293	337
EP de Lisboa: Ala G (CT)	45	45	45	45	45	45	45	85	44	49	64	67	49	74
Ala A (ULD)	95	95	75	75	75	75	75	265	110	100	113	121	105	106
EP de Tires (ULD)	28	28	28	28	28	27	21	21	41	21	43	17	35	26
EP de Leiria (ULD)	29	29	29	29	29	29	29	42	34	33	113	38	45	36
EP do Porto (ULD)	20	20	20	20	20	16	18	32	35	32	34	20	30	34
EP de St. ^a Cruz do Bispo (ULD)	24	20	20	20	20	20	20	30	28	23	21	20	20	22
EP de Caxias ^{a)} (ULD)	-	-	-	-	-	12	12	-	-	-	-	-	9	7
EP de Sintra (ULD)	-	-	-	-	-	-	25	-	-	-	-	-	-	32

* Para além das Unidades Livres de Droga (ULD) e da Comunidade Terapêutica, existe uma Casa de Saída a funcionar no Estabelecimento Prisional das Caldas da Rainha, que se destina a reclusos ex-toxicod dependentes com condições jurídico-penais adequadas à concessão do RAVE, com uma capacidade de 12 camas e que teve um movimento de 23 utentes em 2000, 12 em 2001, 20 em 2002, 17 em 2003, 14 utentes em 2004 e 2005 e 19 utentes em 2006. Existem também programas no âmbito da Prevenção da Recaída a funcionar no EP do Porto (12 camas com 16 utentes em 2006) e no EP Caxias (reuniões com média de 19 utentes em 2006).

a) Neste Estabelecimento Prisional o espaço físico residencial do programa funciona numa camarata.

Fonte: Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Quadro 10 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos*, segundo o Ano, por Estabelecimento Prisional
2000 - 2006

Estabelecimento Prisional	Ano						
	2000	2001	2002	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}
Total	341	381	280	345	315	271	258
EP de Lisboa	147	101	100	105	114	32	20
EP de Tires	24	30	30	28	16	21	20
EP do Porto	170	250	150	212	185	122	107
EP do Paços de Ferreira	-	-	-	-	-	96	111

* Da responsabilidade da Direcção Geral dos Serviços Prisionais. Em 2000 e 2001, os dados relativos a utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos dizem respeito apenas a metadona, e a partir de 2002, a metadona e buprenorfina.

a) Estiveram também integrados em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos, com prescrições da responsabilidade do CAT de referência e acompanhamento psicológico da responsabilidade do Estabelecimento Prisional, 25, 15, 10 e 8 utentes no EP de Caxias, respectivamente em 2003, 2004, 2005 e 2006, e, 6 e 10 utentes em 2005 e 2006 respectivamente no EP do Linhó.

Fonte: Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Quadro 11 - Consumos dos Utentes nas Estruturas de Tratamento das Redes Pública e Licenciada

2006

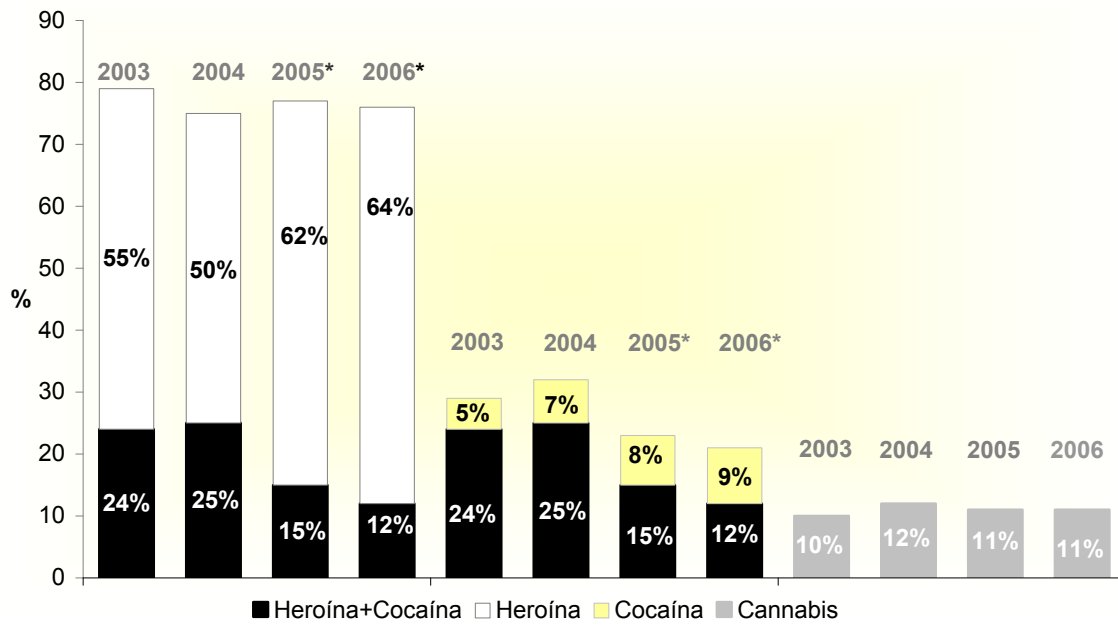
Estruturas/Redes		Utentes em Ambulatório na Rede Pública		Utentes das Unidades Desabilitação		Utentes das Comunidades Terapêuticas		Utentes dos Centros de Dia	
		Total	1. ^{as} Consultas	Públicas	Licenciadas	Públicas	Licenciadas	Públicos	Licenciadas
Droga Principal	UTENTES	32 460	4 745	1 466	1 593	110	4 118	77	531
	Heroína	9 936	2 388	1 047	836	71	1 966	59	340
	Heroína e Cocaína	1 486	445	78	210	8	655	2	7
	Cocaína	716	315	137	334	20	660	9	99
	Cannabis	726	403	13	14	1	141	3	12
	Álcool	53	41	135	156	9	517	4	42
	Alucinogénios	16	13	..	3	..	6	..	1
	Estimulantes	34	16	..	15	..	38	..	1
	Hipnóticos / Sedativos	28	15	42	5	..	48	..	11
	Outra	649	80	10	20	1	47	..	18
Desconhecida	18 816	1 029	4 ^{b)}	40	
Via Administração da Droga Principal	Injectada	3 466	690	509	761	40	1 769	48	196
	Fumada	8 196	2 338	774	580	59	1 268	21	230
	Oral	156	80	174	173	9	595	4	50
	Outra	62	36	4	30	2	265	4	54
	Desconhecida	20 580	1 601	5 ^{b)}	49	..	221	..	1
Consumo Endovenoso	Longo da Vida								
	Sim	4 367	744	974	862	47	2 038	48	254
	Não	4 618	1 262	465	459	61	1 601	22	276
	Desconhecido	23 475 ^{a)}	2 739 ^{a)}	27	272	2	479	7	1
	Nos Últimos 30 Dias								
Sim	2 738	704	515	589	2	837	1	85	
Não	6 037	2 798	924	732	106	2 802	69	445	
Desconhecido	23 685 ^{a)}	1 243	27	272	2	479	7	1	
Partilha Material Consumo	Seringas	-	-	328	90	13	883	18	96
	Outro Material Cons. Endovenoso	-	-	514	85	14	1 012	13	150
	Material Cons. não Endovenoso	-	-	36	51	15	1 051	6	137

a) Desconhece-se a situação de 12 403 utentes em Tratamento no Ano e 1891 utentes em Primeiras Consultas pertencentes às Delegações Regionais de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo.

b) Nesta categoria estão incluídos 4 utentes das Unidades de Desabilitação Públicas cujo motivo de internamento está relacionado com Patologia Psiquiátrica, não apresentando à data do internamento consumos de substâncias.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

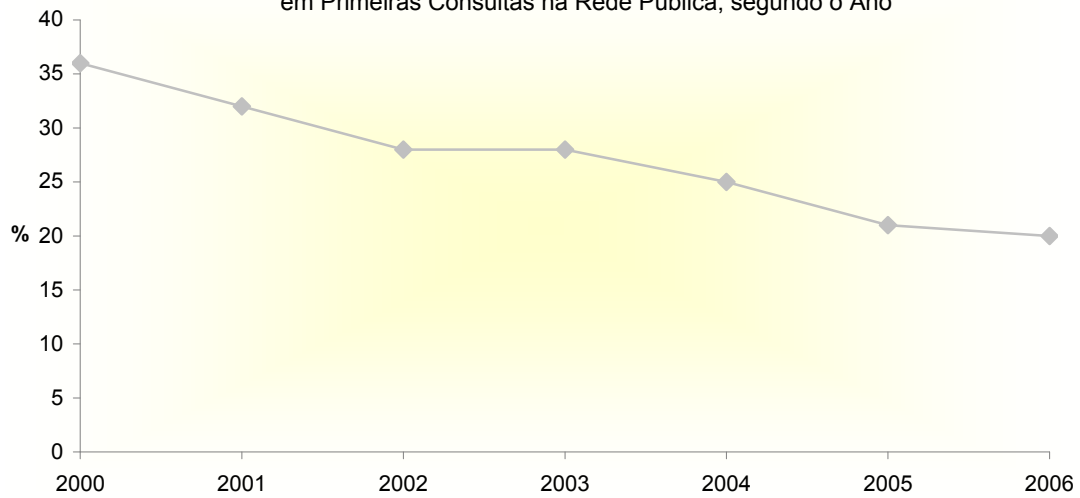
Figura 7 - Droga Principal dos Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano



* As categorias Heroína e Heroína+Cocaína não são directamente comparáveis com os anos anteriores.

Fonte: Quadro 11

Figura 8 - Consumo Endovenoso nos 30 Dias Anteriores à Consulta dos Utentes em Primeiras Consultas na Rede Pública, segundo o Ano



Fonte: Quadro 11

Quadro 12 - Caracterização Sociodemográfica dos Utentes nas Estruturas de Tratamento das Redes Pública e Licenciada

2006

Estruturas/Redes		Utentes em Ambulatório na Rede Pública		Utentes das Unidades Desabilitação		Utentes das Comunidades Terapêuticas		Utentes dos Centros de Dia	
		Total	1. ^{as} Consultas	Públicas	Licenciadas	Públicas	Licenciadas	Públicos	Licenciadas
Caracterização Sociodemográfica		32 460	4 745	1 466	1 593	110	4 118	77	531
UTENTES									
Sexo	Masculino	27 121	4 008	1 215	1 377	85	3 459	58	465
	Feminino	5 339	737	251	216	25	659	19	66
Grupo Etário	≤ 24 anos	2 156	934	88	174	44	1 276	3	64
	25-29 anos	4 608	912	254	334	39	1 092	8	95
	30-34 anos	8 346	1 080	421	372	15	862	21	137
	35-39 anos	8 000	855	357	330	7	510	25	114
	40-44 anos	5 736	534	226	257	5	240	8	75
	≥ 45 anos	3 596	426	120	126	..	138	12	46
	Desconhecido	18	4
	Idade Média	35	32	35	34	26	29	37	34
Nacionalidade	Portuguesa	27 575	4 331	1 444	–	–	–	–	–
	Estrangeira	1 194	274	20	–	–	–	–	–
	Desconhecida	3 691	140	2	–	–	–	–	–
Estado Civil	Solteiro	17 312	2 784	778	800	73	2 611	48	327
	Casado / União de Facto	7 550	1 190	461	341	17	668	9	115
	Divorciado / Separado	2 889	509	218	354	19	668	20	87
	Víuvo	185	33	7	52	1	36	..	2
	Desconhecido	4 524	229	2	46	..	135
Situação Coabitación	Familiares (ascendentes/irmãos)	9 687	1 870	677	–	–	–	–	–
	Só c/ companheiro	2 262	559	174	–	–	–	–	–
	Sozinho	1 889	536	208	–	–	–	–	–
	Só c/ companheiro e filhos	2 415	496	196	–	–	–	–	–
	Outro	3 713	923	210	–	–	–	–	–
	Desconhecido	12 494	361	1	–	–	–	–	–
Nível Ensino	< 3.º Ciclo	16 641	2 387	584	759	47	1 778	40	321
	3.º Ciclo	6 805	1 178	550	417	43	1 063	25	138
	> 3.º Ciclo	3 920	852	324	332	20	1 092	12	72
	Desconhecido	5 094	328	8	85	..	185
Situação Profissional	Empregado	12 325	1 661	391	228	–	–	–	–
	Desempregado	12 319	2 257	947	786	–	–	–	–
	Estudante / Formação Profissional	1 128	272	20	61	–	–	–	–
	Outro	1 195	266	105	224	–	–	–	–
	Desconhecido	5 493	289	3	294	–	–	–	–

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

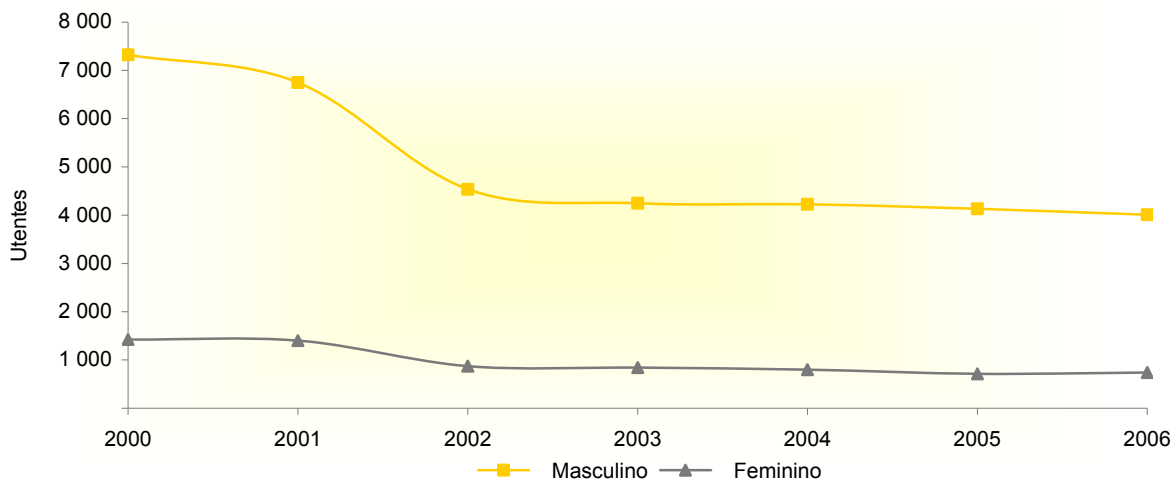
Quadro 13 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Grupo Etário e Sexo

Rede Pública
2000 - 2006

Grupo Etário/Sexo	Ano						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	9 559	8 743	6 241	5 216	5 023	4 844	4 745
Masculino	7 322	6 749	4 534	4 245	4 225	4 132	4 008
Feminino	1 424	1 399	871	840	798	712	737
Desconhecido	813	595	836	131
≤ 14 anos	62	30	28	25	35	51	65
Masculino	–	–	–	22	29	45	54
Feminino	–	–	–	3	6	6	11
15-19 anos	327	351	226	234	230	259	251
Masculino	–	–	–	187	174	203	199
Feminino	–	–	–	47	56	56	52
20-24 anos	1 439	1 290	786	729	692	694	618
Masculino	–	–	–	582	556	580	502
Feminino	–	–	–	147	136	114	116
25-29 anos	2 476	2 183	1 398	1 252	1 056	986	912
Masculino	–	–	–	1 033	902	833	760
Feminino	–	–	–	219	154	153	152
30-34 anos	2 164	1 967	1 333	1 260	1 215	1 106	1 080
Masculino	–	–	–	1 056	1 032	950	918
Feminino	–	–	–	204	183	156	162
35-39 anos	1 459	1 336	945	847	904	861	855
Masculino	–	–	–	715	775	753	731
Feminino	–	–	–	132	129	108	124
40-44 anos	580	626	471	475	501	551	534
Masculino	–	–	–	425	434	482	483
Feminino	–	–	–	50	67	69	51
≥ 45 anos	200	287	213	255	282	333	426
Masculino	–	–	–	217	238	284	357
Feminino	–	–	–	38	44	49	69
Desconhecido	852	673	841	139	108	3	4
Masculino	–	–	–	8	85	2	4
Feminino	–	–	–	..	23	1	..
Desconhecido	–	–	–	131

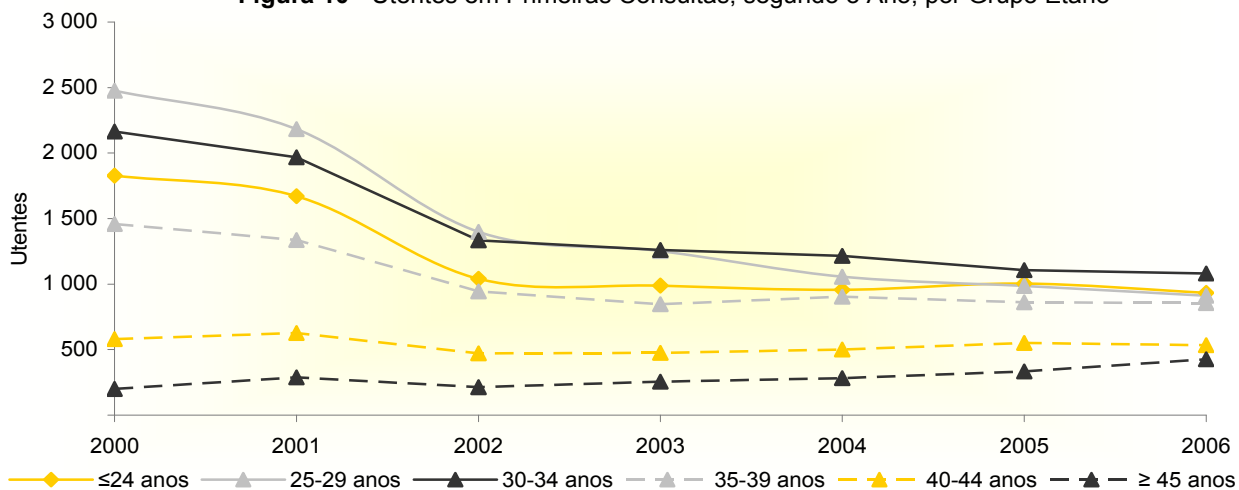
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Figura 9 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Sexo



Fonte: Quadro 13

Figura 10 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Grupo Etário



Fonte: Quadro 13

Quadro 14 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Estado Civil

Rede Pública
2003 - 2006

Estado Civil	Ano			
	2003	2004	2005	2006
Total	5 216	5 023	4 844	4 745
Solteiro	2 812	2 739	2 781	2 784
Casado/União de Facto	1 282	1 206	1 215	1 190
Divorciado/Separado	595	553	560	509
Viúvo	35	31	34	33
Desconhecido	492	494	254	229

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 15 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Situação de Coabituação

Rede Pública
2003 - 2006

Situação de Coabituação	Ano			
	2003	2004	2005	2006
Total	5 216	5 023	4 844	4 745
Só com Ascendentes ^{a)}	1 954	1 926	2 015	1 870
Com Ascendentes ^{a)} + Cónjuge ou Filho(s)	360	349	355	311
Só com Cónjuge + Filho(s)	418	519	501	496
Só com Cónjuge	521	493	535	559
Só com Filho(s)	40	52	42	52
Só com Amigos	95	101	116	84
Sozinho(a)	425	509	522	536
Outra Situação	482	402	388	476
Desconhecida	921	672	370	361

a) Com ou sem irmãos.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

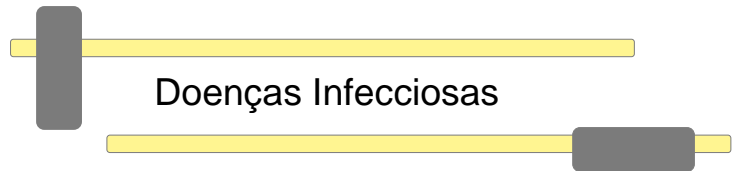
Quadro 16 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Situação Profissional

Rede Pública
2003 - 2006

Situação Profissional	Ano			
	2003	2004	2005	2006
Total	5 216	5 023	4 844	4 745
Empregado (Tempo inteiro ou parcial)	1 627	1 660	1 648	1 661
Formação Profissional (Remunerada)	25	43	45	31
Desempregado	2 432	2 303	2 339	2 257
Estudante	222	218	229	241
Outra Situação ^{a)}	351	261	244	266
Desconhecida	559	538	339	289

a) Inclui casos como reformado, inválido, doméstica, etc.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DR / DMFRI - NE



Quadro 17 - Notificações dos Casos de Infecção pelo VIH: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo a Classificação Epidemiológica (SIDA, Sintomático Não-SIDA e Portadores Assintomáticos), por Ano de Diagnóstico

01/01/1983 - 31/03/2007

Ano de Diagnóstico	Casos					
	Casos de SIDA		Casos Sintomáticos Não-SIDA		Casos de PA	
	Total	Toxicodependentes	Total	Toxicodependentes	Total	Toxicodependentes
Total	13 762	6 667	2 898	1 172	14 472	6 312
1983	1	2	..
1984	4	1	..
1985	29	1	5	1	6	3
1986	41	3	17	8	17	4
1987	81	9	19	2	54	10
1988	142	11	51	14	66	17
1989	202	36	62	10	104	23
1990	261	47	81	21	175	55
1991	307	79	111	45	242	87
1992	437	159	131	71	372	163
1993	569	255	126	72	344	182
1994	694	358	121	57	495	228
1995	822	448	130	61	693	381
1996	991	566	186	109	933	548
1997	1005	600	186	93	1 239	743
1998	1 038	634	196	99	1 355	767
1999	1 114	645	224	106	1 359	761
2000	1 016	566	209	96	1 438	728
2001	1006	547	202	81	1 121	440
2002	1014	489	196	56	1 006	322
2003	909	390	179	45	931	272
2004	776	305	169	47	921	232
2005	706	293	136	34	802	186
2006 ^{a)}	537	196	151	43	713	133
1.º Trimestre 2007	35	14	10	1	54	10
Desconhecido	25	16	29	17

a) A actualização posterior das notificações, de casos diagnosticados em anos anteriores, impõe a leitura destes dados como provisórios, assim como os relativos aos anos anteriores.

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (CVEDT), 31/03/2007

Quadro 18 - Notificações dos Casos de SIDA Associados à Toxicodependência, segundo o Ano de Diagnóstico, por Sexo

1998 - 2006

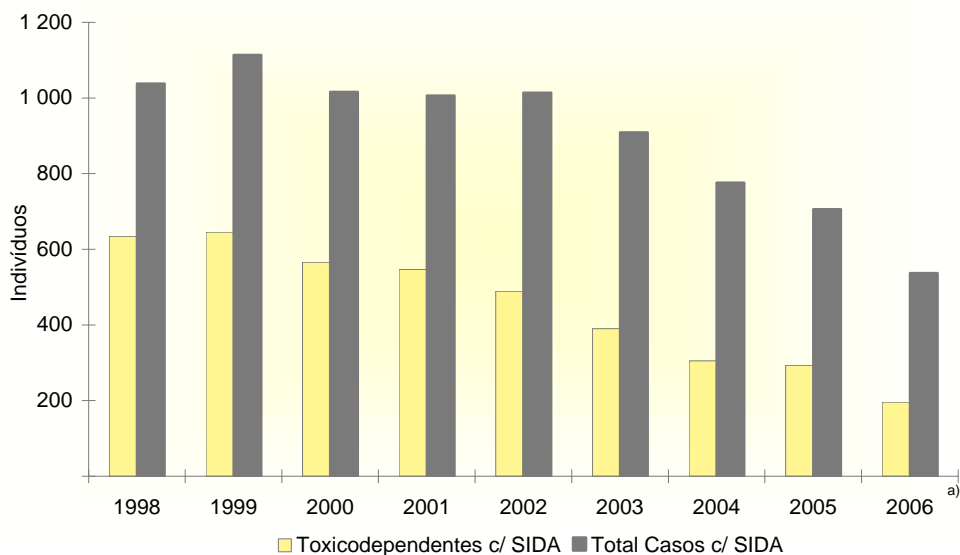
Sexo	Ano								
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 ^{a)}
Total	634	645	566	547	489	390	305	293	196
Masculino	550	549	488	493	432	337	268	252	170
Feminino	84	96	78	54	57	53	37	41	26
Heter.-Tox.	624	636	564	535	486	386	302	290	196
Masculino	540	540	486	481	429	333	265	249	170
Feminino	84	96	78	54	57	53	37	41	26
Homo.-Tox.	6	7	2	8	3	4	1	3	..
Masculino	6	7	2	8	3	4	1	3	..
Feminino
Bi.-Tox.	4	2	..	4	2
Masculino	4	2	..	4	2
Feminino

Heter.-Tox. = Heterossexuais Toxicodependentes; Homo.-Tox. = Homossexuais Toxicodependentes; Bi.-Tox. = Bissexuais Toxicodependentes.

a) A actualização posterior das notificações, de casos diagnosticados em anos anteriores, impõe a leitura destes dados como provisórios, assim como os relativos aos anos anteriores.

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.); Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (CVEDT), 31/03/2007

Figura 11 - Notificações do Total de Casos de SIDA e dos Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Ano de Diagnóstico



a) A actualização posterior das notificações, de casos diagnosticados em anos anteriores, impõe a leitura destes dados como provisórios, assim como os relativos aos anos anteriores.

Fonte: Quadro 18

Quadro 19 - Notificações dos Casos de SIDA: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Sexo, por Grupo Etário

01/01/1983 - 31/03/2007

Casos/Sexo Grupo Etário	Casos de SIDA							
	Total de Casos				Toxicodependentes			
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Desc.
Total	13 762	11 307	2 451	4	6 667	5 677	988	2
≤ 14 anos	111	59	52	..	2	2
15-19 anos	158	104	54	..	92	68	24	..
20-24 anos	1 141	851	289	1	840	655	184	1
25-29 anos	2 661	2 136	522	3	1 909	1 590	318	1
30-34 anos	2 906	2 466	440	..	1 890	1 642	248	..
35-39 anos	2 359	1 995	364	..	1 215	1 075	140	..
40-44 anos	1 556	1 329	227	..	512	453	59	..
45-49 anos	970	813	157	..	137	127	10	..
50-54 anos	701	582	119	..	32	29	3	..
55-59 anos	437	354	83	..	8	8
60-64 anos	333	260	73
≥ 65 anos	372	308	64	..	1	1
Desconhecido	57	50	7	..	29	27	2	..

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (CVEDT), 31/03/2007

Quadro 20 - Notificações dos Casos Sintomáticos Não-SIDA: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Sexo, por Grupo Etário

01/01/1983 - 31/03/2007

Casos/Sexo Grupo Etário	Casos Sintomáticos Não-SIDA							
	Total de Casos				Toxicodependentes			
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Desc.
Total	2 898	2 180	716	2	1 172	947	223	2
≤ 14 anos	59	25	34	..	1	1
15-19 anos	70	48	22	..	37	25	12	..
20-24 anos	321	232	89	..	204	161	43	..
25-29 anos	556	415	139	2	329	262	65	2
30-34 anos	560	432	128	..	305	258	47	..
35-39 anos	411	313	98	..	191	155	36	..
40-44 anos	264	209	55	..	70	58	12	..
45-49 anos	191	151	40	..	16	14	2	..
50-54 anos	130	95	35	..	3	1	2	..
55-59 anos	115	95	20
60-64 anos	88	60	28	..	1	1
≥ 65 anos	101	80	21	..	1	..	1	..
Desconhecido	32	25	7	..	14	11	3	..

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (CVEDT), 31/03/2007

Quadro 21 - Notificações dos Casos de Portadores Assintomáticos: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Sexo, por Grupo Etário
01/01/1983 - 31/03/2007

Casos/Sexo Grupo Etário	Casos de PA							
	Total de Casos				Toxicodependentes			
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Desc.
Total	14 472	9 885	4 569	18	6 312	5 169	1 137	6
≤ 14 anos	132	70	60	2	4	3	1	..
15-19 anos	559	264	295	..	256	192	64	..
20-24 anos	2 217	1 451	765	1	1 292	1 023	268	1
25-29 anos	3 390	2 319	1 069	2	1 912	1 543	369	..
30-34 anos	2 896	2 046	847	3	1 534	1 276	256	2
35-39 anos	1 966	1 442	522	2	857	746	110	1
40-44 anos	1 117	807	308	2	288	250	38	..
45-49 anos	738	512	225	1	93	81	12	..
50-54 anos	496	340	156	..	12	9	3	..
55-59 anos	357	233	124	..	8	7	1	..
60-64 anos	231	144	87	..	4	4
≥ 65 anos	213	144	69	..	2	2
Desconhecido	160	113	42	5	50	33	15	2

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (CVEDT), 31/03/2007

Quadro 22 - Notificações SIDA: Distribuição do Total de Casos e dos Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Estado Vital e Sexo, por Zona Geográfica de Residência

01/01/1983 - 31/03/2007

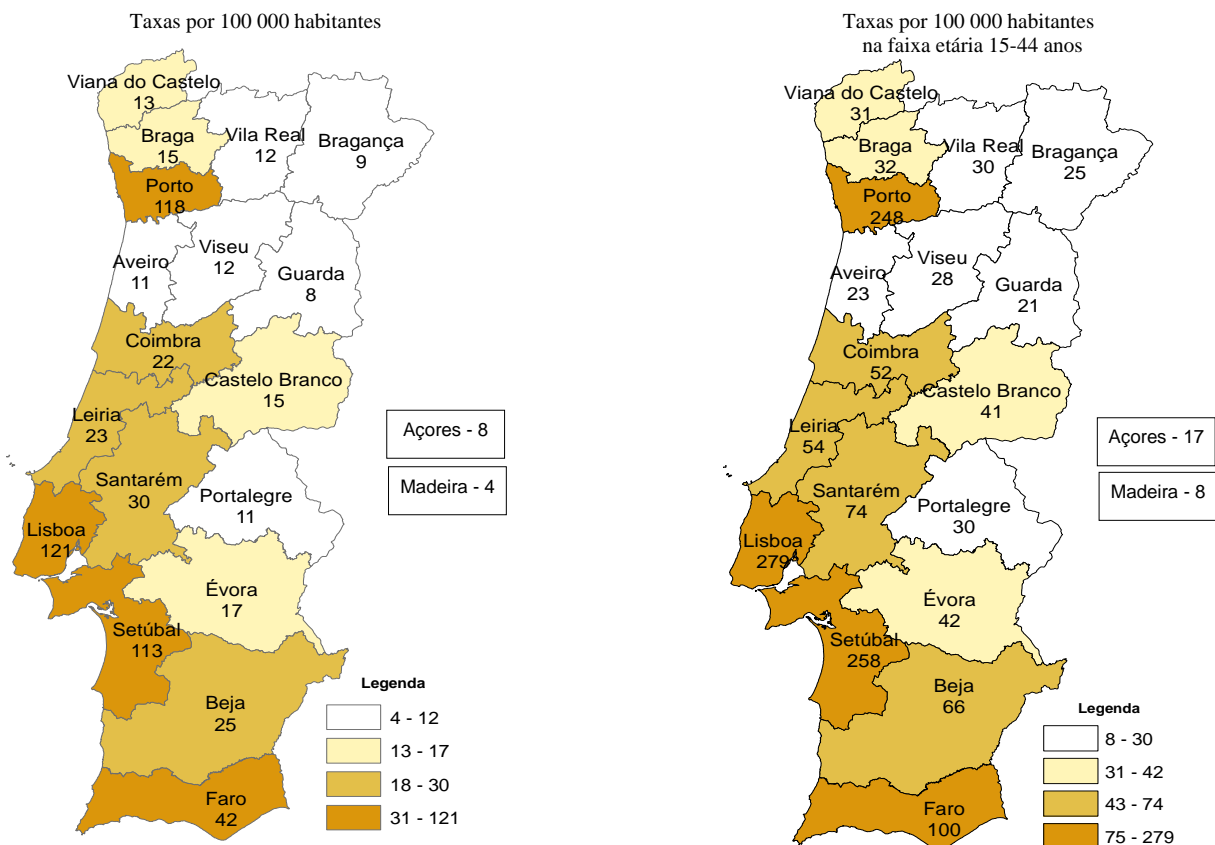
Casos/Sexo Zona Geog. de Residência	Notificações SIDA: Total de Casos								Notificações SIDA: Total Casos Assoc. à Toxicodependência							
	Total ^{a)}				N.º de Casos Mortos				Total ^{a)}				N.º de Casos Mortos			
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Desc.
Total	13 762	11 307	2 451	4	6 643	5 623	1 018	2	6 667	5 677	988	2	3 398	2 943	454	1
Portugal	13 429	11 036	2 389	4	6 521	5 518	1 001	2	6 571	5 597	972	2	3 370	2 920	449	1
Aveiro	287	228	58	1	145	119	26	..	76	60	15	1	38	32	6	..
Beja	78	62	16	..	33	28	5	..	41	31	10	..	18	13	5	..
Braga	307	254	53	..	134	109	25	..	128	111	17	..	57	52	5	..
Bragança	51	36	15	..	15	7	8	..	14	12	2	..	1	1
Castelo Branco	76	62	14	..	42	34	8	..	32	27	5	..	15	12	3	..
Coimbra	220	181	39	..	121	94	27	..	96	81	15	..	52	40	12	..
Évora	88	70	18	..	40	33	7	..	29	24	5	..	11	10	1	..
Faro	467	375	92	..	204	166	38	..	167	132	35	..	74	57	17	..
Guarda	53	43	10	..	30	25	5	..	14	12	2	..	7	7
Leiria	301	257	44	..	164	135	29	..	107	93	14	..	58	48	10	..
Lisboa	5 648	4 612	1 034	2	2 857	2 421	435	1	2 593	2 168	425	..	1 415	1 213	202	..
Portalegre	28	21	7	..	13	10	3	..	14	10	4	..	5	4	1	..
Porto	3 129	2 617	511	1	1 531	1 315	215	1	2 101	1 843	257	1	1 110	983	126	1
Santarém	293	240	53	..	110	100	10	..	136	110	26	..	51	45	6	..
Setúbal	1 878	1 538	340	..	834	708	126	..	890	773	117	..	398	354	44	..
Viana do Castelo	96	85	11	..	44	41	3	..	32	29	3	..	9	9
Vila Real	59	48	11	..	32	23	9	..	27	22	5	..	14	10	4	..
Viseu	159	129	30	..	72	61	11	..	46	36	10	..	24	18	6	..
Açores	84	68	16	..	44	40	4	..	19	15	4	..	8	7	1	..
Madeira	127	110	17	..	56	49	7	..	9	8	1	..	5	5
Estrangeiro	99	79	20	..	55	46	9	..	9	9	6	6
Desconhecido	234	192	42	..	67	59	8	..	87	71	16	..	22	17	5	..

a) Vivos e mortos.

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (CVEDT), 31/03/2007

Figura 12 - Notificações de Casos de SIDA Associados à Toxicodependência, por Zona Geográfica de Residência

01/01/1983 - 31/03/2007



Fonte: IDT, I. P.

Quadro 23 - Utentes Rastreados para o VIH, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura

2000 - 2006

Estrutura/Redes	VIH/Ano																					
	Utentes Testados ^{a)}							Utentes com VIH+							Utentes em Trat. c/ Antiretrovirais							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Ambulatório/Rede Pública																						
Utentes em Primeiras Consultas	2 533	2 683	1 688	1 443	1 154	917	1 520	367	365	182	219	141	114	165	82	159	60	62	27	33	45	
Utentes em Tratamento no Ano	-	-	-	7 466	6 516	7 548	13 048	-	-	-	1 216	1 070	1 144	1 922	-	-	-	409	382	456	834	
Unidades de Desabilitação	3 214	2 694	2 764	2 767	2 824	3 274	2 619	450	452	367	440	372	419	353	123	125	139	178	134	120	118	
Rede Pública	1 885	1 802	1 840	1 812	1 641	1 696	1 430	272	302	245	289	225	236	203	78	81	76	98	71	69	60	
Rede Licenciada	1 329	892	924	955	1 183	1 578	1 189	178	150	122	151	147	183	150	45	44	63	80	63	51	58	
Comunidades Terapêuticas	3 398	3 863	3 930	3 966	3 993	3 962	4 128	561	688	630	637	665	637	664	386	520	433	441	450	379	420	
Rede Pública	65	59	66	57	75	68	110	5	6	14	8	5	7	18	4	5	8	7	4	2	14	
Rede Licenciada	3 333	3 804	3 864	3 909	3 918	3 894	4 018	556	682	616	629	660	630	646	382	515	425	434	446	377	406	
Centros de Dia	-	350	486	582	579	530	585	-	65	102	144	162	116	129	-	54	78	111	100	76	98	
Rede Pública	-	26	43	73	83	73	76	-	11	23	30	33	30	28	-	5	10	21	21	21	15	
Rede Licenciada	-	324	443	509	496	457	509	-	54	79	114	129	86	101	-	49	68	90	79	55	83	

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 24 - Utentes Rastreados para a Hepatite B, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura
2000 - 2006

Estrutura/Redes	Hepatite B/Ano													
	Utentes Testados ^{a)}							Utentes com AgHBS+						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ambulatório/Rede Pública														
Utentes em Primeiras Consultas	2 553	2 603	1 809	1 373	1 024	891	1 355	246	141	139	42	27	16	39
Utentes em Tratamento no Ano	–	–	–	6 889	5 941	6 924	11 727	–	–	–	266	207	238	403
Unidades de Desabituação	3 241	2 681	2 580	2 726	2 739	3 202	2 527	797	182	262	179	252	150	218
Rede Pública	1 865	1 771	1 840	1 755	1 561	1 607	1 338	74	60	57	52	62	47	31
Rede Licenciada	1 376	910	740	971	1 178	1 595	1 189	723	122	205	127	190	103	187
Comunidades Terapêuticas	3 367	3 980	4 000	4 011	4 094	3 987	4 041	453	374	387	316	305	298	227
Rede Pública	65	59	66	57	75	68	110	4	6	1	4	7	1	5
Rede Licenciada	3 302	3 921	3 934	3 954	4 019	3 919	3 931	449	368	386	312	298	297	222
Centros de Dia	–	341	484	579	567	529	593	–	11	42	60	45	36	30
Rede Pública	–	26	43	73	79	73	77	–	..	1	1	1	3	5
Rede Licenciada	–	315	441	506	488	456	516	–	11	41	59	44	33	25

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 25 - Utentes Rastreados para a Hepatite C, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura
2000 - 2006

Hepatite C/Ano Estrutura/Redes	Utentes Testados ^{a)}							Utentes com HCV+						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ambulatório/Rede Pública														
Utentes em Primeiras Consultas	2 553	2 603	1 809	1 367	1 043	897	1 524	1 248	1 164	1 157	617	464	348	636
Utentes em Tratamento no Ano	–	–	–	6 963	6 206	7 111	12 723	–	–	–	4 040	3 577	3 780	6 910
Unidades de Desabituação	3 280	2 806	2 824	2 731	2 766	3 219	2 555	2 249	1 614	1 660	1 693	1 720	1 736	1 235
Rede Pública	1 815	1 768	1 840	1 763	1 590	1 623	1 366	1 089	1 160	1 042	1 103	1 017	964	844
Rede Licenciada	1 465	1 038	984	968	1 176	1 596	1 189	1 160	454	618	590	703	772	391
Comunidades Terapêuticas	3 367	3 980	4 000	4 011	4 094	3 984	4 106	1 644	2 025	2 052	1 940	2 030	1 824	1 774
Rede Pública	65	59	66	57	75	68	110	28	42	26	30	41	23	66
Rede Licenciada	3 302	3 921	3 934	3 954	4 019	3 916	3 996	1 616	1 983	2 026	1 910	1 989	1 801	1 708
Centros de Dia	–	341	484	579	567	529	592	–	132	216	254	296	233	246
Rede Pública	–	26	43	73	79	73	76	–	15	23	40	34	46	36
Rede Licenciada	–	315	441	506	488	456	516	–	117	193	214	262	187	210

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 26 - Utentes Rastreados para a Tuberculose, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura
2000 - 2006

Tuberculose/Ano Estrutura/Redes	Utentes Testados ^{a)}							Utentes Positivos							Utentes em Tratamento							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Ambulatório/Rede Pública																						
Utentes em Primeiras Consultas	1 187	1 552	945	878	551	462	661	25	36	38	26	22	12	13	25	36	38	23	22	12	13	
Utentes em Tratamento no Ano	–	–	–	3 901	2 726	3 282	5 317	–	–	–	124	107	88	164	–	–	–	124	107	88	164	
Unidades de Desabituação	2 175	1 388 ^{b)}	2 293 ^{b)}	2 413 ^{b)}	2 856	3 323	2 639	23	17	23	34	19	25	11	23	12	23	33	18	22	10	
Rede Pública	1 906	1 003 ^{b)}	1 448 ^{b)}	1 399 ^{b)}	1 669	1 729	1 451	16	9	21	3	15	11	7	16	9	21	2	15	11	7	
Rede Licenciada	269	385	845	1 014	1 187	1 594	1 188	7	8	2	31	4	14	4	7	3	2	31	3	11	3	
Comunidades Terapêuticas	3 404	3 870	4 055	4 042	4 002	3 854	4 024	38	49	57	87	73	34	76	38	48	57	83	73	34	76	
Rede Pública	48	59	66	57	75	68	110	2	3	1	..	1	2	3	1	..	1	
Rede Licenciada	3 356	3 811	3 989	3 985	3 927	3 786	3 914	36	49	57	84	72	34	75	36	48	57	80	72	34	75	
Centros de Dia	–	301	407	514	543	527	571	–	10	15	16	12	11	6	–	10	15	15	10	7	6	
Rede Pública	–	25	26	73	83	73	77	–	1	..	1	2	3	4	–	1	..	1	2	2	4	
Rede Licenciada	–	276	381	441	460	454	494	–	9	15	15	10	8	2	–	9	15	14	8	5	2	

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

b) Devido a problemas surgidos com alguns resultados dos testes da Tuberculose, a opção técnica foi não considerar os casos testados relacionados com esses resultados, o que subestima a cobertura real realizada nestas estruturas, mas, em contrapartida, contextualiza melhor os resultados de positividade disponíveis.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE



Quadro 27 - Mortes*, segundo o Ano, por Delegação do Instituto Nacional de Medicina Legal e Sexo
1998 - 2006

Delegação/Sexo	Ano									
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Total	337	369	318	280	156	152	156	219	216	
Masculino	298	333	280	253	135	141	140	198	204	
Feminino	39	36	38	27	21	11	16	21	12	
Porto	95	115	100	109	63	59	32	72	68	
Masculino	85	103	90	100	59	57	28	65	65	
Feminino	10	12	10	9	4	2	4	7	3	
Coimbra	30	40	49	38	19	18	45	47	48	
Masculino	24	38	46	36	13	17	42	42	46	
Feminino	6	2	3	2	6	1	3	5	2	
Lisboa	212	214	169	133	74	75	79	100	100	
Masculino	189	192	144	117	63	67	70	91	93	
Feminino	23	22	25	16	11	8	9	9	7	

* Casos de morte com resultados positivos nos exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no INML, I. P..

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Figura 13 - Mortes*, segundo o Ano



* Casos de morte com resultados positivos nos exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no INML, I. P..

Fonte: Quadro 27

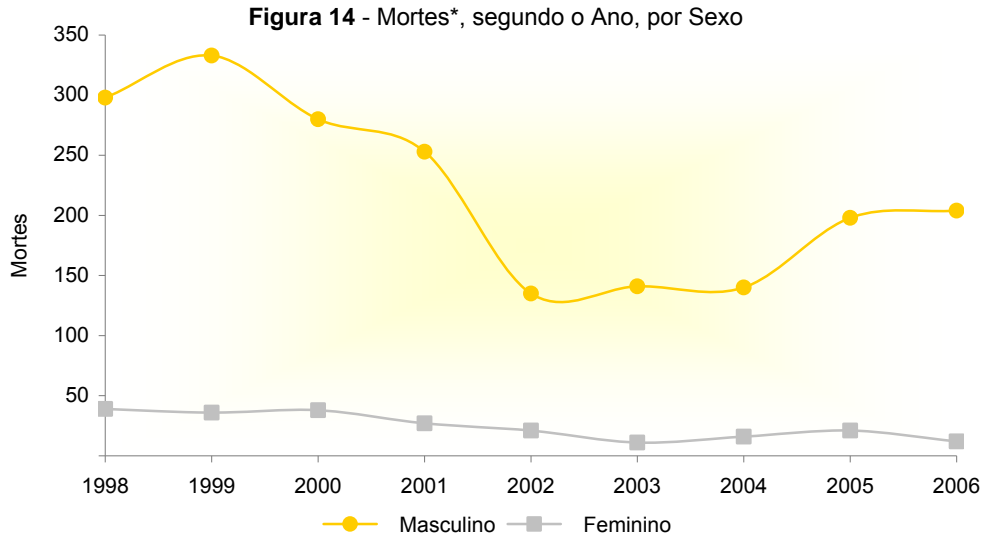
Quadro 28 - Mortes*, segundo o Ano, por Grupo Etário e Sexo
1998 - 2006

Grupo Etário/Sexo	Ano									
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Total	337	369	318	280	156	152	156	219	216	
Masculino	298	333	280	253	135	141	140	198	204	
Feminino	39	36	38	27	21	11	16	21	12	
≤ 19 anos	8	6	4	6	4	6	4	3	9	
Masculino	6	4	3	4	2	6	3	2	9	
Feminino	2	2	1	2	2	..	1	1	..	
20-24 anos	30	31	45	24	9	15	10	9	21	
Masculino	26	29	44	24	9	14	10	9	19	
Feminino	4	2	1	1	2	
25-29 anos	60	82	54	64	34	15	29	29	29	
Masculino	54	74	48	59	29	12	25	27	28	
Feminino	6	8	6	5	5	3	4	2	1	
iv 30 anos^{a)}	139	–	–	–	–	–	–	–	–	
Masculino	121	–	–	–	–	–	–	–	–	
Feminino	18	–	–	–	–	–	–	–	–	
30-34 anos	–	93	69	66	33	38	28	38	36	
Masculino	–	85	60	59	31	35	23	36	33	
Feminino	–	8	9	7	2	3	5	2	3	
35-39 anos	–	60	59	46	33	24	19	32	48	
Masculino	–	55	51	42	29	23	18	30	45	
Feminino	–	5	8	4	4	1	1	2	3	
40-44 anos	–	24	28	22	13	17	23	26	18	
Masculino	–	23	25	21	11	17	22	22	16	
Feminino	–	1	3	1	2	..	1	4	2	
≥ 45 anos	–	12	14	11	6	7	14	24	22	
Masculino	–	10	14	11	6	6	13	20	22	
Feminino	–	2	1	1	4	..	
Desconhecido	100	61	45	41	24	30	29	58	33	
Masculino	91	53	35	33	18	28	26	52	32	
Feminino	9	8	10	8	6	2	3	6	1	

* Casos de morte com resultados positivos nos exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no INML, I. P..

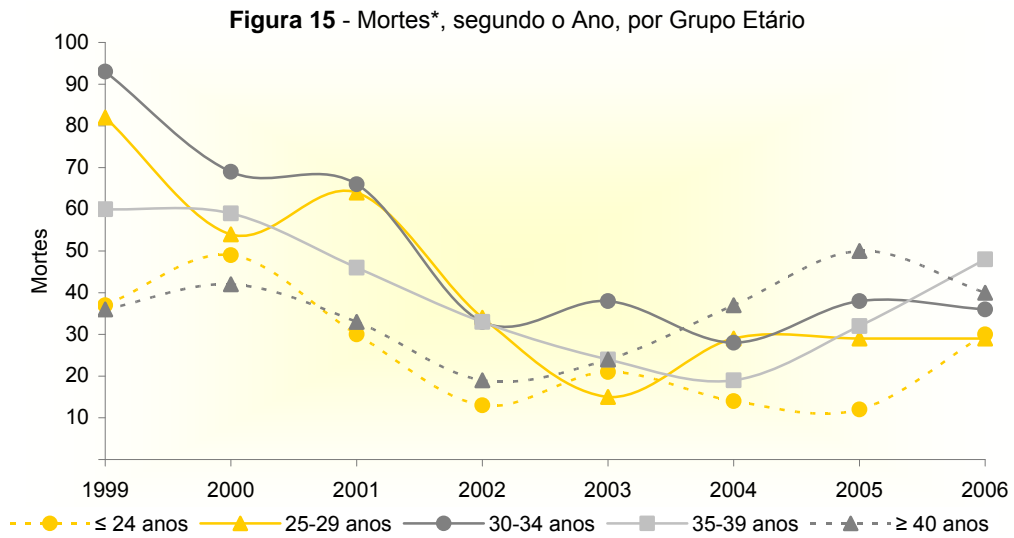
a) Em 1998, não se encontram disponíveis os dados desagregados dos grupos etários a partir dos 30 anos.

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.



* Casos de morte com resultados positivos nos exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no INML, I. P..

Fonte: Quadro 28



* Casos de morte com resultados positivos nos exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no INML, I. P..

Fonte: Quadro 28

Quadro 29 - Mortes*, segundo o Grupo Etário e Sexo, por Tipo de Droga
2006

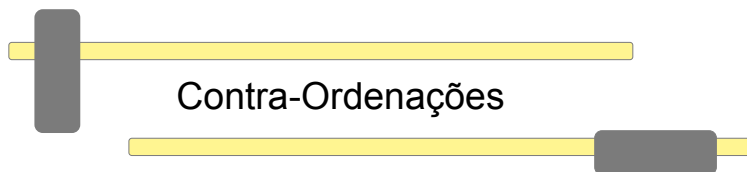
Tipo de Droga	Grupo Etário/Sexo																												
	Total			<= 19			20-24			25-29			30-34			35-39			40-44			≥ 45			Desc.				
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F		
Total	2005	219	198	21	3	2	1	9	9	..	29	27	2	38	36	2	32	30	2	26	22	4	24	20	4	58	52	6	
	2006	216	204	12	9	9	..	21	19	2	29	28	1	36	33	3	48	45	3	18	16	2	22	22	..	33	32	1	
Anfetaminas ^{a)}		3	3	..	1	1	1	1
Canabinóides		28	28	..	3	3	..	7	7	..	4	4	..	7	7	..	2	2	..	1	1	..	3	3	..	1	1	..	
Cocaína		12	10	2	1	1	..	1	..	1	2	1	1	3	3	..	2	2	2	2	..	1	1	..	
Metadona		6	6	1	1	..	1	1	3	3	1	1	..	
Opiáceos ^{b)}		41	39	2	2	2	..	2	2	..	7	7	..	6	5	1	9	8	1	5	5	..	6	6	..	4	4	..	
Anfetaminas ^{a)} +Álcool		1	1	1	1
Anfetaminas ^{a)} +Canabinóides		1	1	1	1
Anfetaminas ^{a)} +Medicamentos		1	..	1	1	1
Canabinóides+Álcool		11	10	1	1	1	..	1	1	1	1	..	2	2	..	1	1	..	3	3	..	2	1	1	..
Canabinóides+Cocaína		1	1	1	1
Canabinóides+Medicamentos		2	2	2	2
Cocaína+Álcool		9	9	2	2	..	3	3	..	1	1	1	1	..	2	2	..	
Metadona+Medicamentos		2	2	1	1	1	1	..	
Opiáceos ^{b)} +Álcool		19	19	1	1	..	1	1	8	8	..	2	2	7	7	..
Opiáceos ^{b)} +Canabinóides		1	1	1	1
Opiáceos ^{b)} +Cocaína		30	28	2	1	1	1	1	..	8	8	..	9	8	1	5	4	1	1	1	..	5	5	..	
Opiáceos ^{b)} +Medicamentos		8	6	2	1	1	..	2	1	1	1	1	..	2	1	1	1	1	..	1	1	..	
Opiáceos ^{b)} +Metadona		3	3	1	1	1	1	1	1	..
Cocaína+Canabinóides+Álcool		3	3	1	1	..	1	1	1	1	..
Cocaína+Medicamentos+Álcool		2	2	1	1	1	1	..
Metadona+Medicamentos+Álcool		1	1	1	1
Opiáceos+Cannabinóides+Álcool		2	2	1	1	1	1	..
Opiáceos+Cannabinóides+Medicamentos		3	3	1	1	..	1	1	1	1	..
Opiáceos ^{b)} +Cocaína+Álcool		3	3	1	1	1	1	..	
Opiáceos ^{b)} +Cocaína+Canabinóides		1	1	1	1
Opiáceos ^{b)} +Cocaína+Medicamentos		5	4	1	1	..	1	1	1	..	1	1	1	1	..	
Opiáceos ^{b)} +Cocaína+Metadona		3	3	1	1	..	1	1	1	1
Opiáceos ^{b)} +Medicamentos+Álcool		7	7	1	1	..	3	3	2	2	..	
Opiáceos ^{b)} +Canab.+Metadona+Medicamentos		1	1	1	1
Opiáceos ^{b)} +Cocaína+Anfet.+Medicamentos		1	1	1	1
Opiáceos ^{b)} +Cocaína+Canab.+Álcool		2	2	1	1	..	1	1
Opiáceos ^{b)} +Cocaína+Canab.+Medicamentos		1	1	1	1
Opiáceos ^{b)} +Cocaína+Canab.+Metadona		1	1	1	1
Opiáceos ^{b)} +Cocaína+Medicamento+Álcool		1	..	1	1	..	1

* Casos de morte com resultados positivos nos exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no INML, I. P..

a) Inclui anfetaminas, metanfetaminas, MDA e MDMA.

b) Inclui heroína, morfina e codeína.

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal; I. P.



Quadro 30 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Distrito

2001 (2.º semestre) – 2006

Distrito	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	2 366	5 580	6 100	5 370	6 260	6 216
Aveiro	153	353	502	477	426	421
Beja	121	299	203	146	273	112
Braga	263	458	628	454	447	613
Bragança	56	69	83	49	43	87
Castelo Branco	33	133	101	93	92	40
Coimbra	69	133	141	171	201	167
Évora	21	82	79	99	92	72
Faro	263	454	399	460	431	486
Guarda	16	50	108	54	65	78
Leiria	71	186	158	183	143	102
Lisboa	419	1 065	1 062	972	1 605	1 596
Portalegre	41	109	137	79	62	83
Porto	323	1 117	1 217	1 054	1 346	1 436
Santarém	117	194	241	158	160	149
Setúbal	219	471	482	358	305	424
Viana do Castelo	64	135	188	157	154	96
Vila Real	48	103	166	105	134	106
Viseu	69	169	205	301	281	148

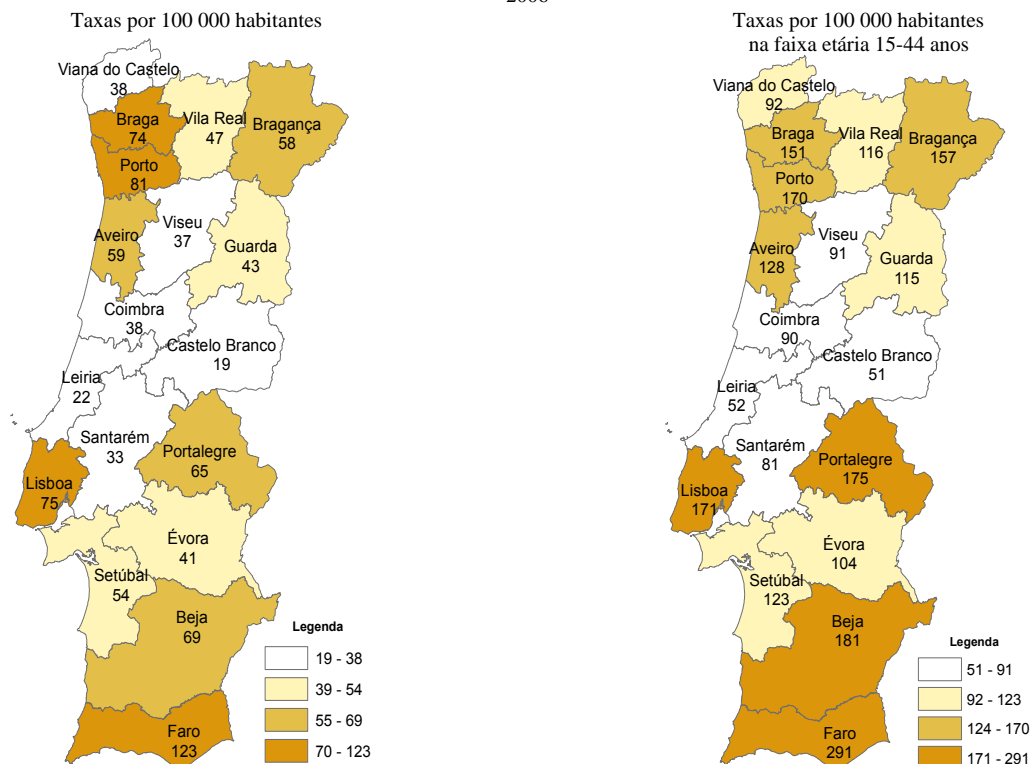
* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

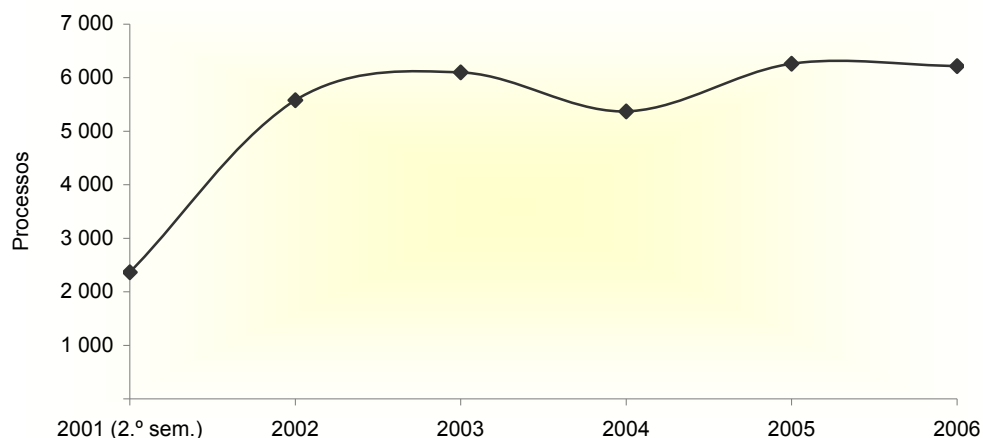
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 16 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, por Distrito

2006



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 17 - Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 30

Quadro 31 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Mês de Ocorrência
2001 (2.º semestre) – 2006

Mês de Ocorrência	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	2 366	5 580	6 100	5 370	6 260	6 216
Janeiro	–	525	603	592	639	601
Fevereiro	–	453	526	445	623	508
Março	–	498	543	536	549	588
Abril	–	400	549	454	679	569
Maio	–	469	592	504	592	619
Junho	–	468	527	386	472	408
Julho	326	456	496	421	436	445
Agosto	449	388	378	357	364	511
Setembro	403	419	443	399	499	534
Outubro	400	596	595	483	512	531
Novembro	487	483	522	455	492	466
Dezembro	301	425	326	338	403	436

* Mês e ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 32 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo a sua Origem, por Distrito
2006

Distrito \ Origem	2006				
	Total	GNR	PSP	Tribunal	Outra
Total	6 260	1 387	2 926	1 878	69
	2005^{a)}				
	2006	1 718	2 612	1 847	39
Aveiro	421	89	247	84	1
Beja	112	54	30	27	1
Braga	613	141	310	160	2
Bragança	87	..	44	43	..
Castelo Branco	40	11	13	16	..
Coimbra	167	66	75	20	6
Évora	72	30	19	22	1
Faro	486	280	173	31	2
Guarda	78	11	7	60	..
Leiria	102	27	51	24	..
Lisboa	1 596	323	682	582	9
Portalegre	83	38	35	10	..
Porto	1 436	261	582	591	2
Santarém	149	71	51	24	3
Setúbal	424	180	151	90	3
Viana do Castelo	96	32	51	10	3
Vila Real	106	27	58	18	3
Viseu	148	77	33	35	3

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2006 e 31/03/2007 deram entrada nas Comissões mais 524 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Quadro 33 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Origem
2001 (2.º semestre) – 2006

Origem \ Ano	2001 (2.º semestre) – 2006					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	2 366	5 580	6 100	5 370	6 260	6 216
GNR	707	1 512	1 682	1 465	1 387	1 718
PSP	1 193	2 475	2 883	2 629	2 926	2 612
Tribunal	395	1 539	1 514	1 240	1 878	1 847
Outra	71	54	21	36	69	39

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Quadro 34 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Estado do Processo*, por Distrito
2006

Estado do Processo / Distrito	2006			
	Total	Pendente	Arquivado	Suspensão
Total	6 260	3 068	1 638	1 554
2005^{a)}	6 216	3 196	1 387	1 633
Aveiro	421	6	264	151
Beja	112	30	26	56
Braga	613	492	9	112
Bragança	87	87
Castelo Branco	40	5	18	17
Coimbra	167	19	50	98
Évora	72	..	42	30
Faro	486	486
Guarda	78	77	1	..
Leiria	102	27	25	50
Lisboa	1 596	1 596
Portalegre	83	10	44	29
Porto	1 436	164	698	574
Santarém	149	3	97	49
Setúbal	424	116	27	281
Viana do Castelo	96	7	52	37
Vila Real	106	13	14	79
Viseu	148	58	20	70

* Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas, deve ser tomada em consideração que cinco CDT estiveram a funcionar sem quórum em 2005 e 2006: as CDT de Bragança, Faro, Guarda, Lisboa e Viseu. O artigo 35.º do DL n.º 130-A/2001, de 23 de Abril, define a obrigatoriedade de quórum – dois membros – para as CDT poderem realizar audições, proferir decisões e outras diligências processuais. No entanto, numa tentativa de minimizar os efeitos destas situações nos indiciados, algumas destas CDT proferiram decisões não passíveis de recurso: em 2005 as CDT de Guarda e Viseu, e em 2006 a CDT de Viseu.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2006 e 31/03/2007 deram entrada nas Comissões mais 524 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

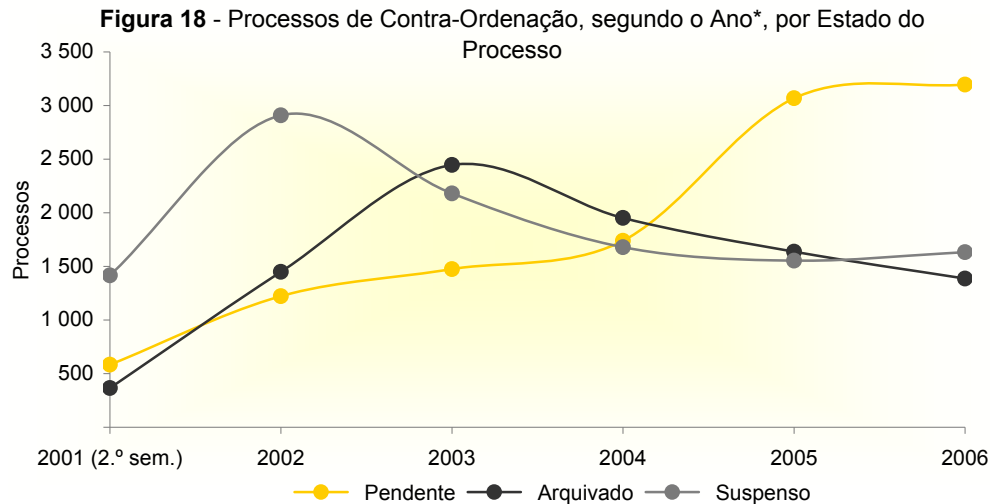
Quadro 35 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Estado do Processo
2001 (2.º semestre) – 2006

Estado do Processo	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	2 366	5 580	6 100	5 370	6 260	6 216
Pendente	583	1 222	1 474	1 739	3 068	3 196
Arquivado	366	1 449	2 446	1 952	1 638	1 387
Suspensão	1 417	2 909	2 180	1 679	1 554	1 633

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE



* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 35

Quadro 36 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Tipo de Decisão*, por Distrito
2006

Tipo de Decisão Distrito	Total	Tipo de Decisão (Lei 30/2000, de 29 de Novembro)				
		Suspensiva			Punitiva	Absolutória com efeitos extintivos ^{a)}
		n.º 1, art.º 11.º Suspensão Provisória não Toxicodependente	n.º 2 e 3, art.º 11.º Suspensão Provisória c/ Tratamento Toxicodependente	art.º 14.º e art.º 19.º Suspensão da Determinação/Execução da Sanção	art.º 16.º n.º 2 e 3, art.º 17.º art.º 18.º	
Total	3 192	1 892	683	69	476	72
Total	3 020	1 778	597	68	516	61
Aveiro	415	250	59	0	98	8
Beja	82	43	23	7	4	5
Braga	121	57	49	..	6	9
Bragança
Castelo Branco	35	21	8	..	5	1
Coimbra	148	51	77	1	15	4
Évora	72	45	10	1	7	9
Faro
Guarda	1	1
Leiria	75	35	29	3	6	2
Lisboa
Portalegre	73	40	9	2	22	..
Porto	1 272	770	160	38	289	15
Santarém	146	89	30	8	15	4
Setúbal	308	212	65	8	22	1
Viana do Castelo	89	55	10	..	24	..
Vila Real	93	52	36	..	3	2
Viseu	90	58	32

* Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas, deve ser tomada em consideração que cinco CDT estiveram a funcionar sem quórum em 2005 e 2006: as CDT de Bragança, Faro, Guarda, Lisboa e Viseu. O artigo 35.º do DL n.º 130-A/2001, de 23 de Abril, define a obrigatoriedade de quórum – dois membros – para as CDT poderem realizar audições, preferir decisões e outras diligências processuais. No entanto, numa tentativa de minimizar os efeitos destas situações nos indiciados, algumas destas CDT proferiram decisões não passíveis de recurso: em 2005 as CDT de Guarda e Viseu, e em 2006 a CDT de Viseu.

a) Nas decisões absolutórias estão incluídos os casos de óbito e de prescrição. Em 2006, registaram-se 13 óbitos e 1 prescrição.

b) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2006 e 31/03/2007 deram entrada nas Comissões mais 524 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Quadro 37 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Tipo de Decisão**

2001 (2.º semestre) – 2006

Tipo de Decisão (Lei 30/2000 de 29/11)		Ano					
		2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total		1 783	4 358	4 626	3 631	3 192	3 020
Suspensiva	Suspensão Provisória não Toxicodependente n.º 1, art.º 11.º	1 080	2 777	3 157	2 461	1 892	1 778
	Suspensão Provisória c/ Tratamento Toxicodependente n.º 2 e 3, art.º 11.º	565	1 074	899	638	683	597
	Suspensão da Determinação / Execução da Sanção art.º 14.º e art.º 19.º	5	96	78	47	69	68
Punitiva	art.º 16.º; n.º 2 e 3, art.º 17.º; art.º 18.º	53	269	403	389	476	516
Absolutória com efeitos Extintivos ^{b)}		80	142	89	96	72	61

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

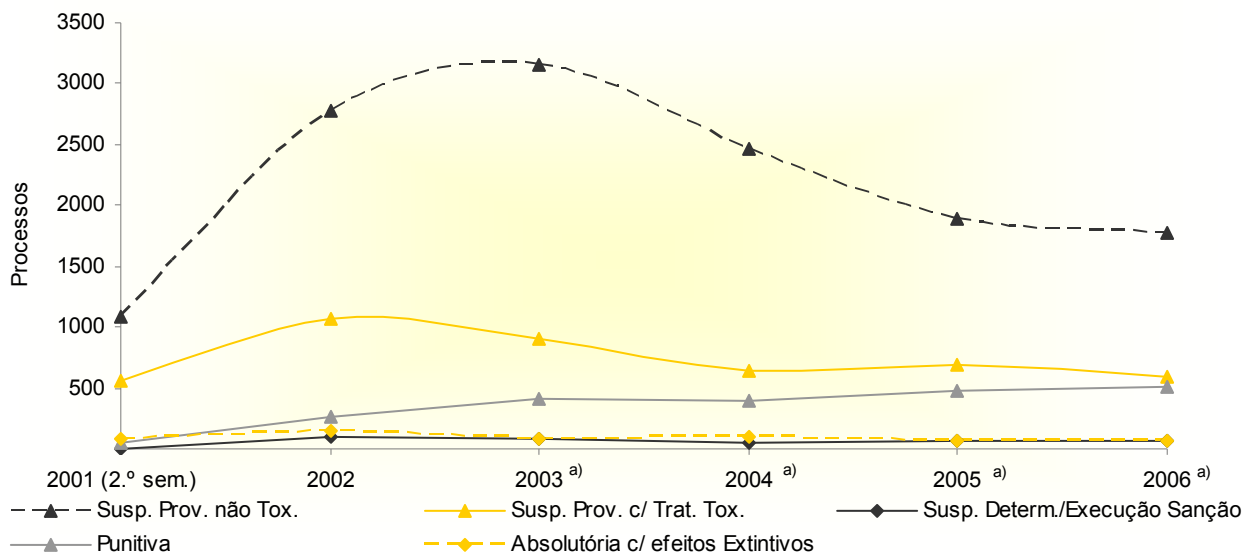
** Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas, deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram até à data a funcionar sem quórum: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; e desde 2005 a CDT de Lisboa. O artigo 35.º do DL n.º 130-A/2001, de 23 de Abril, define a obrigatoriedade de quórum – dois membros – para as CDT poderem realizar audições, proferir decisões e outras diligências processuais. No entanto, numa tentativa de minimizar os efeitos destas situações nos indiciados, algumas destas CDT proferiram algumas decisões não passíveis de recurso.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

b) Nas decisões absolutórias estão incluídos os casos de óbito e de prescrição. Em 2006, registaram-se 13 óbitos e 1 prescrição.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Figura 19 - Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Tipo de Decisão



• Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

a) Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas, deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram até à data a funcionar sem quórum: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; e desde 2005 a CDT de Lisboa. O artigo 35.º do DL n.º 130-A/2001, de 23 de Abril, define a obrigatoriedade de quórum – dois membros – para as CDT poderem realizar audições, proferir decisões e outras diligências processuais. No entanto, numa tentativa de minimizar os efeitos destas situações nos indiciados, algumas destas CDT proferiram algumas decisões não passíveis de recurso.

Fonte: Quadro 37

Quadro 38 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação com Decisão Punitiva, segundo o Tipo de Sanção, por Distrito
2006

Distrito	Tipo de Sanção	Total	Tipo de Sanção (Lei 30/2000, de 29 de Novembro)												
			Pecuniária			Não Pecuniária									
			art.º 16.º	b), n.º 2, art.º 17.º Interdição de frequência de certos lugares	d), n.º 2, art.º 17.º Interdição de ausência para o estrangeiro sem autorização	e), n.º 2, art.º 17.º Apresentação periódica em local a designar pela CDT					h), n.º 2, art.º 17.º Privação da gestão de subsídio	n.º 3, art.º 17.º Prestação de serviço gratuito a favor da comunidade	art.º 18.º Admoestação	Outros	
			CS	CAT	CDT	PSP	GNR	Outro							
Total	2005^{a)}	476	195	3	..	24	32	105	39	29	6	..	8	17	18
	2006	516	176	6	3	18	30	177	38	33	16	..	1	14	4
Aveiro		98	33	6	12	4	24	13	6
Beja		4	1	2	1	..
Braga		6	..	5	1
Bragança	
Castelo Branco		5	2	1	2
Coimbra		15	10	1	4
Évora		7	5	1	1
Faro	
Guarda	
Leiria		6	3	1	1	1
Lisboa	
Portalegre		22	5	..	1	..	1	7	5	3
Porto		289	106	165	1	13	4
Santarém		15	1	1	3	8	2
Setúbal		22	4	9	1	..	1	3	4
Viana do Castelo		24	5	14	2	3
Vila Real		3	1	2
Viseu	

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2006 e 31/03/2007 deram entrada nas Comissões mais 524 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

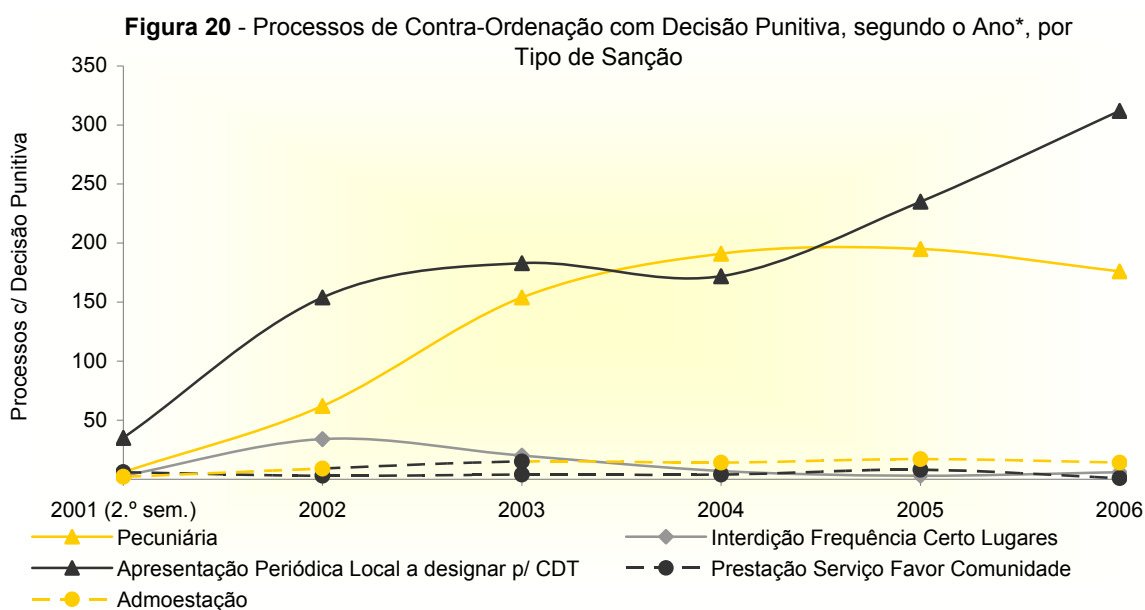
Quadro 39 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação com Decisão Punitiva, segundo o Ano*, por Tipo de Sanção
2001 (2.º semestre) – 2006

Tipo de Sanção (Lei 30/2000 de 29/11)		Ano						
		2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006	
Total		56	269	403	389	476	516	
Pecuniária art.º 16.º		6	62	154	191	195	176	
Não Pecuniária	b), n.º 2, art.º 17.º - Interdição de frequência de certos lugares	3	34	20	7	3	6	
	d), n.º 2, art.º 17.º - Interdição de ausência para o estrangeiro sem autorização	2	1	2	3	
	e), n.º 2, art.º 17.º - Apresentação periódica em local a designar pela CDT	Centro Saúde	26	64	31	16	24	18
		CAT	5	26	11	23	32	30
		CDT	3	45	90	75	105	177
		PSP / GNR	1	19	51	46	68	71
		Outro	12	6	16
	h), n.º 2, art.º 17.º - Privação de gestão de subsídio	1	
n.º 3, art.º 17.º - Prestação de serviço gratuito a favor da comunidade	6	3	4	4	8	1		
art.º 18.º - Admoestação	2	9	15	14	17	14		
Outros		1	6	25	1	18	4	

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE



* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 39

Quadro 40 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Tipo de Droga, por Distrito

2006

Tipo de Droga		Total	Heroína	Cocaína	Cannabis	Ecstasy	Outro	Polidrogas	Desc.
Distrito									
Total	2005 ^{a)}	6 260	864	362	4 015	33	20	628	338
	2006	6 216	789	395	4 043	28	14	526	421
Aveiro		421	22	17	330	35	17
Beja		112	22	3	71	..	1	14	1
Braga		613	155	72	295	1	1	89	..
Bragança		87	19	2	24	2	1	16	23
Castelo Branco		40	3	..	20	17
Coimbra		167	24	19	91	..	2	10	21
Évora		72	8	9	53	2	..
Faro		486	136	37	249	60	4
Guarda		78	13	5	45	1	..	12	2
Leiria		102	34	4	54	..	1	6	3
Lisboa		1 596	93	96	1 229	12	1	104	61
Portalegre		83	10	6	60	3	4
Porto		1 436	120	64	914	8	3	108	219
Santarém		149	33	25	70	1	..	19	1
Setúbal		424	43	24	322	2	4	19	10
Viana do Castelo		96	3	1	67	8	17
Vila Real		106	32	3	54	12	5
Viseu		148	19	8	95	1	..	9	16

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2006 e 31/03/2007 deram entrada nas Comissões mais 524 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Quadro 41 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Tipo de Droga

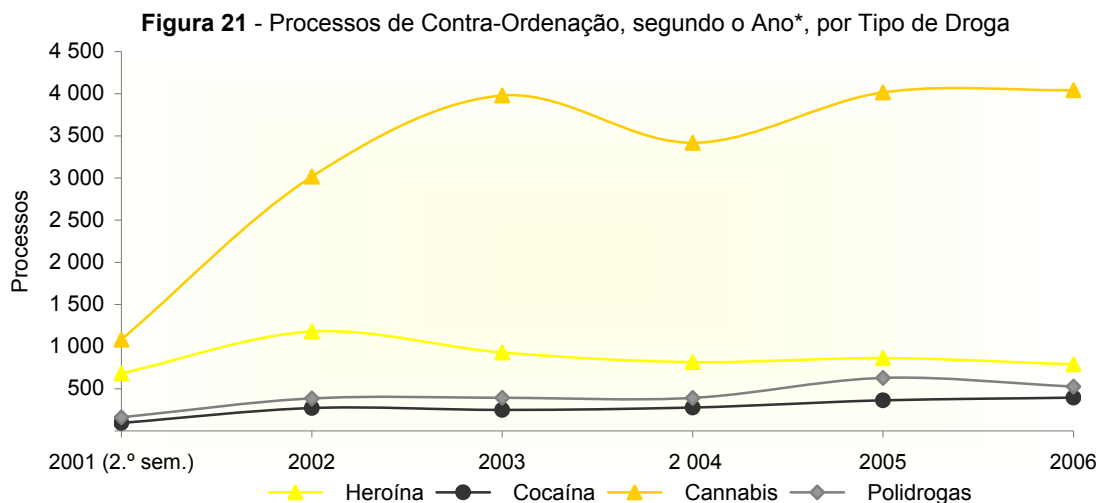
2001 (2.º semestre) – 2006

Tipo de Droga	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	2 366	5 580	6 100	5 370	6 260	6 216
Heroína	684	1 180	931	816	864	789
Cocaína	95	272	249	277	362	395
Cannabis	1 082	3 018	3 980	3 417	4 015	4 043
Ecstasy	14	29	24	19	33	28
Outro	4	18	15	6	20	14
Polidrogas	162	385	393	392	628	526
Desconhecido	325	678	508	443	338	421

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

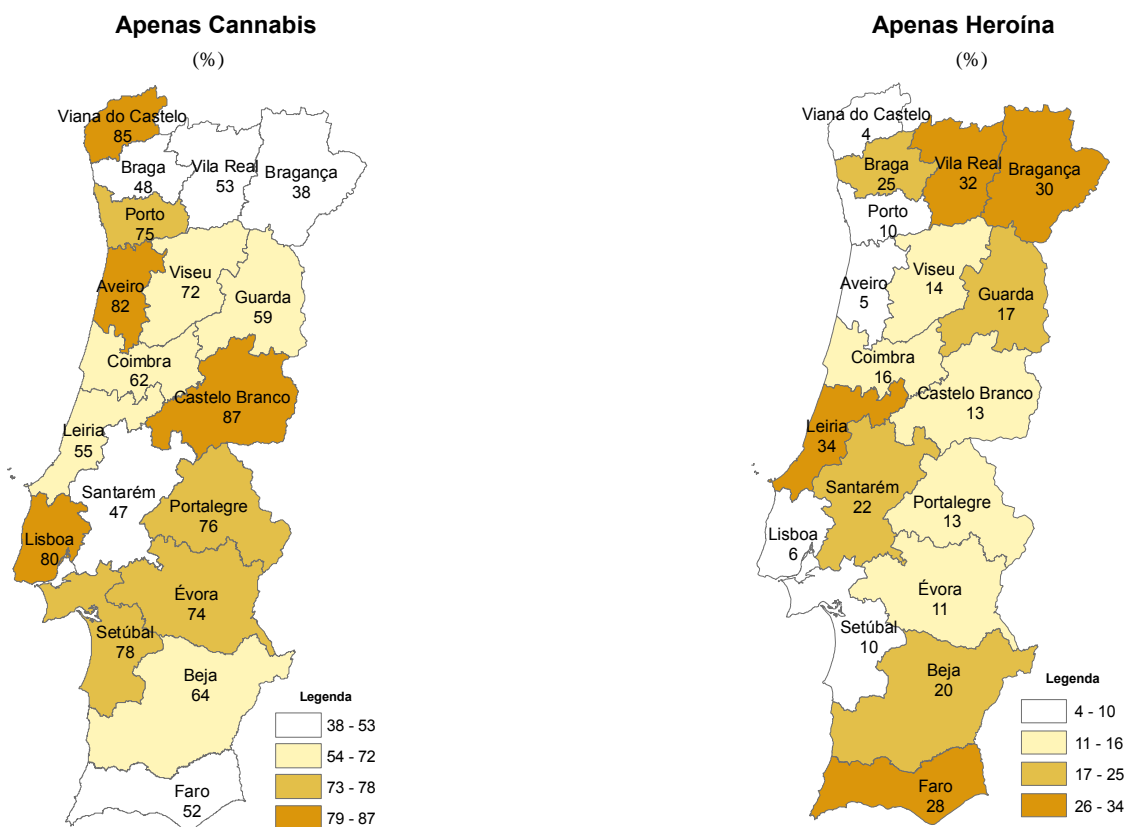
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE



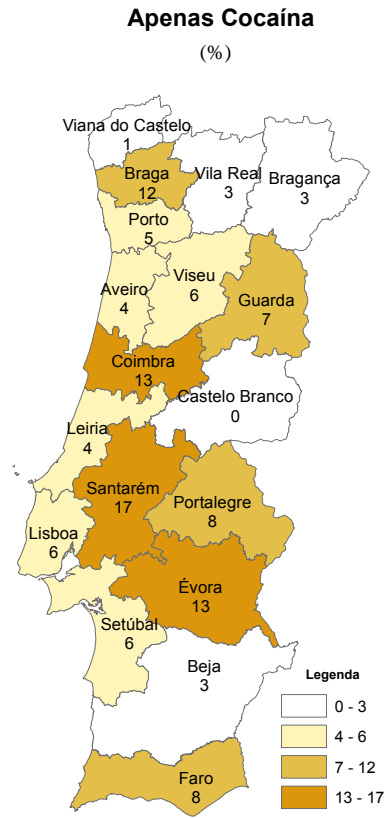
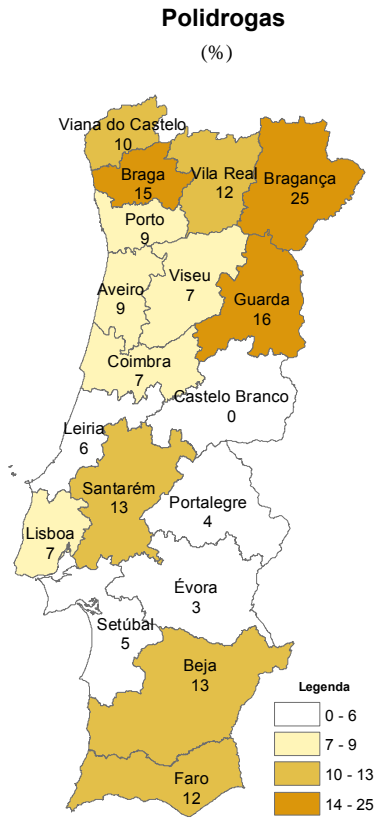
* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 41

Figura 22 - Percentagens Intra-Distritais de Processos de Contra-Ordenação, por Tipo de Droga
2006



Continua ►►



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 42 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação com Polidrogas, segundo as Drogas Envolvidas*, por Distrito
2006

Distrito	Drogas Envolvidas	Total	Heroína	Heroína	Cocaína	Ecstasy	Heroína +	Outras
			+ Cocaína	+ Cannabis	+ Cannabis	+ Cannabis	Cocaína + Cannabis	
Total	2005^{a)}	628	383	57	68	38	50	32
	2006	526	304	67	79	27	27	22
Aveiro		35	21	1	8	2	1	2
Beja		14	6	5	3	..
Braga		89	79	2	2	1	5	..
Bragança		16	7	2	1	..	6	..
Castelo Branco	
Coimbra		10	5	3	1	1
Évora		2	..	1	1
Faro		60	29	26	1	2	1	1
Guarda		12	8	1	1	1	1	..
Leiria		6	1	3	1	1
Lisboa		104	45	7	35	10	2	5
Portalegre		3	..	1	2
Porto		108	70	8	11	7	8	4
Santarém		19	9	3	5	2
Setúbal		19	7	2	4	2	..	4
Viana do Castelo		8	6	..	1	1
Vila Real		12	7	..	5
Viseu		9	4	2	1	2

* As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2006 e 31/03/2007 deram entrada nas Comissões mais 524 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Quadro 43 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação com Polidrogas, segundo o Ano*, por Drogas Envolvidas**
2001 (2.º semestre) – 2006

Drogas Envolvidas	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	162	385	393	392	628	526
Heroína + Cocaína	96	218	241	245	383	304
Heroína + Cannabis	20	52	39	37	57	67
Cocaína + Cannabis	11	26	30	42	68	79
Ecstasy + Cannabis	8	42	36	33	38	27
Heroína + Cocaína + Cannabis	7	9	19	19	50	27
Outras	20	38	28	16	32	22

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

** As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Quadro 44 - Indivíduos* Primários e Reincidentes em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano**

2001 (2.º semestre) – 2006

Situação	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815
Primários	2 125	4 850	5 264	4 734	5 478	5 507
Reincidentes ^{b)}	79	273	351	264	346	308

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

b) Apenas são considerados reincidentes, os indivíduos com mais do que um processo de contra-ordenação num mesmo ano.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Quadro 45 - Indivíduos Reincidentes* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano, por Número de Reincidências**

2001 (2.º semestre) – 2006

N.º de Reincidências	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	79	273	351	264	346	308
Uma vez	77	245	318	239	305	266
Duas vezes	1	26	23	25	35	36
Três vezes	1	2	8	..	5	5
Quatro vezes	2
Cinco vezes	1	1

* Apenas são considerados reincidentes os indivíduos com mais do que um processo de contra-ordenação num mesmo ano.

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Figura 23 - Indivíduos Reincidentes em Processos de Contra-Ordenação, por Distrito

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 46 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Grupo Etário e Sexo, por Distrito
2006

Grupo Etário/Sexo Distrito	Total			16-19			20-24			25-29			30-34			35-39			40-44			≥45			Desc.		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
2005^{a)}	5 824	5 440	384	967	905	62	1 928	1 814	114	1 104	1 026	78	771	711	60	520	479	41	307	293	14	193	180	13	34	32	2
Total	5 815	5 486	329	878	843	35	1 884	1 787	97	1 132	1 064	68	773	717	56	568	522	46	345	328	17	197	189	8	38	36	2
Aveiro	391	374	17	84	82	2	160	151	9	72	69	3	34	34	..	23	21	2	12	12	..	6	5	1
Beja	107	103	4	13	13	..	28	25	3	17	17	..	26	26	..	10	10	..	8	7	1	5	5
Braga	563	531	32	65	63	2	159	148	11	95	89	6	94	87	7	67	63	4	50	49	1	33	32	1
Bragança	79	73	6	10	9	1	13	10	3	24	23	1	17	16	1	9	9	..	4	4	..	2	2
Castelo Branco	38	33	5	8	8	..	14	13	1	9	5	4	3	3	..	3	3	1	1
Coimbra	165	153	12	21	19	2	47	43	4	35	32	3	25	24	1	17	15	2	15	15	..	5	5
Évora	65	61	4	11	9	2	25	24	1	8	8	..	12	12	..	5	4	1	2	2	..	1	1	..	1	1	..
Faro	437	395	42	69	63	6	121	116	5	68	62	6	61	53	8	53	43	10	42	38	4	16	14	2	7	6	1
Guarda	74	66	8	4	4	..	23	21	2	16	14	2	15	12	3	11	10	1	1	1	..	4	4
Leiria	98	87	11	14	13	1	24	21	3	24	23	1	19	15	4	9	8	1	2	2	..	4	4	..	2	1	1
Lisboa	1 511	1 422	89	243	233	10	475	451	24	340	321	19	175	161	14	132	120	12	89	81	8	46	44	2	11	11	..
Portalegre	78	75	3	17	17	..	22	22	..	18	17	1	9	8	1	7	7	..	4	3	1	1	1
Porto	1 326	1 283	43	159	154	5	484	473	11	240	231	9	171	162	9	136	131	5	75	73	2	44	42	2	17	17	..
Santarém	138	127	11	20	20	..	34	31	3	23	21	2	24	21	3	19	16	3	9	9	..	9	9
Setúbal	413	393	20	80	79	1	132	125	7	82	76	6	43	41	2	39	35	4	22	22	..	15	15
Viana do Castelo	88	85	3	22	21	1	39	37	2	13	13	..	5	5	..	3	3	..	5	5	..	1	1
Vila Real	101	93	8	18	17	1	26	22	4	19	17	2	18	17	1	14	14	..	3	3	..	3	3
Viseu	143	132	11	20	19	1	58	54	4	29	26	3	22	20	2	11	10	1	2	2	..	1	1

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2006 e 31/03/2007 deram entrada nas Comissões mais 524 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Quadro 47 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano, por Grupo Etário e Sexo**
2001 (2.º semestre) – 2006

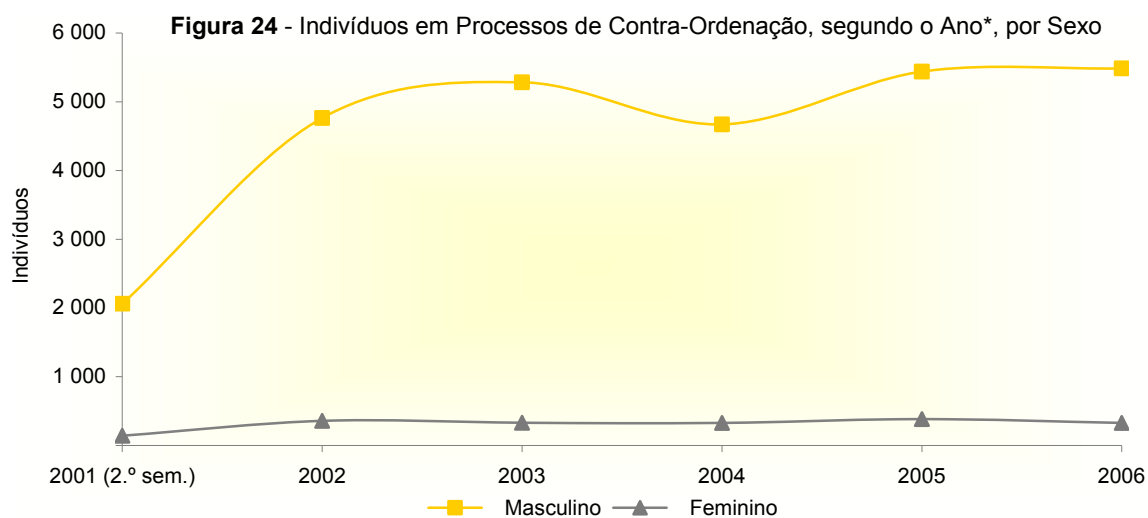
Grupo Etário/Sexo	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815
Masculino	2 061	4 765	5 284	4 671	5 440	5 486
Feminino	143	358	331	327	384	329
16-19 anos	389	1 012	1 189	920	967	878
Masculino	355	915	1 109	848	905	843
Feminino	34	97	80	72	62	35
20-24 anos	610	1 531	1 825	1 685	1 928	1 884
Masculino	572	1 447	1 730	1 586	1 814	1 787
Feminino	38	84	95	99	114	97
25-29 anos	501	1 007	1 048	888	1 104	1 132
Masculino	467	945	988	844	1 026	1 064
Feminino	34	62	60	44	78	68
30-34 anos	345	742	726	643	771	773
Masculino	329	680	673	594	711	717
Feminino	16	62	53	49	60	56
35-39 anos	193	488	451	437	520	568
Masculino	176	458	418	403	479	522
Feminino	17	30	33	34	41	46
40-44 anos	99	183	252	246	307	345
Masculino	97	169	244	230	293	328
Feminino	2	14	8	16	14	17
≥45 anos	34	91	98	137	193	197
Masculino	33	87	97	127	180	189
Feminino	1	4	1	10	13	8
Desconhecido	33	69	26	42	34	38
Masculino	32	64	25	39	32	36
Feminino	1	5	1	3	2	2

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absoltivos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

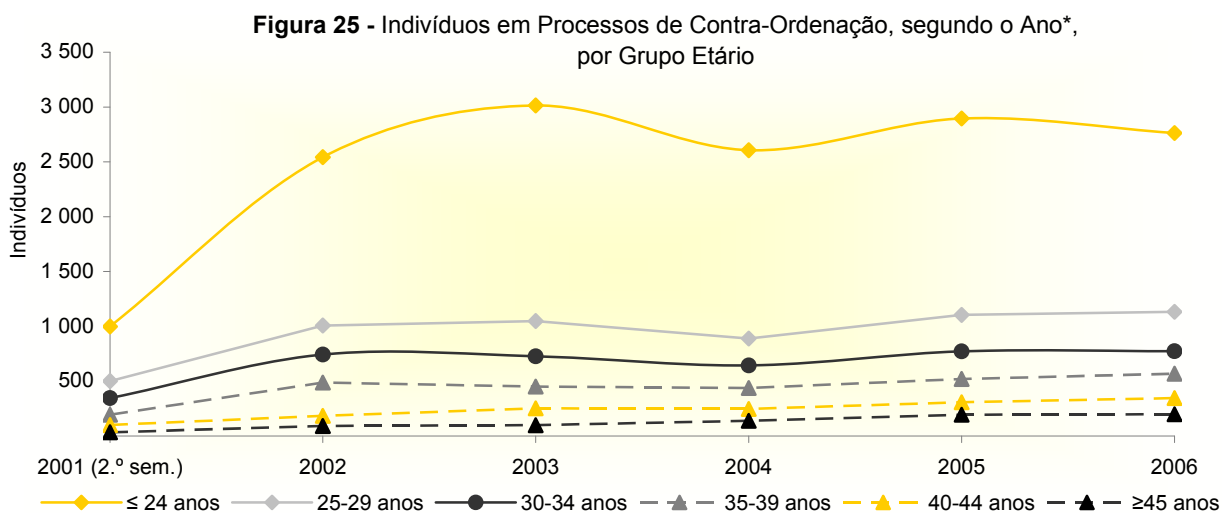
a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: GAD / DMFRI – NE



* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 47



* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 47

Quadro 48 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano, por Países da Nacionalidade**
2001 (2.º semestre) – 2006

País da Nacionalidade	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815
Europa	2 113	4 923	5 445	4 844	5 556	5 548
União Europeia	2 104	4 910	5 426	4 825	5 533	5 522
Alemanha	6	13	10	16	13	9
Espanha	6	14	16	18	12	12
França	26	36	17	22	25	14
Holanda	..	2	..	1	3	..
Portugal	2 057	4 831	5 372	4 751	5 461	5 468
Reino Unido	6	6	5	10	8	6
Outros da UE	3	8	6	7	11	13
Outros da Europa	9	13	19	19	23	26
Ucrânia	4	7	9	14	13	18
Outros	5	6	10	5	10	8
África	55	143	135	114	203	188
Angola	24	64	66	59	72	75
Cabo Verde	8	39	37	23	63	71
Guiné-Bissau	4	11	11	12	24	20
Moçambique	13	14	14	9	29	14
São Tomé e Príncipe	2	2	..	2	1	2
Outros	4	13	7	9	14	6
América	15	41	29	29	46	62
Bolívia	1
Brasil	10	26	17	21	40	46
Colômbia	..	1	1	..	1	..
Venezuela	1	4	4	4	2	4
Outros	4	10	6	4	3	12
Ásia	2	7	2	4	8	4
Oceânia	..	1	1
Desconhecido	19	8	4	7	11	12

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Quadro 49 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano, por Estado Civil**

2001 (2.º semestre) – 2006

Estado Civil	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815
Solteiro	1722	4 206	4 782	4 177	4 839	4 827
Casado / União de Facto	287	624	575	554	673	678
Divorciado / Separado	116	207	200	185	236	231
Viúvo	8	9	15	14	15	6
Desconhecido	71	77	43	68	61	73

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Quadro 50 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano, por Situação de Coabitação**

2001 (2.º semestre) – 2006

Situação de Coabitação	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815
Só com Ascendentes ^{b)}	895	2 390	3 290	2 674	3 033	3 065
Com Ascendentes ^{b)} + Cônjuge ou Filho(s)	49	114	106	99	116	96
Só com Cônjuge + Filho(s)	118	223	295	251	270	298
Só com Cônjuge	90	179	243	252	296	332
Só com Filho(s)	4	16	13	11	23	16
Só com Amigos	18	71	77	78	89	86
Sozinho(a)	133	264	317	301	340	378
Outra Situação	180	461	543	493	602	566
Desconhecida	717	1 405	731	839	1 055	978

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

b) Com ou sem irmãos.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Quadro 51 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano, por Nível de Ensino**

2001 (2.º semestre) – 2006

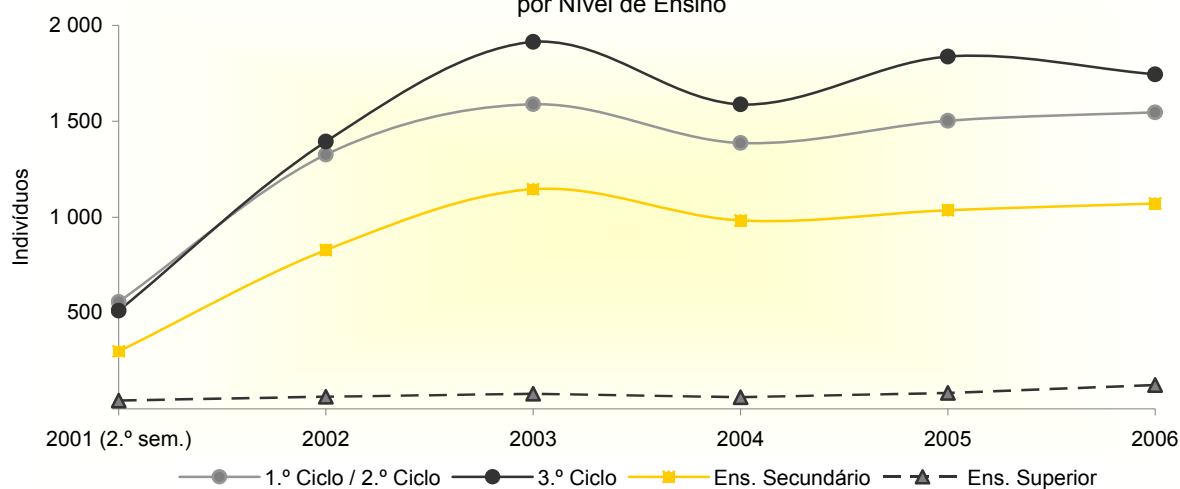
Nível de Ensino	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815
Sem Nível de Ensino	13	28	30	25	37	23
Ensino Básico / 1.º Ciclo	203	483	528	492	524	519
Ensino Básico / 2.º Ciclo	355	843	1 061	895	979	1 028
Ensino Básico / 3.º Ciclo	512	1 395	1 914	1 588	1 838	1 745
Ensino Secundário	300	828	1 146	983	1 036	1 071
Ensino Superior	43	63	79	61	83	125
Outro	6	18	9	19	9	18
Desconhecido	772	1 465	848	935	1 318	1 286

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Figura 26 - Indivíduos em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Nível de Ensino

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 51

Quadro 52 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano, por Situação Profissional**
2001 (2.º semestre) – 2006

Situação Profissional	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815
Empregado	782	2 036	2 320	2 051	2 412	2 516
Empregado Temporariamente	75	101	86	82	74	68
Desempregado	562	1 270	1 507	1 295	1 672	1 621
Estudante	250	639	908	733	806	806
Situação de Reclusão	69	221	201	187	149	260
Outra Situação ^{b)}	70	196	252	196	278	139
Desconhecida	396	660	341	454	433	405

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

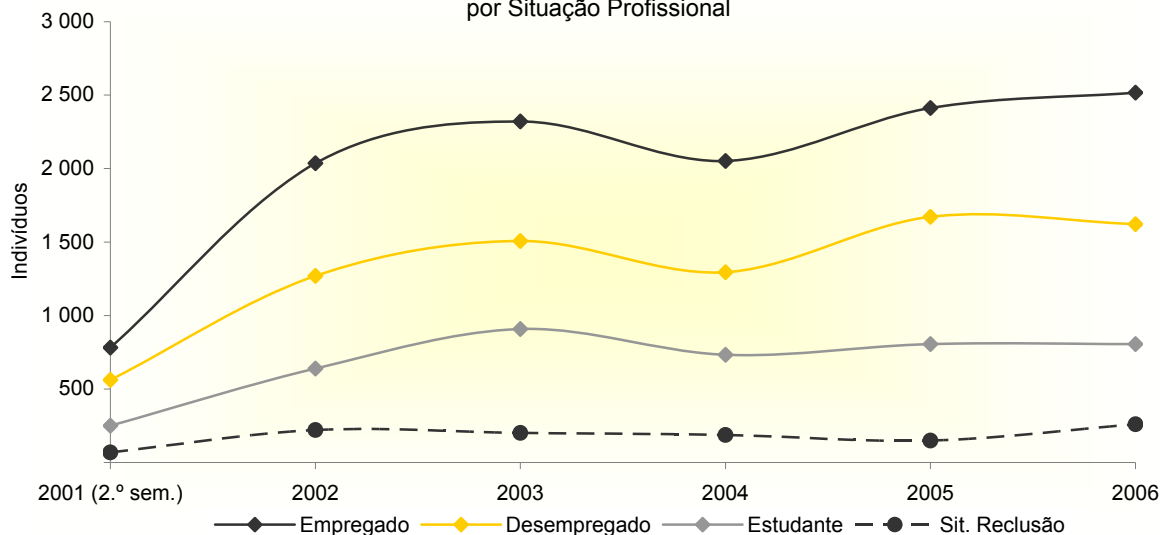
** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

b) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE

Figura 27 - Indivíduos em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Situação Profissional



* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 52

Quadro 53 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano, por Grupo Profissional**
2001 (2.º semestre) – 2006

Grupo Profissional	Ano					
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815
Quadros superiores da administração pública	1	..	5	3
Directores de empresas	2	2	3	3
Directores e gerentes de pequenas empresas	8	23	11	26	14	21
Especialistas das ciências físicas, matemáticas e engenharia	..	6	6	6	3	9
Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde	..	4	4	2	3	8
Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares	7	9	9	5	6	18
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas	6	10	14	5	10	14
Técnicos e profissionais de nível intermédio das ciências físicas e químicas, da engenharia e trabalhadores similares	10	8	18	7	16	19
Profissionais de nível intermédio das ciências da vida e da saúde	1	10	8	7	5	8
Profissionais de nível intermédio do ensino	1	7	4	4	12	5
Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	42	88	67	54	72	69
Empregados de escritório	17	70	61	64	88	69
Empregados de recepção, caixas, bilheteiros e similares	30	64	75	106	88	93
Pessoal dos serviços directos e particulares, de protecção e segurança	19	42	43	68	57	37
Manequins, vendedores e demonstradores	39	140	146	138	203	224
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação de animais e pescas	20	37	31	42	24	28
Agricultores e pescadores - agricultura e pesca de subsistência	20	34	23	21	24	18
Operários, artífices e trabalhadores similares das indústrias extractivas e da construção civil	323	594	522	444	456	500
Trabalhadores da metalurgia e da metalomecânica e trabalhadores similares	81	203	261	233	290	265
Mecânicos de precisão, oleiros e vidreiros, artesãos, trabalhadores das artes gráficas e trabalhadores similares	44	77	117	91	112	230
Outros operários, artífices e trabalhadores similares	145	368	313	253	252	353
Operadores de instalações fixas e similares	10	57	68	51	94	106
Operadores de máquinas e trabalhadores da montagem	15	58	73	42	47	64
Condutores de veículos e embarcações e operadores de equipamentos pesados móveis	41	99	93	74	92	151
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	275	609	757	674	782	685
Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas	22	58	62	63	66	65
Trabalhadores não qualificados das minas, da construção civil e obras públicas, da indústria transformadora e dos transportes	268	658	705	533	739	508
Desconhecido	760	1 790	2 121	1 983	2 261	2 242

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas Comissões mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI – NE



Quadro 54 - Droga Apreendida, segundo o Ano, por Tipo de Droga
1998 - 2006

Tipo Droga ^{b)}	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	
Gramas										
Heroína	96 666	76 417	567 533	316 039	96 315	72 365	99 047	182 266	144 295	
Cocaína	624 949	822 560	3 026 374	5 573 994	3 140 103	3 016 881	7 422 752	18 083 231	34 477 476	
Haxixe	5 574 794	10 636 075	30 467 121	6 472 688	7 022 029	31 555 686	28 994 459	28 258 016	8 458 418	
Liamba	7 115	65 766	223 212	234 533	361 026	264 821	118 929	121 394	151 915	
Comprimidos										
Ecstasy	1 127	31 319	25 496	126 451	222 466	155 492	107 734,5	118 162	113 835	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) Em **1998**, foram apreendidas mais 35 doses de Heroína líquida, 20 g de folhas de Coca, 17 316 plantas de Liamba, 1,56 kg de sementes de Liamba, 0,3 g de Ecstasy moído, 69 compr. de Alprazolam, 10 compr. de Alucinogénios, 4 compr. de Anfetaminas, 13 compr. de Bromazepam, 9 compr. de Cloxazolam, 0,03 g de Codeína, 0,4 g de Crack, 14 compr. de Diazepam, 51 compr. de Flunitrazepam, 73 cápsulas de Flurazepam, 20 cápsulas de Halazepam, 27 compr. de Lorazepam, 261 compr. de LSD, 2 frascos de Metadona, 1 compr. de Midazolam, 4,5 g de Morfina, 1 g de Ópio bruto e/ou preparado, 28 848 plantas e cápsulas de Ópio, 2298 compr. de Oxazepam, 2 compr. de Temazepam, e, 23,79 kg de substância Indeterminada.

Em **1999**, foram apreendidas mais 21 doses de Heroína líquida, 1 dose de Cocaína líquida, 0,2 g de óleo de Haxixe, 1184 plantas de Liamba, 38,38 kg de sementes de Liamba, 45 sementes de Liamba, 86,5 g de Ecstasy moído, 6 compr. de Alprazolam, 3,3 g de Alucinogénios, 0,4 g e 37 compr. de Anfetaminas, 122 compr. de Cloridrato de Clorobenzorex, 14 compr. de Diazepam, 81 compr. de Flunitrazepam, 4 cápsulas de Flurazepam, 24 cápsulas de Halazepam, 1845 compr. de LSD, 27 compr. e 21,3 g de Metadona, 68 compr. de Midazolam, 85 compr. de Morfina, 351 plantas e cápsulas de Ópio, 1925 compr. de Oxazepam, 45,2 g de Rebolau, e, 6,96 kg de substância Indeterminada.

Em **2000**, foram apreendidas mais 15 doses de Heroína líquida, 49 kg de Cocaína Base, 4,1 g de óleo de Haxixe, 380 g de plantas de Liamba, 2277 plantas de Liamba, 1,56 kg de folhas de Liamba, 2 folhas de Liamba, 1,74 kg de sementes de Liamba, 201 sementes de Liamba, 3 doses líquidas e 1,09 kg de Ecstasy moído, 1 compr. de Alprazolam, 18 compr. de Anfetaminas, 7 compr. de Bromazepam, 4 compr. e 28,7 g de Codeína, 1 dose líquida de Cloridrato de Clorobenzorex, 10 compr. de Cloxazolam, 120 compr. de Diazepam, 43 compr. de Flunitrazepam, 88 compr. e 0,5 g de Flurazepam, 187 compr. de Halazepam, 8 compr. de Lorazepam, 6106 selos de LSD, 78 compr. e 14 doses líquidas de Metadona, 204 compr. de Midazolam, 241 compr. de Morfina, 1348 plantas e cápsulas de Ópio, 2,85 kg de plantas e cápsulas de Ópio, 4330 compr. de Oxazepam, 3,9 g de Rebolau, 36,5 g de Speedball, e, 25,11 kg de substância Indeterminada.

Em **2001**, foram apreendidas mais 5 doses de Heroína líquida, 663,6 g de Crack, 133,9 g de óleo de Haxixe, 3807 plantas de Liamba, 2,92 kg de pólen de Cannabis, 1,59 kg de sementes de Liamba, 163 sementes de Liamba, 87,7 g de Ecstasy moído, 15 compr. de Alprazolam, 1,4 g de Alucinogénios, 1,6 g de Cogumelos Alucinogénios, 25 compr. e 0,2 g de Anfetaminas, 10 compr. de Cloridrato de Clorobenzorex, 5 compr. de Codeína, 10,3 kg de Codeína Base, 5,15 kg de Fosfato de Codeína, 5 kg de Resinato de Codeína, 1 compr. de Diazepam, 2 compr. de Etil-loflazepato, 450 g de Cloridrato de Etilmorfina, 12 compr. de Flurazepam, 3588 selos de LSD, 22 compr., 9 frascos e 9,6 g de Metadona, 303 compr. de Midazolam, 97 compr. e 42,8 g de Morfina, 15 g de Ópio, 77 g de sementes de Ópio, 3356 compr. de Oxazepam, 18,9 g de Speedball, e, 14,27 kg, 2191 compr. e 0,2 g sementes de substância Indeterminada.

Em **2002**, foram apreendidas mais 1 planta de Coca, 10,7 g de óleo de Haxixe, 11 frascos de óleo de Haxixe, 1,75 kg de plantas de Liamba, 3135 plantas de Liamba, 5,3 kg de pólen de Cannabis, 775,7 g de sementes de Liamba, 4036 sementes de Liamba, 2,24 kg de folhas de Liamba, 4,2 g de cristais de Ecstasy, 1,67 kg de Ecstasy moído, 34 cápsulas e 639,9 g de Anfetaminas, 8,4 g de Codeína, 565,2 g de Cogumelos Alucinogénios, 13 Cogumelos Alucinogénios, 1,9 g de Cloxazolam, 21 compr. e 4,8 g de Diazepam, 30 compr. de Lorazepam, 2 compr. e 9785 selos de LSD, 2 frascos e 0,9 g de Metadona, 53 compr. de Midazolam, 35 compr. de Morfina, 82 g de Ópio, 1014 plantas de Ópio, 967 compr. de Oxazepam, 4,8 g de Rebolau, 6,9 g de Speedball, e, 2,1 g de sementes, 2 sementes, 28 cápsulas, 13,01 kg e 1242 compr. de substância Indeterminada.

Em **2003**, foram apreendidas mais 4,24 kg de Base de Cocaína, 135,7 g de Crack, 550 g de plantas de Liamba, 2663 plantas de Liamba, 3,58 kg de pólen de Cannabis, 146,5 g de sementes de Liamba, 514 sementes de Liamba, 70,57 kg de folhas de Liamba, 8033 cápsulas de Ecstasy, 201,4 g de Ecstasy moído, 11 404 compr. de Alprazolam, 33,2 g e 125 compr. de Anfetaminas, 0,6 g cristais de Anfetaminas, 5 compr. de Bromazepam, 0,1 g de Crystal Metal, 202,5 g de Cogumelos Alucinogénios, 9 Cogumelos Alucinogénios, 14 compr. de Clonazepam, 22 187 compr. de Diazepam, 92 compr. de Efedrina, 17 g de Fentanil, 20 compr. de Flunitrazepam, 20 compr. de Flurazepam, 515 selos de LSD, 24 compr. de Metadona, 44 compr. de Midazolam, 12 cápsulas de Opiáceos, 250 g de Ópio, 1112 plantas de Ópio, 1151 compr. e 1,4 g de Oxazepam, 5,1 g de Speedball, e, 19,35 kg, 22g de sementes, 1 planta, 1051 cápsulas/compr. e 1 frasco de substância Indeterminada.

Em **2004**, foram apreendidas mais 187,3 g de folhas de Coca, 2246 plantas de Liamba, 681,6 g de pólen de Cannabis, 1,96 kg de sementes de Liamba, 5464 sementes de Liamba, 539,1 g de folhas de Liamba, 409,9 g de Ecstasy moído, 19 compr. de Alprazolam, 3 frascos de Alucinogénios, 2816 cápsulas de Anfepirmona, 13 cápsulas, 19 compr. e 489,8 g de Anfetaminas, 4 compr. de Bromazepam, 42 compr. de Buprenorfina, 1,25 kg de Cogumelos Alucinogénios, 1 Cogumelo Alucinogénio, 259 compr. de Clonazepam, 2834 cápsulas/compr. de Diazepam, 2 compr. de Flurazepam, 12 compr. de Halazepam, 29 compr. de Lorazepam, 1474 selos, 4 frascos e ½ compr. de LSD, 13 sementes de Mescalina, 24 compr. e 159 frascos de Metadona, 93,1 g de Metaqualona, 160,5 compr. de Midazolam, 44,8 g de Ópio, 1547 plantas de Ópio, 1360 compr. de Oxazepam, 93 g de Rebolau, e, 24,46 kg, 500 compr., 1 cápsula e 12 g de sementes de substância Indeterminada.

Em **2005**, foram apreendidas mais 1,10 kg de folhas de Coca, 5,53 kg de folhas de Liamba, 3 folhas de Liamba, 3732 plantas de Liamba, 137,5 kg de pólen de Cannabis, 1,45 kg de sementes de Liamba, 1401 sementes de Liamba, 9,56 kg de Ecstasy moído, 1 cápsula de Ecstasy, 13 compr. de Alprazolam, 2400 cápsulas de Anfepirmona, 131 g de Anfetaminas, 52 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 2517 cápsulas de Bromazepam, 165 compr. de Buprenorfina, 35 g de Crystal Metal, 23 g de Cogumelos Alucinogénios, 15 Cogumelos Alucinogénios, 2 g e 465 compr. de Clonazepam, 592 cápsulas de Clordiazepóxido, 120 compr. de Diazepam, 713 cápsulas de Fenproporex, 331 selos, 1 frasco e 3 g de LSD, 80 compr. e 12 frascos de Metadona, 358 compr. de Midazolam, 1,78 kg de Ópio, 30 g e 9811 compr. de Oxazepam, 26 g de Rebolau, 175 539 compr. de Triazolam, e, 40,87 kg, 688 cápsulas/compr., 58 g de compr., e 38 sementes de substância Indeterminada.

Em **2006**, foram apreendidas mais 3,8 g de Crack, 12,56 kg de folhas de Liamba, 2 folhas de Liamba, 12 g de plantas de Liamba, 2434 plantas de Liamba, 45,25 kg de pólen de Cannabis, 1,4 kg de sementes de Cannabis, 587 sementes de Cannabis, 1,94 kg de Ecstasy moído, 6,8 g de cristais de Ecstasy, 1 cápsula de 2C-B, 4 compr. de Alprazolam, 1439 cápsulas de Anfepirmona, 33,72 kg de Anfetaminas, 96 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 0,4 g e 1482 cápsulas de Bromazepam, 117 compr. de Buprenorfina, 407 compr. de Clonazepam, 604,4 g de Cogumelos Alucinogénios, 35 cápsulas/compr. de Diazepam, 1438 cápsulas de Fenproporex, 0,8 g e 16 compr. de Halazepam, 60 compr. de Loprazolam, 18 compr. de Lorazepam, 14,6 g, 33 frascos e 968 selos de LSD, 14 cactos de Mescalina, 24 unidades de mCPP, 194 compr. e 29 frascos de Metadona, 415 compr. de Midazolam, 1 g e 8 plantas de Ópio, 1 g e 1280 compr. de Oxazepam, e, 30,5 kg, 220 g de cápsulas/compr., 939 cápsulas/compr., 1 planta e 49 g de sementes de substância Indeterminada.

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 55 - Quantidade de Heroína Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano

1998 - 2006

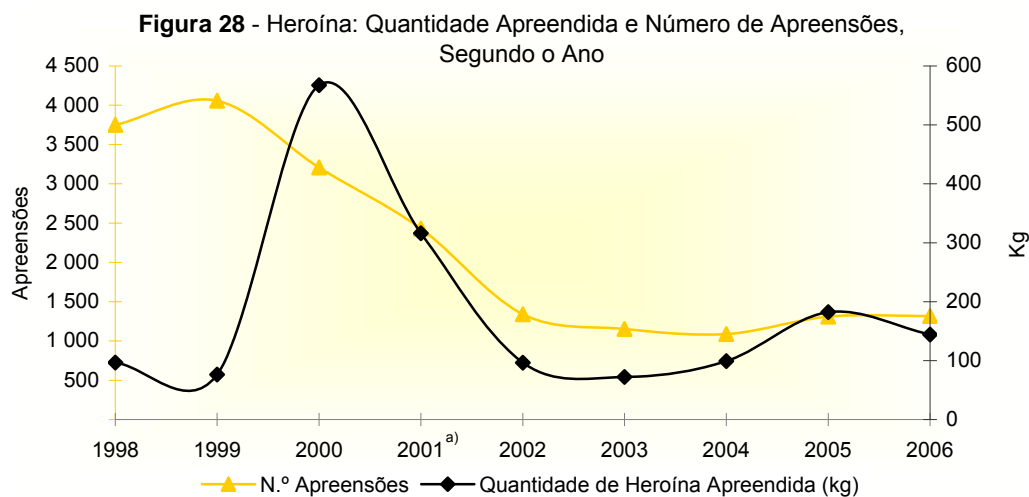
Ano	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006
Heroína Apreendida ^{b)} (kg)	96,67	76,42	567,53	316,04	96,32	72,37	99,05	182,27	144,30
N.º de Apreensões ^{c)}	3 750	4 058	3 209	2 430	1 340	1 154	1 088	1 309	1 317

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) Mais as quantidades das outras unidades/modalidades de Heroína apreendida que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 54.

c) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Heroína apreendida referidas na nota anterior: em **1998**, 28 apreensões de Heroína líquida, em **1999**, 13 apreensões de Heroína líquida, em **2000**, 9 apreensões de Heroína líquida, e, em **2001**, 3 apreensões de Heroína líquida. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Heroína apreendida foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE



a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 55

Quadro 56 - Quantidade de Cocaína Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano
1998 - 2006

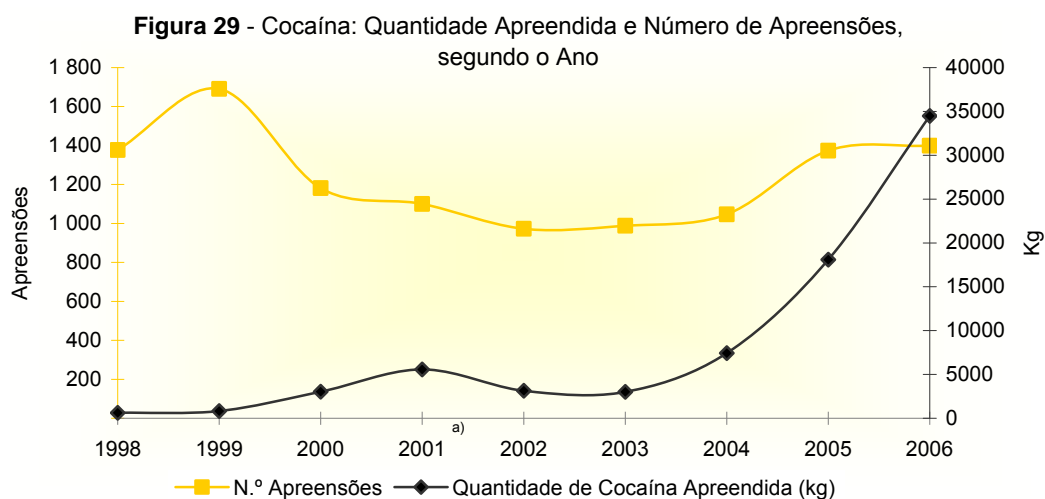
Ano	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006
Cocaína Apreendida ^{b)} (kg)	624,95	822,56	3 026,37	5 573,99	3 140,10	3 016,88	7 422,75	18 083,23	34 477,48
N.º de Apreensões ^{c)}	1 377	1 691	1 181	1 100	973	988	1 047	1 374	1 399

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) Mais as quantidades das outras unidades/modalidades de Cocaína apreendida que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 54.

c) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Cocaína apreendida referidas na nota anterior: em **1998**, 1 apreensão de folhas de Coca, em **1999**, 1 apreensão de Cocaína líquida, em **2000**, 2 apreensões de Cocaína Base, em **2002**, 1 apreensão de plantas de Coca, em **2003**, 1 apreensão de Base de Cocaína e 1 de Crack, em **2004**, 1 apreensão de folhas de Coca, em **2005**, 1 apreensão de folhas de Coca, e em **2006**, 1 apreensão de Crack. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Cocaína apreendida foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE



a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 56

Quadro 57 - Quantidade de Haxixe Apreendido e Número de Apreensões, segundo o Ano

1998 - 2006

Ano	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006
Haxixe Apreendido ^{b)} (kg)	5 574, 79	10 636,08	30 467,12	6 472,69	7 022,03	31 555,69	28 994,46	28 258, 02	8 458, 42
N.º de Apreensões ^{c)}	1 917	2 539	2 457	2 285	1 970	2 276	2 439	2 695	2 511

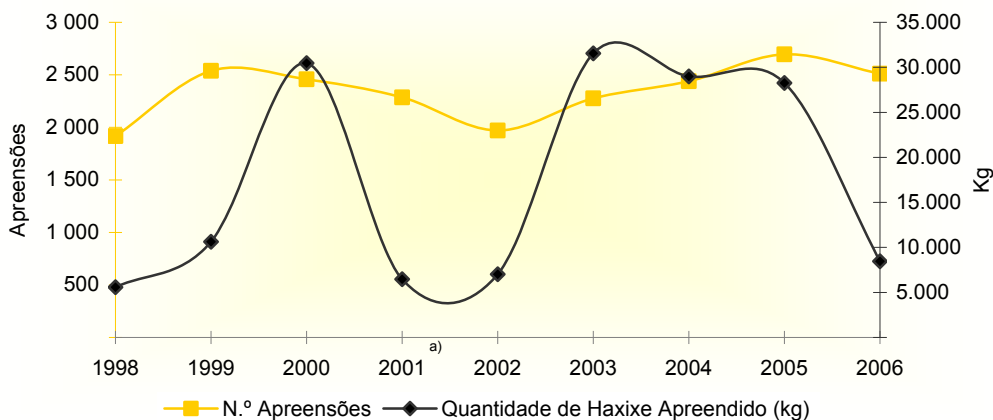
a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) Mais as quantidades das outras unidades/modalidades de Haxixe apreendido que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 54.

c) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Haxixe apreendido referidas na nota anterior: em **1999**, 1 apreensão de óleo de Haxixe, e, em **2001**, 1 apreensão de óleo de Haxixe. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Haxixe apreendido foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Figura 30 - Haxixe: Quantidade Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano



a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 57

Quadro 58 - Quantidade de Liamba Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano

1998 - 2006

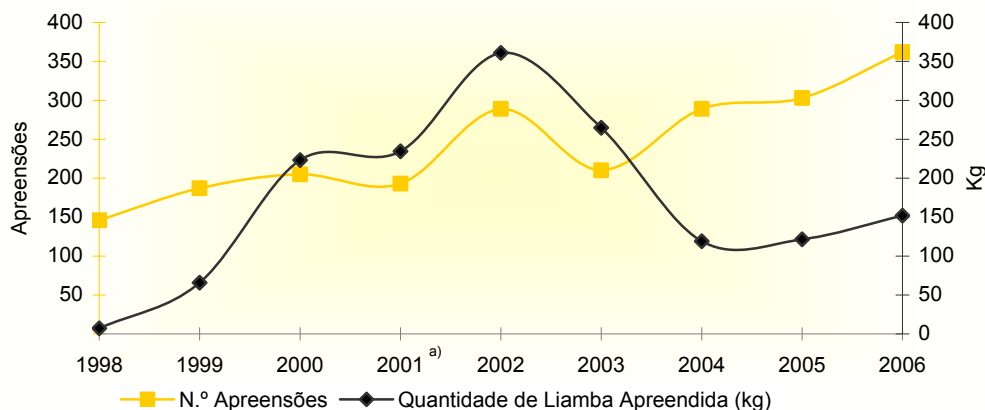
Ano	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006
Liamba Apreendida ^{b)} (kg)	7,12	65,77	223,21	234,53	361,03	264,82	118,93	121,39	151,92
N.º de Apreensões ^{c)}	146	187	205	193	289	210	289	303	362

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) Mais as quantidades das outras unidades/modalidades de Liamba apreendida que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 54.

c) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Liamba apreendida referidas na nota anterior: em **1998**, 32 apreensões de plantas de Liamba, 8 de sementes de Liamba e 1 envolvendo plantas e sementes de Liamba, em **1999**, 32 apreensões de plantas de Liamba e 8 de sementes de Liamba, em **2000**, 37 apreensões de plantas de Liamba, 12 apreensões de sementes de Liamba, 3 apreensões de plantas e sementes de Liamba, 2 apreensões de folhas e sementes de Liamba, 1 apreensão de folhas e plantas de Liamba e 1 apreensão de plantas, sementes e folhas de Liamba, em **2001**, 46 apreensões de plantas de Liamba, 11 apreensões de sementes de Liamba, 4 apreensões de pólen de Cannabis, 5 apreensões de plantas e sementes de Liamba, em **2002**, 92 apreensões de plantas de Liamba, 7 apreensões de sementes de Liamba, 2 apreensões de folhas de Liamba, 1 apreensão de pólen de Cannabis, 4 apreensões de plantas e folhas de Liamba, 3 apreensões de plantas e sementes de Liamba e 2 apreensões de plantas, folhas e sementes de Liamba, em **2003**, 56 apreensões de plantas de Liamba, 15 apreensões de sementes de Liamba, 3 apreensões de folhas de Liamba, 4 apreensões de pólen de Cannabis, 1 apreensão de pólen de Cannabis e sementes de Liamba, 5 apreensões de plantas e sementes de Liamba, 1 apreensão de folhas e plantas de Liamba, 1 apreensão de folhas e sementes de Liamba, 1 apreensão de plantas, folhas e sementes de Liamba, em **2004**, 79 apreensões plantas de Liamba, 18 apreensões de sementes de Liamba, 4 apreensões de pólen de Cannabis, 9 apreensões de plantas e sementes de Liamba, 1 apreensão de folhas e sementes de Liamba, 1 apreensão de folhas e plantas de Liamba, 1 apreensão de pólen de Cannabis e sementes de Liamba e 2 apreensões de folhas, plantas e sementes de Liamba, em **2005**, 84 apreensões de plantas de Liamba, 30 apreensões de pólen de Liamba, 22 apreensões de sementes de Liamba, 2 apreensões de folhas de Liamba, 12 apreensões de plantas e sementes de Liamba, 3 apreensões de folhas e plantas de Liamba, 2 apreensões de pólen e sementes de Liamba, 1 apreensão folhas e pólen de Liamba e 2 apreensões de folhas, plantas e sementes de Liamba, e em **2006**, 95 apreensões de plantas de Liamba, 25 de pólen de Cannabis, 23 de sementes de Liamba, 3 folhas de Liamba, 11 apreensões de plantas e sementes de Liamba, 1 apreensão de folhas e pólen de Cannabis, 1 apreensão de folhas e sementes de Liamba, 1 apreensão de sementes e pólen de Cannabis, e 2 apreensões de folhas, plantas e sementes de Cannabis. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Liamba apreendida foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Figura 31 - Liamba: Quantidade Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 58

Quadro 59 - Quantidade de Ecstasy Apreendido e Número de Apreensões, segundo o Ano

1998 - 2006

Ano	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006
Ecstasy Apreendido ^{b)} (compr.)	1 127	31 319	25 496	126 451	222 466	155 492	107 734,5	118 162	113 835
N.º de Apreensões ^{c)}	35	73	81	164	190	149	158	166	135

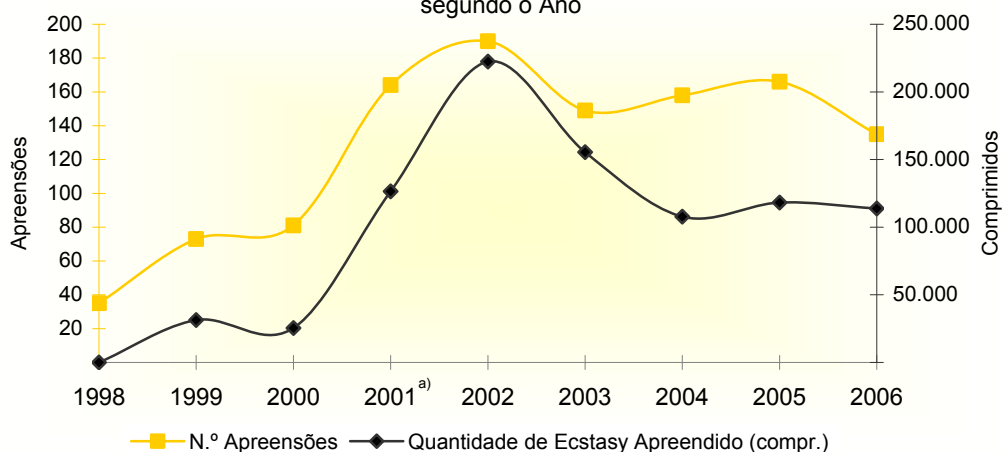
a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) Mais as quantidades das outras unidades/modalidades de Ecstasy apreendido que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 54.

c) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Ecstasy apreendido referidas na nota anterior: em **1998**, 2 apreensões de Ecstasy moído, em **1999**, 6 apreensões de Ecstasy moído, em **2000**, 1 apreensão de Ecstasy moído e 1 apreensão envolvendo uma dose líquida de Ecstasy, em **2001**, 4 apreensões de Ecstasy moído, em **2002**, 17 apreensões de Ecstasy moído, em **2003**, 14 apreensões de Ecstasy moído e 3 apreensões de cápsulas de Ecstasy, em **2004**, 20 apreensões de Ecstasy moído, em **2005**, 33 apreensões de Ecstasy moído e 1 apreensão de uma cápsula de Ecstasy, e em **2006**, 38 apreensões de Ecstasy moído. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Ecstasy apreendido foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

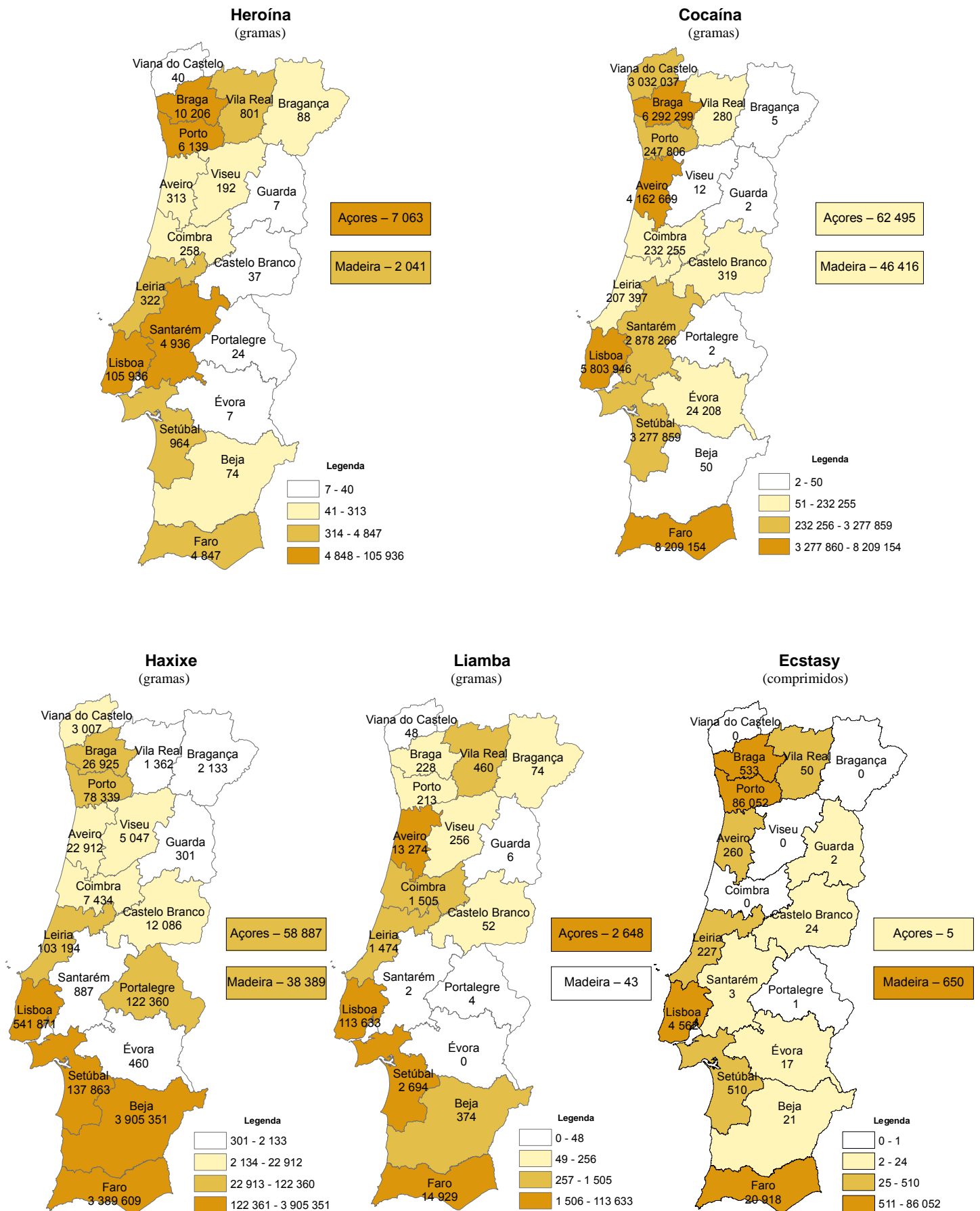
Figura 32 - Ecstasy: Quantidade Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano



a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 59

Figura 33 - Quantidades de Droga Apreendida, por Distrito e Região Autónoma
2006



Fonte: Políçia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 60 - Número de Apreensões, segundo o Ano, por Tipo de Droga e Quantidade Apreendida
1998 - 2006

Tipo de Droga/ /Quantidade Apreendida	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	
Heroína	•3 750	•4 058	•3 209	•2 430	1 340	1 154	1 088	1 309	1 317	
≤ 10 g	3 422	3 652	2 781	1 985	968	855	802	971	1 013	
> 10 g e ≤ 100 g	227	319	293	322	266	217	199	263	228	
> 100 g	73	74	126	120	106	82	87	75	76	
Cocaína	•1 377	•1 691	•1 181	1 100	•973	•988	•1 047	•1 374	•1 399	
≤ 10 g	1 154	1 447	923	735	624	607	594	844	808	
> 10 g e ≤ 100 g	117	164	147	204	156	165	190	234	219	
> 100 g	105	79	109	161	192	214	262	295	371	
Haxixe	1 917	•2 539	2 457	•2 285	1 970	2 276	2 439	2 695	2 511	
≤ 100 g	1 824	2 414	2 269	2 026	1 705	1 960	2 099	2 360	2 226	
> 100 g e ≤ 1000 g	62	79	132	186	182	215	232	231	186	
> 1000 g	31	45	56	72	83	101	108	104	99	
Liamba	•146	•187	•205	•193	•289	•210	•289	•303	•362	
≤ 100 g	96	136	130	102	146	101	147	121	165	
> 100 g e ≤ 1000 g	7	9	14	9	19	8	20	17	20	
> 1000 g	2	2	5	16	13	14	7	7	15	
Ecstasy	•35	•73	•81	•164	•190	•149	•158	•166	•135	
≤ 10 comprimidos	23	32	38	71	72	44	62	65	41	
> 10 e ≤ 50 comprimidos	2	20	24	47	49	43	51	36	29	
> 50 comprimidos	8	15	17	42	52	45	25	31	27	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

• O total não corresponde à soma das parcelas, porque existem apreensões destas drogas que não podem ser expressas nestas unidades de medida, vide notas dos Quadros 55 a 59.

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 61 - Preço* Médio das Drogas, segundo o Ano, por Tipo de Droga
1998 - 2006

Tipo de Droga	Ano									
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
	Por grama									
Heroína	38,50 €	31,33 €	49,72 €	50,27 €	43,78 €	46,80 €	46,54 €	41,01 €	42,17 €	
Cocaína	45,63 €	40,37 €	60,31 €	53,51 €	38,57 €	41,40 €	42,23 €	45,11 €	45,73 €	
Haxixe	1,78 €	1,09 €	4,13 €	4,06 €	2,45 €	2,49 €	2,31 €	2,13 €	2,18 €	
Liamba	2,25 €	1,40 €	3,83 €	3,26 €	2,62 €	4,00 €	2,66 €	3,67 €	2,15 €	
	Por comprimido									
Ecstasy	11,70 €	6,70 €	5,98 €	6,86 €	5,90 €	5,27 €	4,50 €	3,56 €	3,18 €	

* Os preços relativos aos anos posteriores a 2001 referem-se apenas ao mercado de tráfico e de tráfico-consumo.

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 62 - Droga Apreendida, por País de Proveniência e Destino
2006

Tipo de Droga/ /Destino	Heroína ^{a)} (gramas)			Cocaína ^{a)} (gramas)			Haxixe ^{a)} (gramas)			Liamba ^{a)} (gramas)			Ecstasy (comprimidos)		
	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.
Total	2005			18 083 231			28 258 016			121 394			118 162		
	2006			34 477 476			8 458 418			151 915			113 835		
Subtotal	85 096	..	59 199	1 589 850	11 660 481	21 227 145	2 272 618	3 912 802	2 272 998	90 033	20 850	41 032	100 691	..	13 144
Alemanha	47	18
Angola	76 500	20 850
Antilhas Holandesas	5 882
Argentina	13 190
Bélgica	1 915
Bolívia	1 050	7 858
Brasil	138	97 228	154 353
Cabo Verde	20 360	1 635
Colômbia	123 590	61 625
Espanha	9 140	130	290 598	28	..	3 495	13 934
França	1 124
Guiné Bissau	46 970	9 479	10 015
Holanda	69 728	312	4	86 757
Letónia	1
Marrocos	1 980 849	3 900 000
México	4 010
Peru	70 565	12 620
República Dominicana	5 055
São Tomé e Príncipe	34 450
Senegal	15 155	6 730
Turquia	4 175
Uruguai	2 700	93 050
Venezuela	1 154 258	214 080
Desconhecido	59 199	..	11 093 996	21 227 145	..	12 774	2 272 998	41 032	13 144

a) Considerados os valores iguais ou superiores a 0,5 g.

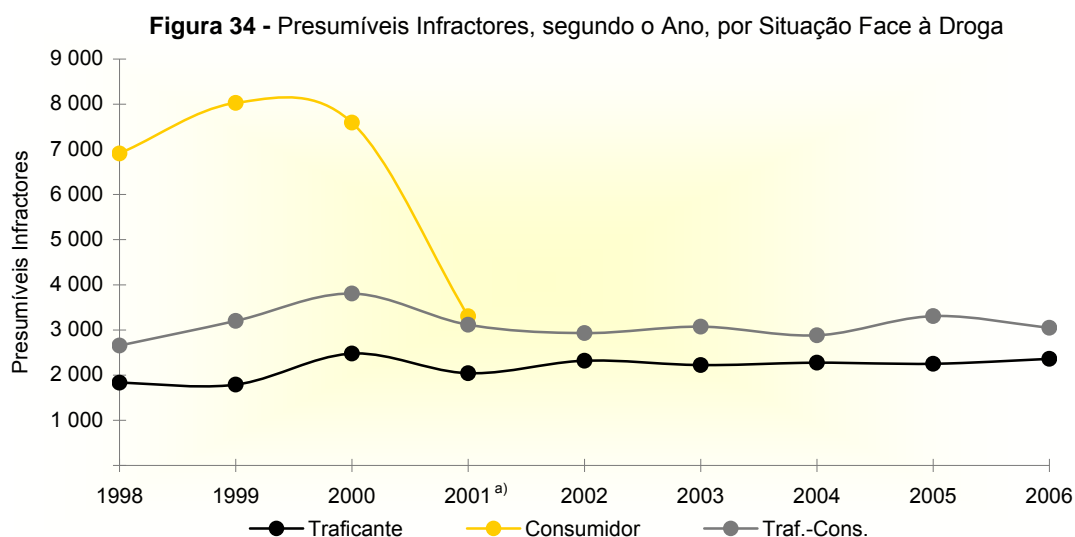
Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 63 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Situação Face à Droga e Sexo
1998 - 2006

Situação Face à Droga/Sexo	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	
Total	11 395	13 020	14 276	8 736	5 255	5 318	5 159	5 565	5 425	
Masculino	9 949	11 488	12 425	3 951	4 457	4 647	4 462	4 904	4 776	
Feminino	1 446	1 532	1 451	369	798	671	697	661	649	
Desconhecido	4 416	
Traficante	1 831	1 790	2 478	2 041	2 318	2 222	2 277	2 252	2 359	
Masculino	1 390	1 381	1 955	920	1 803	1 780	1 783	1 851	1 902	
Feminino	441	409	523	165	515	442	494	401	457	
Desconhecido	956	
Consumidor	6 910	8 030	7 592	3 302	–	–	–	–	–	
Masculino	6 149	7 190	6 973	1 260	–	–	–	–	–	
Feminino	761	840	619	93	–	–	–	–	–	
Desconhecido	1 949	–	–	–	–	–	
Traf.-Cons.	2 654	3 200	3 806	3 117	2 932	3 074	2 882	3 308	3 047	
Masculino	2 410	2 917	3 497	1 702	2 650	2 850	2 679	3 050	2 857	
Feminino	244	283	309	95	282	224	203	258	190	
Desconhecido	1 320	
Desconhecido	400	276	5	22	..	5	19	
Masculino	281	69	4	17	..	3	17	
Feminino	119	16	1	5	..	2	2	
Desconhecido	191	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

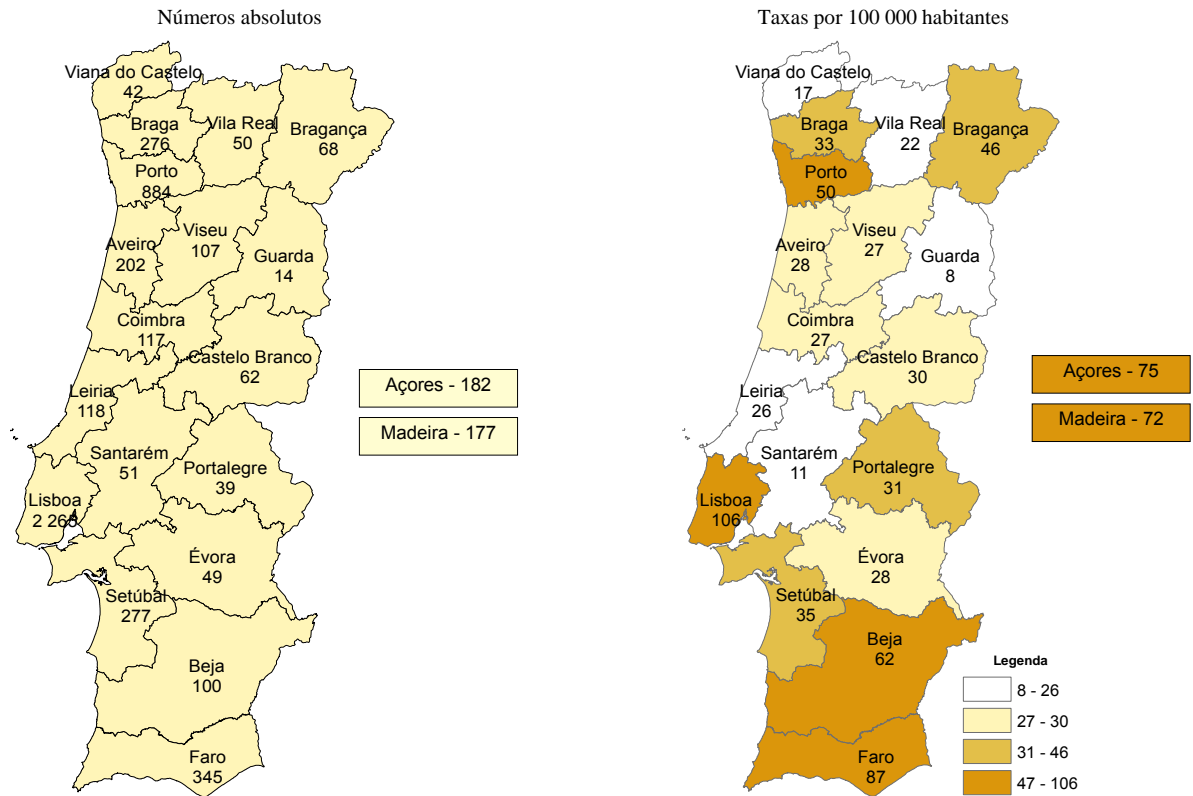
Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE



a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

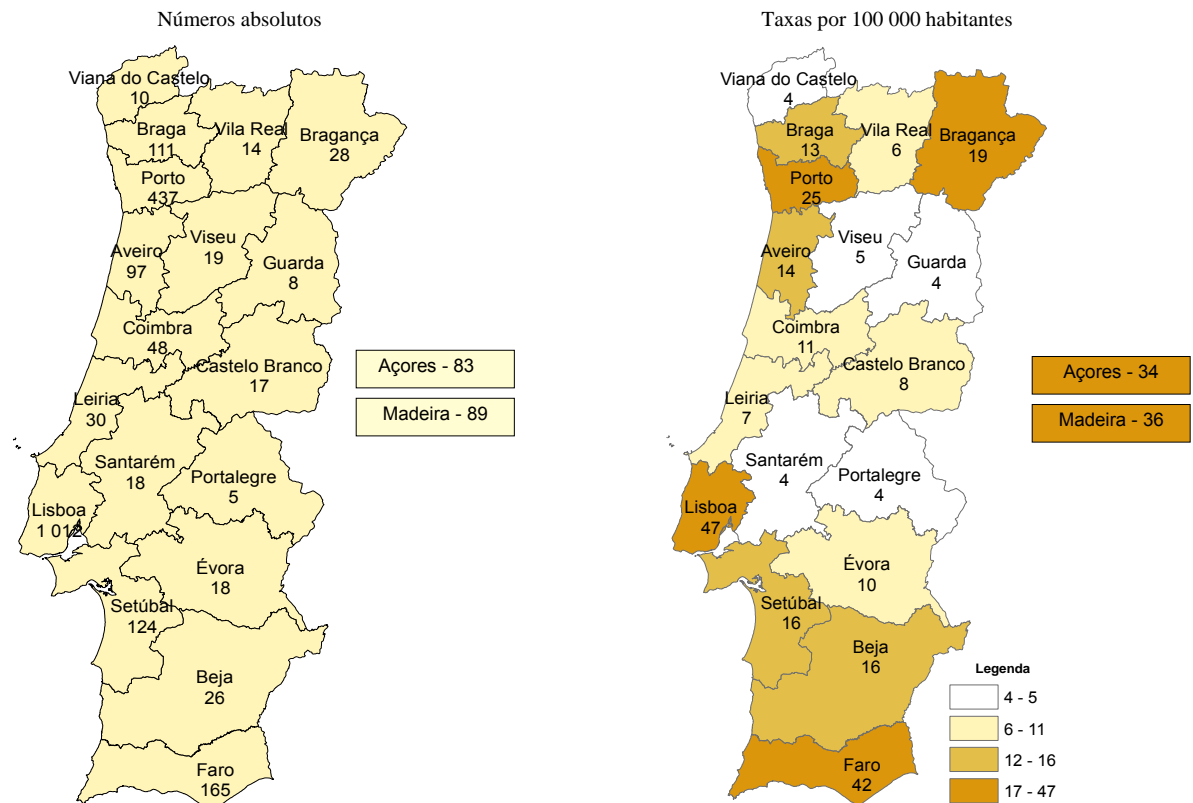
Fonte: Quadro 63

Figura 35 - Total de Presumíveis Infractores, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infracção
2006



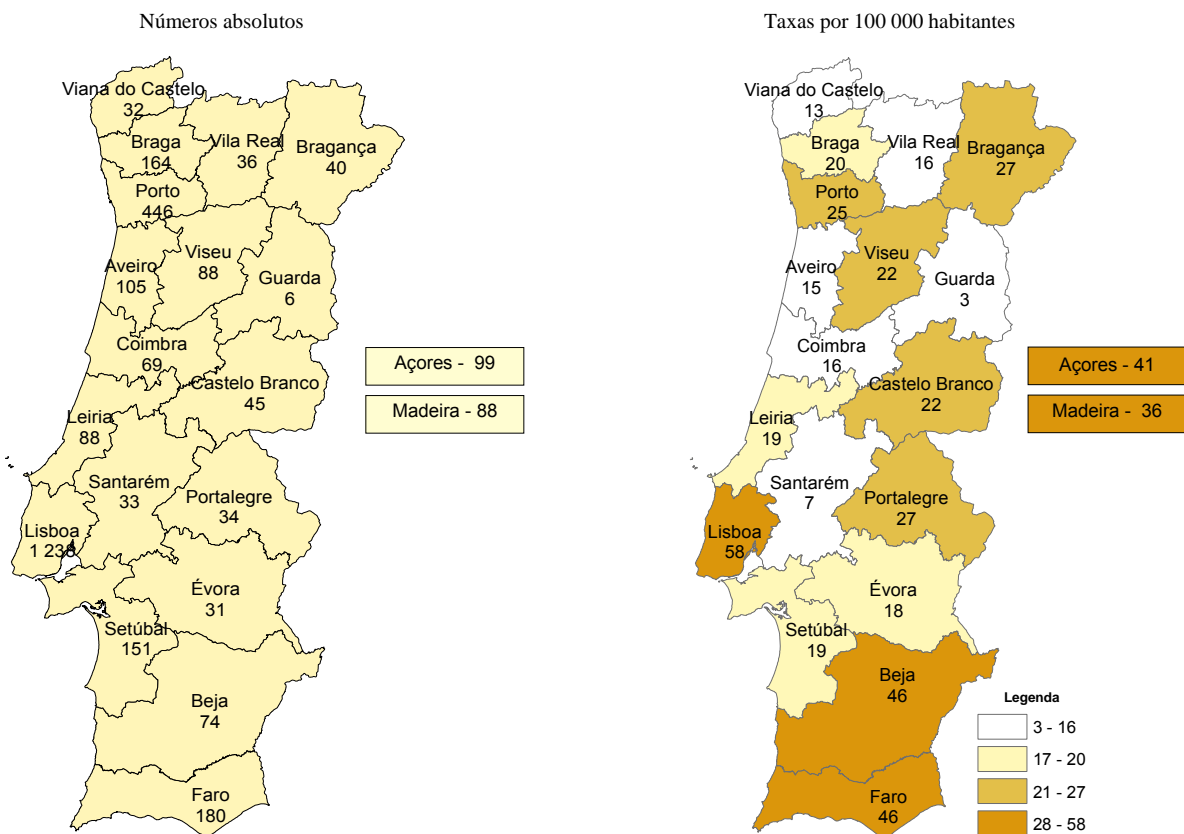
Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DMFRI – NE

Figura 36 - Presumíveis Traficantes, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infracção
2006



Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DMFRI – NE

Figura 37 - Presumíveis Traficantes-Consumidores, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infracção
2006



Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 64 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infracção
2006

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
Total	5 425	2 359	3 047	19
Aveiro (Distrito)	202	97	105	..
Águeda	26	20	6	..
Albergaria-a-Velha	18	18
Anadia	6	..	6	..
Aveiro	34	5	29	..
Espinho	2	..	2	..
Estarreja	4	3	1	..
Ílhavo	14	1	13	..
Mealhada	1	..	1	..
Murtosa	1	..	1	..
Oliveira de Azeméis	2	..	2	..
Oliveira do Bairro	7	3	4	..
Ovar	40	24	16	..
Santa Maria da Feira	28	18	10	..
São João da Madeira	13	3	10	..
Vagos	2	1	1	..
Vale de Cambra	4	1	3	..
Beja (Distrito)	100	26	74	..
Almodôvar	5	1	4	..
Alvito	1	..	1	..
Beja	19	10	9	..
Castro Verde	7	3	4	..
Ferreira do Alentejo	3	..	3	..
Mértola	13	2	11	..
Odemira	37	2	35	..
Ourique	10	5	5	..
Serpa	4	3	1	..
Vidigueira	1	..	1	..
Braga (Distrito)	276	111	164	1
Amares	5	2	3	..
Barcelos	26	7	19	..
Braga	78	47	31	..
Celorico de Basto	2	..	2	..
Esposende	21	8	12	1
Fafe	14	..	14	..
Guimarães	55	10	45	..
Póvoa de Lanhoso	5	..	5	..
Vila Nova de Famalicão	60	30	30	..
Vila Verde	7	5	2	..
Vizela	3	2	1	..
Bragança (Distrito)	68	28	40	..
Alfândega da Fé	4	4
Bragança	25	7	18	..
Macedo de Cavaleiros	5	3	2	..
Mirandela	15	4	11	..
Mogadouro	2	..	2	..
Torre de Moncorvo	11	9	2	..
Vila Flor	3	1	2	..
Vinhais	3	..	3	..
Castelo Branco (Distrito)	62	17	45	..
Belmonte	2	..	2	..
Castelo Branco	22	7	15	..
Covilhã	15	3	12	..
Fundão	5	3	2	..
Idanha-a-Nova	15	4	11	..
Sertã	3	..	3	..

Continua ►

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
Distrito/Concelho				
Coimbra (Distrito)	117	48	69	..
Arganil	1	..	1	..
Cantanhede	3	2	1	..
Coimbra	66	30	36	..
Condeixa-a-Nova	1	..	1	..
Figueira da Foz	25	14	11	..
Miranda do Corvo	3	2	1	..
Montemor-o-Velho	6	..	6	..
Oliveira do Hospital	7	..	7	..
Soure	1	..	1	..
Tábua	4	..	4	..
Évora (Distrito)	49	18	31	..
Borba	1	..	1	..
Estremoz	8	2	6	..
Évora	14	5	9	..
Montemor-o-Novo	8	..	8	..
Redondo	6	..	6	..
Reguengos de Monsaraz	1	..	1	..
Vendas Novas	11	11
Faro (Distrito)	345	165	180	..
Albufeira	52	35	17	..
Aljezur	1	..	1	..
Castro Marim	2	2
Faro	46	21	25	..
Lagoa	39	19	20	..
Lagos	19	3	16	..
Loulé	67	38	29	..
Monchique	1	..	1	..
Olhão da Restauração	25	8	17	..
Portimão	34	17	17	..
Silves	36	13	23	..
Tavira	11	4	7	..
Vila do Bispo	3	..	3	..
Vila Real de Santo António	9	5	4	..
Guarda (Distrito)	14	8	6	..
Almeida	5	2	3	..
Celorico da Beira	1	..	1	..
Figueira de Castelo Rodrigo	1	..	1	..
Guarda	5	4	1	..
Vila Nova de Foz Côa	2	2
Leiria (Distrito)	118	30	88	..
Alcobaça	21	4	17	..
Ansião	2	..	2	..
Batalha	10	2	8	..
Bombarral	2	1	1	..
Caldas da Rainha	15	4	11	..
Castanheira de Pêra	1	..	1	..
Figueiró dos Vinhos	1	1
Leiria	20	5	15	..
Marinha Grande	26	8	18	..
Nazaré	2	..	2	..
Peniche	8	5	3	..
Pombal	4	..	4	..
Porto de Mós	6	..	6	..
Lisboa (Distrito)	2 265	1 012	1 238	15
Alenquer	5	5
Amadora	214	141	73	..
Azambuja	19	7	12	..
Cadaval	9	8	1	..
Cascais	116	39	77	..
Lisboa	1 448	660	773	15
Loures	67	28	39	..
Lourinhã	4	3	1	..

Continua ►►

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
Distrito/Concelho				
Mafra	8	2	6	..
Odivelas	40	11	29	..
Oeiras	171	33	138	..
Sintra	118	56	62	..
Torres Vedras	11	4	7	..
Vila Franca de Xira	35	15	20	..
Portalegre (Distrito)	39	5	34	..
Alter do Chão	1	1
Campo Maior	5	1	4	..
Elvas	3	2	1	..
Nisa	1	1
Ponte de Sor	17	..	17	..
Portalegre	10	..	10	..
Sousel	2	..	2	..
Porto (Distrito)	884	437	446	1
Amarante	9	7	2	..
Felgueiras	11	8	3	..
Gondomar	37	19	18	..
Lousada	6	4	2	..
Maia	66	30	35	1
Marco de Canaveses	5	1	4	..
Matosinhos	97	22	75	..
Paços de Ferreira	50	17	33	..
Paredes	6	4	2	..
Penafiel	19	14	5	..
Porto	445	243	202	..
Póvoa de Varzim	37	25	12	..
Santo Tirso	16	6	10	..
Trofa	2	..	2	..
Valongo	8	3	5	..
Vila do Conde	14	6	8	..
Vila Nova de Gaia	56	28	28	..
Santarém (Distrito)	51	18	33	..
Abrantes	1	..	1	..
Almeirim	2	2
Benavente	5	3	2	..
Chamusca	2	1	1	..
Coruche	5	..	5	..
Entroncamento	2	2
Ourém	6	5	1	..
Rio Maior	3	..	3	..
Salvaterra de Magos	4	2	2	..
Santarém	16	1	15	..
Tomar	3	2	1	..
Torres Novas	2	..	2	..
Setúbal (Distrito)	277	124	151	2
Alcochete	1	1
Almada	68	21	47	..
Barreiro	37	23	14	..
Grândola	29	6	23	..
Moita	16	9	7	..
Montijo	9	7	2	..
Palmela	6	..	6	..
Santiago do Cacém	6	5	1	..
Seixal	33	16	17	..
Sesimbra	4	1	3	..
Setúbal	63	30	31	2
Sines	5	5

Continua ►►

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
Viana do Castelo (Distrito)	42	10	32	..
Arcos de Valdevez	2	1	1	..
Caminha	5	..	5	..
Melgaço	2	1	1	..
Ponte da Barca	3	..	3	..
Ponte de Lima	2	..	2	..
Valença	3	..	3	..
Viana do Castelo	23	8	15	..
Vila Nova de Cerveira	2	..	2	..
Vila Real (Distrito)	50	14	36	..
Alijó	6	2	4	..
Chaves	10	3	7	..
Mesão Frio	1	..	1	..
Peso da Régua	6	1	5	..
Valpaços	1	..	1	..
Vila Real	26	8	18	..
Viseu (Distrito)	107	19	88	..
Castro Daire	7	4	3	..
Cinfães	3	1	2	..
Lamego	13	1	12	..
Mangualde	6	1	5	..
Moimenta da Beira	1	..	1	..
Mortágua	1	..	1	..
Nelas	1	..	1	..
Oliveira de Frades	1	1
Penalva do Castelo	1	..	1	..
Resende	1	..	1	..
Santa Comba Dão	7	1	6	..
São Pedro do Sul	13	4	9	..
Sátão	3	..	3	..
Sernancelhe	6	..	6	..
Tarouca	3	1	2	..
Tondela	6	1	5	..
Viseu	34	4	30	..
Angra do Heroísmo (Distrito)	38	15	23	..
Angra do Heroísmo	19	1	18	..
Vila da Praia da Vitória	14	9	5	..
Velas	5	5
Horta (Distrito)	19	5	14	..
Horta	13	3	10	..
Lages das Flores	1	..	1	..
Madalena	5	2	3	..
Ponta Delgada (Distrito)	125	63	62	..
Lagoa	5	3	2	..
Nordeste	1	..	1	..
Ponta Delgada	72	47	25	..
Povoação	4	2	2	..
Ribeira Grande	41	10	31	..
Vila Franca do Campo	1	1
Vila do Porto	1	..	1	..
Funchal (Distrito)	177	89	88	..
Calheta	4	1	3	..
Câmara de Lobos	27	11	16	..
Funchal	85	53	32	..
Machico	6	..	6	..
Ponta do Sol	2	1	1	..
Porto Moniz	3	..	3	..
Porto Santo	3	..	3	..
Ribeira Brava	4	..	4	..
Santa Cruz	41	23	18	..
Santana	2	..	2	..

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 65 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Droga
2006

Situação Face à Droga		Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
Tipo de Droga					
Total	2005	5 565	2 252	3 308	5
	2006	5 425	2 359	3 047	19
Heroína		577	294	283	..
Cocaína		582	472	109	1
Cannabis		2 434	510	1 924	..
Ecstasy		35	17	18	..
Outro		25	7	18	..
Polidrogas		1 520	898	621	1
Desconhecido		252	161	74	17

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 66 - Presumíveis Infractores Identificados na Posse de Polidrogas, segundo a Situação Face à Droga, por Drogas Envolvidas*
2006

Situação Face à Droga		Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
Drogas Envolvidas					
Total	2005	1 843	984	859	..
	2006	1 520	898	621	1
Heroína + Cocaína		750	491	259	..
Heroína + Cannabis		142	89	53	..
Cocaína + Cannabis		152	63	89	..
Ecstasy + Cannabis		68	30	38	..
Heroína + Cocaína + Cannabis		174	98	76	..
Outras		234	127	106	1

* As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

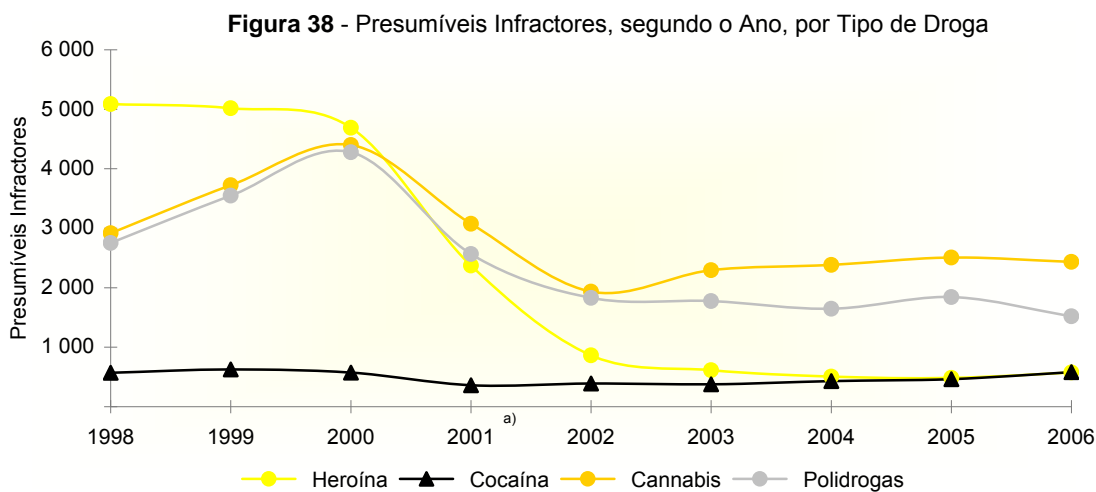
Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 67 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Tipo de Droga
1998 - 2006

Tipo de Droga	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	
Total	11 395	13 020	14 276	8 736	5 255	5 318	5 159	5 565	5 425	
Heroína	5 089	5 018	4 689	2 374	865	613	505	485	577	
Cocaína	571	626	573	361	389	376	431	462	582	
Cannabis	2 916	3 724	4 399	3 076	1 935	2 294	2 384	2 508	2 434	
Ecstasy	10	20	14	53	36	48	51	45	35	
Outro	56	83	67	42	23	22	17	27	25	
Polidrogas	2 753	3 549	4 278	2 568	1 830	1 775	1 647	1 843	1 520	
Desconhecido	256	262	177	190	124	195	252	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE



a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 67

Quadro 68 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por Grupo Etário
2006

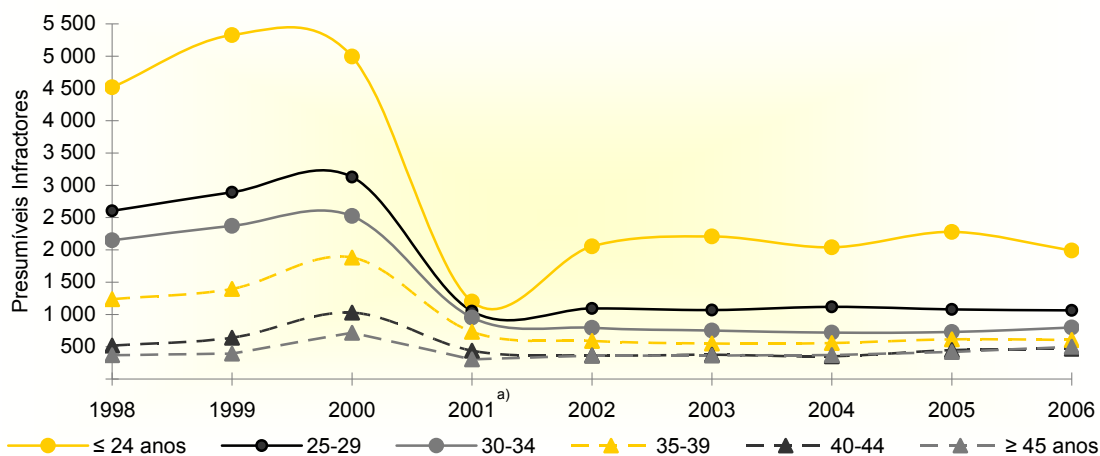
Situação Face à Droga \ Grupo Etário	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
Total 2005	5 565	2 252	3 308	5
2006	5 425	2 359	3 047	19
≤ 14 anos	8	3	5	..
15-19 anos	599	159	440	..
20-24 anos	1 384	464	919	1
25-29 anos	1 063	466	595	2
30-34 anos	797	382	412	3
35-39 anos	604	324	276	4
40-44 anos	469	230	234	5
≥ 45 anos	501	331	166	4

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 69 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Grupo Etário
1998 - 2006**Erro! Ligação inválida.**

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Figura 39 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Grupo Etário

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 69

Quadro 70 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por País da Nacionalidade
2006

País da Nacionalidade	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
Total	2005	5 565	2 252	3 308	5
	2006	5 425	2 359	3 047	19
Europa		4 608	1 783	2 820	5
União Europeia		4 588	1 771	2 812	5
Alemanha		20	7	13	..
Espanha		77	67	10	..
França		10	3	7	..
Holanda		30	28	2	..
Portugal		4 412	1 641	2 766	5
Reino Unido		17	11	6	..
Outros da UE		22	14	8	..
Outros da Europa		20	12	8	..
Ucrânia		15	8	7	..
Outros		5	4	1	..
África		628	421	196	11
Angola		116	46	62	8
Cabo Verde		357	279	76	2
Guiné-Bissau		78	51	26	1
Moçambique		12	2	10	..
São Tomé e Príncipe		22	13	9	..
Outros		43	30	13	..
América		171	139	30	2
Bolívia		7	7
Brasil		81	55	24	2
Colômbia		10	10
Venezuela		52	50	2	..
Outros		21	17	4	..
Ásia		17	15	1	1
Oceânia		1	1

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 71 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por País da Nacionalidade

1998 - 2006

País da Nacionalidade	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	
Total	11 395	13 020	14 276	8 736	5 255	5 318	5 159	5 565	5 425	
Europa	11 003	12 647	13 395	2 726	4 595	4 572	4 462	4 771	4 608	
União Europeia	10 996	12 634	13 371	2 715	4 576	4 559	4 427	4 696	4 588	
Alemanha	22	17	20	12	15	8	23	17	20	
Espanha	44	56	105	9	76	80	57	44	77	
França	31	20	53	18	10	10	19	16	10	
Holanda	6	7	19	1	13	9	15	43	30	
Portugal	10 870	12 509	13 149	2 673	4 442	4 431	4 281	4 525	4 412	
Reino Unido	9	9	11	1	8	2	9	16	17	
Outros da UE	14	16	14	1	12	19	23	35	22	
Outros da Europa	7	13	24	11	19	13	35	75	20	
Ucrânia	..	2	4	7	11	33	15	
Outros	7	11	24	11	15	6	24	42	5	
África	308	320	801	271	560	619	551	633	628	
Angola	104	100	281	74	57	66	70	76	116	
Cabo Verde	132	141	274	131	401	443	372	414	357	
Guiné-Bissau	26	34	99	26	56	58	42	77	78	
Moçambique	17	9	57	7	4	14	12	13	12	
São Tomé e Príncipe	11	15	23	20	16	14	16	16	22	
Outros	18	21	67	13	26	24	39	37	43	
América	64	48	70	24	95	116	139	152	171	
Bolívia	2	..	5	5	4	12	7	
Brasil	21	20	36	14	68	49	41	59	81	
Colômbia	3	4	5	1	6	5	13	11	10	
Venezuela	12	7	14	3	8	28	68	56	52	
Outros	28	17	13	6	8	29	13	14	21	
Ásia	19	5	7	4	5	11	7	9	17	
Oceânia	1	..	3	1	
Desconhecido	5 711	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 72 - Presumíveis Infractores Nacionais e Estrangeiros, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Droga

2006

Tipo de Droga	S.Face à Droga /Nac.	Total			Traficante		Traficante-Consumidor		Desc.	
		Total	Nac.	Estr.	Nac.	Estr.	Nac.	Estr.	Nac.	Estr.
Total	2005	5 565	4 525	1 040	1 508	744	3 014	294	3	2
	2006	5 425	4 412	1 013	1 641	718	2 766	281	5	14
Heroína		577	485	92	225	69	260	23
Cocaína		582	234	348	137	335	96	13	1	..
Cannabis		2 434	2 182	252	440	70	1 742	182
Ecstasy		35	25	10	8	9	17	1
Outro		25	23	2	6	1	17	1
Polidrogas		1 520	1 266	254	693	205	572	49	1	..
Desconhecido		252	197	55	132	29	62	12	3	14

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 73 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Situação Face à Droga e Nacionalidade
1998 - 2006

Situação Face à Droga/Nacionalidade	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	
Total	11 395	13 020	14 276	8 736	5 255	5 318	5 159	5 565	5 425	
Nacional	10 870	12 509	12 786	2 673	4 442	4 431	4 281	4 525	4 412	
Estrangeiro	525	511	1 090	1 127	813	887	878	1 040	1 013	
Desconhecida	
Traficante	1 831	1 790	2 478	2 041	2 318	2 222	2 277	2 252	2 359	
Nacional	1 619	1 582	2 032	606	1 744	1 578	1 634	1 508	1 641	
Estrangeiro	212	208	446	159	574	644	643	744	718	
Desconhecida	1 276	
Consumidor	6 910	8 030	7 592	3 302	–	–	–	–	–	
Nacional	6 683	7 819	7 170	835	–	–	–	–	–	
Estrangeiro	227	211	422	81	–	–	–	–	–	
Desconhecida	2 386	–	–	–	–	–	
Traficante-Consumidor	2 654	3 200	3 806	3 117	2 932	3 074	2 882	3 308	3 047	
Nacional	2 568	3 108	3 584	1 186	2 698	2 845	2 647	3 014	2 766	
Estrangeiro	86	92	222	105	234	229	235	294	281	
Desconhecida	1 826	
Desconhecido	400	276	5	22	..	5	19	
Nacional	363	46	..	8	..	3	5	
Estrangeiro	37	7	5	14	..	2	14	
Desconhecida	223	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 74 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por Estado Civil
2006

Estado Civil	Situação Face à Droga	2006			
		Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
Total	2005	5 565	2 252	3 308	5
	2006	5 425	2 359	3 047	19
Solteiro		4 416	1 779	2 627	10
Casado/União de Facto		705	413	283	9
Divorciado/Separado		259	135	124	..
Víuvo		27	21	6	..
Desconhecido		18	11	7	..

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 75 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Estado Civil
2003 - 2006

Estado Civil \ Ano	Ano			
	2003	2004	2005	2006
Total	5 318	5 159	5 565	5 425
Solteiro	4 373	4 268	4 597	4 416
Casado/União de Facto	652	634	633	705
Divorciado/Separado	225	216	286	259
Viúvo	45	25	28	27
Desconhecido	23	16	21	18

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 76 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por Nível de Ensino
2006

Nível de Ensino \ Situação Face à Droga	Situação Face à Droga			
	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc
Total	5 565	2 252	3 308	5
	2005			
	2006	2 359	3 047	19
Sem Nível de Ensino	55	43	12	..
Ensino Básico/1.º Ciclo	931	525	404	2
Ensino Básico/2.º Ciclo	977	362	615	..
Ensino Básico/3.º Ciclo	1 317	466	850	1
Ensino Secundário	597	196	400	1
Ensino Superior	138	45	92	1
Desconhecido	1 410	722	674	14

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 77 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Nível de Ensino
2003 - 2006

Nível de Ensino \ Ano	Ano			
	2003	2004	2005	2006
Total	5 318	5 159	5 565	5 425
Sem Nível de Ensino	54	77	75	55
Ensino Básico/1.º Ciclo	927	898	949	931
Ensino Básico/2.º Ciclo	962	985	1 070	977
Ensino Básico/3.º Ciclo	1 259	1 234	1 385	1 317
Ensino Secundário	415	538	577	597
Ensino Superior	85	132	136	138
Desconhecido	1 616	1 295	1 373	1 410

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 78 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por Situação Profissional
2006

Situação Profissional \ Situação Face à Droga	2006			
	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
Total	5 565	2 252	3 308	5
	2005			
	5 425	2 359	3 047	19
Empregado	1 769	648	1 110	11
Desempregado	2 588	1 222	1 362	4
Estudante	375	83	292	..
Outra Situação ^{a)}	120	79	41	..
Desconhecida	573	327	242	4

a) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc.

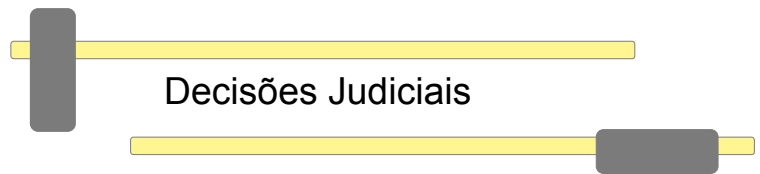
Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE

Quadro 79 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Situação Profissional
2003 - 2006

Situação Profissional \ Ano	2003 - 2006			
	2003	2004	2005	2006
Total	5 318	5 159	5 565	5 425
Empregado	1 618	1 554	1 618	1 769
Desempregado	2 399	2 408	2 668	2 588
Estudante	352	383	421	375
Outra Situação ^{a)}	206	166	165	120
Desconhecida	743	648	693	573

a) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc.

Fonte: Polícia Judiciária: DCITE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI – NE



Quadro 80 - Processos "Findos" ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano

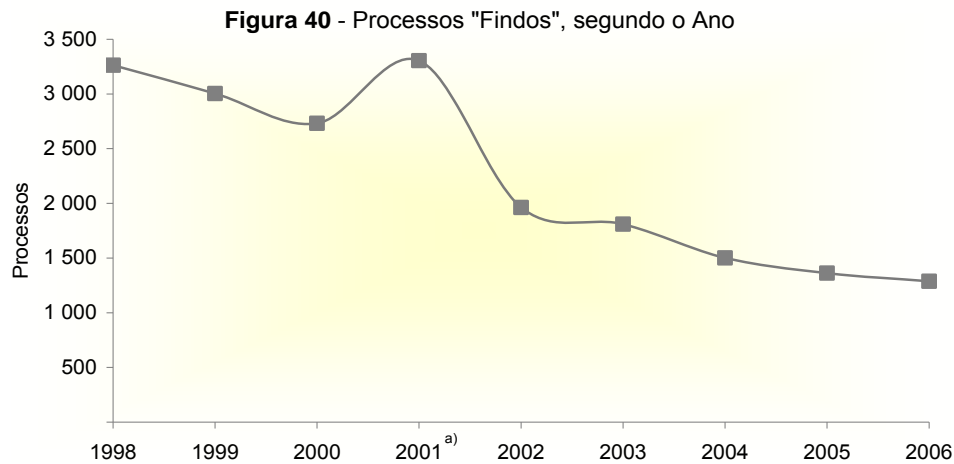
1998 - 2006

Ano	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006
Total	3 263	3 003	2 731	3 304	1 963	1 810	1 502	1 362	1 288

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D. L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



a) Ver nota a) do Quadro 80.

Fonte: Quadro 80

Quadro 81 - Processos "Findos" ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano, por Tribunal

1998 - 2006

Tribunal	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Abrantes	19	12	4	14	7	3	6	4	1	
Águeda	1	..	3	4	2	1	3	1	3	
Albergaria-a-Velha	7	7	12	11	7	3	2	2	3	
Albufeira	20	31	22	34	17	25	15	20	14	
Alcácer do Sal	3	3	2	3	3	5	
Alcanena	1	3	4	2	3	1	1	
Alcobaça	19	16	10	5	7	5	1	2	5	
Alenquer	3	7	11	20	4	4	1	1	1	
Alfândega da Fé	1	
Aljô	1	1	1	1	4	1	1	1	1	
Almada	70	74	44	41	21	19	8	7	15	
Almeida	13	12	5	3	..	1	..	2	2	
Almeirim	1	2	6	..	3	..	
Almodôvar	..	1	5	3	1	2	
Amarante	3	5	11	13	5	6	5	1	2	
Amares	1	1	1	
Anadia	6	4	3	2	3	3	1	6	2	
Angra do Heroísmo	4	2	7	6	1	2	11	8	8	
Ansião	1	
Arcos de Valdevez	..	2	5	2	..	2	
Arganil	1	..	2	1	
Armamar	2	1	..	3	1	
Arouca	1	
Arraiolos	..	1	1	1	1	..	
Aveiro	51	29	26	47	17	19	6	14	13	
Avis	1	

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Baião	1	
Barcelos	29	28	41	56	35	21	18	13	10	
Barreiro	109	68	62	42	21	16	13	11	9	
Beja	27	23	7	15	8	4	2	1	5	
Benavente	5	7	6	11	2	4	2	..	1	
Bombarral	1	1	
Botijas	1	
Braga	88	58	73	70	34	20	14	18	15	
Bragança	14	9	9	11	8	8	4	6	6	
Cabeceiras de Basto	1	1	
Cadaval	..	2	1	1	1	
Caldas da Rainha	38	25	12	11	12	8	12	6	4	
Caminha	2	1	1	2	2	2	1	
Cantanhede	1	..	2	..	1	1	1	
Carraceda de Ansiães	1	1	
Cartaxo	23	25	22	32	19	18	22	12	6	
Cascais	26	37	55	57	53	50	50	36	35	
Castelo Branco	19	15	8	10	15	8	8	4	3	
Castelo de Paiva	1	..	2	1	..	1	
Castelo de Vide	3	
Castro Daire	..	3	1	1	1	..	1	
Celorico da Beira	1	2	5	1	..	1	2	
Celorico de Basto	1	..	1	1	
Chaves	13	25	11	16	5	7	6	2	1	
Cinfães	..	5	5	4	4	2	2	
Coimbra	70	52	54	89	44	33	32	22	14	
Condeixa-a-Nova	2	1	
Coruche	1	..	1	2	1	2	..	
Covilhã	17	27	26	11	5	2	3	8	5	
Cuba	3	10	4	7	2	
Elvas	12	9	9	15	4	3	4	11	11	
Entroncamento	4	3	17	6	2	3	4	1	..	
Espinho	9	9	8	29	10	6	4	4	3	
Esposende	..	1	2	6	7	1	
Estarreja	5	1	3	5	4	4	2	1	1	
Estremoz	1	2	..	3	1	..	4	4	3	
Évora	10	9	3	18	9	3	4	1	1	
Fafe	11	6	3	3	5	3	1	2	1	
Faro	49	60	43	39	23	27	12	15	10	
Felgueiras	9	8	5	7	8	5	3	3	2	
Ferreira do Alentejo	..	2	3	3	..	1	
Ferreira do Zêzere	1	..	1	..	1	..	
Figueira da Foz	10	10	14	21	3	3	2	..	2	
Figueira de Castelo Rodrigo	1	
Figueiró dos Vinhos	1	1	1	1	1	2	
Fronteira	..	1	1	..	1	1	..	
Funchal	27	28	36	35	25	24	29	15	30	
Fundão	1	1	1	9	2	1	3	1	1	
Golegã	..	1	..	1	1	
Gondomar	30	26	22	14	4	12	4	7	7	
Gouveia	2	..	1	1	1	
Grândola	19	4	23	18	8	7	4	1	1	
Guarda	3	5	3	2	3	3	5	2	5	
Guimarães	102	77	105	92	32	28	20	20	13	
Horta	3	1	7	6	6	..	4	2	..	
Idanha-a-Nova	1	1	2	1	2	
Ílhavo	12	9	7	29	7	..	3	2	6	
Lagos	10	10	8	3	8	8	3	5	7	
Lamego	15	6	3	2	2	3	3	
Leiria	38	34	15	24	17	19	23	21	13	
Lisboa	657	693	590	640	421	457	376	383	379	
Loulé	69	59	27	38	23	13	9	17	9	
Loures	7	21	27	59	37	27	27	57	51	
Lourinhã	2	..	2	4	2	3	2	
Lousã	1	2	1	1	2	..	3	5	3	
Lousada	..	2	3	8	4	12	6	4	1	

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Mação	1	
Macedo de Cavaleiros	1	1	4	..	1	3	1	
Mafra	15	6	7	3	1	..	1	1	1	
Maia	13	9	4	23	20	21	23	18	14	
Mangualde	..	1	..	2	3	..	1	
Marco de Canavezes	5	3	3	6	3	2	2	..	2	
Marinha Grande	11	18	25	27	11	13	19	12	11	
Matosinhos	52	35	86	99	61	65	33	37	41	
Mealhada	1	4	2	
Melgaço	1	
Mértola	4	2	2	
Mesão Frio	..	1	
Mira	1	
Miranda do Douro	1	3	
Mirandela	6	7	8	10	13	5	1	4	3	
Mogadouro	1	..	3	
Moimenta da Beira	1	2	..	2	8	1	
Moita	6	16	23	20	11	14	11	7	9	
Monção	1	..	1	6	..	3	1	..	1	
Monchique	2	3	2	..	1	3	1	
Mondim de Basto	1	..	2	1	..	1	1	
Montalegre	1	..	1	1	1	
Montemor-o-Novo	12	3	8	3	1	2	..	1	1	
Montemor-o-Velho	..	1	..	2	..	1	
Montijo	1	16	35	22	7	9	8	3	7	
Moura	13	14	9	1	..	3	1	1	5	
Murça	1	
Nazaré	10	17	3	5	1	1	2	3	..	
Nelas	2	..	1	1	4	
Nisa	..	3	1	1	2	2	1	
Nordeste	1	1	2	
Odemira	3	4	4	5	..	2	4	3	..	
Oeiras	20	19	10	46	20	20	13	9	13	
Olhão da Restauração	77	48	36	48	11	14	20	9	9	
Oliveira de Azeméis	13	8	12	12	7	2	2	..	2	
Oliveira de Frades	1	
Oliveira do Bairro	2	2	2	2	4	1	2	
Oliveira do Hospital	..	2	1	1	1	
Ourém	1	5	3	2	1	2	1	1	..	
Ourique	11	5	6	6	1	3	1	..	2	
Ovar	20	16	13	8	3	8	2	9	8	
Paços de Ferreira	14	8	29	42	10	14	12	14	13	
Pampilhosa da Serra	1	1	
Paredes	25	27	12	9	5	6	9	1	1	
Paredes de Coura	..	2	..	1	1	..	1	
Penafiel	16	5	15	1	2	4	1	2	2	
Penamacor	..	1	1	1	1	
Penela	1	..	1	1	1	1	..	
Peniche	9	1	8	12	3	5	1	2	4	
Peso da Régua	4	3	4	12	7	10	2	3	1	
Pinhel	1	1	
Pombal	3	2	1	3	..	1	..	1	..	
Ponta Delgada	10	13	21	15	17	24	19	18	22	
Ponta do Sol	1	1	
Ponte da Barca	2	1	2	1	1	
Ponte de Lima	1	3	5	1	2	5	2	
Ponte de Sor	..	3	9	2	2	1	
Portalegre	26	4	7	8	4	5	10	4	2	
Portel	1	
Portimão	68	49	48	26	25	26	14	15	17	
Porto	285	261	111	243	176	144	99	107	99	
Porto de Mós	10	7	2	1	4	..	3	3	3	
Porto Santo	1	1	2	1	1	1	..	1	..	
Póvoa de Lanhoso	1	2	2	1	1	..	2	
Póvoa de Varzim	10	7	31	30	21	3	12	5	6	
Povoação	..	2	2	3	1	..	

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Redondo	2	1	2	1	
Reguengos de Monsaraz	1	2	1	1	1	..	
Resende	1	
Ribeira Grande	1	..	7	6	9	6	1	..	8	
Rio Maior	3	7	8	8	4	1	2	..	1	
Sabugal	1	2	1	2	3	..	1	..	1	
Santa Comba Dão	2	3	1	4	1	..	3	
Santa Cruz	2	1	7	24	7	10	5	5	8	
Santa Cruz da Graciosa	..	1	
Santa Cruz das Flores	1	1	3	..	1	..	
Santa Maria da Feira	34	23	24	12	8	4	2	..	2	
Santarém	11	10	26	9	3	1	2	1	1	
Santiago do Cacém	24	22	7	9	6	9	4	7	9	
Santo Tirso	22	17	7	20	15	10	6	6	3	
São João da Madeira	17	15	10	17	9	6	5	2	1	
São João da Pesqueira	1	1	1	
São Pedro do Sul	3	6	1	5	2	1	1	3	3	
São Roque do Pico	2	2	1	1	..	1	
São Vicente	..	1	
Sátão	1	2	
Seia	3	1	1	2	2	1	4	2	3	
Seixal	50	24	22	36	18	30	16	8	8	
Serpa	1	6	4	3	2	1	6	
Sertão	2	2	2	..	1	..	1	2	..	
Sesimbra	5	2	11	10	3	3	5	2	2	
Setúbal	93	91	59	134	68	33	24	33	14	
Silves	5	9	11	13	14	7	12	7	6	
Sintra	74	45	80	100	54	44	40	34	39	
Soure	1	1	1	..	
Tábua	..	12	..	1	1	2	1	
Tabuaço	1	1	2	
Tavira	4	15	12	8	12	4	11	3	4	
Tomar	9	6	6	6	2	5	3	5	3	
Tondela	2	5	3	12	3	..	1	2	1	
Torre de Moncorvo	2	1	..	1	3	
Torres Novas	7	11	6	9	6	6	3	
Torres Vedras	13	8	7	8	5	7	11	8	6	
Trancoso	1	..	1	1	
Vagos	4	3	1	3	2	
Vale de Cambra	..	2	1	1	1	
Valença	..	5	2	7	1	2	1	1	1	
Valongo	5	6	9	7	3	4	2	2	3	
Valpaços	..	1	1	
Velas	1	
Viana do Castelo	44	34	23	68	11	16	14	6	5	
Vieira do Minho	..	1	..	1	1	
Vila da Praia da Vitória	1	5	8	1	..	3	
Vila do Conde	24	17	22	24	20	10	10	6	8	
Vila do Porto	1	..	1	2	
Vila Flor	1	..	1	
Vila Franca de Xira	66	57	35	40	17	8	10	6	7	
Vila Franca do Campo	1	1	2	5	1	..	1	
Vila Nova de Cerveira	..	2	2	1	
Vila Nova de Famalicão	9	6	16	25	13	26	23	17	7	
Vila Nova de Foz Côa	1	2	
Vila Nova de Gaia	37	41	43	41	65	44	49	35	23	
Vila Pouca de Aguiar	..	1	1	2	
Vila Real	6	8	6	4	8	8	9	3	1	
Vila Real de Santo António	14	6	3	4	7	8	6	6	5	
Vila Verde	17	13	3	2	4	3	..	1	1	
Vila Viçosa	1	4	6	2	1	2	1	
Vinhais	1	
Viseu	20	44	27	21	13	15	21	20	15	
Vouzela	1	..	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 82 - Indivíduos Acusados, segundo a Situação Face à Droga, por Situação Judicial
2006

Situação Judicial	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
	2005 ^{b)}	2 243	2 181	14	48
	2006	1 996	1 962	13	21
Condenado ^{c)}		1 474	1 449 ^{e)}	11 ^{f)}	14 ^{g)}
Absolvido		510	503	..	7
Extinto o Processo Criminal ^{d)}		12	10	2	..

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

c) Dos 1474 indivíduos condenados, 165 foram também condenados por outros crimes. Ver Quadro 94.

d) Foram remetidos ao IDT, I. P. 3 processos provenientes dos Tribunais, envolvendo 4 indivíduos, cujo procedimento criminal foi declarado extinto já que os factos haviam deixado de ser criminalmente sancionados, uma vez que os mesmos ocorreram em data anterior à entrada em vigor da Lei n.º 30/2000 de 29 de Novembro que, por sua vez, também não podia ser aplicada em consequência do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de Outubro.

e) Nos 1449 condenados inicialmente acusados por Tráfico, estão incluídos, após convalidação de acusação, 9 condenados por Consumo e 32 por Tráfico-Consumo. Por outro lado, existem 2 indivíduos inicialmente acusados por Consumo e 6 indivíduos inicialmente acusados por Tráfico-Consumo, que foram posteriormente condenados por Tráfico (1449-9-32+2+6=1416 indivíduos condenados por Tráfico).

f) Nos 11 condenados inicialmente acusados por Consumo, foram incluídos, após convalidação de acusação, 2 condenados por Tráfico. Por outro lado, existem 9 indivíduos inicialmente acusados por Tráfico, que foram posteriormente condenados por Consumo (11-2+9=18 indivíduos condenados por Consumo).

g) Nos 14 condenados inicialmente acusados por Tráfico-Consumo, estão incluídos, após convalidação de acusação, 6 condenados por Tráfico. Por outro lado, existem 32 indivíduos inicialmente acusados por Tráfico, que foram posteriormente condenados por Tráfico-Consumo (14-6+32=40 indivíduos condenados por Tráfico-Consumo).

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 83 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Judicial
1998 - 2006

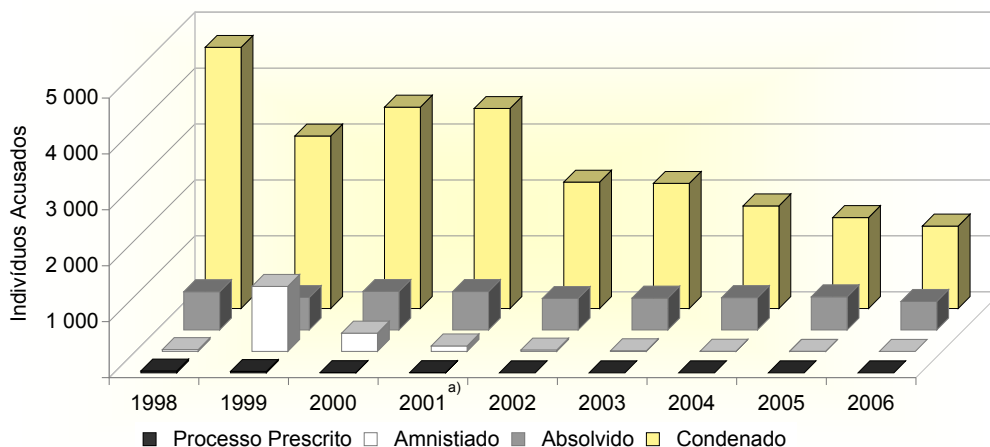
Situação Judicial	Ano								
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006
Total	5 425	4 870	4 633	5 193	3 157	2 980	2 447	2 243	1 996
Condenado	4 669	3 083	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 474
Amnistiado	32	1 162	327	98	24	12	3	1	..
Absolvido	684	580	688	687	563	570	578	593	510
Processo Prescrito	34	25	5	4
Falecimento	6	20	13	8	2	5	2	2	..
Inimputabilidade	2
Extinto o Processo Criminal	818	309	157	29	22	12

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 41 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Judicial



a) Ver nota a) do Quadro 83.

Fonte: Quadro 83

Quadro 84 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga
1998 - 2006

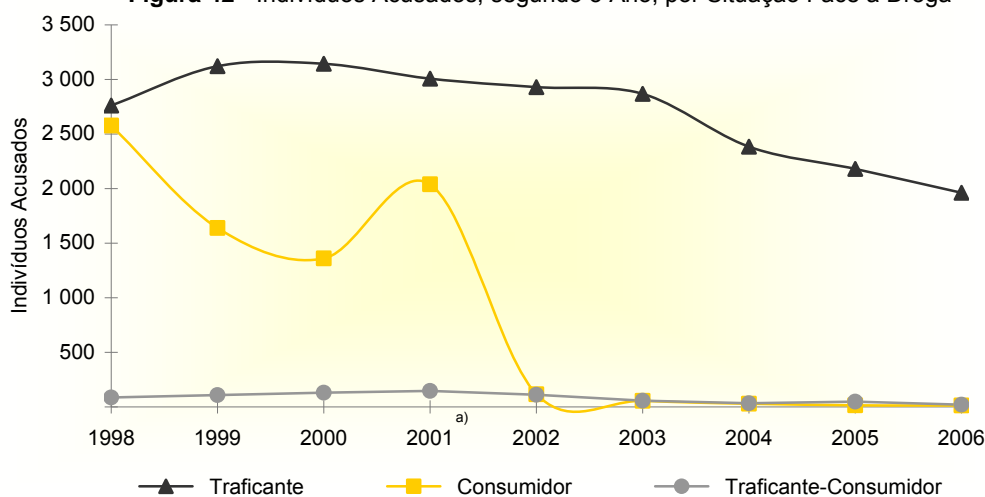
Situação Face à Droga	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Total	5 425	4 870	4 633	5 193	3 157	2 980	2 447	2 243	1 996	
Traficante	2 761	3 121	3 143	3 007	2 930	2 868	2 384	2 181	1 962	
Consumidor	2 577	1 640	1 360	2 040	116	55	29	14	13	
Traficante-Consumidor	87	109	130	146	111	57	34	48	21	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 42 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga



a) Ver nota a) do Quadro 84.

Fonte: Quadro 84

Quadro 85 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano

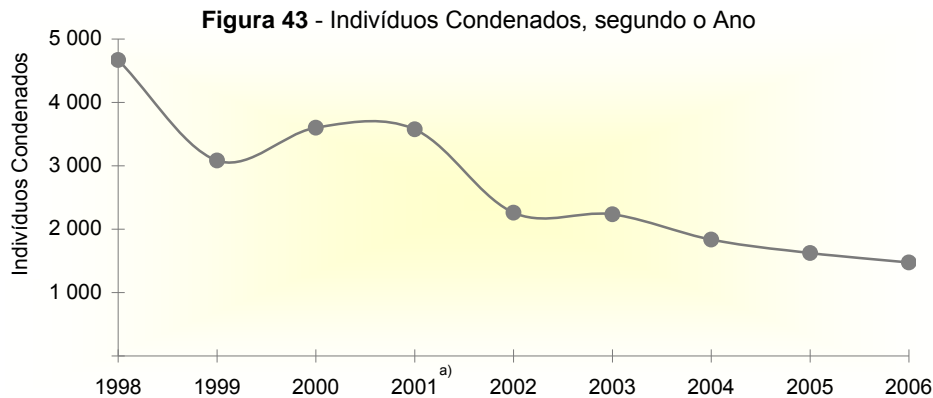
1998 - 2006

Ano	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006
Total	4 669	3 083	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 474

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



a) Ver nota a) do Quadro 85.

Fonte: Quadro 85

Quadro 86 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tribunal

1998 - 2006

Tribunal	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Abrantes	26	15	5	19	12	6	5	4	2	
Águeda	2	..	23	3	2	1	3	1	2	
Albergaria-a-Velha	12	15	23	19	12	4	2	5	3	
Albufeira	24	26	37	33	22	26	10	20	3	
Alcácer do Sal	7	1	2	3	1	6	
Alcanena	1	2	6	1	3	1	3	
Alcobaça	22	18	6	4	9	6	1	10	6	
Alenquer	5	8	13	29	4	13	5	..	1	
Alijó	1	1	1	1	7	..	4	2	..	
Almada	87	91	73	89	33	15	10	11	18	
Almeida	16	10	5	2	..	1	..	4	1	
Almeirim	1	6	7	..	4	..	
Almodôvar	..	1	10	4	1	..	4	
Amarante	4	3	16	15	7	6	1	3	4	
Amares	..	1	
Anadia	14	4	2	4	5	3	1	6	2	
Angra do Heroísmo	10	2	16	7	..	4	16	7	10	
Ansião	1	
Arcos de Valdevez	7	..	1	
Arganil	1	..	3	1	
Armamar	1	1	..	3	2	
Arouca	1	
Arraiolos	1	1	1	..	
Aveiro	74	53	31	33	15	22	4	12	14	

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Baião	2	
Barcelos	53	33	49	64	42	38	15	13	7	
Barreiro	165	88	80	54	28	26	22	30	11	
Beja	55	24	12	22	8	8	3	3	1	
Benavente	8	7	4	22	2	9	7	..	3	
Bombarral	1	1	
Braga	112	56	81	77	40	21	12	20	10	
Bragança	23	13	11	15	23	14	5	8	9	
Cabeceiras de Basto	1	1	
Cadaval	..	2	1	
Caldas da Rainha	79	28	10	14	10	18	12	8	7	
Caminha	3	1	1	2	2	1	..	
Cantanhede	2	..	1	1	2	
Carraceda de Ansiães	1	1	
Cartaxo	28	20	25	27	15	8	16	6	9	
Cascais	41	48	83	61	45	45	45	37	29	
Castelo Branco	28	21	29	15	21	14	10	9	4	
Castelo de Paiva	1	..	2	1	..	2	
Castelo de Vide	1	
Castro Daire	..	1	1	6	1	..	2	
Celorico da Beira	2	3	6	2	9	
Celorico de Basto	1	..	1	1	
Chaves	20	19	9	15	5	5	7	4	2	
Cinfães	..	2	8	4	6	3	
Coimbra	154	46	75	105	47	41	40	23	20	
Condeixa-a-Nova	1	
Coruche	2	
Covilhã	25	52	29	12	3	15	2	15	10	
Cuba	3	6	7	9	2	
Elvas	18	12	11	17	4	3	5	8	7	
Entroncamento	3	2	19	6	2	6	4	1	..	
Espinho	10	9	17	23	9	12	7	4	7	
Esposende	..	2	2	8	5	2	
Estarreja	4	..	5	6	5	11	1	1	1	
Estremoz	1	1	..	3	1	..	4	10	1	
Évora	15	14	5	18	14	3	12	2	5	
Fafe	15	7	5	5	14	3	6	3	1	
Faro	72	52	38	25	26	29	21	21	15	
Felgueiras	10	11	2	8	8	13	4	6	3	
Ferreira do Alentejo	..	1	4	1	
Ferreira do Zêzere	1	..	1	
Figueira da Foz	18	15	12	28	2	3	2	
Figueira de Castelo Rodrigo	1	
Figueiró dos Vinhos	2	..	1	1	1	6	
Fronteira	..	2	1	
Funchal	42	38	37	34	30	43	33	32	29	
Fundão	1	2	1	13	5	1	4	..	1	
Golegã	..	2	..	3	1	
Gondomar	37	40	42	22	2	22	4	11	7	
Gouveia	6	..	4	1	
Grândola	20	3	18	10	9	4	5	1	1	
Guarda	6	27	10	5	3	3	2	1	6	
Guimarães	147	67	149	94	28	32	18	19	16	
Horta	3	..	8	8	3	..	5	2	..	
Idanha-a-Nova	2	2	3	1	3	
Ílhavo	19	20	8	33	9	..	6	1	8	
Lagos	15	12	12	5	11	7	..	6	13	
Lamego	30	6	4	2	2	1	4	
Leiria	56	33	22	11	17	27	31	23	11	
Lisboa	852	556	751	673	514	589	446	451	426	
Loulé	139	85	30	34	25	12	17	16	9	
Loures	8	26	40	55	51	36	40	100	68	
Lourinhã	2	..	6	8	10	3	2	
Lousã	3	2	2	1	5	..	3	6	1	
Lousada	..	3	5	53	7	15	9	7	1	

Continua ►►

Tribunal	Ano								
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006
Mação	1
Macedo de Cavaleiros	1	1	5	..	1	3
Mafra	17	10	8	4	3	..	2	1	1
Maia	21	15	5	17	28	24	25	17	13
Mangualde	..	1	..	3	3
Marco de Canavezes	5	7	6	12	4	1	1	..	4
Marinha Grande	9	13	28	27	15	16	38	27	19
Matosinhos	76	31	100	129	60	75	25	20	21
Mealhada	2	11	3
Melgaço	2
Mértola	7	2
Mira	1
Miranda do Douro	3	1
Mirandela	14	16	9	8	15	11	2	8	5
Mogadouro	3	..	2
Moimenta da Beira	2	8	5	1
Moita	5	14	45	34	13	36	17	11	20
Monção	6	..	2	11	..	1	4
Monchique	2	..	2	..	1	3	1
Mondim de Basto	1	..	3	4	..	1	1
Montalegre	1	..	1	2
Montemor-o-Novo	18	3	15	3	3	3	..	1	1
Montemor-o-Velho	2	..	5
Montijo	1	11	61	53	9	11	8	2	4
Moura	15	12	10	1	..	5	1	3	1
Murça	1
Nazaré	9	2	3	7	1	3	2	8	..
Nelas	8	..	2	4	4
Nisa	..	2	1	2	4	2	4
Nordeste	3	1	1
Odemira	4	3	6	5	..	2	6	2	..
Oeiras	29	14	8	28	18	24	11	8	10
Olhão da Restauração	95	49	43	36	8	12	23	6	7
Oliveira de Azeméis	24	15	15	19	6	1	2	..	3
Oliveira de Frades	8
Oliveira do Bairro	5	1	5	2	3	2	1
Oliveira do Hospital	..	2	1	2	2
Ourém	3	7	3	2	1	2	1	1	..
Ourique	17	5	8	10	1	4	1	..	2
Ovar	24	15	28	10	4	12	1	7	12
Paços de Ferreira	14	9	38	43	10	9	13	18	11
Pampilhosa da Serra	1
Paredes	48	52	13	25	13	9	10	..	3
Paredes de Coura	..	2	1
Penafiel	27	12	14	3	4	4	1	..	2
Penamacor	2	2	5
Penela	2	1	1	..
Peniche	14	3	18	23	4	4	1	3	5
Peso da Régua	4	2	5	19	1	7	5	11	2
Pinhel	2	1
Pombal	2	3	3	4	..	2	..	1	..
Ponta Delgada	10	30	32	9	36	49	28	26	29
Ponta do Sol	1	1
Ponte da Barca	5	1	5	1	3
Ponte de Lima	1	2	7	..	1	2	3
Ponte de Sor	..	2	12	1	1
Portalegre	41	5	10	4	6	4	28	3	7
Portel	2
Portimão	96	67	68	29	30	28	17	24	29
Porto	339	177	126	166	154	125	113	94	90
Porto de Mós	12	9	2	1	6	..	4	5	3
Porto Santo	1	1	4	1	1	1	..	1	..
Póvoa de Lanhoso	4	2	2	..	2	..	2
Póvoa de Varzim	16	7	58	36	25	3	9	4	5
Povoação	..	3	6	3

Continua ►►

Tribunal	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Redondo	9	1	5	1	
Reguengos de Monsaraz	2	3	2	2	1	..	
Resende	1	
Ribeira Grande	1	..	10	5	16	14	1	..	10	
Rio Maior	3	10	9	9	4	1	2	
Sabugal	1	3	..	2	9	1	
Santa Comba Dão	1	..	1	4	1	..	3	
Santa Cruz	2	1	13	14	9	12	6	7	10	
Santa Cruz da Graciosa	..	1	
Santa Cruz das Flores	2	1	5	..	2	..	
Santa Maria da Feira	61	33	35	23	9	7	3	..	1	
Santarém	21	12	31	9	4	3	5	2	10	
Santiago do Cacém	32	24	17	8	6	23	7	15	14	
Santo Tirso	35	28	13	41	13	9	18	9	13	
São João da Madeira	20	28	19	16	26	15	5	..	4	
São João da Pesqueira	1	1	
São Pedro do Sul	2	2	1	3	2	4	1	3	3	
São Roque do Pico	5	2	2	2	..	1	
São Vicente	..	1	
Sátão	3	2	
Seia	5	..	3	5	3	2	10	3	6	
Seixal	69	25	22	34	16	38	27	9	13	
Serpa	3	3	4	4	2	..	6	
Sertão	3	3	1	..	1	2	..	
Sesimbra	6	1	14	23	5	7	7	3	1	
Setúbal	136	96	71	132	56	28	25	22	8	
Silves	9	10	18	28	17	6	16	7	13	
Sintra	100	67	89	97	56	49	47	49	52	
Soure	2	1	..	
Tábua	..	18	..	1	1	3	5	
Tabuaço	1	2	
Tavira	6	14	14	5	6	26	31	2	3	
Tomar	16	3	9	8	2	4	6	3	4	
Tondela	5	6	5	28	3	..	1	2	1	
Torre de Moncorvo	3	2	..	1	2	
Torres Novas	10	13	6	9	4	8	2	
Torres Vedras	16	6	14	7	8	9	12	16	13	
Trancoso	3	..	1	
Vagos	5	2	1	6	3	
Vale de Cambra	2	1	
Valença	..	4	3	10	1	2	3	2	2	
Valongo	10	10	9	10	6	2	3	1	7	
Valpaços	..	1	
Velas	1	
Viana do Castelo	55	40	24	24	6	10	14	6	12	
Vieira do Minho	..	1	..	3	1	
Vila da Praia da Vitória	1	7	9	1	..	4	
Vila do Conde	37	19	24	26	25	9	11	7	10	
Vila do Porto	2	1	
Vila Flor	1	..	1	
Vila Franca de Xira	103	24	36	36	17	11	12	6	3	
Vila Franca do Campo	2	11	2	8	1	..	1	
Vila Nova de Cerveira	..	16	4	1	
Vila Nova de Famalicão	9	5	15	19	7	20	23	20	5	
Vila Nova de Foz Côa	2	2	
Vila Nova de Gaia	61	46	64	46	72	49	59	43	23	
Vila Pouca de Aguiar	..	4	1	1	
Vila Real	7	8	6	2	9	10	12	2	1	
Vila Real de Santo António	23	9	7	3	9	11	6	12	5	
Vila Verde	16	11	3	1	7	3	..	3	1	
Vila Viçosa	11	..	7	4	2	1	1	
Vinhais	1	
Viseu	39	49	48	29	36	18	32	25	16	
Vouzela	1	..	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 87 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga e Sexo

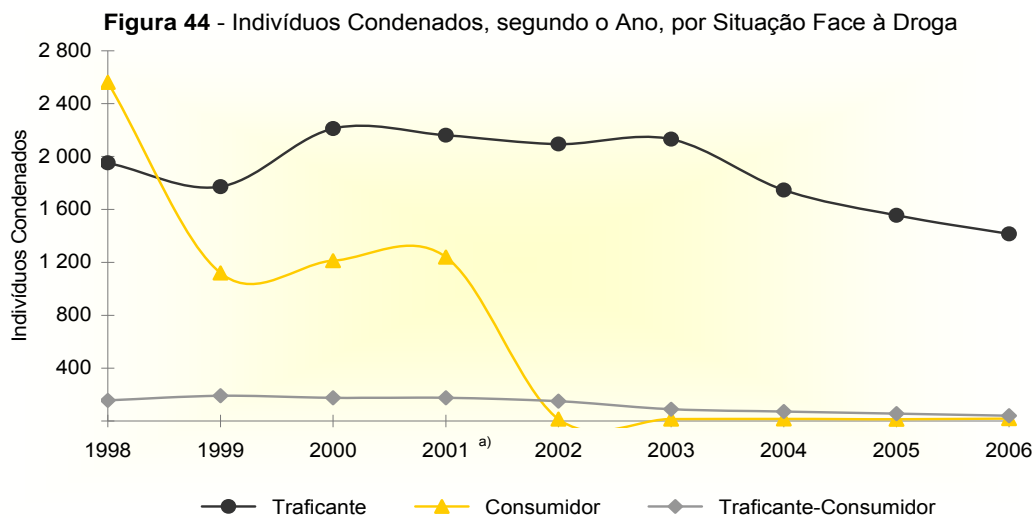
1998 - 2006

Situação Face à Droga/Sexo	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Total	4 669	3 083	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 474	
Masculino	4 111	2 714	3 135	3 190	1 948	1 940	1 603	1 400	1 248	
Feminino	558	369	465	386	311	296	232	225	226	
Traficante	1 952	1 772	2 211	2 161	2 094	2 131	1 747	1 555	1 416	
Masculino	1 605	1 493	1 875	1 868	1 794	1 846	1 529	1 335	1 196	
Feminino	347	279	336	293	300	285	218	220	220	
Consumidor	2 561	1 119	1 213	1 240	15	15	16	14	18	
Masculino	2 365	1 039	1 101	1 163	13	14	15	13	16	
Feminino	196	80	112	77	2	1	1	1	2	
Traficante-Consumidor	156	192	176	175	150	90	72	56	40	
Masculino	141	182	159	159	141	80	59	52	36	
Feminino	15	10	17	16	9	10	13	4	4	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

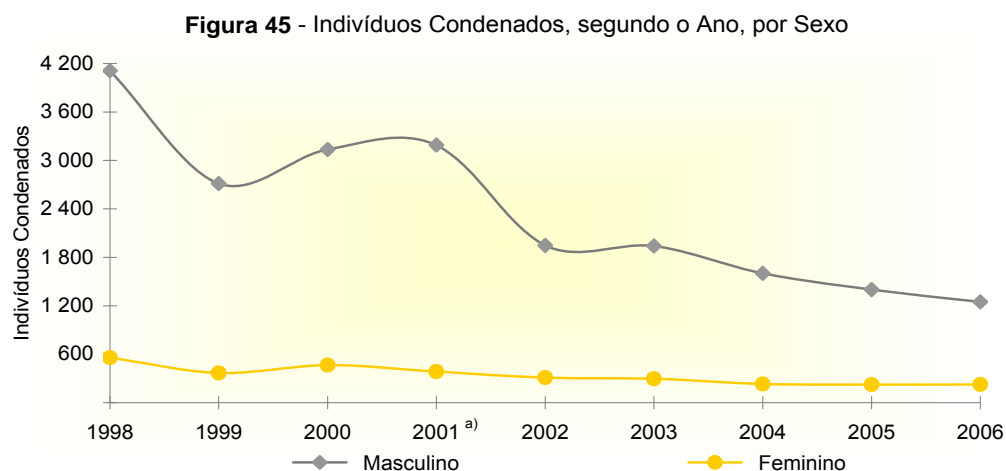
b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DMFRI - NE



a) Ver nota a) do Quadro 87.

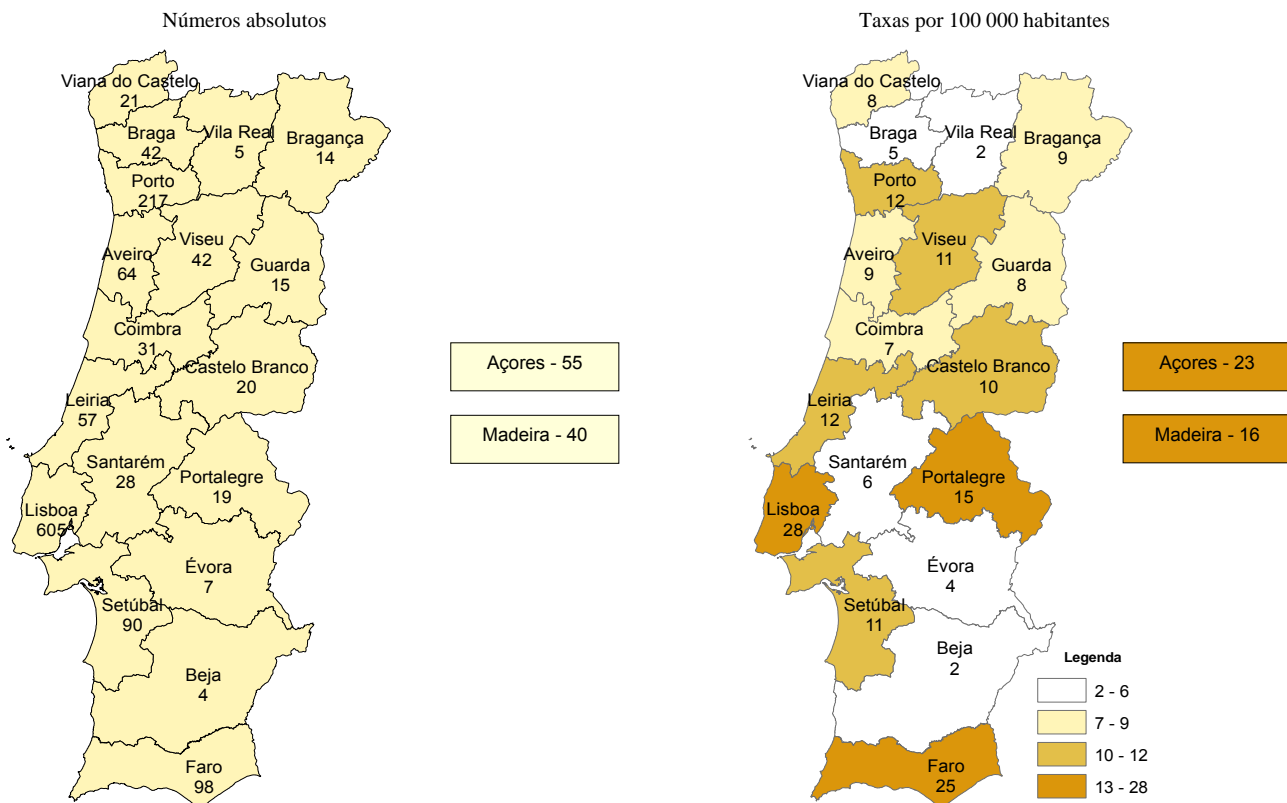
Fonte: Quadro 87



a) Ver nota a) do Quadro 87

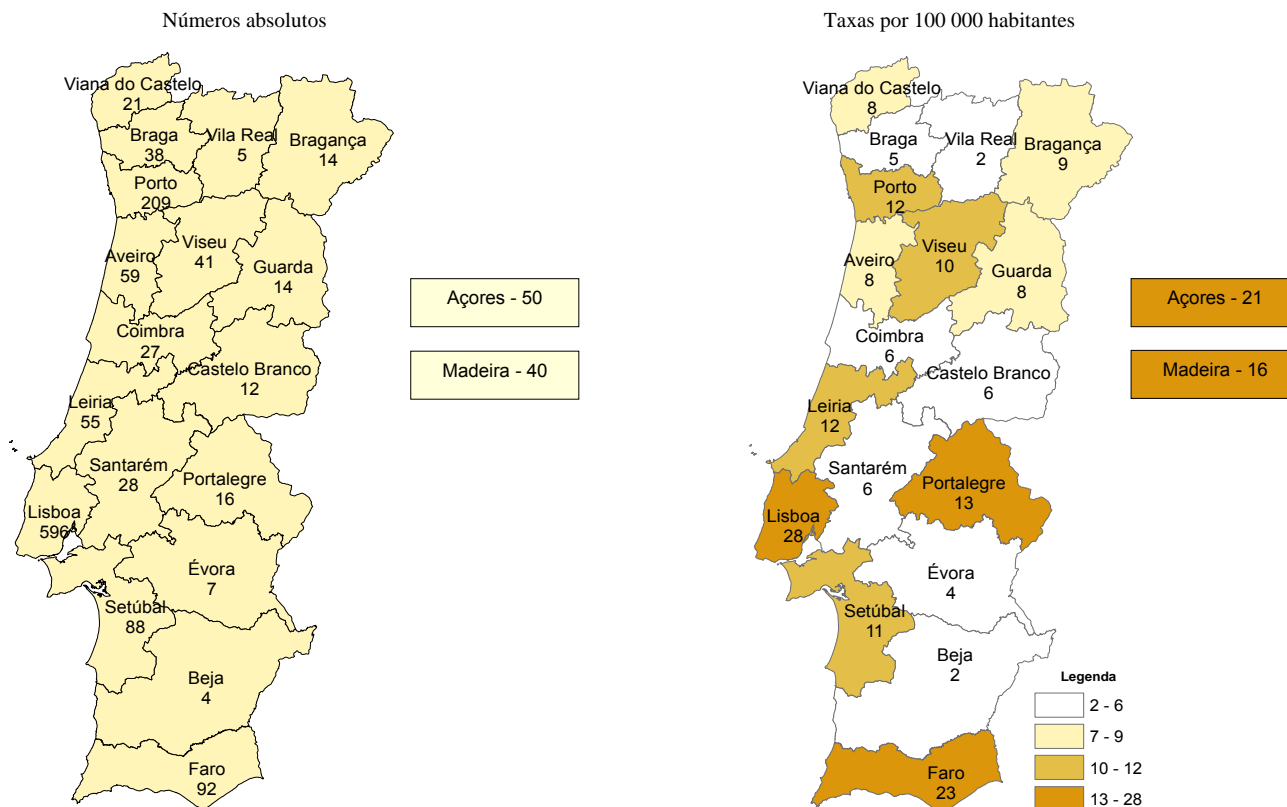
Fonte: Quadro 87

Figura 46 – Total de Indivíduos Condenados, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação
2006



Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

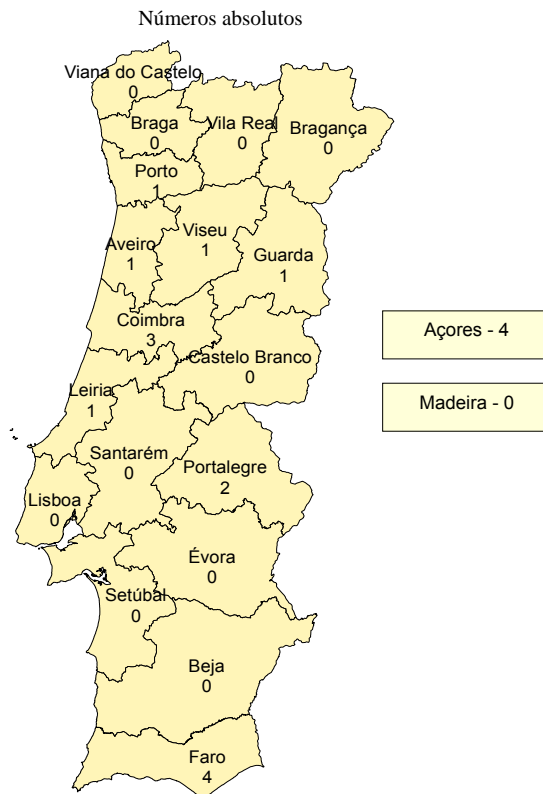
Figura 47 - Indivíduos Condenados por Tráfico, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação
2006



Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 48 - Indivíduos Condenados por Consumo*, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação

2006

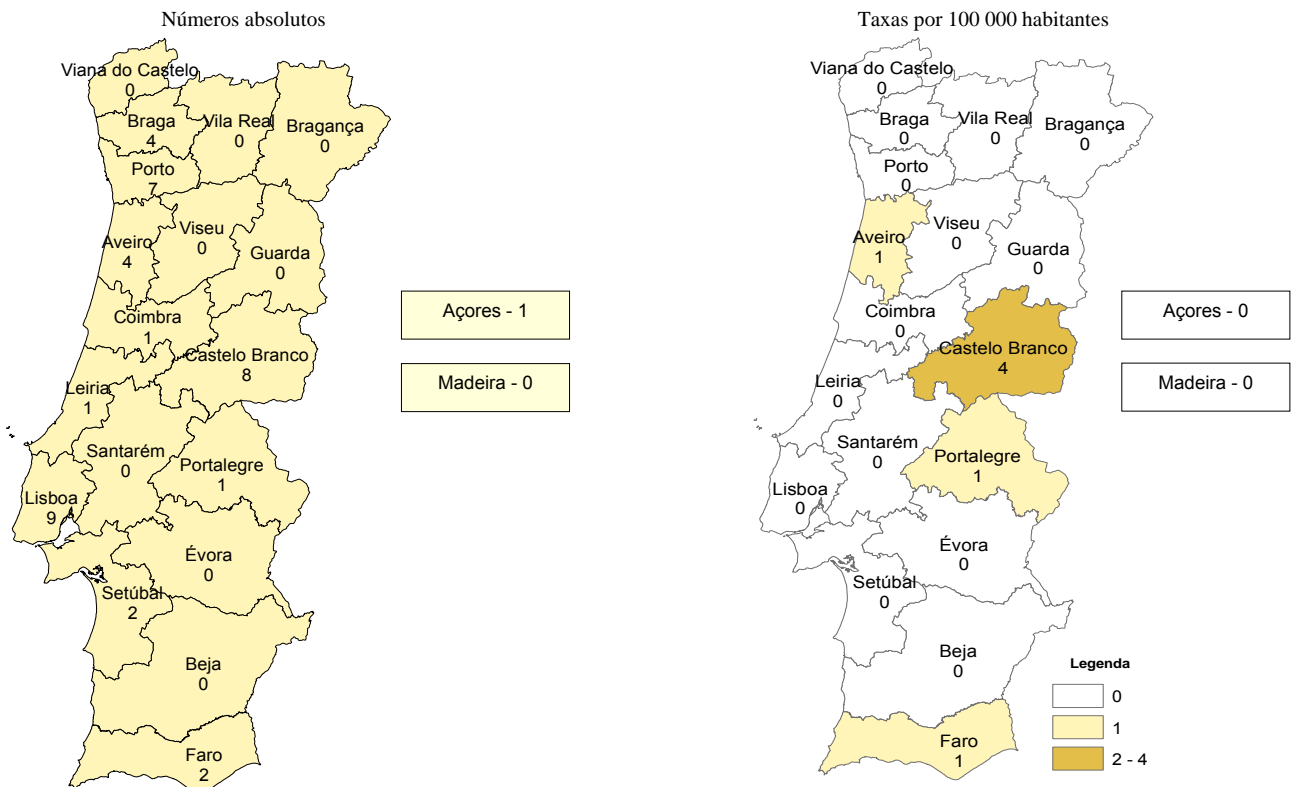


* A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 49 - Indivíduos Condenados por Tráfico-Consumo, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação

2006



Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 88 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga e Sexo, por Círculo Judicial e Comarca
2006

Círculo Judicial/Comarca	Total			Traficante			Consumidor ^{a)}			Traf.-Cons.		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
Abrantes	3	3	..	3	3
Abrantes	2	2	..	2	2
Ponte de Sor	1	1	..	1	1
Alcobaça	9	9	..	9	9
Alcobaça	6	6	..	6	6
Porto de Mós	3	3	..	3	3
Almada	32	29	3	30	27	3	2	2	..
Almada	18	18	..	18	18
Seixal	13	10	3	11	8	3	2	2	..
Sesimbra	1	1	..	1	1
Anadia	7	7	..	6	6	..	1	1
Águeda	2	2	..	1	1	..	1	1
Anadia	2	2	..	2	2
Mealhada	3	3	..	3	3
Angra do Heroísmo	15	13	2	13	11	2	2	2
Angra do Heroísmo	10	8	..	8	6	2	2	2
São Roque do Pico	1	1	..	1	1
Vila da Praia da Vitória	4	4	..	4	4
Aveiro	28	25	3	28	25	3
Albergaria-a-Velha	3	3	..	3	3
Aveiro	14	12	2	14	12	2
Ílhavo	8	7	1	8	7	1
Vagos	3	3	..	3	3
Barcelos	9	8	1	8	7	1	1	1	..
Barcelos	7	7	..	6	6	1	1	..
Esposende	2	1	1	2	1	1
Barreiro	35	30	5	35	30	5
Barreiro	11	10	1	11	10	1
Moita	20	17	3	20	17	3
Montijo	4	3	1	4	3	1
Beja	4	4	..	4	4
Beja	1	1	..	1	1
Moura	1	1	..	1	1
Ourique	2	2	..	2	2
Braga	11	8	3	11	8	3
Braga	10	8	2	10	8	2
Vila Verde	1	..	1	1	..	1
Bragança	9	8	1	9	8	1
Caldas da Rainha	12	9	3	11	8	3	1	1
Caldas da Rainha	7	5	2	6	4	2	1	1
Peniche	5	4	1	5	4	1
Cascais	29	25	4	29	25	4
Castelo Branco	9	9	..	6	6	3	3	..
Castelo Branco	4	4	..	4	4
Sertã	5	5	..	2	2	3	3	..
Chaves	2	2	..	2	2
Coimbra	27	23	4	23	21	2	3	1	2	1	1	..
Arganil	1	1	..	1	1
Coimbra	20	17	3	16	15	1	3	1	2	1	1	..
Lousã	1	1	..	1	1
Tábua	5	4	1	5	4	1
Covilhã	12	12	..	6	6	..	1	1	..	5	5	..
Covilhã	10	10	..	5	5	5	5	..
Fundão	1	1	..	1	1
Sabugal	1	1	1	1

Continua ►►

Círculo Judicial/Comarca	Situação Face à Droga/ /Sexo			Total			Traficante			Consumidor ^{a)}			Traf.-Cons.		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	Évora	7	7	..	7	7
Estremoz	1	1	..	1	1
Évora	5	5	..	5	5
Montemor-o-Novo	1	1	..	1	1
Faro	30	27	3	26	23	3	4	4
Faro	15	14	1	13	12	1	2	2
Olhão da Restauração	7	6	1	6	5	1	1	1
Tavira	3	2	1	2	1	1	1	1
Vila Real de Santo António	5	5	..	5	5
Figueira do Foz	4	4	..	4	4
Cantanhede	2	2	..	2	2
Figueira da Foz	2	2	..	2	2
Funchal	40	33	7	40	33	7
Funchal	29	26	3	29	26	3
Ponta do sol	1	1	..	1	1
Santa Cruz	10	6	4	10	6	4
Gondomar	14	13	0	14	13	1
Gondomar	7	6	1	7	6	1
Valongo	7	7	..	7	7
Guarda	7	6	1	7	6	1
Almeida	1	..	1	1	..	1
Guarda	6	6	..	6	6
Guimarães	20	18	2	19	17	2	1	1
Fafe	1	1	..	1	1
Felgueiras	3	3	..	3	3
Guimarães	16	14	2	15	13	2	1	1
Lamego	9	7	2	9	7	2
Cinfães	3	2	1	3	2	1
Moimenta da Beira	1	1	..	1	1
Peso da Régua	2	1	1	2	1	1
São João da Pesqueira	1	1	..	1	1
Tabuaço	2	2	..	2	2
Leiria	30	25	5	30	25	5
Leiria	11	8	3	11	8	3
Marinha Grande	19	17	2	19	17	2
Lisboa	426	322	104	421	319	102	5	3	2
Loulé	12	10	2	12	10	2
Albufeira	3	2	1	3	2	1
Loulé	9	8	1	9	8	1
Loures	68	63	5	67	62	5	1	1
Maia	13	10	3	13	10	3
Matosinhos	21	19	2	21	19	2
Mirandela	5	4	1	5	4	1
Oeiras	10	9	1	10	9	1
Oliveira de Azeméis	9	9	..	8	8	1	1
Estarreja	1	1	..	1	1
Oliveira de Azeméis	3	3	..	3	3
São João da Madeira	4	4	..	4	4
Vale de Cambra	1	1	1	1
Paredes	15	14	1	13	12	1	2	2
Lousada	1	1	..	1	1
Paços de Ferreira	11	10	1	10	9	1	1	1
Paredes	3	3	..	2	2	1	1
Penafiel	10	10	..	9	9	1	1
Amarante	4	4	..	3	3	1	1
Marco de Canavezes	4	4	..	4	4
Paredes	2	2	..	2	2
Pombal	6	4	2	5	3	2	1	1
Figueiró dos Vinhos	6	4	2	5	3	2	1	1
Ponta Delgada	40	36	4	37	33	4	2	2	..	1	1
Nordeste	1	1	..	1	1
Ponta Delgada	29	25	4	27	23	4	2	2
Ribeira Grande	10	10	..	9	9	1	1

Continua ►►

Círculo Judicial/Comarca	Situação Face à Droga/ /Sexo			Total			Traficante			Consumidor ^{a)}			Traf.-Cons.		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
Portalegre	18	15	3	15	12	3	2	2	..	1	1	..			
Elvas	7	6	..	5	4	1	2	2			
Nisa	4	3	..	3	2	1	1	1	..			
Portalegre	7	6	1	7	6	1			
Portimão	56	40	16	54	39	15	2	1	1			
Lagos	13	9	..	13	9	4			
Monchique	1	1	..	1	1			
Portimão	29	18	11	29	18	11			
Silves	13	12	1	11	11	2	1	1			
Porto	90	85	5	88	84	4	2	1	1			
Santa Maria da Feira	20	18	2	17	15	2	3	3	..			
Espinho	7	5	2	7	5	2			
Ovar	12	12	..	9	9	3	3	..			
Santa Maria da Feira	1	1	..	1	1			
Santarém	19	14	5	19	14	5			
Cartaxo	9	7	2	9	7	2			
Santarém	10	7	3	10	7	3			
Santiago do Cacém	15	12	3	15	12	3			
Grândola	1	1	..	1	1			
Santiago do Cacém	14	11	3	14	11	3			
Santo Tirso	13	10	3	13	10	3			
Seia	11	11	..	11	11			
Gouveia	1	1	..	1	1			
Nelas	4	4	..	4	4			
Seia	6	6	..	6	6			
Setúbal	8	8	..	8	8			
Sintra	52	49	3	50	47	3	2	2	..			
Tomar	4	4	..	4	4			
Torres Vedras	16	16	..	15	15	1	1	..			
Lourinhã	2	2	..	1	1	1	1	..			
Mafra	1	1	..	1	1			
Torres Vedras	13	13	..	13	13			
Viana do Castelo	21	17	4	21	17	4			
Monção	4	4	..	4	4			
Ponte da Barca	3	3	..	3	3			
Valença	2	2	..	2	2			
Viana do Castelo	12	8	4	12	8	4			
Vila do Conde	15	14	1	12	11	1	1	1	..	2	2	..			
Póvoa de Varzim	5	4	1	4	3	1	1	1			
Vila do Conde	10	10	..	8	8	2	2	..			
Vila Franca de Xira	7	7	..	7	7			
Alenquer	1	1	..	1	1			
Benavente	3	3	..	3	3			
Vila Franca de Xira	3	3	..	3	3			
Vila Nova de Famalicão	5	5	..	3	3	2	2	..			
Vila Nova de Gaia	23	21	2	23	21	2			
Vila Real	1	1	..	1	1			
Viseu	31	27	4	30	26	4	1	1			
Oliveira de Frades	8	7	1	8	7	1			
Santa Comba Dão	3	3	..	3	3			
São Pedro do Sul	3	3	..	3	3			
Tondela	1	1	1	1			
Viseu	16	13	3	16	13	3			

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 89 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Pena*

2006

Tipo de Pena	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2005 ^{b)}	1 625	1 555	14	56
	2006	1 474	1 416	18	40
Multa Efectiva		59	38	16	5
Prisão Efectiva		666	662	..	4
Prisão Suspensa		700	668	1	31
Prisão Efectiva + Multa Efectiva		12	12
Prisão Suspensa + Multa Efectiva		23	22	1	..
Admoestação		3	3
Trabalho a Favor da Comunidade		11	11

* As penas dizem respeito à pena final da condenação que pode incluir mais de um crime.

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 90 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tipo de Pena*

1998-2006

Tipo de Pena	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Total	4 669	3 083	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 474	
Multa Efectiva	2 098	957	1 061	948	102	77	100	83	59	
Multa Suspensa	4	4	
Prisão Efectiva	1 552	1 254	1 497	1 219	1 136	1 096	815	706	666	
Prisão Suspensa	628	691	821	966	965	1 014	868	795	700	
Prisão Efectiva + Multa Efectiva	69	28	78	76	25	17	17	13	12	
Prisão Suspensa + Multa Efectiva	59	31	42	41	18	20	21	22	23	
Prisão Suspensa + Multa Suspensa	12	..	1	1	
Admoestação	120	64	55	182	2	2	3	..	3	
Dispensa de Pena	120	51	44	140	2	..	1	
Trabalho a Favor da Comunidade	7	3	1	3	9	10	9	6	11	
Entrega de Donativo a Instituição	1	

* As penas dizem respeito à pena final da condenação que pode incluir mais de um crime.

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 91 - Frequência de Aplicação das Disposições da Lei da Droga, segundo o Ano, por Normativo
(Decreto-Lei n.º 430/83 e Decreto-Lei n.º 15/93)
1998 - 2006

Identificação do Normativo	Artigo	Dec.-Lei	Ano ^{a)}								
			1998	1999	2000	2001 ^{b)}	2002	2003	2004	2005 ^{c)}	2006
Total			5 595	4 223	5 641	5 364	3 512	3 363	2 702	2 663	2 349
Abandono de Seringas	32.º	15/93	1
Abuso do Exercício de Profissão	27.º	15/93	..	1
Agravação	24.º	15/93	176	175	181	549	174	227	104	76	41
Associação Criminosa	28.º	15/93	1	2	1	3
Atenuação ou Dispensa de Pena	31.º	15/93	1	10	1	1	..	2	2
Conversão, Transferência ou Dissimulação de Bens ou Produtos	23.º	15/93	9	7	6	2	3	6	1	1	3
Consumo	n.º 1; 40.º	15/93	2 480	1 110	1 133	1 129	3	4	..	1	2
Consumo (substâncias para mais de três dias)	n.º 2; 40.º	15/93	332	155	275	225	13	12	16	13	16
Consumo Ocasional	n.º 3; 40.º	15/93	26	1	3	5
Expulsão de Estrangeiros	34.º	15/93	..	38	15	17	27	7	24	79	97
Incitamento ao Uso de Drogas	29.º	15/93	6	7	6	3	3	..	2	..	2
Perda de Objectos ou Direitos Relacionados com o Facto	35.º	430/83	..	2	10	2	5	..	1
Perda de Objectos ou Direitos Relacionados com o Facto	35.º e 36.º	15/93	455	762	1 631	1 090	1 030	882	732	873	723
Precusores	22.º	15/93	2
Revista e Perícia	53.º	15/93	1	..	1	..
Suspensão da Pena com Obrigação de Tratamento e/ou com Regime de Prova	44.º e 45.º	15/93	1	6	2	..	1	2
Tráfico	23.º	430/83	7	1
Tráfico	21.º	15/93	1 008	820	978	913	934	926	702	587	534
Tráfico de Menor Gravidade	24.º	430/83	..	1
Tráfico de Menor Gravidade	25.º	15/93	925	940	1 224	1 246	1 160	1 200	1 047	971	881
Tráfico ou Consumo Consentido em Lugares Públicos ou de Reunião	30.º	15/93	10	5	11	4	2	1	1	3	3
Tráfico-Consumo	n.º 1; 26.º	15/93	159	189	167	175	151	90	72	56	40

a) Considerou-se nestas colunas o número de vezes que o normativo do dispositivo legal foi aplicado, nas decisões judiciais consideradas.

b) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

c) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 92 - Circunstâncias Agravantes tidas em Conta na Determinação da Medida da Pena, segundo a Situação dos Infractores Face à Droga

2006

Circunstância Agravante	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
		N= 1 371 ^{b)}	n ₁ = 1 320 ^{b)}	n ₂ = 16 ^{b)}	n ₃ = 35 ^{b)}
	2005 ^{c)}	4 517	4 372	16	129
Total	2006	3 858	3 735	25	98
Ameaças		1	1
Antecedentes com droga		302	287	4	11
Antecedentes criminais		114	113	1	..
Auxílio material		2	2
Burla		23	23
Burla informática		1	1
Carácter criminógeno do crime		128	120	..	8
Censurabilidade do acto		78	75	..	3
Coacção		1	1
Condução de veículo em estado de embriaguês		13	12	..	1
Condução perigosa de veículo rodoviário		2	2
Danos materiais		6	6
Descaminho ou destruição de objectos colocados sob o poder público		2	2
Desobediência		17	17
Diversidade de droga apreendida		14	14
Dolo elevado		1 119	1 079	13	27
Emprego de força pública contra a execução da lei ou de ordem legítima		1	1
Evasão		3	2	..	1
Exploração de menor na mendicidade		1	1
Falsidade de depoimento ou declaração		8	8
Falsificação de documentos		13	13
Furto de uso de veículo		13	11	..	2
Furto e/ou roubo		147	143	..	4
Furto qualificado		127	125	..	2
Homicídio e/ou tentativa		5	5
Ilícitude elevada		525	511	1	13
Incêndios explosões e outras condutas especialmente perigosas		1	..	1	..
Injúria		11	11
Introdução em lugar vedado ao público		2	2
Instigação pública a um crime		3	3
Liderança de grupo		15	15
Maus tratos ou sobrecarga de menores, de incapazes ou do cônjuge		1	1
Não arrependimento		72	72
Não inserido profissionalmente		59	58	..	1
Negação dos factos		42	41	..	1
Ofensas corporais		25	24	..	1
Passagem de moeda falsa		1	1
Perigosidade da substância		330	318	1	11
Prolongamento da conduta		75	73	..	2
Quantidade significativa de droga		319	310	4	5
Receptação do produto de furto/roubo		22	22
Resistência e coacção sobre funcionário		9	9
Sequestro		1	1
Substâncias explosivas ou análogas e armas		18	17	..	1
Toxicodependência		35	31	..	4
Violação de domicílio		1	1
Violação de proibições ou interdições		1	1
Violação do Código da Estrada		142	142
Violação do Regime de Uso e Porte de Arma		5	5
Violação da Disciplina Militar		2	2

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) Número de indivíduos aos quais foram encontradas circunstâncias agravantes.

c) A alteração do valor relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Nota: Na determinação da medida da pena, podem ter sido consideradas várias circunstâncias agravantes para um mesmo indivíduo e podem existir casos em que não foram mencionadas na decisão judicial as circunstâncias agravantes.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 93 - Circunstâncias Atenuantes tidas em Conta na Determinação da Medida da Pena, segundo a Situação dos Infractores Face à Droga

2006

Circunstância Atenuante	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
		N= 1 298 ^{b)}	n ₁ = 1 242 ^{b)}	n ₂ = 17 ^{b)}	n ₃ = 39 ^{b)}
Total	2005^{c)}	4 218	4 053	42	123
	2006	3 627	3 430	55	142
Ausência de antecedentes criminais durante determinado período de tempo		45	39	..	6
Baixa condição cultural		38	36	1	1
Bom comportamento		33	31	..	2
Colaboração com a justiça		48	43	2	3
Confissão espontânea, total ou parcial		460	429	9	22
Consumo ocasional		2	2
Declaração de arrependimento		206	197	..	9
Desemprego		24	22	..	2
Doença		13	10	..	3
Dolo não elevado		10	10
Droga "leve"		105	105
Em tratamento, toxicodependência ou ex-toxicodependência		278	248	4	26
Encargos familiares		20	19	1	..
Estabilidade económica		4	3	..	1
Filhos menores		26	25	1	..
Graves problemas familiares		10	10
Idade avançada		8	8
Ilícitude não elevada		261	251	6	4
Inserção profissional		283	266	6	11
Inserção social e/ou familiar		438	413	10	15
Jovem		134	133	..	1
Modesta condição social		218	212	..	6
Pobreza		26	24	2	..
Primário		739	712	11	16
Quantidade diminutiva de droga		153	146	1	6
Seropositividade (VIH/Hepatite)		2	1	..	1
Vontade de tratamento/Algum período de abstinência		43	35	1	7

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) Número de indivíduos aos quais foram encontradas circunstâncias atenuantes.

c) A alteração do valor relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Nota: Na determinação da medida da pena podem ter sido consideradas várias circunstâncias atenuantes para um mesmo indivíduo e podem existir casos em que não foram mencionadas na decisão judicial as circunstâncias atenuantes.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 94 - Crimes Constantes das Sentenças que Fixam Penas em Cúmulo Jurídico, segundo a Situação dos Infractores Face à Droga

2006

Crime	Situação Face à Droga	Artigo	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
			N = 165 ^{b)}	n ₁ = 161 ^{b)}	n ₂ = 3 ^{b)}	n ₃ = 1 ^{b)}
Total	2005 ^{c)}		270	264	..	6
	2006		247	242	3	2
Lei da Droga - Dec.-Lei 15/93						
Tráfico		21.º e 25.º	7	7
Associações Criminosas		28.º	3	3
Código Penal 1995						
Aquisição de Moeda Falsa para Ser Posta em Circulação		266.º	1	1
Auxílio Material		231.º	1	..	1	..
Burla		217.º	1	1
Coacção		154.º	1	1
Coacção Grave		155.º	1	1
Condução de Veículo em Estado de Embriaguês		292.º	2	2
Condução Perigosa de Veículo Rodoviário		291.º	4	4
Corrupção Activa		374.º	1	1
Dano Qualificado		213.º	1	1
Desobediência		348.º	2	2
Evasão		352.º	1	1
Falsidade de Depoimento ou Declaração		359.º	17	15	..	2
Falsidade de Testemunho, Perícia, Interpretação ou Tradução		360.º	3	3
Falsificação de Documento		256.º	15	15
Furto		203.º	13	12	1	..
Furto de Uso de Veículo		208.º	4	4
Furto Qualificado		204.º	12	12
Homicídio		131.º	1	1
Lenocínio		170.º	3	3
Ofensa à Integridade Física Simples		143.º	1	1
Receptação		231.º	9	9
Resistência e Coacção sobre Funcionário		347.º	11	11
Restituição ou Reparação		206.º	1	1
Roubo		210.º	9	9
Sabotagem		329.º	2	2
Sequestro		158.º	2	2
Substâncias Explosivas ou Análogas e Armas		275.º	34	33	1	..
Uso de Documento de Identificação Alheio		261.º	2	2
Código da Estrada			43	43
Regime de Uso e Porte de Arma - Lei 22/97			39	39

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) Número de indivíduos com penas em cúmulo jurídico.

c) A alteração do valor relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 95 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Droga
2006

Situação Face à Droga		Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Tipo de Droga					
Total	2005 ^{b)}	1 625	1 555	14	56
	2006	1 474	1 416	18	40
Heroína		230	213	..	17
Cocaína		266	265	..	1
Cannabis		465	440	18	7
Ecstasy		11	11
Outro		5	5
Polidrogas		486	471	..	15
Desconhecido		11	11

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 96 - Indivíduos Condenados por Posse de Polidrogas, segundo a Situação Face à Droga, por Drogas Envolvidas*

2006

Situação Face à Droga		Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Drogas Envolvidas					
Total	2005 ^{b)}	519	507	..	12
	2006	486	471	..	15
Heroína + Cocaína		294	286	..	8
Heroína + Cannabis		42	39	..	3
Cocaína + Cannabis		29	29
Ecstasy + Cannabis		24	24
Heroína + Cocaína + Cannabis		39	39
Outras		58	54	..	4

* As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

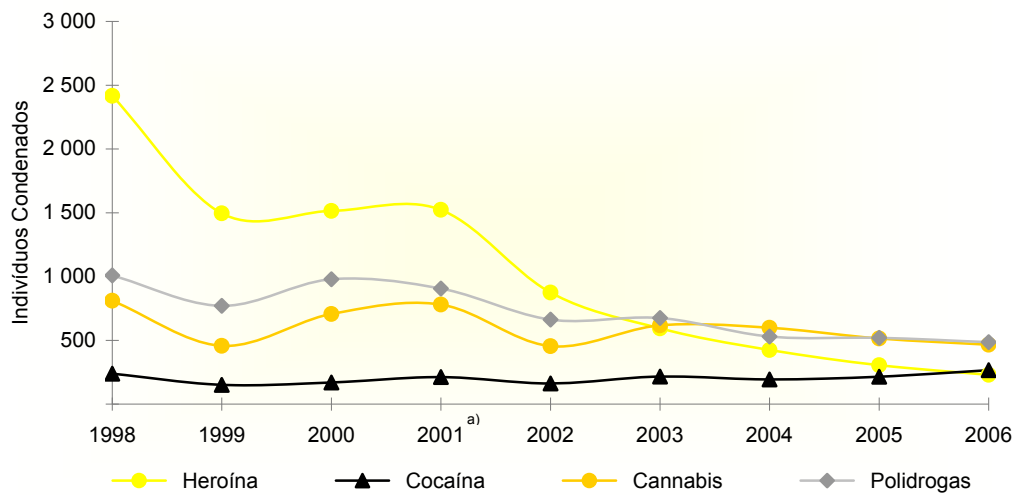
Quadro 97 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tipo de Droga
1998 - 2006

Tipo de Droga	Ano								
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006
Total	4 669	3 083	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 474
Heroína	2 416	1 495	1 515	1 523	875	593	424	305	230
Cocaína	238	151	169	212	162	216	193	215	266
Cannabis	811	457	707	781	454	617	598	515	465
Ecstasy	3	2	5	10	11	27	11	17	11
Outro	22	15	15	16	10	9	8	5	5
Polidrogas	1 009	770	979	906	662	675	530	519	486
Desconhecido	170	193	210	128	85	99	71	49	11

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 50 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tipo de Droga

a) Ver nota a) do Quadro 97.

Fonte: Quadro 97

Quadro 98 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, Por Grupo Etário
2006

Grupo Etário	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2005 ^{b)}	1 625	1 555	14	56
	2006	1 474	1 416	18	40
16-19 anos		160	155	1	4
20-24 anos		329	315	7	7
25-29 anos		311	301	1	9
30-34 anos		208	199	2	7
35-39 anos		185	174	5	6
40-44 anos		110	105	..	5
≥ 45 anos		122	120	1	1
Desconhecido		49	47	1	1

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

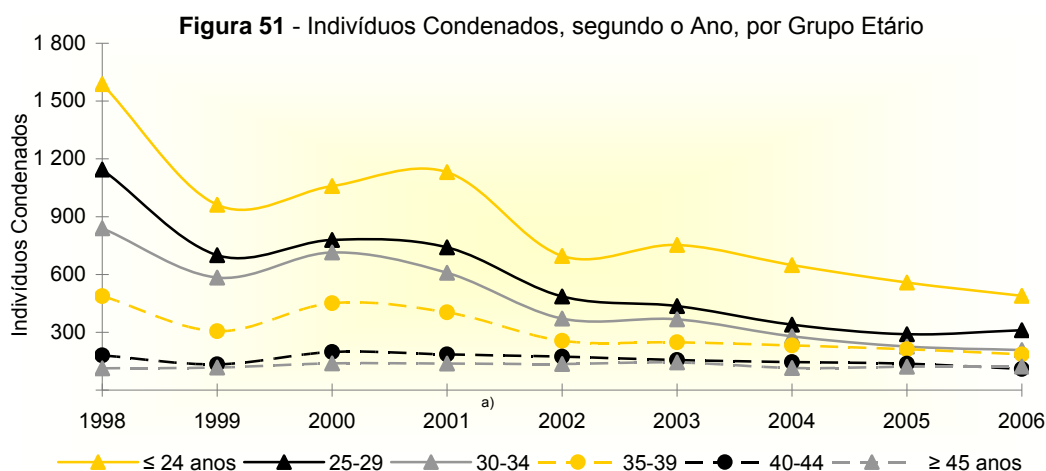
Quadro 99 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Grupo Etário
1998 - 2006

Grupo Etário	Ano								
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006
Total	4 669	3 083	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 474
16-19 anos	439	282	349	357	245	268	234	188	160
20-24 anos	1 149	680	710	774	451	485	415	370	329
25-29 anos	1 145	700	779	741	486	436	340	290	311
30-34 anos	840	584	714	609	371	367	279	226	208
35-39 anos	488	306	451	404	256	248	232	212	185
40-44 anos	180	134	198	185	174	156	145	137	110
≥ 45 anos	113	117	139	138	135	144	115	121	122
Desconhecido	315	280	260	368	141	132	75	81	49

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



a) Ver nota a) do Quadro 99.

Fonte: Quadro 99

Quadro 100 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por País da Nacionalidade
2006

País da Nacionalidade	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2005 ^{b)}	1 625	1 555	14	56
	2006	1 474	1 416	18	40
Europa		1 057	1 009	15	33
União Europeia		1 050	1 002	15	33
Alemanha	
Espanha		17	16	1	..
França	
Holanda		17	17
Portugal		1 000	953	14	33
Reino Unido		2	2
Outros da UE		14	14
Outros da Europa		7	7
Ucrânia		3	3
Outros		4	4
África		117	117
Angola		5	5
Cabo Verde		84	84
Guiné-Bissau		7	7
Moçambique	
São Tomé e Príncipe		2	2
Outros		19	19
América		69	69
Bolívia		7	7
Brasil		18	18
Colômbia		3	3
Venezuela		34	34
Outros		7	7
Ásia		1	1
Oceânia	
Desconhecido		230	220	3	7

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 101 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por País da Nacionalidade
1998 - 2006

País da Nacionalidade	Ano								
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006
Total	4 669	3 083	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 474
Europa	4 256	2 656	3 098	3 055	1 859	1 777	1 388	1 199	1 057
União Europeia	4 254	2 655	3 097	3 051	1 854	1 772	1 386	1 194	1 050
Alemanha	3	3	2	5	8
Espanha	37	10	6	27	15	29	25	19	17
França	8	2	8	10	6	2	1	1	..
Holanda	1	2	3	11	6	5	8	13	17
Portugal	4 198	2 633	3 075	3 001	1 819	1 715	1 331	1 152	1 000
Reino Unido	3	1	3	..	1	2	2	2	2
Outros da UE	4	4	2	2	5	14	11	7	14
Outros da Europa	2	1	1	4	5	5	2	5	7
Ucrânia	1	3
Outros	2	1	1	4	5	4	2	5	4
África	103	65	54	60	121	144	135	120	117
Angola	21	11	12	15	11	7	12	8	5
Cabo Verde	54	32	19	20	86	99	96	93	84
Guiné-Bissau	12	9	5	5	7	14	14	16	7
Moçambique	5	1	1	7	2	1
São Tomé e Príncipe	2	3	1	3	7	4	3	..	2
Outros	9	9	16	10	8	19	10	3	19
América	32	22	15	29	45	57	60	67	69
Bolívia	1	2	6	4	7
Brasil	13	7	5	15	30	36	20	16	18
Colômbia	8	3	4	1	5	3	3	5	3
Venezuela	3	4	4	5	4	9	22	34	34
Outros	8	8	2	8	5	7	9	8	7
Ásia	1	4	..	1	1	3	4	..	1
Oceânia	..	1
Desconhecido	277	335	433	431	233	255	248	239	230

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 102 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Estado Civil
2006

Estado Civil	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2005 ^{b)}	1 625	1 555	14	56
	2006	1 474	1 416	18	40
Solteiro		815	775	8	32
Casado/União de Facto		521	507	10	4
Divorciado/Separado		91	89	..	2
Viúvo		9	9
Desconhecido		38	36	..	2

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 103 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Estado Civil
1998 - 2006

Estado Civil	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Total	4 669	3 083	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 474	
Solteiro	3 149	1 850	2 212	2 271	1 251	1 278	1 041	897	815	
Casado/União de Facto	911	832	897	925	711	721	591	576	521	
Divorciado/Separado	276	208	252	212	169	136	128	95	91	
Viúvo	44	30	38	31	22	23	9	14	9	
Desconhecido	289	163	201	137	106	78	66	43	38	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 104 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Situação de Coabitação
2006

Situação de Coabitação	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2005 ^{b)}	1 625	1 555	14	56
	2006	1 474	1 416	18	40
Só com Ascendentes ^{c)}		320	306	4	10
Com Ascendentes ^{c)} + Cônjuge ou Filho(s)		40	40
Só com Cônjuge + Filho(s)		238	230	7	1
Só com Cônjuge		92	90	..	2
Só com Filho(s)		25	24	..	1
Só com Amigos		15	14	..	1
Sozinho(a)		64	63	1	..
Outra Situação		171	167	1	3
Desconhecida		509	482	5	22

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P. após 31/03/2006.

c) Com ou sem irmãos.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 105 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação de Coabitação
1998 - 2006

Situação de Coabitação	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Total	4 669	3 083	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 474	
Só com Ascendentes ^{c)}	1 231	804	914	903	438	443	422	333	320	
Com Ascendentes ^{c)} + Cônjuge ou Filho(s)	64	40	65	102	54	39	37	47	40	
Só com Cônjuge + Filho(s)	543	428	435	421	297	291	247	254	238	
Só com Cônjuge	237	174	160	192	150	146	121	94	92	
Só com Filho(s)	400	23	45	29	36	26	20	35	25	
Só com Amigos	18	21	21	22	27	14	17	18	15	
Sozinho(a)	113	112	124	134	106	90	56	79	64	
Outra Situação	429	197	199	240	209	188	170	145	171	
Desconhecida	1 634	1 284	1 637	1 533	942	999	745	620	509	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

c) Com ou sem irmãos.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 106 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Nível de Ensino
2006

Nível de Ensino	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2005 ^{b)}	1 625	1 555	14	56
	2006	1 474	1 416	18	40
Sem Nível de Ensino		20	20
Ensino Básico / 1.º Ciclo		190	182	4	4
Ensino Básico / 2.º Ciclo		221	213	4	4
Ensino Básico / 3.º Ciclo		254	245	2	7
Ensino Secundário		116	114	..	2
Ensino Superior		37	30	3	4
Outro		2	2
Desconhecido		634	610	5	19

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

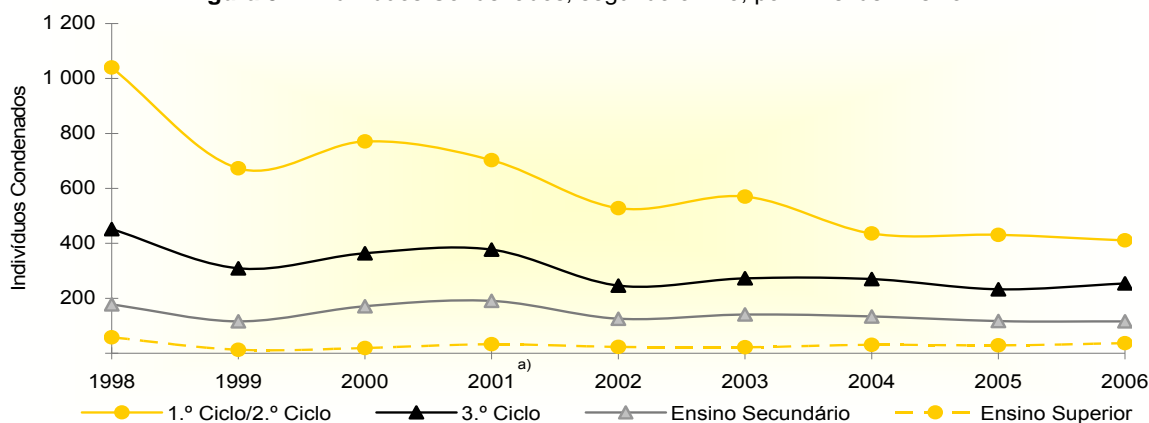
Quadro 107 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Nível de Ensino
1998 - 2006

Nível de Ensino	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Total	4 669	3 083	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 474	
Sem Nível de Ensino	67	82	47	45	50	24	27	22	20	
Ensino Básico / 1.º Ciclo	561	378	421	383	293	300	233	224	190	
Ensino Básico / 2.º Ciclo	479	295	350	320	235	270	203	207	221	
Ensino Básico / 3.º Ciclo	452	309	364	377	246	273	270	233	254	
Ensino Secundário	178	116	171	191	126	141	134	117	116	
Ensino Superior	58	13	19	33	23	22	31	29	37	
Outro	1	5	4	2	4	9	2	
Desconhecido	2 874	1 890	2 227	2 222	1 282	1 204	933	784	634	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 52 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Nível de Ensino

a) Ver nota a) do Quadro 107.

Fonte: Quadro 107

Quadro 108 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Situação Profissional
2006

Situação Profissional	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2005 ^{b)}	1 625	1 555	14	56
	2006	1 474	1 416	18	40
Empregado		540	518	12	10
Empregado Temporariamente		37	37
Desempregado		456	438	2	16
Estudante		56	49	3	4
Situação de Reclusão		51	49	..	2
Outra Situação ^{c)}		21	21
Desconhecida		313	304	1	8

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

c) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 109 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação Profissional
1998 - 2006

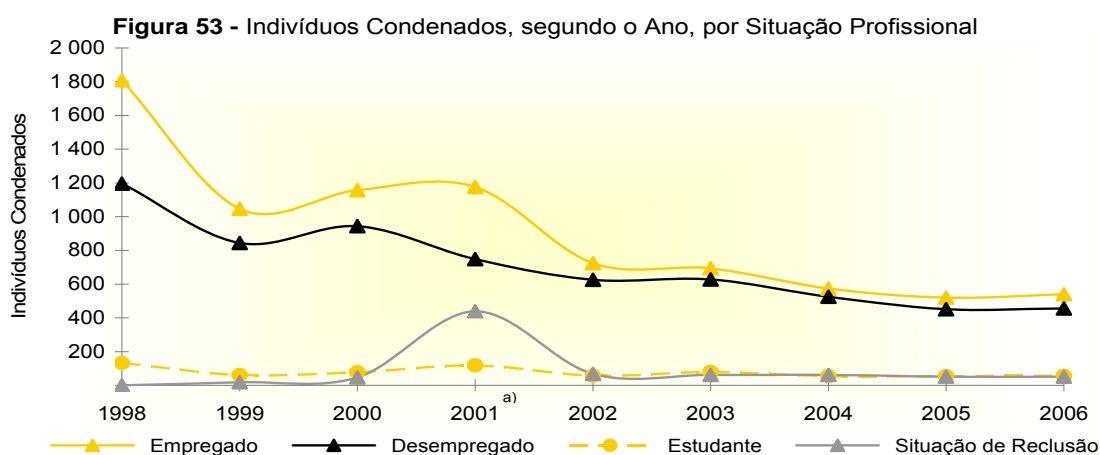
Situação Profissional	Ano									
	1998	1999	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005 ^{b)}	2006	
Total	4 669	3 083	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 474	
Empregado	1 809	1 047	1 157	1 176	724	694	574	520	540	
Empregado Temporariamente	..	110	156	133	118	92	84	69	37	
Desempregado	1 196	844	944	748	626	628	525	451	456	
Estudante	133	62	77	118	57	79	55	55	56	
Situação de Reclusão	..	18	47	439	68	62	62	51	51	
Outra Situação ^{c)}	44	52	59	51	67	42	35	34	21	
Desconhecida	1 487	950	1 160	911	599	639	500	445	313	

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor, relativamente ao publicado no ano transacto, deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

c) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



a) Ver nota a) do Quadro 109.

Fonte: Quadro 109

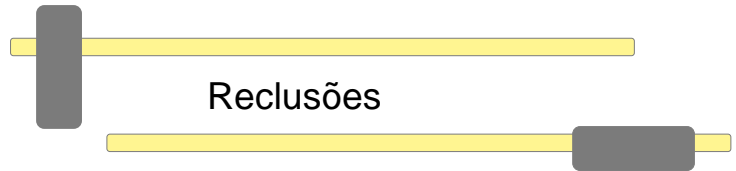
Quadro 110 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Grupo Profissional
2006

Grupo Profissional	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2005 ^{b)}	1 625	1 555	14	56
	2006	1 474	1 416	18	40
Membros das Forças Armadas		3	3
Directores de empresa		1	1
Directores e gerentes de pequenas empresas		31	31
Especialistas das ciências físicas, matemáticas e engenharia		5	5
Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares		2	2
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas		4	4
Técnicos e profissionais de nível intermédio das ciências físicas e químicas, da engenharia e trabalhadores similares		15	14	..	1
Profissionais de nível intermédio das ciências da vida e da saúde		2	1	..	1
Profissionais de nível intermédio do ensino		1	1
Outros técnicos e profissionais de nível intermédio		14	14
Empregados de escritório		13	13
Empregados de recepção, caixas, bilheteiros e similares		10	10
Pessoal dos serviços directos e particulares, de protecção e segurança		99	94	..	5
Manequins, vendedores e demonstradores		37	35	..	2
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação de animais e pescas		17	15	2	..
Agricultores e pescadores - agricultura e pesca de subsistência		6	4	2	..
Operários, artífices e trabalhadores similares das indústrias extractivas e da construção civil		247	239	4	4
Trabalhadores da metalurgia e da metalomecânica e trabalhadores similares		54	53	1	..
Mecânicos de precisão, oleiros e vidreiros, artesãos, trabalhadores das artes gráficas e trabalhadores similares		6	6
Outros operários, artífices e trabalhadores similares		74	69	2	3
Operadores de instalações fixas e similares		12	11	1	..
Operadores de máquinas e trabalhadores da montagem		15	15
Condutores de veículos e embarcações e operadores de equipamentos pesados móveis		47	45	1	1
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio		119	119
Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas		7	7
Trabalhadores não qualificados das minas, da construção civil e obras públicas, da indústria transformadora e dos transportes		105	102	..	3
Desconhecido		528	503	5	20

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

b) A alteração do valor relativamente ao publicado no ano transacto deve-se à entrada de decisões de 2005 no IDT, I. P., após 31/03/2006.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



Quadro 111 - Total de Reclusos Condenados* e Reclusos Condenados* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano
Situação a 31/12 de cada ano

Reclusos	Ano									
	1998	1999 ^{a)}	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Total de Reclusos Condenados	10 348	8 756	8 917	9 422	9 699	10 143	9 973	9 610	9 715	
Reclusos Condenados ao Abrigo da Lei da Droga	3 902	3 863	3 829	3 930	3 967	3 558	2 927	2 669	2 650	

* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

a) Ano de amnistia.

Fonte: Direcção Geral dos Serviços Prisionais

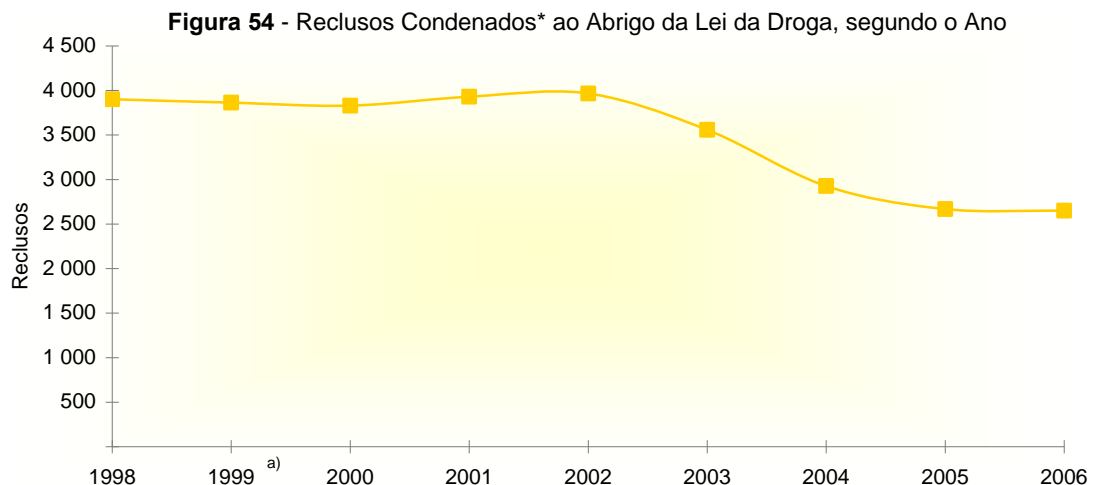
Quadro 112 - Reclusos Condenados* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano, por Tipo de Crime
Situação a 31/12 de cada ano

Tipo de Crime	Artigo	Dec.- Lei	Ano									
			1998	1999 ^{a)}	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Total			3 902	3 863	3 829	3 930	3 967	3 558	2 927	2 669	2 650	
Tráfico	23. ^o e 24. ^o 21. ^o	430/83 15/93	3 291	3 362	3 387	3 414	3 653	3 197	2 601	2 400	2 390	
Associação Criminosa	28. ^o	15/93	19	12	63	73	86	72	4	4	4	
Tráfico de Menor Gravidade	25. ^o	15/93	294	241	197	235	151	183	221	192	188	
Precusores	22. ^o	15/93	1	1	6	11	1	1	
Tráfico-Consumo	25. ^o 26. ^o	430/83 15/93	284	224	121	172	75	92	82	57	53	
Consumo	40. ^o	15/93	4	23	25	10	
Outro		430/83 15/93	9	..	30	15	1	13	19	16	15	

* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

a) Ano de amnistia.

Fonte: Direcção Geral dos Serviços Prisionais



* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

a) Ano de amnistia.

Fonte: Quadro 112

Quadro 113 - Reclusos Condenados* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Sexo e Grupo Etário, por Tipo de Crime e Nacionalidade**
Situação em 31/12/2006

Tipo de Crime/ /Nacionalidade	Total			Tráfico			Associação			Tráfico de Menor			Precusores			Tráfico-Consumo			Consumo			Outro		
				(art.º 23 e 24) ^{a)} e (art.º 21) ^{b)}			Criminosa art.º 28 ^{b)}			Gravidade art.º 25 ^{b)}			art.º 22 ^{b)}			art.º 25 ^{a)} e art.º 26 ^{b)}			art.º 40 ^{b) c)}			a) b)		
	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.
Situação em 31/12/2005	2 669	1 949	720	2 400	1 704	696	4	4	..	192	174	18	57	53	4	16	14	2
Total	2 669	1 949	720	2 400	1 704	696	4	4	..	192	174	18	57	53	4	16	14	2
Situação em 31/12/2006	2 650	1 879	771	2 390	1 644	746	4	4	..	188	169	19	53	49	4	15	13	2
Masculino	2 276	1 614	662	2 044	1 406	638	3	3	..	173	154	19	42	39	3	14	12	2
Feminino	374	265	109	346	238	108	1	1	..	15	15	11	10	1	1	1	..
16-20 anos	14	8	6	14	8	6
Masculino	10	5	5	10	5	5
Feminino	4	3	1	4	3	1
21-24 anos	166	110	56	146	91	55	15	14	1	4	4	1	1	..
Masculino	139	99	40	123	84	39	14	13	1	2	2
Feminino	27	11	16	23	7	16	1	1	2	2	1	1	..
25-29 anos	474	332	142	438	300	138	1	1	..	27	25	2	5	3	2	3	3	..
Masculino	412	293	119	378	263	115	1	1	..	25	23	2	5	3	2	3	3	..
Feminino	62	39	23	60	37	23	2	2
30-39 anos	1 015	687	328	914	600	314	70	59	11	25	23	2	6	5	1
Masculino	889	599	290	797	520	277	66	55	11	20	19	1	6	5	1
Feminino	126	88	38	117	80	37	4	4	5	4	1
40-49 anos	704	528	176	624	451	173	2	2	..	58	56	2	15	15	5	4	1
Masculino	600	448	152	531	382	149	1	1	..	51	49	2	12	12	5	4	1
Feminino	104	80	24	93	69	24	1	1	..	7	7	3	3
50-59 anos	215	166	49	192	146	46	1	1	..	18	15	3	4	4
Masculino	176	133	43	155	115	40	1	1	..	17	14	3	3	3
Feminino	39	33	6	37	31	6	1	1	1	1
≥ 60 anos	62	48	14	62	48	14
Masculino	50	37	13	50	37	13
Feminino	12	11	1	12	11	1

* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

** Os dados referem-se apenas aos crimes principais cometidos pelos reclusos condenados.

a) Decreto-Lei 430/83 de 13 de Dezembro.

b) Decreto-Lei 15/93 de 22 de Janeiro.

c) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

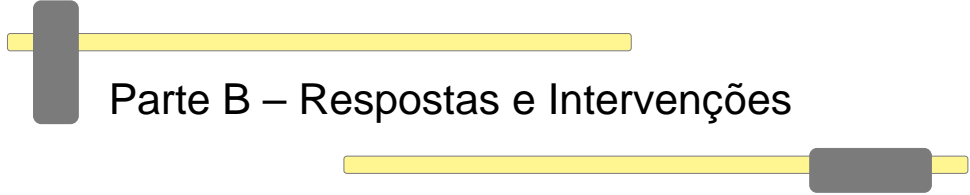
Fonte: Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Quadro 114 - Reclusos Condenados* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano, por Sexo e Grupo Etário
 Situação a 31/12 de cada ano

Grupo Etário/Sexo	Ano						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	3 829	3 930	3 967	3 558	2 927	2 669	2 650
Masculino	3 262	3 424	3 496	3 144	2 525	2 308	2 276
Feminino	567	506	471	414	402	361	374
16-20 anos	100	131	107	85	25	13	14
Masculino	94	126	105	77	22	10	10
Feminino	6	5	2	8	3	3	4
21-24 anos	361	329	358	260	208	168	166
Masculino	321	282	313	240	185	142	139
Feminino	40	47	45	20	23	26	27
25-29 anos	739	764	743	647	521	472	474
Masculino	625	684	657	573	449	413	412
Feminino	114	80	86	74	72	59	62
30-39 anos	1 546	1 599	1 543	1 354	1 103	1 015	1 015
Masculino	1 335	1 423	1 389	1 212	966	890	889
Feminino	211	176	154	142	137	125	126
40-49 anos	823	847	935	946	775	717	704
Masculino	700	720	817	831	667	618	600
Feminino	123	127	118	115	108	99	104
50-59 anos	210	206	214	207	230	223	215
Masculino	151	150	170	168	186	185	176
Feminino	59	56	44	39	44	38	39
≥60 anos	50	54	67	59	65	61	62
Masculino	36	39	45	43	50	50	50
Feminino	14	15	22	16	15	11	12

* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

Fonte: Direcção Geral dos Serviços Prisionais



Parte B – Respostas e Intervenções

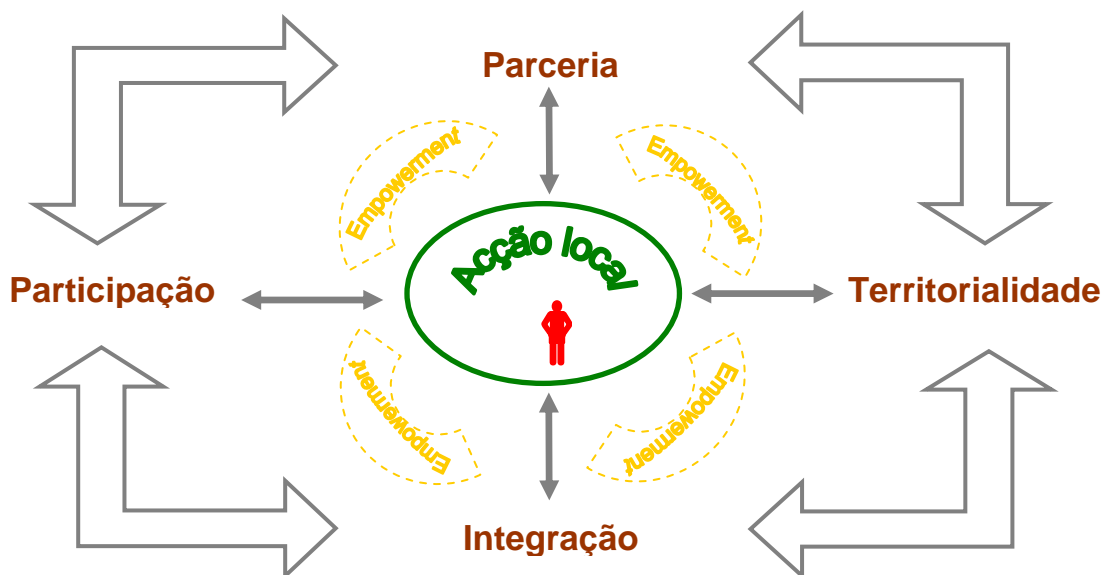
Programa Operacional de Respostas Integradas – PORI

Destaca-se o PORI – Programa Operacional de Respostas Integradas, pela importância que assume enquanto medida estruturante ao nível da intervenção integrada.

No contexto da actual reorientação estratégica das intervenções, no âmbito da redução do consumo de substâncias psicoactivas, foi criado um Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) de incidência local, procurando potenciar as sinergias disponíveis no território, através da implementação de Programas de Respostas Integradas (PRI). Estes deverão assumir-se, numa base transversal e global, como plano de acção territorial que integram respostas interdisciplinares (prevenção, dissuasão, tratamento, redução de riscos e minimização de danos e reinserção) e que decorre dos resultados do diagnóstico do território.

A parceria, a participação, a integração, a territorialidade e o *empowerment* são princípios estratégicos que constituem o quadro de referência para a implementação deste Plano.

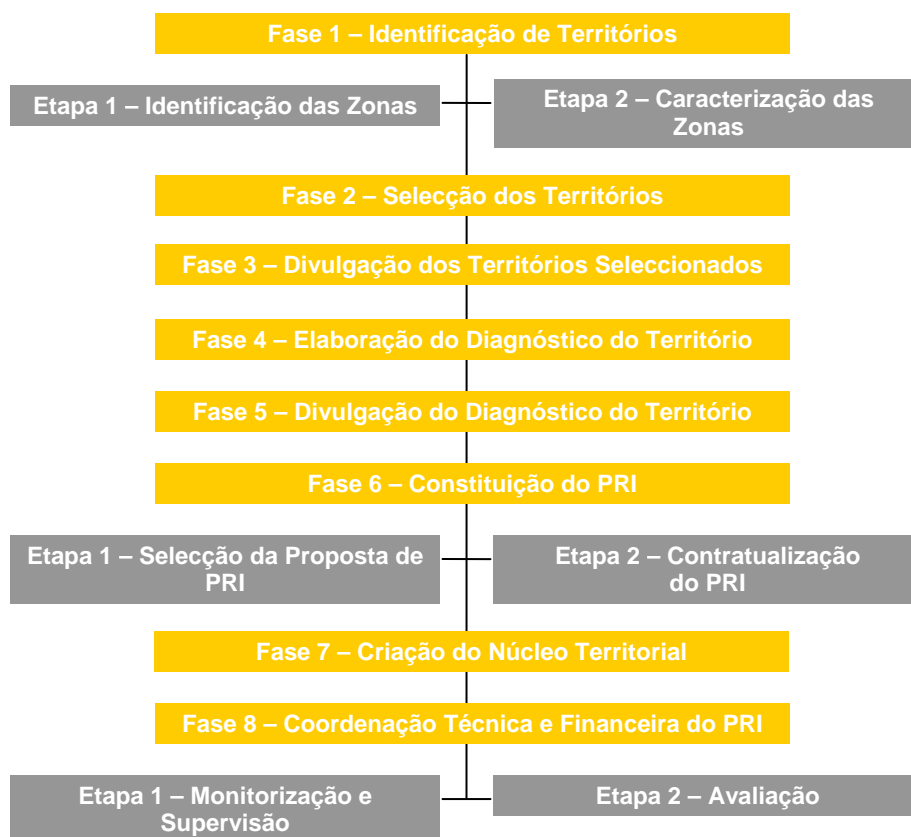
Figura 55 - Esquema síntese do Quadro de Orientação Estratégica do PORI



Fonte: PORI

O PORI desenvolve-se através de diferentes fases sequenciais, tendo-se em 2006 realizado a Fase 1 – Identificação de Territórios, Etapa 2, desenvolvendo-se as restantes em 2007, de acordo com a Figura 56.

Figura 56 - Esquema Operacional do PORI



Fonte: PORI

Em 2006, foram alcançadas as metas previstas relativamente à concepção do referencial teórico e operacional do PORI. Foram também criados instrumentos técnico-científicos necessários à sua implementação, implicando uma mudança de paradigma da intervenção, bem como o *Documento de Apoio*, onde constam os princípios orientadores, enquadramento teórico e definição da sua operacionalização.

O PORI foi apresentado publicamente e divulgado a nível regional e distrital em Junho de 2006. A divulgação do Plano, conduzida pelas Delegações Regionais, permitiu nesta fase o envolvimento de vários parceiros institucionais ao nível de cada região.

Ainda em 2006, foram elaborados guiões de suporte à execução das fases do PORI, tendo sido construído o Guião para a Fase 1 – Identificação de Territórios, onde consta o enquadramento teórico, os indicadores a utilizar, as metodologias propostas e os respectivos instrumentos de trabalho. Foram ainda iniciados os trabalhos referentes ao regulamento do plano e ao guião e instrumento para a Fase 2 – Selecção de Territórios. Todas as DR iniciaram a Fase 1 do PORI em 2006, cuja finalização ocorrerá em 2007.

Para seleccionar os territórios de intervenção prioritária e desenhar uma intervenção adequada às necessidades identificadas localmente, o levantamento de informação é feito a partir do nível regional, distrital, concelhio.

A Fase 1 do diagnóstico parte da identificação de problemas associados a factores de risco do domínio comunitário, sócio-cultural e individual, para posterior identificação dos factores de protecção.

De acordo com a forma de implementação de respostas integradas e visando a articulação entre os diferentes eixos de intervenção no âmbito do consumo de substâncias psicoactivas – prevenção, tratamento, redução de danos, reinserção e dissuasão, foram seleccionados problemas associados a factores de risco tendo em conta as especificidades de cada eixo, a saber:

- Experimentação de substâncias psicoactivas
- Prevalência do consumo de substâncias psicoactivas
- Disponibilidade de substâncias psicoactivas
- Privação económica e social extrema
- Existência de problemas sociais relacionados com substâncias psicoactivas
- Prevalência de doenças infecto-contagiosas
- Ocorrência de situações e/ou de comportamentos de risco

Nesta fase preliminar, foram seleccionados indicadores-chave que nos permitem ter uma leitura global da dimensão e intensidade de cada problema.

Quanto às dimensões a ter em conta na identificação de problemas, foram adaptadas das grelhas de hierarquização de prioridades de intervenção de Isabel Guerra (2000)¹.

As dimensões de análise propostas no âmbito do PORI são então:

- Dados que traduzem a gravidade dos problemas
- Causas prováveis
- Populações/grupos mais afectados
- Recursos institucionais disponíveis

Este processo de recolha de informação deverá ter em conta a variedade de fontes de informação existentes, considerando a diversidade presente na problemática do consumo de substâncias psicoactivas, o que implica a participação de vários elementos da comunidade, desde o primeiro momento do processo.

Considerando a importância que a identificação de necessidades de intervenção e a elaboração de diagnósticos ao nível local assumem na implementação do Plano, foi realizada uma acção de formação sobre *Rapid Assessment Response* (RAR) dirigida a elementos dos serviços centrais e locais do IDT, I. P.. Esta formação foi uma etapa fundamental na introdução de conceitos basilares sobre este tema, sensibilizar os intervenientes para a sua importância e contribuir para a construção do Manual a utilizar na Fase 4 – Elaboração do Diagnóstico do Território.

¹ GUERRA, Isabel Carvalho (2000). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção: o planeamento em ciências sociais*. Cascais: Principia.

Todo este processo, devido à complexidade inerente, enquanto resposta integrada, à introdução de novos conceitos e de novas metodologias de execução, implicou uma grande dinâmica de trabalho e de articulação entre as áreas de Prevenção e de Tratamento, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção, bem como na articulação com as restantes áreas de intervenção, no envolvimento das estruturas centrais, regionais e locais.

Este trabalho orientado pelas estruturas do IDT, I. P., implica a participação activa de estruturas do sector público e privado mais conhecedores das realidades locais em termos da elaboração do diagnóstico dos seus territórios de intervenção.

ÁREAS TRANSVERSAIS

Coordenação

Cooperação Internacional

Informação, Investigação, Formação e Avaliação

Reordenamento Jurídico



Coordenação

Resultado a atingir

Assegurar a efectiva implementação das estruturas de coordenação do combate à droga e à toxicod dependência

Objectivo

1. Coordenar as acções de todos os organismos com competências de intervenção na área das drogas e das toxicod dependências

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
1.1. Criação e apoio efectivo das Subcomissões da CTCICDT	2006-2008	Coordenador Nacional	N.º de Reuniões da CTCICDT N.º de Reuniões das Subcomissões	IDT, I. P. em parceria com DGS/ DGSP/ IDP, I. P./ IPJ, I. P./ DGAIEC/ SEF/ PJ -DCITE/ PSP/ GNR/ DGAC/ DGAM/ IRS/ ISS, I. P./ IEF, I. P. / DGPRM/ INFARMED, I. P. / SIS/ SIED/ GRIEC/ DGES/ CTCICDT/ CNCDT – Elaboração do documento “ Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicod dependências – Horizonte 2008 ”; Reuniões dos Grupos de Trabalho validados pela Comissão Técnica uma reunião geral de lançamento e 25 reuniões de grupos de trabalho sectoriais; No âmbito da criação e apoio efectivo das Subcomissões foi realizada uma reunião das Subcomissões; Foram realizadas duas reuniões da CTCICDT.

Objectivo

2. Reforçar a participação da sociedade civil

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
2.1. Assegurar participação da sociedade civil nas acções e iniciativas contra as drogas e as toxicod dependências	2006-2008	Coordenador Nacional	N.º de reuniões do CNCDT N.º de iniciativas participadas por representantes da sociedade civil	Efectuadas duas reuniões do CNCDT IDT, I. P. em parceria com Conselho Nacional e outras instituições públicas e privada – n.º de iniciativas participadas por representantes da sociedade civil – 2

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

A área da Coordenação engloba a gestão dos diferentes níveis de coordenação, exigíveis na política nacional e internacional contra as drogas e as toxicodependências.

É assim fundamental investir numa coordenação que propicie intra e interinstitucionalmente uma adequada, eficiente e eficaz consecução do Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências e respectivo Plano de Acção.

A reorientação da coordenação desenvolveu-se, de acordo com o planeado, a 4 níveis de actuação:

- **Interministerial – no âmbito da Estratégia Nacional de Luta contra a Droga**

Sendo o Presidente do Conselho Directivo do IDT, I. P. , por inerência, o Coordenador Nacional do Combate à Droga e à Toxicodependência², coube-lhe, nessa qualidade, desenvolver as iniciativas relacionadas com a preparação do Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências – Horizonte 2008, na sequência da elaboração, em 2005, do Plano Nacional.

- **Intraministerial – com outras estruturas do Ministério da Saúde**

Considera-se fundamental investir numa articulação efectiva entre os diferentes serviços do MS, de modo a desenvolver um verdadeiro trabalho intersectorial, devendo garantir-se que o cidadão, face às questões ligadas directa ou indirectamente ao (ab)uso de drogas (incluindo álcool, tabaco e medicamentos), seja visto como “um todo”, tendo em conta as suas necessidades efectivas.

- **Externa – no âmbito social, educativo e cívico**

Qualquer estratégia de intervenção em toxicodependência deve procurar uma ampla mobilização, nomeadamente de toda a sociedade civil organizada. É desejável uma participação activa e coordenada de individualidades e entidades de todos os sectores da sociedade, privados e de solidariedade social, a fim de complementar a rede pública.

- **Interna – no âmbito do IDT, I. P.**

A desconcentração e descentralização de competências nos níveis regional e local são uma forte aposta para tentar adequar e melhorar a resposta à missão do IDT, I. P. de forma corresponsabilizada, mantendo a adequada coerência interna, fulcro de qualquer modelo organizacional.

No desempenho das tarefas de coordenação e execução da ENLCD, tendo em vista a concertação das acções em matéria de luta contra a droga e a toxicodependência, e as iniciativas de entidades públicas e privadas no domínio da prevenção do consumo de droga e da toxicodependência [obj. operacional 1], o IDT, I. P. elaborou o **Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências – Horizonte 2008**.

² Nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro.

Este trabalho foi realizado em parceria com DGS/ DGSP/ IDP, I. P./ IPJ, I. P./ DGAIEC/ SEF/ PJ-DCITE/ PSP/ GNR/ DGAC/ DGAM/ IRS/ ISS, I. P./ IEFPP, I. P./ DGPRM/ INFARMED, I. P./ SIS/ SIED/ GRIEC/ DGES/ CTCICDT e CNCDT e envolveu directamente a participação de 60 profissionais de 18 organismos, organizados em 8 grupos de trabalho, sendo no entanto muito superior, o número de funcionários indirectamente envolvidos.

Relativamente ao *reforço na sociedade civil* [obj. operacional 2], foi assegurada a participação da sociedade civil nas acções e iniciativas contra as drogas e as toxicodependências, trabalho em parceria com os representantes no Conselho Nacional e outras instituições públicas e privadas. Este objectivo cobre apenas as iniciativas que envolvam directamente representantes do CNCDT ou instituições nele representados [acção 2.1].

O Presidente do IDT, I. P. fez parte do grupo responsável pela elaboração do *Plano Operacional de Luta Contra as Doenças Infecciosas nas Prisões*, [obj. operacional 58], tendo sido designado o vogal do CD, para constituir um grupo de estudo encarregue da definição do modelo a implementar na prestação de cuidados de saúde primários e de cuidados continuados de saúde à população prisional, nos estabelecimentos prisionais e no exterior, tendo em conta a repartição funcional de competências, entre o Ministério da Justiça e da Saúde.

No que respeita à implementação de um novo **Sistema de Informação do IDT, I. P.**, foi feito o levantamento de requisitos deste e organizado o processo com vista ao procedimento para aquisição de serviços.

Foi também implementada uma rede nacional de telecomunicações em cinco unidades.

Cooperação Internacional

Resultado a atingir

Aumentar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas várias instâncias internacionais e regionais de cooperação, melhorando assim a eficácia da intervenção nacional.

Objectivo
3. Criar condições que favoreçam a convergência de posições entre os diferentes Ministérios/Serviços com responsabilidades de intervenção na área das drogas e das toxicodependências

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
3.1. Criação de um mecanismo permanente de coordenação e comunicação que integre os diferentes Ministérios/Serviços	2º Semestre 2006	IDT, I. P.	Existência do mecanismo	IDT, I. P. – Criação de um Mecanismo de articulação permanente
3.2. Promoção de reuniões regulares entre os diferentes Ministérios/Serviços de modo a permitir uma acção articulada na defesa das posições nacionais	Reuniões mensais	IDT, I. P.	N.º de reuniões realizadas	IDT, I. P. – N.º de reuniões realizadas – 2

Objectivo
4. Centralizar a informação sobre os projectos na área a droga e toxicodependência

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
4.1. Criação de uma base de dados que reúna informação detalhada sobre os projectos desenvolvidos pelos vários Ministérios/Serviços	2º Semestre 2006	IDT, I.P	Existência da base de dados	IDT, I. P. – criação de uma base de dados.

Resultado a atingir

Fortalecer a participação de Portugal nos fora internacionais que abordam o fenómeno das drogas

Objectivo				
5. Fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da UE na área da Droga e das Toxicodependências				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
5.1. Participação nas reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho que abordam a problemática das drogas	2006-2008	Ministérios e Serviços com competência em matéria de drogas	N.º de presenças	IDT, I. P./MNE – participação em todas as reuniões do Grupo Horizontal de Drogas. PJ – N.º de participações em reuniões / encontros internacionais – 14. DGAE – participação nas reuniões do Comité do art.º 36 do tratado da UE. DGAIEC – presença em todas as reuniões do Grupo de Cooperação Aduaneira
5.3. Participação nas Conferências promovidas pela Presidência da UE em exercício	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de presenças	IDT, I. P. – N.º de presenças – 2
5.4. Participação nas reuniões de Coordenadores Nacionais de Droga	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de presenças	IDT, I. P. – N.º de presenças – 2

Objectivo				
6. Promover a presença de Portugal nos <i>fora</i> internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas e da OMS, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
6.1. Participação nas reuniões da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de presenças	IDT, I. P./ PJ – N.º de presenças – 2
6.2. Dar resposta ao questionário anual da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas	2006-2008	IDT, I. P.	Resposta enviada no prazo estabelecido	IDT, I. P./ MNE/ PJ/ INFARMED, I. P./ DGE/ PJR – resposta enviada no prazo estabelecido (30 de Junho)
6.3. Dar resposta ao questionário bi-anual da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas	2006-2008	IDT, I. P.	Resposta enviada no prazo estabelecido	IDT, I. P./ MNE/ INFARMED, I. P./ DGSP/ PJ/ PGR/ ANF/ Banco de Portugal/ GRIEC/ DGAIEC – resposta enviada no prazo estabelecido (30 de Junho)
6.4. Dar resposta aos pedidos de esclarecimento do OICE	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de respostas enviadas N.º de respostas solicitadas	IDT, I. P. – foram respondidas todas as solicitações
6.5. Participação nas reuniões da HONLEA	2006-2008	PJ	N.º de presenças	PJ – participação na 49ª Sessão de Estupefacientes da ONU e na 16ª Sessão da HONLEA.

6.6. Dar resposta aos questionários da HONLEA	2006-2008	PJ	Resposta enviada no prazo estabelecido	PJ – resposta enviada nos prazos estabelecidos.
6.7. Acompanhamento e coordenação a nível nacional do processo de avaliação previsto pela Declaração Política da Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre Droga de 1998	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de presenças N.º de iniciativas	IDT, I. P./MNE – acompanhamento do processo e coordenação da posição nacional.

Objectivo**7. Reforçar a participação no Grupo Pompidou do Conselho da Europa**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
7.1. Promover a candidatura de Portugal a membro do <i>Bureau</i> numa das próximas presidências	2006-2008	IDT, I. P.	Participação no <i>Bureau</i>	IDT, I. P. – Uma participação no <i>Bureau</i>
7.2. Participação nas reuniões de Correspondentes Permanentes	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de presenças	IDT, I. P. – N.º de presenças nas reuniões dos Correspondentes Permanentes – 2; N.º de presenças na Conferência Ministerial 2006 – 3; N.º de presenças na preparação da posição nacional na Conferência Ministerial 2006 – 30.
7.3. Manter o nível e qualidade da participação nas Plataformas e Grupos de Trabalho	2006-2008	IDT, I. P., DGAIEC, PJ	N.º de presenças	IDT, I. P./ MNE/ INML, I. P./ DGAIEC/ SEF/ PSP/ GNR/ DGV/ PJ-DCITE/ INAC/ CSM/ IF-FMC/ FPCEUP/ FMH-UTL e 3 Peritos: N.º de presenças na Plataforma Prevenção – 6; N.º de presenças na Plataforma Questões Penais – 13; N.º de presenças na Plataforma Investigação – 1; N.º de presenças na Plataforma Aeroportos – 13; N.º de presenças Grupo Ética – 5.

Objectivo

8. Assegurar a plena cooperação/colaboração com organismos comunitários (EUROPOL e Eurojust) e internacionais (designadamente a INTERPOL e a OMA), de forma a responder aos compromissos assumidos a nível internacional, nomeadamente através da execução de acções operacionais, da assistência mútua administrativa e da regular troca de informações

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
8.1. Troca de informações com congéneres estrangeiras e com organizações internacionais, no respeito estrito das competências de cada uma das instâncias envolvidas	2006-2008	PJ, DGAIEC, SIED e SIS	N.º de informações enviadas N.º de informações solicitadas	PJ /DCITE – N.º de contributos para o projecto “Cola” – 13; N.º de contributos para o “Cocaine Logo Sistem” – 87; DGAIEC – regular troca de informações – devido à sua quantidade é difícil especificar um número.
8.2. Participação em	2006-2008	PJ e DGAIEC		

reuniões/seminários organizados pela EUROPOL e OMA			N.º de presenças	PJ – por regra a assistência a reuniões organizadas pela ou na EUROPOL é assegurada pelos Oficiais de Ligação da PJ ali colocados; DGAIEC – participação em duas reuniões.
8.3. Participação em Operações Internacionais Conjuntas no âmbito das competências específicas de cada uma das instâncias responsáveis envolvidas	2006-2008	PJ e DGAIEC	N.º de participações N.º de operações	PJ – organização da “Operação Swiff”; organizadas duas operações conjuntas no âmbito do “Projecto Mediterrâneo”. DGAIEC – N.º de participações / operações – 1.
8.4. Ratificação e execução dos Protocolos à Convenção EUROPOL, respectivamente, de 28 de Novembro de 2002, e de 27 de Novembro de 2003, e do Protocolo de 2001 à Convenção de Auxílio Judiciário Mútuo de 2000	2006-2008	MNE	Entrada em vigor dos Protocolos	DGAE – ratificação dos Protocolos à Convenção EUROPOL e Protocolo de 2001 à Convenção de Auxílio Judiciário Mútuo.

Objectivo

9. Adoptar estratégias e medidas que contribuam para o reforço do papel da EUROPOL no combate ao tráfico internacional e organizado de estupefacientes

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
9.1. Continuação da participação nos vários projectos da EUROPOL, devendo assegurar-se melhores níveis de intercâmbio de informação bem como um melhor aproveitamento, por parte de Portugal, de todas as potencialidades da EUROPOL	2006-2008	PJ	Relatórios anuais da Unidade Nacional EUROPOL e da PJ/DCITE	PJ – aumento significativo do número de contribuições para os projectos da EUROPOL, em particular para o Projecto “Cola”.

Objectivo

10. Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado português junto do OEDT, actuando como interlocutor privilegiado enquanto país anfitrião desta Agência Europeia e participando nas suas actividades e programas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
10.1. Promover a articulação entre o OEDT e o Estado português	2006-2008	IDT, I. P., MNE	N.º de contactos N.º de solicitações de apoio	IDT, I. P. /MNE – foi dada resposta a todas as solicitações.
10.2. Implementar os Acordos anuais de Subvenção Reitox em curso	2006-2008	IDT, I. P.	Relatórios anuais de implementação e <i>feed-back</i> N.º de tarefas cumpridas N.º de tarefas solicitadas	IDT, I. P. – elaborados 3 relatórios anuais de implementação e <i>feedback</i> ; Apresentados dados actualizados em 3 indicadores-chave; Cumpridas e solicitadas todas as tarefas obrigatórias.

Resultado a atingir

Desenvolver as relações de cooperação em matéria de luta contra a droga, no âmbito dos mecanismos multilaterais e bilaterais existentes

Objectivo				
11. Promover o desenvolvimento da cooperação com as estruturas da redução da procura de outros países, nomeadamente da UE, permitindo um maior conhecimento sobre as soluções ensaiadas				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
11.1. Promover o intercâmbio de experiências e de técnicos	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de intercâmbios/Ano	IDT, I. P. – foi efectuado intercâmbio de experiências.
11.2. Facilitar a mobilidade de toxicodependentes em tratamento	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de encaminhamentos feitos N.º de encaminhamentos solicitados	IDT, I. P. – N.º de encaminhamentos feitos – 2; N.º de encaminhamentos solicitados – 2.
11.4. Desenvolver, de forma articulada, a participação em projectos de intervenção transfronteiriços	Até 2007	IDT, I. P.	N.º de projectos N.º de parcerias	IDT, I. P. – N.º de participações em projectos e parcerias e parcerias – 9.

Objectivo				
12. Reforçar as relações de colaboração/cooperação com os PALOP, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
12.1. Organizar uma Conferência sobre Drogas com os PALOP	2º Semestre 2006	IDT, I. P.	Realização da conferência	IDT, I. P. – Organização de uma Conferência (PALOP). Esta conferência foi realizada em Lisboa, de 6 a 8 de Novembro.
12.3. Promover o intercâmbio de informação tirando partido dos canais já existentes	2006-2008	PJ, SIED e SIS	Não quantificável	PJ – apoio diverso à PJ de Cabo Verde nomeadamente ao nível de assessoria operacional e formação; trocada informação operacional; realizadas operações conjuntas; concretizada uma entrega controlada de droga destinada à Ilha do Sal; Com Moçambique trocou-se alguma informação de carácter operacional e concretizou-se uma entrega controlada de cocaína que tinha como destino final a África do Sul.

Objectivo

13. Organizar e executar acções e assegurar a participação activa nas actividades de controlo da fronteira externa comunitária, no controlo de mercadorias e meios de transporte, a nível operacional e na troca de informações, quer sob os auspícios do Grupo de Cooperação Aduaneira do Conselho da UE, quer de qualquer administração aduaneira

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
13.1. Organização de Operações Internacionais Conjuntas, Regionais ou não, no âmbito das competências específicas de cada uma das instâncias envolvidas	2006-2008	PJ e DGAIEC	N.º de operações participadas N.º de operações organizadas	PJ – conhecimento das operações internacionais em que participa a DGAIEC, participando nas mesmas sempre que necessário.
13.2. Participação em Operações Internacionais Conjuntas, Regionais ou não, no âmbito das competências específicas de cada uma das instâncias envolvidas	2006-2008	PJ e DGAIEC	N.º de operações participadas N.º de operações organizadas	DGAIEC – participação em 8 operações.

Objectivo

15. Desenvolver e participar em actividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível do controlo da importação, exportação e trânsito de precursores

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
15.1. Participação em Operações Internacionais Conjuntas, no âmbito das competências específicas de cada uma das instâncias envolvidas	2006-2008	PJ e DGAIEC	N.º de operações participadas N.º de operações organizadas	DGAIEC – N.º de operações participadas /organizadas – 1.
15.2. Participação, juntamente com outros países da UE, em projectos de troca de informação bem como em projectos operacionais sobre o controlo da circulação de precursores	2006-2008	PJ e DGAIEC	Relatórios anuais da PJ e relatórios dos projectos específicos	PJ – participação no “Projecto Synergy” da EUROPOL. DGAIEC – realizado um relatório.
15.3. Avaliação da ameaça decorrente do tráfico de precursores: identificação dos principais agentes dessa ameaça e medidas de combate à sua proliferação	2006-2008	PJ, SIED e SIS	Não quantificável	PJ/DCITE – organização de curso de investigação do tráfico de precursores

Objectivo				
17. Consolidar e reforçar as estruturas de prevenção e investigação do tráfico internacional de estupefacientes instaladas nos aeroportos nacionais, por forma a potenciar a cooperação com os países de origem e de destino dos estupefacientes que sejam detectados, em articulação com as entidades com competências ao nível da fiscalização				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
17.1. Instalação do Serviço de Prevenção e Investigação/Ponta Delgada	2006	PJ	Instalação do Serviço	PJ – instalação do Serviço de Prevenção da Investigação no Aeroporto de Ponta Delgada.

Objectivo				
19. Consolidar e incrementar o intercâmbio de informações entre os diversos países da UE, utilizando recursos existentes ou a criar, no âmbito do controlo da fronteira externa da UE ao nível da segurança e da saúde pública				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
19.1. Regular troca de informações utilizando os sistemas informáticos existentes ou a criar	2006-2008	PJ e DGAIEC	N.º de mensagens trocadas	DGAIEC – regular troca de informações – devido à sua quantidade é difícil especificar um número.

Objectivo				
20. Consolidar as relações de cooperação bilateral com Espanha, no âmbito dos Acordos Bilaterais existentes, quer no que respeita à redução da procura, em matéria de prevenção e tratamento, quer na redução da oferta, designadamente reforçando a cooperação policial				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
20.3. Aumento/intensificação da troca de informações sobre indivíduos/organizações suspeitos de se dedicarem ao tráfico de estupefacientes em Portugal e Espanha	2006-2008	PJ	N.º de informações trocadas por ano	PJ – aumento do número de informações trocadas com as autoridades espanholas.
20.4. Desenvolvimento /implementação de projectos e investigações conjuntas em matéria de combate ao tráfico de estupefacientes	2006-2008	PJ	N.º de projectos e investigações implementados por ano	PJ – sempre que se justificou, iniciadas investigações conjuntas sobre grupos ou indivíduos que desenvolvem as suas actividades ilícitas em Portugal e Espanha.

Objectivo				
21. Intensificar a cooperação policial com a Holanda, especialmente ao nível da troca de informação de carácter operacional, uma vez que é deste país que procede muita da heroína e do ecstasy que é consumido em Portugal				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
21.1. Desenvolvimento de projectos de intercâmbio de informação operacional	2006-2008	PJ	N.º de projectos e de acções desenvolvidas	PJ – abertos canais de troca directa de informação com a Polícia de Roterdão, sobre tráfico de heroína e de ecstasy.

Objectivo				
22. Adotar estratégias e medidas que contribuam para uma maior utilização do mecanismo das entregas controladas, nomeadamente com Espanha, Holanda, Cabo Verde, Brasil e Venezuela				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
22.1. Aumentar a rapidez e eficácia da circulação da informação quer internamente, designadamente entre a PJ a DGAIEC e o MP, quer entre Portugal e os outros países	2006-2008	PJ, MP e DGAIEC	N.º de entregas controladas efectuadas por ano	PJ – o número de entregas controladas aumentou 87,5% relativamente a 2005.
22.2. Celebração de acordos/protocolos específicos designadamente com Cabo Verde, Brasil e Venezuela	2006-2008	PJ	Entrada em vigor dos Acordos/Pro- _tocolos	PJ – celebrado um protocolo genérico de troca de informação com a PJ da Guiné-Bissau; está a ser preparado a assinatura de protocolo com a Venezuela.

Objectivo				
23. Reforçar as relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas, no quadro dos Acordos Bilaterais existentes				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
23.3. Realização da 2.ª reunião da Comissão Mista Portugal/Cuba prevista no respectivo Acordo de Cooperação	1º Semestre 2006	IDT, I. P.	Realização da reunião	IDT, I. P. – realizada a 2ª reunião da Comissão Mista Portugal/Cuba, a 27 de Fevereiro.
23.4. Intensificação das trocas de informações com serviços congéneres da América Latina, directamente empenhados no combate ao tráfico de estupefacientes com destino à Europa	1º Semestre 2006	PJ, SIED e SIS	Não quantificável	PJ – troca diversa informação quer de carácter operacional quer de carácter estratégico com alguns países da América Latina, designadamente com o Brasil, Venezuela, Colômbia e Cuba, existindo um esforço mútuo no sentido de reforçar as relações de cooperação.

Objectivo				
24. Reforçar as relações com o Brasil				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
24.1. Implementação do Acordo Bilateral Portugal/Brasil através da criação de uma rede conjunta de investigadores	2006-2008	IDT, I. P.	Implementação da rede	IDT, I. P. – foi criada a rede conjunta de investigadores.

Objectivo				
25. Implementar medidas e acções tendentes a reforçar a cooperação policial com a Venezuela, na medida em que muita da cocaína que chega a Portugal, nomeadamente por via aérea é proveniente daquele país				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
25.1. Desenvolvimento de projectos e acções de intercâmbio de informação operacional	2006-2008	PJ	N.º de projectos e acções desenvolvidas	PJ – previsto a assinatura de um protocolo de cooperação com a Venezuela.

Objectivo				
26. Promover a actualização dos Acordos Bilaterais vigentes, específicos de luta contra a droga				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
26.1. Elaborar uma lista dos Acordos Bilaterais existentes	2.º Semestre 2006	IDT, I. P., MNE	Relatório com lista	IDT, I. P. – foi elaborada a lista dos Acordos Bilaterais existentes.

Objectivo				
27. Reforçar a cooperação policial e entre Serviços de Informações com o Brasil e com os PALOP, em especial com Cabo Verde e com a Guiné-Bissau, designadamente ao nível de troca de informação estratégica e de carácter operacional, atenta a importância destes países nas rotas do tráfico internacional de estupefacientes				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
27.1. Desenvolvimento de projectos de intercâmbio de informação operacional	2006-2008	PJ	N.º de projectos desenvolvidos	PJ – no âmbito da cooperação policial luso-caboverdeana, encontram-se colocados em Cabo Verde dois Inspectores Chefes da PJ em missão de assessoria técnica à PJ local.
27.2. Realização de estágios e acções de formação conjuntas tendo em vista a troca de informação nomeadamente ao nível de metodologias de trabalho	2006-2008	PJ	N.º de estágios e de acções desenvolvidas	PJ/DCITE – estágio para investigadores da PJ de Cabo Verde; Participação com um formador numa acção de formação sobre tráfico e detecção de estupefaciente em Cabo Verde.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

A coordenação e a racionalização da intervenção portuguesa a nível internacional, garantindo desta forma uma participação activa de Portugal nos *fora* multilaterais que abordam o tema da droga e das toxicodependências (União Europeia, Nações Unidas e Conselho da Europa), e o reforço das relações de cooperação com os PALOP, promovendo o intercâmbio de experiências entre os responsáveis da luta contra a droga destes países, foram as prioridades identificadas pelo IDT, I. P., em matéria de cooperação internacional, para o ano de 2006.

O IDT, I. P. promoveu a *criação de condições que favoreçam a convergência de posições entre os diferentes Ministérios/Serviços com responsabilidades de intervenção na área das drogas e das toxicodependências*. [obj. operacional 3], tendo sido criado um mecanismo permanente de coordenação e comunicação entre os diferentes Ministérios e Serviços [acção 3.1], e realizadas 2 reuniões [acção 3.2].

No âmbito do Grupo Horizontal Drogas, realizaram-se reuniões de concertação da posição nacional, a par da definição do programa de trabalho deste grupo, cuja Presidência será assegurada pelo IDT, I. P., no 2º semestre de 2007, em colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A *centralização da informação sobre os projectos na área da droga e da toxicodependência* [obj. operacional 4], será garantida pela base de dados criada com a finalidade de reunir informação detalhada sobre os projectos desenvolvidos pelos vários organismos.

No *fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da União Europeia em matéria de luta contra a droga* [obj. operacional 5], o IDT, I. P. participou em reuniões/outros eventos similares de acordo com o previsto.

O IDT, I. P. promoveu a *presença de Portugal nos fora internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos* [obj. operacional 6], nomeadamente na reunião da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas, com 2 participantes [acção 6.1], bem como na resposta atempada dos questionários anual da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas [acção 6.2] e bienal da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas [acção 6.3], dando, ainda, resposta cabal aos 3 pedidos de esclarecimento do OICE [acção 6.4].

No que concerne ao reforço da *participação no Grupo Pompidou do Conselho da Europa* [obj. operacional 7], superou o número de presenças previsto na Manutenção do nível e qualidade da participação nas Plataformas e Grupos de Trabalho: Plataforma Prevenção (6 das 5 previstas); Plataforma Questões Penais (13 de 9 planeadas); Plataforma Investigação (1); Grupo Aeroportos (13 de 5 esperadas) e Grupo Ética (5).

Quanto ao assegurar o cumprimento das obrigações do Estado português junto do OEDT, actuando como interlocutor privilegiado enquanto país anfitrião desta Agência Europeia e participando nas suas actividades e programas [obj. operacional 10], foram cumpridos todos os Acordos anuais de Subvenção Reitox em curso: Relatórios anuais de implementação e feed-back e dados actualizados em 3 indicadores-chave [acção 10.2].

No sentido de *promover o desenvolvimento da cooperação com as estruturas da redução da procura de outros países, nomeadamente da União Europeia, permitindo um maior conhecimento sobre as soluções ensaiadas* [obj. operacional 11], facilitou-se a mobilidade solicitada de toxicodependentes em tratamento [acção 11.2] e desenvolveu-se, de forma articulada, 9 participações em projectos e parcerias de intervenção transfronteiriços [acção 11.4].

Com o objectivo de *reforçar as relações de colaboração/cooperação com os PALOP, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP* [obj. operacional 12], de realçar que o IDT, I. P. através do GRI organizou o I Encontro de Responsáveis Nacionais pelas Políticas de Luta contra as Droga e a Toxicodependência dos PALOP, que decorreu em Lisboa, de 6 a 8 de Novembro de 2006, e que contou com representantes de Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Brasil. Como resultado do Encontro foram acordadas um conjunto de recomendações, nomeadamente a necessidade e o interesse em prosseguir a cooperação e o intercâmbio de informações e experiências, tendo sido ainda manifestada a vontade das partes realizarem este Encontro de forma periódica. Importa ainda referir que, à margem do Encontro, o Presidente do IDT, I. P. e o Secretário Nacional Antidrogas do Brasil formalizaram a criação de uma rede conjunta de investigadores luso-brasileira, no âmbito do Acordo Bilateral Portugal/Brasil [acção 12.1].

O reforçar das relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas, no quadro dos Acordos Bilaterais existentes e com o Brasil [obj. operacional 23], foi possível através, respectivamente da Realização da 2.^a reunião da Comissão Mista Portugal/Cuba prevista no respectivo Acordo de Cooperação [acção 23.3] e da Implementação do Acordo Bilateral Portugal/Brasil através da criação de uma rede conjunta de investigadores [acção 24.1].

Foi também elaborado um relatório e lista dos Acordos Bilaterais existentes [obj. operacional 26 (26.2)].

No que diz respeito ao intercâmbio de experiências com organizações congéneres e recepção de delegações estrangeiras há que referir as seguintes visitas:

- Da coordenadora alemã do combate às drogas, Sabine Batzing, para preparar acções conjuntas no âmbito da Presidência da União Europeia que os dois países assumem no decorrer de 2007;
- De um jornalista da BBC (televisão britânica), de onde resultou uma peça sobre a luta contra a droga em Portugal, apresentada no Programa “Week in week out – What’s the fix”;
- De uma delegação do Serviço Federal da Rússia para o Controlo do Tráfico de Drogas, com o objectivo de conhecer a política portuguesa em matéria de luta contra a droga e dar a conhecer a política russa;
- De uma delegação parlamentar australiana, com o objectivo de conhecerem a política portuguesa em matéria de luta contra a droga;
- Da Secretária de Estado da Saúde da Alemanha, com o intuito de estabelecer contactos com as autoridades portuguesas na área da saúde, incluindo a toxicodependência.

Para além da participação nas reuniões/conferências enumeradas, há que destacar a Reunião de Peritos UE/Rússia em matéria de drogas e toxicodependência, que se realizou nos dias 13 e 14 de Novembro, em Varsóvia. O principal objectivo da reunião consistiu na identificação de áreas comuns para colaboração futura entre a UE e a Rússia, bem como planear iniciativas que sejam implementadas nos próximos anos. De referir que a Presidência do *workshop* sobre sistemas de monitorização foi assegurada pelo IDT, I. P. . Das conclusões deste *workshop* consta a proposta de criação de um grupo de trabalho UE-Rússia, que deverá reunir pela primeira vez no início de 2007, com o objectivo de preparar os projectos de cooperação identificados nas recomendações do *workshop*.

Direcção Geral dos Assuntos Europeus

A Direcção Geral dos Assuntos Europeus (DGAE) acompanha a política europeia no que se refere às questões decorrentes da luta contra a droga enquanto organismo coordenador das acções no âmbito da União Europeia.

Devido à estrutura do MNE e à dimensão externa do fenómeno da droga, a acção da DGAC projecta-se, essencialmente, sobre as questões decorrentes do III Pilar do Tratado da União Europeia, embora não se esgote nesse domínio.

Cabe à Direcção de Serviços Justiça e Assuntos Internos assegurar tal acompanhamento, ao qual afecta directamente dois funcionários.

No que diz respeito ao *fortalecimento da participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da UE na área da Droga e das Toxicodependências* [obj. operacional 5 (5.1)], a DGAE/JAI, participou nas reuniões do Comité do art.º 36 do Tratado da União Europeia, grupo de trabalho do Conselho, composto por altos funcionários, que assegura a coordenação dos grupos de trabalho competentes no âmbito da cooperação policial e judiciária (terceiro pilar), domínio importante na luta contra a droga na vertente redução da oferta.

Com vista a *assegurar a plena cooperação/colaboração com Organismos Comunitários (EUROPOL e Eurojust) e Internacionais (designadamente a INTERPOL e a OMA), de forma a responder aos compromissos assumidos a nível internacional, nomeadamente através da execução de acções operacionais, da assistência mútua administrativa e da regular troca de informações* [obj. operacional 8 (8.4)], a DGAE assegurou a cooperação/colaboração, na parte relativa à ratificação dos denominados Protocolos à Convenção EUROPOL e do Protocolo de 2001 à Convenção de Auxílio Judiciário Mútuo.

De referir ainda que, na qualidade de representante do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros na Comissão Técnica prevista no n.º 2 do art.º 4º do Decreto – Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro, o Chefe de Divisão da Direcção de Serviços Justiça e Assuntos Internos participou nas reuniões da citada Comissão que

decorreram no ano de 2006 e que tiveram por objecto a elaboração do Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicoddependências – Horizonte 2008.

Balanço de actividades UE em matéria de droga – 2006

O ano foi dominado pela execução do Plano de Acção da UE (2005-2008), em matéria de luta contra a droga. Este documento dá orientações, a todas as instâncias europeias em causa, no que respeita à definição das prioridades que se projectam sobre cinco eixos de acção: coordenação, redução da procura, redução da oferta, cooperação internacional, bem como informação, investigação e avaliação. O Plano de Acção segue a estrutura e os objectivos da Estratégia Europeia sobre Drogas (2005-2012).

O acompanhamento da execução do Plano continua a ser feito pela Comissão, com o auxílio do OEDT e da EUROPOL sendo que o primeiro relatório anual de implementação do Plano de Acção foi apresentado em Dezembro.

Polícia Judiciária

A cooperação com as autoridades de aplicação da lei de outros países e com organizações internacionais é, cada vez mais, um dos eixos estruturantes do combate ao tráfico de estupefacientes, atenta à dimensão verdadeiramente global desta actividade ilícita.

A importância da Cooperação Internacional ganha particular relevo na actividade desenvolvida pela Polícia Judiciária uma vez que o território nacional é umas das portas de entrada de grandes quantidades de cocaína e de haxixe para a União Europeia, resultando daí especiais responsabilidades para as autoridades nacionais em matéria de protecção da fronteira externa da União.

O intercâmbio de informação de carácter operacional entre os serviços da DCITE e congéneres estrangeiras tem vindo a aumentar significativamente nos últimos anos, mantendo-se tal tendência em 2006.

O número de cartas rogatórias cumpridas registou um ligeiro decréscimo relativamente a 2005.

Já no que respeita a entregas controladas, importante instrumento de cooperação internacional no combate ao tráfico de estupefacientes, registou-se um aumento do seu número em 87,5% relativamente a 2005.

O número de deslocações ao estrangeiro sofreu os efeitos da forte contenção orçamental, registando-se uma diminuição de 25% relativamente a 2005, ano em que essa contenção também já existia.

No que respeita ao fortalecimento da *participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da UE na área da Droga e das Toxicoddependências*, durante o ano de 2006, a PJ, através da DCITE, participou em 14 reuniões/encontros de

nível internacional para troca de informação sobre o fenómeno das drogas, incluindo duas reuniões mensais do Grupo Horizontal de Drogas da União Europeia [acção 5.5].

No sentido de *promover a presença de Portugal nos fora internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas e da OMS, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos* a PJ/DCITE participou na 49.^a Sessão de Estupefacientes da ONU e na 16.^a Sessão da HONLEA [acção 6.5] e, dentro dos prazos estabelecidos, respondeu aos questionários da HONLEA [acção 6.6].

Com vista ao reforço da *participação no Grupo Pompidou do Conselho da Europa* a PJ participou activamente nos trabalhos da Plataforma Aeroportos, estando presente numa reunião em Paris e na reunião anual na qual, em conjunto com o Reino Unido, foi apresentado um trabalho sobre entregas controladas. Foram igualmente preenchidos todos os questionários recebidos [acção 7.3].

Para *assegurar a plena cooperação/colaboração com organismos comunitários (EUROPOL e Eurojust) e internacionais (designadamente a INTERPOL e a OMA), de forma a responder aos compromissos assumidos a nível internacional, nomeadamente através da execução de acções operacionais, da assistência mútua administrativa e da regular troca de informações*, [obj, operacional 8], a PJ/DCITE participou activamente em vários ficheiros de análise da EUROPOL, bem como em vários projectos de intercâmbio de informação.

No ano de 2006 a PJ enviou 13 contributos para o projecto “Cola” e 87 para o “Cocaine Logo Sistem”. Independentemente do envio de informação específica no âmbito de projectos ou ficheiros de análise, regularmente é enviada informação para a EUROPOL relativa a investigações em curso em Portugal [acção 8.1].

Sempre que há cidadãos estrangeiros detidos ou sempre que se justifique, é enviada informação para a INTERPOL.

No ano de 2006, o intercâmbio de informação com congéneres estrangeiras e o desenvolvimento de investigações conjuntas registou um aumento à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos [acção 8.1]. Por regra, a assistência a reuniões organizadas pela ou na EUROPOL è assegurada pelos Oficiais de Ligação da Polícia Judiciária ali colocados [acção 8.2]. A PJ/DCITE organizou uma operação no domínio do combate ao tráfico de estupefacientes por via aérea, denominada “Operação Swift IP” envolvendo o Brasil, Espanha, Reino Unido e Portugal. No âmbito do designado “Projecto Mediterrâneo”, foram organizadas duas operações conjuntas com as autoridades espanholas em zonas críticas de desembarque de haxixe proveniente de Marrocos por via marítima [acção 8.3].

Com vista à *adopção de estratégias e medidas que contribuam para o reforço do papel da EUROPOL no combate ao tráfico internacional e organizado de estupefacientes*, reconhecendo as potencialidades da EUROPOL e de vários dos seus projectos, no ano de 2006 conseguiu-se aumentar significativamente o número de contribuições da PJ para aqueles projectos, em particular para o “Projecto Cola” [acção 9.1].

No sentido de *reforçar as relações de colaboração/cooperação com os PALOP, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP*, durante o ano de 2006, foi prestado apoio diverso à PJ de Cabo Verde, designadamente ao

nível de assessoria operacional e da formação. Foi trocada informação operacional em benefício de investigações em curso nos dois países e realizadas operações conjuntas em matéria de combate ao tráfico por via marítima e por via aérea. Foi também concretizada uma entrega controlada de droga destinada à Ilha do Sal.

Com Moçambique trocou-se alguma informação de carácter operacional e concretizou-se uma entrega controlada de cocaína que tinha como destino final a África do Sul [acção 12.3].

Para além do referido relativamente à acção 8.3, importa mencionar que a Polícia Judiciária tem sempre conhecimento das operações internacionais em que participa a DGAIEC, participando nas mesmas sempre que necessário [acção 13.1].

A PJ participou no “*Projecto Synergy*” da EUROPOL, destinado a combater a produção e tráfico de drogas sintéticas e seus precursores [acção 15.2].

No ano de 2006, a DCITE organizou um primeiro curso de investigação do tráfico de precursores. Apesar de não existir um documento formal de avaliação da ameaça relativa ao tráfico e desvio de precursores, existe um acompanhamento que é feito com base na informação que vai sendo recolhida e depois tratada na secção Central de Informação Criminal da DCITE [acção 15.3].

No sentido de *consolidar e reforçar as estruturas de prevenção e investigação do tráfico internacional de estupefacientes instaladas nos aeroportos nacionais, por forma a potenciar a cooperação com os países de origem e de destino dos estupefacientes que sejam detectados, em articulação com as entidades com competências ao nível da fiscalização*, procedeu-se à instalação do Serviço de Prevenção da Investigação no Aeroporto de Ponta Delgada [acção 17.1]. Durante o ano de 2006 o Serviço de Prevenção da Investigação do Aeroporto de Lisboa continuou a contar apenas com um funcionário [acção 17.2].

No sentido de *consolidar as relações de cooperação bilateral com Espanha, no âmbito dos Acordos Bilaterais existentes, quer no que respeita à redução da procura, em matéria de prevenção e tratamento, quer na redução da oferta, designadamente reforçando a cooperação policial*, apesar de não existir um registo que permita quantificar o número de informações trocadas com as autoridades espanholas, pode afirmar-se sem grande margem de erro que tal número, que é elevado, aumentou seguramente no ano de 2006 à semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos [acção 20.3]. Sempre que se justificou, foram iniciadas investigações conjuntas sobre grupos ou indivíduos que desenvolvem as suas actividades ilícitas em Portugal e Espanha [acção 20.4].

Na sequência de uma deslocação a Roterdão, foram abertos canais de troca directa de informação com a Polícia daquela cidade sobre tráfico de heroína e de ecstasy [acção 21.1], intensificando a cooperação policial com a Holanda.

Com vista à *adopção de estratégias e medidas que contribuam para uma maior utilização do mecanismo das entregas controladas, nomeadamente com Espanha, Holanda, Cabo Verde, Brasil e Venezuela*, no ano de 2006, o número de entregas controladas aumentou 87,5% relativamente a 2005, o que, para além de outros factores, também é resultado do aumento da eficácia da circulação da informação internamente, isto é, entre a

DGAIEC, a PJ e o Ministério Público [acção 22.1]. Foi também celebrado um protocolo genérico de troca de informação entre a PJ e a Polícia Judiciária da Guiné-Bissau que contempla as entregas controladas. Está também a ser preparada a assinatura de um outro protocolo com a Venezuela, existindo a possibilidade de igual procedimento com outros países [acção 22.2].

Tendo como objectivo *reforçar as relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas, no quadro dos Acordos Bilaterais existentes*, foi trocada diversa informação quer de carácter operacional quer de carácter estratégico com alguns países da América Latina, designadamente com o Brasil, Venezuela, Colômbia e Cuba, existindo um esforço mútuo no sentido de reforçar as relações de cooperação [acção 23.4].

Têm sido implementadas diversas iniciativas no sentido de conseguir uma cooperação mais profícua com as autoridades venezuelanas nomeadamente ao nível operacional, estando previsto para breve a assinatura de um protocolo de cooperação em matéria de combate à droga [acção 25.1].

Para *reforçar a cooperação policial e entre Serviços de Informações com o Brasil e com os PALOP, em especial com Cabo Verde e com a Guiné-Bissau, designadamente ao nível de troca de informação estratégica e de carácter operacional, atenta a importância destes países nas rotas do tráfico internacional de estupefacientes*, no final de 2006 foi assinado um protocolo entre a PJ e a PJ da Guiné-Bissau em matéria de troca de informação.

No âmbito da cooperação policial luso-caboverdeana, importa referir que neste momento se encontram colocados em Cabo Verde dois Inspectores Chefes da PJ em missão de assessoria técnica à PJ local, o que contribui para o reforço da cooperação policial [acção 27.1].

No âmbito da cooperação policial luso-caboverdeana, foi organizado um estágio na DCITE para investigadores da Polícia Judiciária de Cabo Verde. A DCITE participou ainda com um formador numa acção de formação para Inspectores, Subinspectores, Agentes e Agentes Estagiários da Polícia Judiciária de Cabo Verde sobre tráfico e detecção de estupefacientes que decorreu naquele país [acção 27.2].

Ainda no ano de 2006, a Polícia Judiciária, através da DCITE, assumiu a liderança do projecto “Cospol Cocaína” a implementar no decurso de 2007.

Foi também assumida a participação de Portugal no *Maritime Analysis and Operations Centre – Narcotics* (MAOC-N) que terá sede em Lisboa e no qual irão participar outros seis países europeus.

Para terminar, importa destacar o papel de primordial importância desempenhado pelos oficiais de ligação acreditados junto da Polícia Judiciária.

Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

A DGAIEC correspondendo à necessidade de *fortalecer a participação de Portugal na construção da política Europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da UE* assegurou a sua presença em todas as reuniões do Grupo de Cooperação Aduaneira [obj. operacional 5].

Quanto ao *reforço da participação no Grupo Pompidou do Conselho da Europa* [obj. operacional 7], no ano de 2006 participou na Reunião em Sófia.

No que respeita ao *assegurar a plena cooperação/colaboração com organismos comunitários (EUROPOL e Eurojust) e internacionais (designadamente a Interpol e a OMA) de forma a responder aos compromissos assumidos a nível internacional, nomeadamente através da execução de acções operacionais, da assistência mútua administrativa e da regular troca de informações* [obj. operacional 8], a DGAIEC estabeleceu uma regular troca de informações com congéneres estrangeiras e organizações internacionais, embora devido à sua quantidade seja difícil especificar um número.

No sentido de *organizar e executar acções e assegurar a participação activa nas actividades de controlo da fronteira externa comunitária, no controlo de mercadorias e meios de transporte, a nível operacional e na troca de informações, quer sob os auspícios do Grupo de Cooperação Aduaneira do Conselho da UE, quer de qualquer administração aduaneira* [obj. operacional 13], a DGAIEC participou em 8 operações Internacionais Conjuntas.

Com o objectivo de *desenvolver e participar em actividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível do controlo da importação, exportação e trânsito de precursores* [obj. operacional 15], participou numa Operação Internacional Conjunta e elaborou um relatório de projectos específicos de troca de informação.

Tendo como finalidade *consolidar e incrementar o intercâmbio de informações entre os diversos países da UE, utilizando recursos existentes ou a criar, no âmbito do controlo da fronteira externa da UE ao nível da segurança e da saúde pública* [obj. operacional 19], a DGAIEC procedeu a uma regular troca de informações, embora seja difícil especificar um número.

Informação, Investigação, Formação e Avaliação

Resultado a atingir

Contribuir para um maior e melhor conhecimento do fenómeno das drogas e das toxicodependências e para a melhoria contínua da qualidade das intervenções, de forma a apoiar a intervenção e a decisão e a contribuir para a melhoria dos resultados obtidos.

Objectivo				
28. Alargar, consolidar e otimizar o Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências (SNIDT)				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
28.1. Definir e estabelecer prioridades para os novos indicadores a integrar o SNIDT	2006	IDT, I. P.	N.º de novos indicadores a incluir/Nº de áreas identificadas Relatório de prioridades	IDT, I. P. – elaboração de um relatório identificando os novos indicadores prioritários a incluir.
28.3. Avaliar o trabalho feito para cada indicador já utilizado no âmbito do SNIDT e otimizar conceitos e procedimentos com os grupos de peritos nacionais já constituídos	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de relatórios de avaliação/Nº de indicadores	IDT, I. P. – n.º de reuniões com os grupos de peritos para optimização de conceitos e procedimentos no âmbito dos indicadores na área do tratamento – 10; Disponibilização de informação, sobre os indicadores que integram o SNIDT, em resposta aos compromissos nacionais (elaboração do Volume 1 do “Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências”) e internacionais (preenchimento das tabelas obrigatórias do OEDT e das Nações Unidas).

Objectivo				
29. Privilegiar a detecção de necessidades e recursos a nível local nesta área				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
29.1. Promover a elaboração de linhas de orientação para prognóstico e detecção a nível local de necessidades e recursos existentes	2006	IDT, I. P.	Manual de linhas de orientação	IDT, I. P. – no sentido de disponibilizar informação para a fase de diagnóstico do PORI, com análise de dados a nível de vários indicadores, direccionadas para as necessidades específicas, foi dada resposta às solicitações da DRLVT e DRN.
29.2. Promover a construção de instrumentos para o levantamento de necessidades e recursos a este nível	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de instrumentos disponíveis e em desenvolvimento	IDT, I. P. – construído o Guião para a fase 1 do PORI – identificação dos territórios

Objectivo				
30. Promover a divulgação e acesso a informação objectiva e fiável nesta área				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
30.1. Promover a redacção de sumários executivos em português, inglês e francês para os trabalhos de investigação apoiados no âmbito deste Plano de Acção e divulgá-los através dos <i>sites</i> Institucionais	2006-2008	DGS, DGES, IDT, I. P., IEFP, INFARMED, I. P., MDN, PJ	(N.º de sumários executivos em português, inglês e francês/N.º de relatórios de investigação divulgados)	IDT, I. P. – divulgado na página electrónica do IDT, I. P. o sumário executivo em português, inglês e francês de um trabalho de investigação.
30.2. Manter actualizados os <i>sites</i> Institucionais e incluir novos conteúdos à medida que disponíveis, sempre na óptica do serviço ao cidadão	2006-2008	IDT, I. P., INFARMED, I. P.	Relatório trimestral de revisão/actualização de cada <i>site</i> Nº de visitas por tipo de conteúdo	IDT, I. P., I.P. – actualizada a página electrónica; elaborado um relatório anual com os resultados globais das actividades e por trimestre; Articulação da actualização com envio de conteúdos para o Portal da Saúde; Participação no Portal ELISAD na pesquisa, identificação e avaliação dos recursos portugueses existentes na Internet sobre álcool e outras drogas.
30.3. Promover a criação de um <i>site</i> dirigido a jovens	2006	IDT, I. P.	Implementação do <i>site</i> e avaliação da receptividade	IDT, I. P. – desenvolvida uma página juvenil “Tualinhas”, de promoção de estilos de vida saudáveis e prevenção das toxicodependências ¹
30.6. Gerir e divulgar informação científica e técnica, com investimento em publicações electrónicas, e promover o acesso a material informativo / Formativo	2006-2008	DGS, DGES, IDT, I. P., IEFP, I. P., INFARMED, I. P., PJ	Crescimento de bases de dados de documentação, N.º de publicações produzidas, N.º de publicações em suporte electrónico N.º de <i>downloads</i> / Tipo de conteúdo (N.º de respostas/Nº de solicitações para acções informativas/formativas)	IDT, I. P. – Nº de registos introduzidos nas bases de dados de documentação – 1377; N.º de publicações apoiadas na edição – 3; N.º de títulos de edições/ reedições em suporte electrónico – 12; N.º de exemplares de publicações em suporte electrónico executados e distribuídos – 3292; N.º de exemplares de publicações em suporte papel distribuídos – 1972; N.º de utilizadores/ perfil – 367; N.º de respostas a pedidos de materiais para acções formativas/informativas – 237; Criação de um Grupo de trabalho de Materiais, Eventos e Campanhas. PJ – estudos e relatórios produzidos pela secção criminal da DCITE divulgados em formato electrónico e vários também na página electrónica da PJ.
30.7. Elaborar e promover o acesso a material informativo dirigidos a profissionais de saúde	2006-2008	IDT, I. P., INFARMED	(N.º de folhetos distribuídos / Tipo de conteúdo) Relatórios de actividades	IDT, I. P./ Associação de Beneficência Luso-Alemã – tradução do manual “Safer Clubbing”; IDT, I. P./ CNSida/ACS – reedição do pequeno Manual de RRMD para UDI. ²

¹ Ver obj operacional 47.4.² Ver também obj operacional 57.1.

Objectivo				
31. Promover projectos de “investigação-acção”				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
31.1. Promover a elaboração de estudos anuais relativos à situação dos principais tipos de estupefacientes em Portugal (heroína, cocaína, haxixe, ecstasy) bem como aos resultados obtidos pelas autoridades no domínio da repressão da oferta	2006-2008	PJ	(N.º de Relatórios de situação e estatísticos, relativos à situação da repressão ou dimensão da oferta/ano)	PJ – elaborado um relatório estatístico respeitante ao primeiro semestre e um relatório anual; Elaborados relatórios da situação das quatro principais drogas respeitantes ao ano de 2006.
31.2. Promover a realização de estudos de âmbito territorial, em populações ou contextos específicos que permitam estabelecer um diagnóstico para a intervenção - meio escolar profissionalizante, meio recreativo, meio laboral e outros	2006-2008	IDT, I. P., MDN (UTITA e LAFTM), outras entidades envolvidas	(N.º de projectos implementados/N.º de estudos)	Relatório do Inquérito Epidemiológico do “Projecto Casa Pia de Lisboa”; Relatório do Inquérito Epidemiológico do “Projecto Escolas Profissionais”; No sentido de promover a realização de estudos sobre percepções e representações sociais, elaborado um relatório do Projecto “Casa Pia de Lisboa-Grupos Focais”. ³

Objectivo				
32. Promover a realização de projectos de base populacional				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
32.1. Promover a continuidade dos Inquéritos à população geral, escolar e prisional	2006: HBSC; INME 2007: INCPP ECPD ESPAD/ ECATD	IDT, I. P.	Relatórios dos respectivos estudos	“Health Behaviour in School Children- OMS”; protocolo com a Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa – elaborado relatório preliminar; “ESPAD/ECATD-2003” - “European School Survey Project on Alcohol and other Drugs” / “Estudo sobre o Consumo de Alcool, Tabaco e Drogas - elaborado relatório síntese e 3 publicações (desdobráveis); - nº de comunicações apresentadas-2; – nº de desdobráveis distribuídos a lista alargada de interlocutores – 2000; ODT/ IDT, I. P. “INME/2006- Inquérito Nacional em Meio Escolar” – concepção e planeamento do projecto e recolha de dados – ODT/ IDT, I. P.; “Inquérito Nacional aos Consumos de Substâncias Psicoactivas na População Portuguesa -2007” – celebrado protocolo com a Fac. Ciências Sociais e Humanas da UNL. “Estimativa do Consumo Problemático de Drogas-2007”- Protocolo negociado com a Fac. De Psicologia e Ciências da Educação da Univ. do Porto para realização de estudo. ODT/ IDT, I. P. “ESPAD/ECATD-2007” – concepção e planeamento do projecto; revisão do questionário europeu – ODT/ IDT, I. P.

³ Ver também obj operacional 46.1

32.2. Realizar um estudo epidemiológico na população militar no activo que permita conhecer a prevalência do consumo das drogas detectadas no rastreio toxicológico e as características sócio-demográficas dos consumidores (?)	2006-2007	MDN (LAFTM)	Relatórios dos estudos	DGPRM/LAFTM – dado início à realização de um estudo epidemiológico, tendo em vista conhecer a prevalência do consumo de droga na população militar.
---	-----------	----------------	------------------------	---

Objectivo**33.** Promover estudos em áreas inovadoras do apoio à decisão

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
33.1. Promover estudos de mercado ilícito por tipos de substância	2006-2008	IDT, I. P., FEUNL	Relatórios dos respectivos estudos	IDT, I. P. – elaborado o relatório final do projecto “Análise do mercado das drogas em Portugal” e um sumário executivo – FE-UNL.
33.2. Promover estudos sobre a análise dos custos da toxicodependência	2006-2008	IDT, I. P., FEUNL	Relatórios dos respectivos estudos	“Elaborado o relatório final e um sumário executivo do projecto “Custos da toxicodependência” – FE-UNL.

Objectivo**34.** Promover o acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções no terreno

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
34.1. Definir procedimentos de recolha e processamento regular dos dados relativos aos resultados das intervenções	2006	DGS, DGES, IDT, I. P., IEFP, I. P., INFARMED, I. P., MDN, PJ	Manual de linhas de orientação N.º de instrumentos disponibilizados Relatórios de Actividades/ Avaliação N.º de alterações introduzidas no Manual (comentadas)	Relatório 2003/2005 do “Estudo e monitorização de grávidas toxicodependentes” – ODT; Relatório 2003/2005 do “Estudo e monitorização de filhos de toxicodependentes. – ODT; IEFP, I. P. – criados e melhorados instrumentos para recolha de informação em várias agências.

Objectivo				
34. Promover o acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções no terreno				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
34.2. Elaborar e aperfeiçoar linhas de orientação técnico-normativas e Manuais de Boas Práticas para os diferentes tipos de intervenção	2006-2008	IDT, I. P.	(N.º linhas de orientação ou manuais previstos/ N.º de documentos elaborados/área de intervenção) (N.º de documentos distribuídos/ N.º de documentos elaborados / área de intervenção) Relatório de avaliação de receptividade	IDT, I. P. – publicação da colectânea de textos do Workshop de Reinserção – “Novas perspectivas...novos horizontes-2004”; Esboço do manual de orientação para as estruturas e programas de RRMD; Elaboração do 1º caderno do “Manual de boas práticas para a reinserção”.
34.3. Construir um sistema de recolha de dados e de indicadores de reinserção	2006-2008	IDT, I. P., IEFP, I. P.	N.º de indicadores de reinserção definidos e trabalhados nos Relatórios de Actividades	IDT, I. P. – elaborado um relatório sobre construção de um sistema de recolha de dados e indicadores de reinserção. IEFP, I. P. – recolhida informação sobre o nº de pessoas que beneficiaram de uma primeira experiência de trabalho por conta de outrem ou por conta própria.
34.4. Promover a avaliação da qualidade dos serviços prestados e dos resultados alcançados	2006-2008	DGS, DGES, IDT, I. P., IEFP, I. P., INFARMED, I. P., MDN (UTITA), PJ	(N.º de Relatórios/Es- tudos de Avaliação/área de intervenção)	IDT, I. P. – apresentado o relatório das ER 2003/2005; Nº de exemplares de CD para distribuição da “Caracterização dos utentes acompanhados pelas ER – 2004” – 35; Apresentado relatório “Avaliação dos utentes acompanhados pelas ER 2004/2005”; Nº de utentes acompanhados – 1216. IEFP, I. P. – elaborado um relatório da actividade desenvolvida pelo PVE. PJ – elaborados relatórios mensais e anuais de actividades, relatórios estatísticos semestrais e anuais relativos à actividade desenvolvida em matéria de combate ao tráfico de estupefacientes. DGPRM/LAFTM – início do processo de Acreditação do Laboratório da Marinha. DGPRM/UTITA – desenvolvimento dos projectos de investigação “Avaliação da eficácia do programa residencial”, “Avaliação da satisfação dos utentes” e “Avaliação da eficácia do programa de tratamento da nicotinedependência”.

Objectivo				
35. Promover uma agenda de investigação/avaliação e correspondente programa de financiamento				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
35.1. Definir dimensões a privilegiar para as áreas da investigação e da avaliação	2006	DGES, FCT, IDT, I. P., MDN	Relatório de prioridades	IDT, I. P. – elaborado um relatório.
35.2. Negociar quadro de financiamento	2006	IDT, I. P., DGES, FCT	Protocolo	IDT, I. P. – elaborado um relatório.
35.3. Promover a partilha de experiências e a troca de informações nesta área entre investigadores	2006-2008	IDT, I. P.	Relatório sobre projectos apoiados neste âmbito	IDT, I. P. – projecto “Bolsa de investigadores” – n.º de registos inseridos na base de dados – 15; Projecto “tópicos de investigação” – n.º de registos inseridos na base de dados – 4.

Objectivo				
36. Contribuir para a implementação de sistemas de formação e certificação de competências				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
36.2. Implementar o sistema de formação e certificação de competências para a intervenção	2007-2008	IDT, I. P.	N.º de Cursos realizados N.º de Técnicos certificados N.º de solicitações à Bolsa/N.º de Formadores certificados	IDT, I. P. – Elaboração do Processo de Renovação da Acreditação junto da SG do MS; Elaboração de Relatório de Avaliação e que identifica novos indicadores prioritários a integrar o SIGF; Criação e implementação de uma base de dados para a Bolsa de Formadores; N.º de documentos de orientações técnicas e normativas de apoio à Gestão da Formação, produzidos e divulgados – 2; N.º de materiais técnico-pedagógicos / técnico-científicos produzidos/divulgados para e em contexto formativo – 3.

Objectivo				
37. Potenciar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicod dependências				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
37.2. Promover formação inicial e contínua nas várias áreas de intervenção em meio militar (COPATD “TCO”), meio prisional, junto dos profissionais de saúde, da	2006-2008	IDT, I. P., IEFP, I. P., DGSP, INFARMED, I. P., MDN	(N.º de Cursos Realizados/ N.º de Cursos Previstos); (N.º de Formandos efectivo/ N.º de	IDT, I. P./ISSSL – no âmbito do II Curso de Pós-Graduação “Toxicod dependência e Intervenção Social” foi efectuado um protocolo, um acordo e realizado um curso; IDT, I. P./SRPT-SRAS/DFP-DRGDR-RAM – realizados 2 cursos de formação plurimodular “Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência: Intervir face às Dependências de Drogas”;

Objectivo				
37. Potenciar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicodependências				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
comunicação social e de mediadores do Programa Vida-Emprego, entre outros			Formandos previsto) Relatórios de Actividades / Avaliação	IDT, I. P./ISS.IP – n.º de acções de formação do “Manual de Procedimentos” – 5; n.º de formandos – 153 GNR – Realizado “3.º Curso de Investigação em Crimes de Droga” DGPRM – realização nas forças armadas de 2 cursos de “Operadores de prevenção de alcoolismo e toxicodependência” e um curso de “Validação clínica em toxicologia de drogas de abuso”.
37.3. Promover formação no âmbito da Rede Nacional de Interventores em Redução de Riscos e Minimização de Danos	2006-2008	IDT, I. P.	(N.º de Cursos Realizados/ N.º de Cursos Previstos); (N.º de Formandos efectivo/ N.º de Formandos previsto); Relatórios de Actividades / Avaliação	IDT, I. P. – no âmbito da formação interna “Programa KLOTHO”: N.º de acções conjuntas CAT e ER – 17; N.º de formandos nos CAT – 204; N.º de formandos nas ER – 36; Realizada uma acção de formação no âmbito da Rede Nacional de Interventores em RRMD abrangendo 22 formandos; Elaborada uma proposta de Formação para Supervisores em RRMD. CNSida/ACS – curso sobre “Aconselhamento, diagnóstico e referenciação da infecção VIH/SIDA” e formação em “Aconselhamento, detecção precoce e referenciação do VIH/SIDA em utilizadores de droga”.
37.4. Promover formação específica em factores de risco associados ao consumo de drogas, dirigida a profissionais de áreas pertinentes que entram em contacto com potenciais consumidores, especialmente jovens	2006-2008	IDT, I. P.	(N.º de Cursos Realizados/ N.º de Cursos Previstos); (N.º de Formandos efectivo/ N.º de Formandos previsto) Relatórios de Actividades	IDT, I. P. – apresentação de uma proposta para curso de “Sensibilização ao Treino de Competências Sociais”; Formação inicial e contínua dirigida aos profissionais do IDT, I. P.: N.º de acções realizadas – 733; N.º de horas realizadas – 45.846; N.º de formandos efectivos – 2.219. Ao abrigo de Programas e/ou Iniciativas Comunitárias FSE: Formação Contínua para Profissionais da DRN – POAP; Formação “Tabagismo: Determinantes, Avaliação e Tratamento” – POS Saúde XXI; “Formação DRN” – INTERREG; Formação Contínua para Profissionais da DR Centro do IDT, I. P. – POS Saúde XXI; Formação Contínua para Profissionais da DRC – POAP; Plano de Formação 2006 – DR Algarve do IDT, I. P. – POS Saúde XXI; Formação em “Padrões de Qualidade dos Cuidados e Sistemas de Informação de Enfermagem” – POS – Saúde XXI; “Metodologias de Planeamento da Qualidade em Enfermagem – POS Saúde XXI; Supervisão da DR Algarve – Intervenção Especializada em Toxicodependências” – POS Saúde XX; Nº de acções – 44; Nº de horas – 18.639; Nº de formandos – 524.

Objectivo				
37. Potenciar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicodpendências				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
				<p>Promoção da Formação Profissional realizada em Contexto de Trabalho: N.º de horas – 76.795;</p> <p>Realização do “Encontro Nacional do IDT, I. P.”</p>
<p>37.5. Conceber e implementar acções de formação e especialização profissional relativamente ao tráfico de estupefacientes e percursores, com prioritária incidência na área das drogas sintéticas, da utilização das novas tecnologias, do branqueamento de capitais e do tráfico por via marítima</p>	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ (ISPJCC), PSP, SEF	<p>(N.º de Cursos Realizados/ N.º de Cursos Previstos); (N.º de Formandos efectivo/ N.º de Formandos previsto) Relatórios de Actividades</p>	<p>IDT, I. P. – no sentido de reforçar a Cooperação Nacional e Internacional, promovendo a participação de profissionais do IDT, I. P. em reuniões/encontros / acções de relevância científica e privilegiando as parcerias estabelecidas – n.º de participações internacionais -6; N.º de parcerias -2; N.º de protocolos -3.</p> <p>DGAIEC – n.º de cursos de formação – 2; n.º de formandos – 41</p> <p>GNR – curso de “Investigação de crimes de drogas” onde foram formados 25 militares.</p> <p>PJ – n.º de acções concebidas e implementadas: “Investigação de drogas sintéticas”, nível 1 – 3 acções; “Investigação de drogas sintéticas”, nível 2 – 1 acção; “Tráfico de estupefacientes por via marítima” – 1 acção; “Cybertráfico” – 1 acção; “Tráfico de precursores” – 1 acção;</p>
<p>37.6. Desenvolver e participar, em colaboração com a CEPOL, em acções de formação em matéria de normalização, a nível europeu, de boas práticas, técnicas e metodologias de investigação, análise e tratamento de informação que promovam a cooperação internacional na luta contra o tráfico de estupefacientes</p>	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP	<p>(N.º de Cursos Realizados/ N.º de Cursos Previstos); (N.º de Formandos efectivo/ N.º de Formandos previsto) Relatórios de Actividades</p>	<p>PJ/DCITE – organização de um curso da CEPOL, sobre investigação do tráfico de estupefacientes.</p>

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

O Plano de Acção contra as Drogas e as Toxicodependências – Horizonte 2008 –, confirmou como principais prioridades da área *Informação, Investigação, Formação e Avaliação*:

- a actualização do Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências e divulgação de informação objectiva e fiável nesta área, sobretudo através dos novos suportes electrónicos;
- a repetição dos estudos epidemiológicos de caracterização dos consumos;
- o investimento na elaboração de procedimentos conducentes ao aumento da qualidade dos serviços e monitorização dos mesmos;
- a consequente intervenção formativa nesta matéria, privilegiando as parcerias estabelecidas.

Na área da investigação foram publicados resultados do ECATD-2003 (estudo das coortes dos alunos dos 13 aos 18 anos), repetida a realização de dois estudos epidemiológicos em meio escolar, (um no âmbito global da saúde e outro sobre consumo de substâncias psicoactivas) e celebrados dois protocolos para repetição de estudos realizados em 2001.

Em termos de disseminação da informação a aposta foi claramente na utilização, monitorização e actualização da página electrónica do IDT, I. P. e dos suportes magnéticos, tendo ainda sido assegurado o tratamento do acervo do Centro de Documentação e a continuidade das publicações do IDT, I. P..

Por outro lado, foi assegurado o apoio necessário na área da formação aos profissionais dos serviços centrais e regionais mais directamente envolvidos na implementação do PORI, através da realização de 2 seminários organizados com a colaboração do OEDT.

No que diz respeito ao *alargamento, consolidação e optimização do Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências – SNIDT* [obj. operacional 28], privilegiou-se a organização de reuniões com peritos da área do tratamento para optimização de conceitos e procedimentos com vista à implementação do sistema de informação nessa área, tendo sido realizadas 10 reuniões. No mesmo âmbito foram recolhidos, tratados e analisados todos os dados sobre os indicadores que integram o SNIDT, de forma harmonizada a nível nacional. Foi também elaborado um relatório identificando os indicadores prioritários a trabalhar.

Em resposta aos compromissos nacionais e internacionais, no que se refere à disponibilização de informação, foi elaborado o Volume I do *Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*, bem como efectuado o preenchimento das tabelas obrigatórias do OEDT e das Nações Unidas, relativamente aos indicadores que integram o SNIDT.

Quanto à *detecção de necessidades e recursos a nível local nesta área* [obj. operacional 29 (29.2)], foi construído o Guião para a Fase 1 - Identificação de Territórios, onde consta o enquadramento teórico, os indicadores a utilizar, as metodologias propostas e os respectivos instrumentos de trabalho.

Todas as DR iniciaram a Fase 1 do PORI em 2006, cuja finalização ocorrerá em 2007.

Para seleccionar os territórios de intervenção prioritária e desenhar uma intervenção adequada às necessidades identificadas localmente, o levantamento de informação é feito a partir do nível regional, distrital, concelhio e finalmente a nível local, passando pela elaboração de um diagnóstico do território de intervenção prioritária que permita um desenho adequado da intervenção a desenvolver. A Fase 1 do diagnóstico parte da identificação de problemas associados a factores de risco do domínio comunitário, sócio-cultural e individual, para posterior identificação dos factores de protecção.

De acordo com a forma de implementação de respostas integradas e visando a articulação entre os diferentes eixos de intervenção no âmbito do consumo de substâncias psicoactivas – prevenção, tratamento, redução de danos, reinserção e dissuasão, foram seleccionados problemas associados a factores de risco tendo em conta as especificidades de cada eixo, a saber:

- Experimentação de substâncias psicoactivas
- Prevalência do consumo de substâncias psicoactivas
- Disponibilidade de substâncias psicoactivas
- Privação económica e social extrema
- Existência de problemas sociais relacionados com substâncias psicoactivas
- Prevalência de doenças infecto-contagiosas
- Ocorrência de situações e/ou de comportamentos de risco

Nesta fase preliminar, foram seleccionados indicadores-chave que nos permitem ter uma leitura global da dimensão e intensidade de cada problema.

Quanto às dimensões a ter em conta na identificação de problemas, foram adaptadas das grelhas de hierarquização de prioridades de intervenção de Isabel Guerra (2000).

As dimensões de análise propostas no âmbito do PORI são então:

- Dados que traduzem a gravidade dos problemas
- Causas prováveis
- Populações/grupos mais afectados
- Recursos institucionais disponíveis

Este processo de recolha de informação deverá ter em conta a variedade de fontes de informação existentes, considerando a diversidade presente na problemática do consumo de substâncias psicoactivas, o que implica a participação de vários elementos da comunidade desde o primeiro momento do processo.

Com a finalidade de *promover a divulgação e acesso a informação objectiva e fiável nesta área* [obj. operacional 30], foi divulgado, através do sítio institucional o sumário executivo em português, inglês e francês de um dos trabalhos de investigação apoiados e divulgados através da página electrónica [acção 30.1], foi mantido e actualizado o sítio institucional do IDT, I. P. e incluídos novos conteúdos à medida que

disponíveis, articulando a actualização com o envio de conteúdos para o sítio do Portal da saúde, sempre na óptica do serviço ao cidadão. Deste trabalho foram sendo trimestralmente elaborados relatórios com os resultados globais das actividades [acção 30.2].

Foram adquiridos 57 livros, dos 30 inicialmente planeados, e registados, catalogados, indexados e introduzidos nas bases de dados bibliográficos e videográficos mais 1.377 registos relativamente ao ano anterior [acção 30.6]. O IDT, I. P. facultou o apoio de 3 edições de publicações em papel; assegurou 12 edições/reedições de publicações electrónicas e executou e distribuiu 3.292 exemplares de publicações electrónicas.

Relativamente às consultas presenciais no NIPD, verificou-se um decréscimo nesta actividade, devido à mudança de instalações do IDT, I. P., que obrigaram a um tempo de encerramento desta unidade. Apesar deste constrangimento receberam-se 367 utilizadores, deu-se resposta a 237 pedidos de materiais e distribuiu-se 1.972 publicações.

No âmbito deste objectivo, deu-se continuidade à publicação da *Revista Toxicodependências*, tendo em 2006 sido editados, tal como previsto, três números de 2.500 exemplares cada, com artigos originais, sobre a problemática das toxicodependências. Foram responsáveis pelos 23 artigos publicados 35 autores e co-autores, com diversas áreas académicas (sociologia, psicologia, psiquiatria, docentes), oriundos de várias instituições (IDT, I. P. e outras).

As áreas temáticas versaram a psicologia/psiquiatria; tratamento/avaliação; sociologia, políticas de intervenção; história/direito e outras, distribuídas por diversos tipos de artigos (estudos clínicos; opinião; monografias e resultados de investigação).

A difusão de cada edição da revista compreendeu assinaturas, ofertas (IDT, I. P., etc.), exemplares de venda em livrarias e exemplares de reserva.

No que se refere à *promoção e realização de projectos de base populacional*⁴ [obj. operacional 32], deu-se continuidade à realização ou apoio a Inquéritos à população geral, escolar e problemática [acção 32.1]. Foram assim repetidos dois estudos, um no âmbito global da saúde e outro especificamente sobre as áreas relacionadas com o consumo de substâncias psicoactivas, respectivamente:

- Projecto Health Behaviour in School Children – OMS – (representatividade nacional para alunos do 6.º, 8.º e 10.º anos de escolaridade) - Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa
- Projecto INME/2006 – Inquérito Nacional em Meio Escolar/2006 (representatividade nacional, regional e local para alunos do 3.º Ciclo e do Secundário) – Observatório da Droga e da Toxicodependência / IDT, I. P.;
- Procedeu-se também à celebração de protocolos com duas universidades para repetição de estudos já desenvolvidos em 2001:

⁴ Trabalho em parceria com Universidades e Centros de Investigação, Ministério da Educação, Casa Pia de Lisboa, CNSida/ACS, Fundação Calouste Gulbenkian.

- “Inquérito ao Consumo de substâncias psicoactivas na População Portuguesa- 2007” a cargo da Faculdade de Sociologia e Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- “Estimativa do Consumo Problemático de Drogas – 2007”, a cargo da Faculdade de Psicologia e Ciências da educação da Universidade do Porto;

No âmbito do Projecto ESPAD/ECATD - *European School Survey on Alcohol and other Drug/Estudo sobre o Consumo de álcool, Tabaco e Drogas* - que corresponde ao alargamento do ESPAD- (grupo etário dos 16 anos) aos alunos de todos os grupos etários dos 13 aos 18 anos - procedeu-se ainda à publicação dos resultados do ECATD/2003 (só tinham sido publicados os resultados do relatório europeu do ESPAD/2003), e à concepção e planeamento do ESPAD/ECATD-2007.

Foram desenvolvidos dois projectos e apresentados os relatórios finais, no âmbito da *promoção de estudos em áreas inovadoras de apoio à decisão*.⁵ [obj. operacional 33], de realçar:

- Análise do mercado das drogas em Portugal - Cannabis [acção 33.1], a cargo da Faculdade de Economia da Universidade de Lisboa
- Análise Custo-Benefício da toxicodependência [acção 33.2], a cargo da Faculdade de Economia da Universidade de Lisboa

Relativamente ao acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções no terreno [obj. operacional 34], apresentaram-se os relatórios 2003-2005 relativos aos estudos: “Grávidas toxicodependentes” e “Filhos de toxicodependentes” [acções 34.1].

No sentido de *contribuir para a implementação de sistemas de formação e certificação de competências* [obj. operacional 36] foram produzidas normas relativas à Certificação no âmbito da formação IDT, I. P., por forma a promover a homogeneidade e uniformidade da produção executada pela Unidade Formativa do IDT, I. P.. Paralelamente foi garantido o processo de renovação da Acreditação para esta Unidade.

Já para *potenciar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicodependências* [obj. operacional 37] e numa perspectiva de aprofundar os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo respeitando uma política de racionalização financeira e de investimento nos fundos de FSE, realizou-se um menor número de acções formativas de modo a dar-se um maior enfoque na qualidade das acções realizadas para os profissionais do IDT, I. P., contudo, garantindo um incremento do número de profissionais, do número de horas e do volume de formação realizada. Destacam-se em 2006 a realização dos seguintes projectos:

- O Encontro Nacional do IDT, I. P., contou com a presença de 578 técnicos, dos quais 87 são externos. Destaca-se desse evento:
 - Apresentação pública do Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências - 2005.

⁵ Trabalho em parceria com Universidades e Centros de Investigação.

- Apresentação do Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências – 2012 e do Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências – Horizonte 2008.
- Apresentação e debate da proposta de lei orgânica do IDT, I. P..
- Ponto de situação do PORI – sendo que cada DR apresentou o ponto de situação quanto ao desenvolvimento deste Plano na sua área de intervenção geográfica de intervenção.
- Apresentação de projectos específicos, como a Iniciativa “Bairros Críticos”.
- Apresentação do 1.º estudo nacional de caracterização e avaliação de utentes acompanhados pelas Equipas de Rua.
- Apresentação do Projecto KLOTHO – identificação precoce da infecção do VIH/SIDA e prevenção direccionado a Utilizadores de Drogas.
- Realizou-se a **Formação Plurimodular “Prevenção e Tratamento da Toxicodependência: Intervir Face às Dependências de Drogas”**, promovida pelo Serviço Regional de Prevenção da Toxicodependência (SRPT) da Região Autónoma da Madeira (RAM), a qual contou com a colaboração deste Instituto.

No âmbito da parceria estabelecida o do IDT, I. P. disponibilizou 12 formadores, num total de 17 participações na referida formação, sendo os destinatários do curso profissionais que actuam nas diferentes áreas de intervenção social na RAM, verificando-se a realização de um total de 312 horas formativas.

O projecto formativo em causa foi acompanhado pelo GF através da articulação interna com os diferentes Serviços envolvidos, nomeadamente o DP e o DTRDR, bem como externamente com o SRPT e a Divisão de Formação Profissional da RAM.

Os resultados alcançados reforçam a avaliação positiva da presente parceria, já que se verificou nos diferentes itens sujeitos a avaliação, classificações concentradas maioritariamente na categoria “Muito Bom”.

- A **Academia Nacional Reitox** – Diagnósticos de Território, é um projecto conjunto do IDT, I. P. e do OEDT – Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, que teve como principal objectivo contribuir para a Formação dos profissionais envolvidos na implementação do PORI através do desenvolvimento do conhecimento e promoção de competências em metodologias de diagnóstico comunitário rápido.

A primeira sessão decorreu dias 20 e 21 de Abril de 2006 tendo contado com a presença de 2 Formadores Externos, Jane Mounteney (Bergen Clinics – Noruega) e Maurício Sepúlveda (Grupo IGIA – Espanha). A 2ª sessão decorreu nos dias 8 e 9 de Junho de 2006 tendo estado novamente presente a Formadora Jane Mounteney da Noruega.

No que respeita aos conteúdos ministrados, estes centraram-se sobre algumas definições, tipologias e principais características relativas ao conceito de Avaliação Rápida; sua aplicação no domínio das Drogas e das Toxicodependências; Enquadramento Histórico e Metodologias de Avaliação Rápida; Linhas

Estratégicas para a aplicação da Avaliação Rápida em matéria de intervenções e Políticas de Redução de Danos e Saúde Pública.

Participaram na Academia Nacional Reitox 58 Formandos Internos e 3 Formandos convidados externos designadamente 2 profissionais do Serviço Regional de Prevenção da Toxicodependência da Região autónoma (RA) da Madeira, bem como um representante da RA dos Açores.

Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.

No sentido de *definir procedimentos de recolha e processamento regular dos dados relativos aos resultados das intervenções* [obj. operacional 34 (34.1)], foram criados e melhorados, nas diversas agências do IEFP, I. P., um conjunto de instrumentos, nomeadamente quadros informativos mais discriminativos para recolha de informação. Esta recolha é efectuada com base em relatórios trimestrais que integram um conjunto de indicadores dos quais se destacam os seguintes:

- Destinatários Abrangidos em Medidas Específicas por situação face ao programa;
- Destinatários Abrangidos em Medidas Gerais do IEFP, I. P.;
- Caracterização dos destinatários específicas e gerais (sexo, escalão etário, habilitações, situação face ao emprego; etc.);
- Caracterização dos destinatários em acompanhamento por mediados e medidas (específicas e gerais);
- Execução financeira por medidas específicas;

Anualmente ainda são recolhidas informações sobre o número de empresas e outras entidades empregadoras envolvidas no funcionamento do programa.

Ainda no âmbito do objectivo referido, foi recolhida informação sobre o número de pessoas abrangidas que beneficiaram de uma primeira experiência de trabalho por conta de outrem ou por conta própria [obj. operacional 34 (34.3)].

Foi também elaborado em 2006 um relatório sobre a actividade desenvolvida no âmbito do Programa Vida Emprego durante 2005, caracterizadas as necessidades existentes em termos de públicos destinatários e os meios e recursos existentes visando uma eventual reorganização da estrutura orgânico-funcional do Programa [obj. operacional 34 (34.4)].

Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

No sentido de *Potenciar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicodependências* [obj. operacional 37 (37.5)], nomeadamente no que respeita à concepção e implementação de acções de formação e especialização profissional relativamente ao tráfico de estupefacientes e percursores, incidindo prioritariamente na área das drogas sintéticas, novas tecnologias, branqueamento de capitais e tráfico por via marítima, a DGAIEC realizou dois cursos de formação, abrangendo 41 formandos.

Guarda Nacional Republicana

A GNR promoveu várias Acções de Formação, destacando-se o Curso de Investigação de Crimes de Droga, contribuindo assim para *Potenciar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicodependências* [obj. operacional 37 (37.5)].

De forma mais genérica, pode também referir-se que a temática da toxicodependência é uma matéria invariavelmente abordada em todos os Cursos de Formação e Qualificação ministrados na GNR, através de formação específica, palestras, seminários e conferências.

Polícia Judiciária

No sentido de *promover a divulgação e acesso a informação objectiva e fíavel nesta área* [obj. operacional 30 (30.6)], todos os estudos e relatórios produzidos pela Secção Central de Informação Criminal da DCITE são divulgados, por quem de direito, em formato electrónico, sendo muitos deles disponibilizados na página electrónica da PJ. Os relatórios estatísticos também são divulgados no sítio Web da PJ.

No que respeita à *promoção de projectos de “investigação-acção”* [obj. operacional 31 (31.1)], relativamente à actividade e resultados obtidos pelas diversas entidades em matéria de combate ao tráfico de estupefacientes, foi elaborado um relatório estatístico respeitante ao primeiro semestre e depois um relatório anual.

Foram também elaborados em 2006, os relatórios de situação dos quatro principais tipos de estupefacientes em Portugal (heroína, cocaína, haxixe e ecstasy).

São elaborados relatórios mensais e anuais de actividade e também relatórios estatísticos semestrais e anuais relativos à actividade desenvolvida em matéria de combate ao tráfico de estupefacientes, com a finalidade de *promover o acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções no terreno* [obj. operacional 34 (34.4)].

Contribuindo para *potenciar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicodependências* [obj. operacional 37 (37.5)], a PJ concebeu e implementou as seguintes acções de formação: investigação de drogas sintéticas nível 1 (3 acções); investigação de drogas sintéticas nível 2 (1 acção); tráfico de estupefacientes por via marítima (1 acção); Cybertráfico (1 acção); tráfico de precursores (1 acção).

Inserido dentro do objectivo acima referido [obj. operacional 37 (37.6)] a PJ/DCITE, juntamente com o ISPJCC, teve a seu cargo a organização de um curso da CEPOL sobre a investigação do tráfico de estupefacientes no qual participaram, como formandos, funcionários de polícia da generalidade do Estados Membros da UE.

Ainda durante o ano de 2006, a PJ organizou diversas acções de formação na área do combate ao tráfico de estupefacientes e precursores quer para funcionários da Polícia Judiciária quer de outros OPC's e entidades.

No âmbito da cooperação policial luso-caboverdeana, foi organizado um estágio na DCITE para investigadores da Polícia Judiciária de Cabo Verde. A DCITE participou ainda com um formador numa acção de formação para Inspectores, Subinspectores, Agentes e Agentes Estagiários da Polícia Judiciária de Cabo Verde sobre tráfico e detecção de estupefacientes que decorreu naquele país.

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar⁶

Ao longo do ano de 2006, realizaram-se nas diferentes Unidades militares, através dos respectivos Núcleos de Apoio ao Comando (NAC), sessões de informação e esclarecimento sobre a problemática da toxicodependência e do alcoolismo.

Na Marinha, estas acções decorreram também sob a iniciativa e com a participação do Grupo Coordenador do Ramo, do LAFTM e da UTITA.

No Exército, procedeu-se também à divulgação do PPCDAFA e de directivas conexas, bem como do Plano de Actividades, através da *INTRANET* do Ramo.

Em 2006, realizaram-se nas Forças Armadas as seguintes acções de formação, no âmbito do PPCDAFA:

⁶ O encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, por eixos de intervenção, bem como, a evolução do investimento no mesmo, encontra-se no capítulo *Dissuasão da Toxicodependência*.

No sentido de *promover a realização de projectos de base populacional*, [obj. operacional 32 (32.2.)], em 2006, foi dado início à realização nas Forças Armadas, de um estudo epidemiológico, tendo como objectivo conhecer a prevalência do consumo de drogas na população militar.

Tendo em vista a acreditação de acordo com a Norma NP EN ISO/IEC 17025:2005 – Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração [obj. operacional 34 (34.4)], o LAFTM contratou uma empresa de consultoria e deu início à avaliação de instalações, sistemas e processos, no sentido de dotar o laboratório de equipamento, meios técnicos e competências que permitam cumprir todos os critérios de qualidade exigidos.

Na área da detecção de drogas ilícitas e álcool em meios biológicos, participou em dois programas de avaliação de qualidade internacionais, coordenados, respectivamente, pelo *Institut Municipal de Investigación Mèdica (IMIM) de Barcelona* e pelo Ministério da Justiça Espanhol.

Ainda no âmbito desse objectivo, a Unidade de Tratamento das Forças Armadas desenvolveu os seguintes projectos de investigação [obj. operacional 34 (34.4)]:

- Avaliação da eficácia do programa residencial, onde tendo por base os conceitos da DSM IV, foram reavaliados 70% dos 61 indivíduos que realizaram programas de tratamento residencial e os resultados apontaram para uma taxa de remissão sustentada.
- Avaliação da satisfação dos utentes, que utilizou como instrumento de medida a realização de questionários aos utentes e a questão global sobre a satisfação com o programa, revelando valores de satisfação de 92%.
- Avaliação da eficácia do programa de tratamento da nicotinodependência, projecto ainda em curso, mas cujos dados preliminares apontam para uma taxa de remissão total de 41%.

No sentido de potenciar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicodependências [obj. operacional 37 (37.2)], foi também desenvolvido um curso de Validação Clínica em Toxicologia de Drogas de Abuso (Medical Review Officer – MRO) a 12 médicos e um psicólogo, das Forças Armadas, com o objectivo de habilitar médicos para a revisão e interpretação dos resultados positivos do rastreio toxicológico, para a respectiva validação clínica, e transmitir conhecimentos que contribuam para a realização das acções previstas no PPCDAFA.

Ainda no âmbito do referido objectivo, na Escola do Serviço de Saúde Militar (ESSM) foi realizado um curso de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependência (COPATD), com a participação de 61 militares das Forças Armadas, 18 da GNR, num total de 79 formandos. [obj. operacional 37 (37.2)], destinado a Oficiais e Sargentos, em posições de chefia, e com o objectivo principal de proporcionar conhecimentos sobre a problemática da dependência de substâncias bem como desenvolver aptidões para a identificação e acompanhamento de patologias associadas ao uso de drogas e álcool.

Ao longo do ano, foram ministrados, nas principais Unidades das Forças Armadas, Cursos Gerais de Droga, com a participação dos NAC, outros órgãos dos Ramos envolvidos no PPCDAFA e entidades convidadas.

Também nas Academias, Institutos e Centros de Formação os programas curriculares dos diferentes cursos prevêem tempos lectivos sobre a temática da droga e do álcool, com referência à problemática associada ao seu consumo e aos diferentes níveis ou acções previstas no programa das FA.

Ainda em 2006, realizaram-se três cursos de Segurança Militar, com a participação de 32 Oficiais e 41 Sargentos do Exército, possuindo uma componente sobre prevenção e combate às toxicodependências – supervisão da realização de rastreios, elaboração de relatórios técnicos, entre outras – habilitando para o apoio à decisão dos comandantes, nesta área específica.

Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

As actividades de formação dirigidas aos profissionais que intervêm no processo de prevenção, tratamento, cuidados e suporte às pessoas que vivem com o VIH, constituem uma medida prevista no Plano Nacional de Saúde, promovendo a implementação de boas práticas no âmbito da infecção pelo VIH/SIDA, para reduzir a transmissão da infecção e melhorar o apoio aos indivíduos infectados. Por outro lado, um adequado aconselhamento, detecção precoce e referenciação da infecção VIH/SIDA, exige o desenvolvimento de estratégias locais e regionais, apenas possíveis pela sensibilização e capacitação dos dirigentes do Ministério da Saúde.

No âmbito do [obj. operacional 37 (37.3)] foi realizada a **Formação em aconselhamento, detecção precoce e referenciação do VIH/SIDA em utilizadores de drogas**, enquadrado no Programa de Detecção Precoce e Prevenção da Infecção VIH/SIDA nos Utilizadores de Drogas, e com o objectivo de capacitar os profissionais de saúde, de centros de atendimento a toxicodependentes e equipas de minimização de danos, para a realização de aconselhamento, detecção precoce através de testes rápidos e referenciação. Este programa de formação esteve direccionado a médicos, enfermeiros, psicólogos e técnicos superiores de serviço social.

O programa de formação foi adaptado sob autorização do Programa da Organização Mundial de Saúde “Voluntary HIV Counselling and Testing – Manual for Training of Trainers”, e compreendeu a produção de manuais de formação, diapositivos para formadores e manuais de formação para os formandos. Foram realizadas 17 acções de formação de 21 horas cada, abrangendo 272 formandos. As acções decorreram no Porto, Coimbra, Lisboa e Beja.

Considerando-se fundamental a formação dos profissionais de comunicação social na temática da infecção VIH/ SIDA, para a melhoria da informação veiculada pelos media, organizou-se no dia 25 de Maio de 2006, no auditório da Reitoria da Universidade do Porto, um curso intitulado “O que há de novo para comunicar sobre a infecção VIH/ SIDA”, com a colaboração do Serviço de Doenças Infecciosas do Hospital de S. João (Porto).

Realizou-se, ainda, nos dias 8, 9 e 10 de Novembro de 2006 o Curso “Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação da Infecção VIH/SIDA”.

Reordenamento Jurídico

Resultado a atingir

Clarificação do quadro e relacionamento institucional

Objectivo				
38. Preparar e propor alterações legislativas no âmbito da Lei N.º 30/2000 e legislação complementar				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
38.1. Redimensionamento das CDT, garantindo a proximidade do indiciado aos serviços e respostas existentes	2006-2008	MS, IDT, I. P., MAI, MJ, MTSS	Diplomas jurídico-normativos publicados/ Documentos produzidos	IDT, I. P. – elaborada proposta de diploma jurídico-normativo, não publicado; produzido um documento.
38.2. Clarificação das competências das CDT	2006-2008	MS, IDT, I. P., MAI, MJ, MTSS	Diplomas jurídico-normativos publicados/ Documentos produzidos	IDT, I. P. – elaborada proposta de diploma jurídico-normativo, não publicado; produzido um documento.
38.3. Redefinição das medidas sancionatórias previstas na lei	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de grupos de trabalho criados/N.º de indicadores seleccionados N.º de instrumentos de recolha de dados disponíveis e em desenvolvimento/ N.º de instrumentos previstos	IDT, I. P. – criado um grupo de trabalho; seleccionados dois indicadores: tipo de sanção aplicada e cumprimento da sanção; disponíveis três instrumentos de recolha de dados: relatórios trimestrais de coimas aplicadas, relatório anual das CDT e relatório do Núcleo de Apoio Técnico do DACDT (NAT).
38.4. Redefinição dos termos da aplicação da figura da “Suspensão Provisória do Processo” e dos parâmetros de aferição da situação face ao consumo do indiciado (toxicodependente, consumidor regular ou ocasional)	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de grupos de trabalho criados/N.º de indicadores seleccionados N.º de instrumentos de recolha de dados disponíveis e em desenvolvimento/ N.º de instrumentos previstos	IDT, I. P. – criado um grupo de trabalho; seleccionados 4 indicadores comuns: prazo para as suspensões; nº e tipo de revogações, prorrogações do prazo e os despachos de arquivamento por termo do prazo sem reincidência; disponíveis dois instrumentos de recolha de dados: relatório anual das CDT e relatório do Núcleo de Apoio Técnico do DACDT (NAT).
38.5 Clarificação das competências dos Governos Civis	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de grupos de trabalho criados/N.º de indicadores seleccionados N.º de instrumentos de recolha de dados disponíveis e em desenvolvimento/ N.º de instrumentos previstos	IDT, I. P. – criado um grupo de trabalho; Seleccionados 3 indicadores: número de CDT sem apoio dos Governos Civis, grau de execução das coimas, encargos financeiros do IDT, I. P. com as CDT; Disponíveis 3 instrumentos de recolha de dados: relatórios trimestrais de coimas aplicadas; relatório anual das CDT e comunicações das CDT e Governos Civis enviadas ao IDT, I. P..

Objectivo				
39. Regulamentação das estruturas e programas previstos no Regime Geral das Políticas de Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de Danos – Decreto-Lei n.º 183/2001 de 21 de Junho				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
39.1. Preparar documento base para apresentar à tutela	2006	IDT, I. P.	Legislação regulamentar das várias estruturas previstas no Decreto-lei 183/2001	Portaria n.º 1089/2006, de 11 de Outubro – Aprova o regulamento do Programa de Intervenção Focalizada; Decreto-Lei n.º 186/2006, de 12 de Setembro – Estabelece o regime de atribuição de apoios financeiros pelos serviços e organismos do Ministério da Saúde a entidades privadas sem fins lucrativos.

No sentido de *preparar e propor alterações legislativas no âmbito da Lei n.º 30/2000 e legislação complementar* [obj. operacional 38], foi elaborada uma proposta de diploma jurídico-normativo e produzido um documento, no âmbito do redimensionamento das CDT [acção 38.1] e também para clarificação das competências das mesmas [acção 38.2]. Ainda enquadrado no mesmo objectivo, [acção 38.3], foi criado um grupo de trabalho, seleccionados dois indicadores, e disponibilizados três instrumentos de recolha de dados: relatórios trimestrais de coimas aplicadas, relatório anual das CDT e relatório do Núcleo de Apoio Técnico do DACDT (NAT).

De salientar, ainda, que no sentido de contribuir para a redefinição dos termos da aplicação da Figura “Suspensão Provisória do Processo” e dos parâmetros de aferição da situação face ao consumo do indiciado [acção 38.4], foi criado um grupo de trabalho, seleccionados 4 indicadores comuns e disponibilizados dois instrumentos de recolha de dados: relatório anual das CDT e relatório do Núcleo de Apoio Técnico do DACDT (NAT).

No âmbito da *Regulamentação das estruturas e programas previstos no Regime Geral das Políticas de Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de Danos* [obj. operacional 39] de referir o **Decreto-Lei n.º 186/2006, de 12 de Setembro**, que estabelece o regime de atribuição de apoios financeiros pelos serviços e organismos do Ministério da Saúde a entidades privadas sem fins lucrativos e a **Portaria n.º 1089/2006, de 11 de Outubro**, que aprova o regulamento do Programa de Intervenção Focalizada.

Outra Legislação Publicada em 2006

Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2006, de 18 de Setembro** – Aprova o Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências no médio prazo até 2012, bem como o Plano de Acção contra a Droga e as Toxicodependências no curto prazo até 2008.
- **Declaração de Rectificação n.º 79/2006, de 17 de Novembro** – De ter sido rectificadora a Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2006, que aprova o Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências no médio prazo até 2012, bem como o Plano de Acção contra a Droga e as Toxicodependências no curto prazo até 2008, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 180, de 18 de Setembro de 2006.

Prevenção e Tratamento da Toxicodependência

- **Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro** – Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Saúde.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2006 de 15 de Dezembro de 2006** – Aprova o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) para o período de 2006-2008. O Plano garante a articulação privilegiada com outros processos estratégicos, incluindo o Plano de Acção Nacional para Combate à propagação de Doenças Infecciosas em meio Prisional e o Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012.

Controle da Oferta

- **Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 7/2006/M, de 26 de Abril** – Recomenda ao Governo da República para que o Estado garanta, nas Regiões Autónomas, todos os meios necessários para o combate ao narcotráfico nas ilhas do Atlântico.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 69/2006** – Protocolo que altera a Convenção que cria o Serviço Europeu de Polícia (Convenção EUROPOL) e o Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da Europol, dos seus órgãos, dos seus Directores – Adjuntos e agentes, foi aprovado por esta Resolução e ratificado por Decreto do Presidente da República n.º 138/2006, ambos publicados no Diário da República I Série, n.º 242, de 19 de Dezembro de 2006. Este Protocolo tem por objectivo, entre outros aspectos, as condições de participação dos agentes da EUROPOL em equipas de investigação conjuntas e a possibilidade de a EUROJUST pedir aos Estados Membros que iniciem investigações.

- **Resolução da Assembleia da República n.º 70/2006** – O Protocolo elaborado com base no n.º1 do artigo 43º da Convenção Europol foi aprovado por esta Resolução e ratificado por Decreto do Presidente da República n.º 137/2006, ambos publicados no Diário da República I Série, n.º 242, de 19 de Dezembro de 2006. Este Protocolo procede á tipificação das infracções consideradas formas graves de criminalidade, define de modo mais flexível as competências da Europol e regula aspectos relativos ao acesso aos documentos da Europol e á protecção de dados.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 61/2006** – O Protocolo da Convenção Relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre os Estados Membros da União Europeia, de 16 de Outubro de 2001, foi aprovado por esta resolução e ratificado por Decreto do Presidente da República n.º 119/2006, ambos publicados no Diário da República I Série, n.º 234, de 06/12/2006.
- **Regulamento (CE) 1920/2006** – que reformula a disciplina relativa ao Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência. Este Regulamento alarga a competência do Observatório, reforça a cooperação com a Europol, define de forma mais clara o papel da rede Reitox de pontos de contacto e reestrutura a administração do Observatório.

Destaque ainda para a adopção pelo Conselho de Justiça e Assuntos Internos (Conselho JAI), em Abril, de uma Recomendação relativa à elaboração de acordos entre serviços policiais, serviços aduaneiros e outros serviços especializados de aplicação da lei em matéria de luta contra a droga, promovendo a cooperação no contexto de todas as formas relevantes de criminalidade, por força da participação de grupos criminosos, nomeadamente no contrabando.

Tratados Internacionais

- **Resolução da Assembleia da República n.º 14/2006, 21 de Fevereiro de 2006** – Aprova, para ratificação, o Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática e Popular da Argélia, assinado em Argel em 8 de Janeiro de 2005.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 12/2006, 21 de Fevereiro de 2006** – Aprova, para ratificação, o Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação entre a República Portuguesa e a República Tunisina, assinado em Tunis em 17 de Junho de 2003.



ÁREAS DE MISSÃO

Redução da Procura

Prevenção

Dissuasão

Redução de Riscos e Minimização de Danos

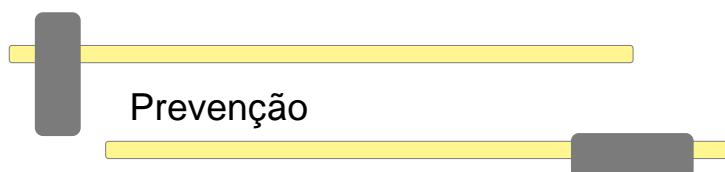
Tratamento

Reinserção

Redução da Oferta



Redução da Procura



Prevenção

Resultado a atingir

Aumentar a qualidade da intervenção preventiva através do reforço da componente técnico – científica e metodológica

Objectivo

40. Incrementar o n.º de programas / projectos homologadas pelo IDT, I. P. que promovam estratégias e acções baseadas em evidência científica

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
40.1. Promover a criação de um sistema de validação técnica de programas já experimentados/aplicados	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de programas certificados	IDT, I. P. – criado e implementado no âmbito do PIF um sistema de selecção baseada em critérios que permitam a validação técnica dos projectos: formulário de candidatura; manual de apoio; grelha de selecção; regulamento.
40.2. Promover a elaboração e divulgação de um catálogo de programas preventivos certificados	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de projectos inseridos no catálogo	IDT, I. P. – tem-se procedido ao levantamento de programas preventivos existentes para eventual certificação.
40.3. Promover a criação de um sistema de apoio técnico e financeiro (Programas de Intervenção Focalizados) nos seguintes contextos: - Famílias - Jovens vulneráveis - Meios recreativos	2006-2008	IDT, I. P.	N.º projectos previstos N.º projectos aprovados N.º projectos executados N.º projectos certificados Resultados previstos e alcançados	IDT, I. P. – lançamento de concurso público para selecção de candidaturas; recebidas 197 candidaturas para análise.

Objectivo

41. Melhorar o processo de selecção, acompanhamento e monitorização dos projectos implementados

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
41.2. Colaborar na criação de um sistema informático de suporte à actividade de prevenção do IDT, I. P.	2006-2008	IDT, I. P.	Base de dados dos diferentes programas Relatórios de avaliação semestral	IDT, I. P. – definição de uma metodologia de desenvolvimento do Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM); ¹ Criado um <i>draft</i> de base de dados para monitorização e acompanhamento do PIF e participação na concepção da base de dados do PORI.

¹ Ver também obj operacional 34.3 e 63.3

41.3. Criar um sistema de auditoria técnico-financeira, interna e externa, aos programas apoiados pelo IDT, I. P.	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de projectos auditados N.º de projectos apoiados Relatórios de avaliação sobre as auditorias	IDT, I. P. – N.º de auditorias financeiras a programas de prevenção – 2; N.º de relatórios de avaliação sobre as auditorias – 2;
---	-----------	------------	--	---

Objectivo

42. Aumentar o número de materiais de suporte à prevenção

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
42.1. Colaborar na edição de documento com "linhas orientadoras" para o desenvolvimento de programas de prevenção, nomeadamente Projecto PERK	2006-2008	IDT, I. P., OEDT	Tradução em tempo N.º de consultas páginas em português	IDT, I. P. – tradução e adaptação de parte do documento (projecto PERK); Divulgação da informação enviada pelo NCCDP.
42.2. Produzir e/ou adaptar materiais técnico-Pedagógicos adequados às intervenções preventivas	2006-2008	IDT, I. P. e outros	N.º de materiais produzidos e adaptados	IDT, I. P. – criado um grupo de trabalho de Materiais, Eventos e Campanhas – MEC; desenvolvidos materiais técnico-pedagógicos adequados às intervenções preventivas; N.º de materiais produzidos/adaptados – 7; N.º de materiais divulgados – 6; N.º de materiais inseridos na página electrónica do IDT, I. P. – 3; N.º de materiais distribuídos – 6000; N.º de exemplares produzidos – 387 000.

Resultado a atingir

Aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência dos programas de prevenção

Objectivo

43. Aumentar o nível de informação / sensibilização sobre as substâncias psicoactivas e riscos associados ao seu consumo

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
43.1. Desenvolver em colaboração com outras entidades campanhas, integradas e focalizadas, de informação/sensibilização relativas aos riscos associados ao consumo de substâncias psicoactivas: -Programa "Conversa com Copos" -Protocolos com Federações Desportivas -Formação de Técnicos -Protocolos com as Instituições de Ensino Superior que ministram cursos de educação física, saúde e ciências do desporto -Protocolo com Direcção Geral Viação -Protocolos com Associações	2006-2008	IDT, I. P., IDP, I. P., DGS, CVP, Instituições de Ensino Superior, CNJ e MDN (ESSM)	N.º de acções realizadas População abrangida Relatórios de avaliação baseados em instrumentos específicos de avaliação de conhecimentos	IDT, I. P. – n.º de eventos – 6; n.º de campanhas – 1; produção de mote de campanha – 2; No âmbito do protocolo com o Clube de Fans de Basquetebol ² realizadas 15 acções que abrangeram 3000 indivíduos e realizado um relatório de avaliação; N.º de indivíduos abrangidos no total de acções e campanhas – 202.025; IDT, I. P./CVP/ DGS /NESASE-DGIDC3 – no âmbito do programa "Copos...quem decide és tu" – N.º de acções de formação – 5; elaborado um relatório de avaliação; IDT, I. P./CNJ – formação de dirigentes

² Projecto externo financiado pelo IDT.³ Projecto externo em parceria com a CVP e co-financiado pelo IDT.

Juvenis/Plataformas representativas do Associativismo Juvenil - Campanhas - Formação de Dirigentes Associativos Juvenis				associativos juvenis.
---	--	--	--	-----------------------

Objectivo				
44. Reforçar as acções de prevenção universal, eficazes e avaliadas, a aplicar nas escolas				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
44.1. Definir as modalidades de articulação entre IDT, I. P. e o ME para Selecção e implementação dos programas / projectos de Educação para a Saúde Participação no Protocolo ME/MS	1º Semestre 2006: <i>Guidelines</i>	IDT, I. P., DGS, ME	Produção do documento	IDT, I. P./ME – produção de documento.
44.2. Rever a integração dos conteúdos nas áreas disciplinares curriculares e nas áreas curriculares não disciplinares: - Elaborar materiais relativos aos presentes conteúdos, em colaboração com outros Ministérios a disponibilizar em contexto escolar e universitário - Promover Protocolos de colaboração entre o IDP, I. P. e o ME na área do Desporto Escolar	2º Semestre 2006: Divulgação	ME	N.º de materiais produzidos N.º de consultas da Internet	IDT, I. P. – elaboração de proposta de materiais a disponibilizar na página electrónica do IDT, I. P. para consulta nas escolas; IDT, I. P./ DGS /CRAC/ GTES – iniciada a produção de um documento sobre consumo de substâncias psicoactivas, drogas ilícitas e tabaco.

Objectivo				
45. Reforçar a intervenção de incidência local com base em programas de respostas integradas				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
45.1. Colaborar na criação de um Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) de incidência local	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de PRI implementados / N.º de PRI programados	No âmbito da criação do PORI; n. de reuniões ⁴ -54; N.º de documentos ⁵ – 3; N.º de instrumentos criados – 9; Avaliação da implementação nas 5 DR; N.º de apresentações públicas – 11; N.º de entidades envolvidas – 72; N.º de documentos na Internet – 3.

⁴ Reuniões de trabalho entre DP e DTRDR, realizadas diariamente no período de Janeiro e Fevereiro para a elaboração do quadro conceptual do PORI; reuniões de apresentação e discussão do Plano, com os vários Departamentos dos SC e DR.

⁵ Proposta elaborada pelo DP e DTRDR.

Objectivo

46. Aumentar o n.º de programas de prevenção selectiva e indicada dirigida a grupos com factores de vulnerabilidade especificamente definidos

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
<p>46.1. Promover em colaboração com outras entidades Programas / Intervenções específicas: Locais de lazer Ginásios Jovens em situação de institucionalização Meio prisional</p>	2006-2008	IDT, I. P., DGS, MJ, MTSS, IPJ, I. P., CPL e DGSP	N.º de projectos por contextos N.º de população abrangida Resultados alcançados / Resultados previstos Relatórios por projecto	IDT, I. P. / Casa Pia de Lisboa – desenvolvimento de um programa de intervenção na Casa Pia de Lisboa; n.º de acções de sensibilização – 2; N.º de acções de formação – 5; N.º de instrumentos produzidos – 7; N.º de relatórios produzidos -2; Manutenção do apoio técnico ao projecto IAC ⁶ – n.º de projectos acompanhados, apoiados e com avaliação – 13; IPJ, I. P./ANEBE– campanha “Condutor designado 100% cool”.

Objectivo

47. Melhorar os sistemas de atendimento, informação e apoio / encaminhamento na área do consumo de substâncias e temáticas associadas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
<p>47.1. Participar na criação de um sistema de atendimento a adolescentes numa lógica de diagnóstico e intervenção precoces</p>	2006-2008	IDT, I. P., DGS (Saúde Mental e Adolescentes), ME, MTSS	N.º de acções/Sensibilização/Formação N.º de Projectos N.º de Protocolos População abrangida	IDT, I. P. – colaboração no desenvolvimento de projectos de promoção de estruturas de apoio e encaminhamento a jovens – n.º de estruturas de apoio a jovens abrangidas – 3.
<p>47.3. Desenvolver, em colaboração com outros Ministérios/Entidades, uma intervenção em meio laboral: - Estabelecer um Fórum de articulação com parceiros sociais e institucionais para desenvolvimento de Plano de Acção específico; - Dar continuidade ao Projecto Eurídice; Intervir em sectores profissionais estratégicos: • Sector dos Transportes • Trabalhadores Autárquicos • Empresas de prestação de serviços em Saúde Ocupacional - Intervir em Meio Escolar Profissional - Intervir em Cursos de Aprendizagem do IEFP, I.P.</p>	2006-2008	IDT, I. P., MDN (DGPRM), ISHST, CES, CGTP	N.º de acções/Sensibilização formação N.º de Projectos N.º de Protocolos População abrangida	IDT, I. P. – constituição do grupo de trabalho para estabelecer um fórum de articulação com parceiros sociais e institucionais; Em relação ao projecto EURIDICE ver objectivo operacional 73.1: Trabalho realizado com a CM Seixal e CM Loures no que respeita aos trabalhadores autárquicos; Criação de condições para intervir em meio escolar profissional ⁷ e aplicação de um inquérito para 1600 alunos; para cursos de aprendizagem do IEFP, I. P. ver acção 62.1; IDT, I. P./ME – preparação de um documento com linhas de intervenção em escolas profissionais.
<p>47.4. Diversificar as estratégias de atendimento realizadas pela Linha Vida (e-mail, fórum on-line, chat)</p>	2006-2008	IDT, I. P., MDN (DGPRM), ISHST, CES, CGTP	N.º de acções/Sensibilização/Formação N.º de Projectos N.º de Protocolos População abrangida	IDT, I. P. – criação de base de dados para serviço de e-mail; N.º de e-mail recebidos – 781; Elaborado um relatório de avaliação; Sítio juvenil a disponibilizar no início de 2007 na Internet; N.º de conteúdos produzidos – 608

⁶ Projecto externo financiado pelo IDT

⁷ Ver também acção 31.2

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

No que a esta área diz respeito, ao longo de 2006, em estreita articulação com o CA e com as Delegações Regionais, foram analisadas e procurou-se criar as condições para uma progressiva desconcentração de algumas competências e funções que estavam demasiado centralizadas. Procurou-se, por exemplo, articular e negociar com as DR o assumir de pareceres e pedidos de colaboração ou mesmo de desenvolvimento de projectos regionais.

O Departamento de Prevenção assumiu a coordenação de projectos ou programas de âmbito nacional, implicando os serviços regionais ou locais e procurando harmonizar as intervenções.

Participou no apoio e desenvolvimento de acções descentralizadas a pedido das DR ou UE.

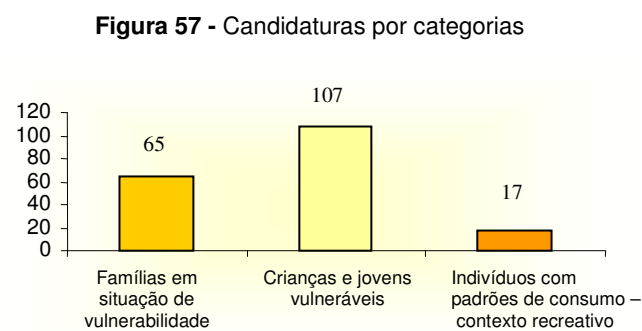
O período de transição que se viveu não permitiu implementar cabalmente uma gestão desconcentrada tal como seria desejável, mas foi possível gizar um conjunto de princípios que carecem de uma futura harmonização em termos de procedimentos.

Com o objectivo de *Incrementar programas/ projectos homologados pelo IDT, I. P. que promovam estratégias e acções baseadas em evidência científica* [obj. operacional 40], foi criado e implementado, no âmbito do Programa de Intervenção Focalizada – PIF, um sistema de selecção baseado em critérios que permitam a validação técnica dos projectos, composto por 4 documentos: *formulário de candidatura; manual de apoio; grelha de selecção e regulamento* [acção 40.1]. Após aprovação do regulamento, no início de Dezembro 2005, foi lançado o concurso público para selecção das candidaturas. [acção 40.3].

Deram entrada 197 candidaturas, das quais 8 foram excluídas por não reunirem as condições gerais e elegibilidade (Portaria n.º 1089/2006 de 11 de Outubro).

Passaram à fase de avaliação do desenho do projecto 189, distribuídas em 3 categorias, cf.

Figura 57.



Fonte: DP

Foram seleccionadas 34 candidaturas.

Para *melhorar o processo de selecção, acompanhamento e monitorização dos projectos implementados* [obj. operacional 41], foi criado um sistema de monitorização e acompanhamento do PIF (draft da base de dados e página na *Internet*), bem como a parte referente à concepção da base de dados do PORI no que respeita à prevenção.

Relativamente à criação de um novo Sistema de Informação do IDT, I. P., de suporte à actividade técnica, clínica e de gestão, nas diversas áreas de intervenção, definiu-se uma metodologia de desenvolvimento, dada a variedade de tecnologias disponíveis [obj. operacionais 34.3, 41.2 e 63.3]. Fomentou-se um modelo de arquitectura applicacional, em camadas, *web based*, baseado em tecnologias abertas, o mais independente

possível da plataforma. Enveredou-se pelas melhores práticas em engenharia de software, optando pelo RUP (*Rational Unified Process*) e pelo UML (*Unified Modeling Language*).

No âmbito deste projecto, elaboraram-se os Cadernos de Encargos e os respectivos procedimentos de Consulta Prévia com vista ao Levantamento de Requisitos para o *Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM)*.

Relativamente ao *aumento do número de materiais de suporte à prevenção* [obj. operacional 42], e com o objectivo de colaborar na edição do documento de “linhas orientadoras” para o desenvolvimento de programas de prevenção, deu-se início à tradução e adaptação do projecto PERK, actividade desenvolvida em 50% do previsto. A tradução para português do PERK, em articulação com o OEDT, permite aos países de língua portuguesa, o acesso às bases científicas de intervenção preventiva.

Ainda no mesmo âmbito, mas com o objectivo de serem produzidos e/ou adaptados materiais técnico-pedagógicos adequados às intervenções preventivas, foi criado o grupo de trabalho de Materiais, Eventos e Campanhas – MEC.

No sentido de *aumentar o nível de informação / sensibilização sobre as substâncias psicoactivas e riscos associados ao seu consumo* [obj. operacional 43], foram desenvolvidas, em colaboração com outras entidades:

- 1 Campanha, integrada e focalizada, de informação/sensibilização relativa aos riscos associados ao consumo de substâncias psicoactivas;
- 6 Eventos (Biketour, Taça Coca-Cola, Dia Nacional Contra a Droga, 102º Aniversário do Sport Lisboa e Benfica, Tour Agarra a Vida – Academia dos Patins, Festival Rock In Rio).

Os lemas utilizados em todas estas acções foram: «**Energia, usa só a tua**»

«**Não vou à Bola com Drogas**» e um derivado “*Pedalada só com a tua energia*”.

No âmbito do Programa “**Copos: quem decide és tu**”, projecto do Gabinete da Juventude da Cruz Vermelha Portuguesa que, em articulação com escolas e outras entidades locais, intervém na problemática do consumo de álcool, foram realizadas 3 das 5 acções previstas, realizadas em parceria, resultante de um Protocolo entre o IDT, I. P. e a CVP e que incluiu a DGS. Foram também apoiados outros projectos, tais como “Academia de Basket” (desenvolvidas 15 acções que envolveram 3.000 indivíduos). Foi ainda apresentado pelas entidades promotoras a avaliação do Projecto “Independentemente”.

No que se refere ao *reforçar as acções de prevenção universal, eficazes e avaliadas, a aplicar nas escolas* [obj. operacional 44], o DP articulou as acções com o ME através do Núcleo de Educação para a Saúde, da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, a saber:

- Elaborou-se um Acordo de colaboração entre o ME e o IDT, I. P., caucionado pelas respectivas tutelas que concretiza e explicita pontos do protocolo entre o ME e o MS, referentes a estas áreas e que constituem a participação do IDT, I. P. no Protocolo [acção 44.1];

- Colaboraram, ainda, na sessão de trabalho “Promoção da Saúde – diferentes projectos, uma visão”, em Maio de 2006 [acção 44.1].
- A DGIDC fez um levantamento dos conteúdos nas áreas curriculares disciplinares nos diferentes anos lectivos com vista ao cumprimento do referido Plano de Acção. A actualização dos conteúdos será desenvolvida em 2007. Ainda dentro deste ponto foi iniciada a produção de um documento sobre consumo de substâncias psicoactivas, drogas ilícitas, álcool e tabaco realizado no âmbito do Acordo supracitado, [acção 44.2]; Colaboraram o IDT, I. P., a DGS, o CRA do Centro e o GTES. Este documento substitui a ideia inicial de produzir um conjunto de linhas de orientação sobre consumos, no tocante à procura e oferta de substâncias psicoactivas em meio escolar;
- A DGIDC preparou em 2006 um questionário dirigido aos Conselhos Executivos para fazer a avaliação dos parâmetros de educação para a saúde em meio escolar, nos quais se incluem os consumos em meio escolar.
- O IDT, I. P. tem colaborado a pedido das escolas integradas nos TEIP II, nomeadamente através da participação de um técnico do DP, no Agrupamento de Escolas da Apelação;
- Na sequência das deslocações regionais do GTES, os profissionais do IDT, I. P. têm sido convidados a participar nas reuniões, uma vez que a nível do ME/DGIDC, são considerados recurso para as escolas.

O reforço da articulação entre o ME, o MS e o IDT, I. P. foi um esforço conseguido ao longo de 2006.

No que se refere ao *reforçar a intervenção de incidência local com base em programas de respostas integradas* [obj. operacional 45], foram alcançadas as metas previstas relativamente à concepção do referencial teórico e operacional do **PORI**. Foram criados instrumentos técnico-científicos necessários à sua implementação, implicando uma mudança de paradigma da intervenção. Foi criado o *Documento de Apoio*, onde constam os princípios orientadores, enquadramento teórico e definição da operacionalização, bem como o respectivo circuito de procedimentos, propondo para o efeito a nomeação de um coordenador por região, cujo principal papel é estabelecer uma dinâmica de efectuação do Plano com os Interlocutores das restantes áreas de missão da região.

O **PORI** foi apresentado publicamente e divulgado a nível regional e distrital em Junho de 2006. Para a sua divulgação foram elaborados pelo Grupo Interdepartamental vários documentos de suporte que foram disponibilizados às DR. A divulgação do Plano, conduzida pelas DR, permitiu nesta fase o envolvimento de vários parceiros institucionais ao nível de cada região.

Todo este processo, devido à complexidade inerente, enquanto resposta integrada, à introdução de novos conceitos e de novas metodologias de execução, implicou uma grande dinâmica de trabalho e de articulação entre as áreas de Prevenção e de Tratamento, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção, bem como na articulação com as restantes áreas de intervenção, no envolvimento das estruturas centrais, regionais e locais. O Grupo interdepartamental do **PORI** acompanhou e monitorizou o processo de implementação do plano. Destas primeiras reuniões de acompanhamento regional, realizadas pelo grupo de trabalho, resultou o 1º Relatório de execução trimestral.

Ainda em 2006 foram iniciados os trabalhos referentes ao regulamento do plano e à criação dos guiões de suporte à execução das restantes fases do **PORI**, nomeadamente o guião e o instrumento para a Fase 2 – Selecção de Territórios.

Com o objectivo de *aumentar o nº de programas de prevenção selectiva e indicada dirigida a grupos com factores de vulnerabilidade especificamente definidos* [obj. operacional 46], foi desenvolvido, de acordo com o planeado e em parceria, um programa de intervenção na Casa Pia de Lisboa, tendo sido realizadas 2 acções de sensibilização; 5 acções de formação e produzidos 7 instrumentos para o desenho e preparação de um projecto baseado na realização de um estudo diagnóstico que inclui: Inquérito epidemiológico, num total de 2500 questionários; Grupos focais (13 grupos focais com 112 participantes dirigidos a alunos, famílias, dirigentes e pessoal técnico) e Análise documental. Foram produzidos 2 relatórios.

Foi mantido o apoio técnico ao Projecto IAC, tendo os 13 projectos previstos sido acompanhados, apoiados e avaliados, conseguindo-se um grau de realização de 100%.

No sentido de *Melhorar os sistemas de atendimento, informação e apoio / encaminhamento na área do consumo de substâncias e temáticas associadas* [obj. operacional 47], o IDT, I. P. participou no desenvolvimento de projectos de promoção de estruturas de apoio e encaminhamento para jovens, numa lógica de diagnóstico e intervenção precoces, em colaboração com o MS e outras entidades, nomeadamente, com a UP de Lisboa e o CAT das Taipas (extensão de Benfica).

Foram feitas diligências (contactos, reuniões) no sentido de construir um projecto provisoriamente denominado «*Espaço de Escuta*», que visa disponibilizar atendimento a jovens em início de consumos, nomeadamente cannabinóides e outras substâncias em contextos recreativos. Para tal, foi contactada a associação «*Aparece*» do CS da Lapa, de modo a estudar a possibilidade de ampliar a oferta de atendimento aos jovens do concelho de Lisboa, incluindo a dimensão dos consumos de substâncias psicoactivas, lícitas e ilícitas.

Participação na avaliação do projecto de «*Jovens Animadores de Saúde*» do CS de Loures.

Foram também realizadas reuniões com outras estruturas / serviços do Ministério da Saúde, nomeadamente a **Direcção-Geral da Saúde**. Destacam-se algumas actividades desenvolvidas conjuntamente:

- **Divisão de Saúde Escolar**

Participação nas reuniões do «Grupo de trabalho e Interesse da Saúde Escolar», que preparou documentos orientadores para a intervenção nesta área, no âmbito do Programa Nacional de Saúde Escolar para os Centros de Saúde. Foi dado apoio à redacção final e revisão do documento relativo à Prevenção do consumo de substâncias ilícitas.

- **Saúde dos Adolescentes**

Foram efectuadas duas reuniões com o responsável da Saúde dos Adolescentes, no sentido de estudar o modo como algumas *guidelines*, respeitantes ao atendimento de jovens com inícios de consumos, poderiam ser integradas no Programa Nacional de Saúde dos Jovens, de forma a que as respostas a diferentes problemáticas possam constar de um mesmo referencial ou documento.

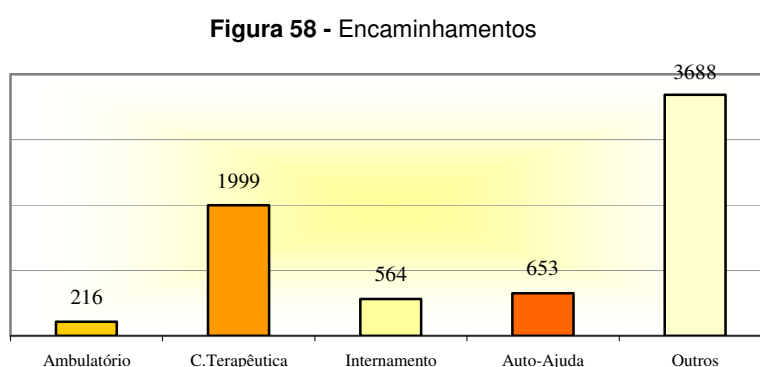
• Direcção de Serviços de Saúde Mental

Um elemento desta Direcção de Serviços integrou o grupo que produziu os materiais para o projecto “*Conversa com copos!*”, no âmbito da produção e revisão de conteúdos referentes ao consumo de álcool.

A **Linha Vida – SOS Droga**, enquanto serviço anónimo e confidencial, continua a privilegiar o aconselhamento, a informação e o encaminhamento na área das toxicodependências e temáticas associadas (adolescência, sexualidade, SIDA, entre outras). A mudança de instalações, em Julho, provocou uma queda significativa quer no número de chamadas da Linha VIDA, quer no número de e-mails, derivado ao facto de se terem verificado anomalias de difícil e morosa solução na rede de comunicações.

Contudo, foram atendidas 31.030 chamadas, das quais 3.923 (12,6%) Verdadeiras⁹, 6.583 (21,2%) Brancas¹⁰, 20.101 (64,8%) Brincadeiras¹¹ e 423 (1,4%) Insultos¹².

Relativamente aos encaminhamentos efectuados pelo Serviço, estes registam um número de 8.031 de diferentes tipos (uma chamada pode ter mais do que um tipo de reencaminhamento) de acordo com a especificidade do pedido e da situação problema.



Fonte: Linha Vida

Do estudo elaborado ao tráfego das chamadas resultou a reformulação do horário de funcionamento deste serviço, compreendido entre as 10 e as 20 horas.

Já no que respeita ao serviço de **E-mail Counselling**, foram recebidos 781 e-mails, dos quais 723 (93%) foram objecto de resposta. Os restantes 58 (7%) não foram respondidos por se tratarem de brincadeiras, agradecimentos ou terem sido encaminhados para outros departamentos do IDT, I. P. [acção 47.4].

Relativamente aos encaminhamentos efectuados através do serviço de e-mail, estes registam um número de 374 de diferentes tipos, de acordo com a especificidade do pedido e da situação problema. Destes, 13% referem-se a indicações de serviços de tratamento em ambulatório (CAT), 8% a estruturas de prevenção primária, 79% a encaminhamentos para outro tipo de instituições (46% destes encaminhamentos foram feitos para bibliotecas, páginas da web, centro de documentação do IDT, I. P., por se relacionarem com trabalhos de investigação/escolares). Este trabalho foi objecto de estudo ilustrado em relatório específico do NAI.

Integrado na estrutura da equipa da Linha Vida, o **atendimento face a face** privilegia uma abordagem directa, realçando o acompanhamento psicossocial aos utentes e respectivas famílias, de forma contínua, assente numa mobilização e implicação dos vários elementos nas diversas fases do processo de tratamento.

⁹ Verdadeiras: efectuadas pelo utente tendo em vista a obtenção de algum tipo de informação ou apoio e nas quais é dada uma resposta.

¹⁰ Brancas: todas aquelas em que o utente permanece em silêncio durante todo o tempo da chamada.

¹¹ Brincadeiras: todas aquelas em que o utente faz um uso lúdico e, logo, inadequado do serviço.

¹² Insulto: todas aquelas em que o utente insulta o técnico no decurso do atendimento.

No período de 2004-2006 foram efectuados 71 atendimentos a indivíduos, em *follow-up* contínuo, bem como iniciados 19 casos.

Ainda ao longo deste ano, a equipa da Linha Vida concentrou muito do seu trabalho na construção do projecto de um **sítio juvenil**, na configuração e produção de conteúdos, pesquisa, construção de interactividades, escolha das empresas de webdesign, etc.

www.tu-alinhas.pt é um sítio na área da toxicodependência e da promoção de comportamentos saudáveis para um público juvenil.

Este projecto abrange áreas como as relações interpessoais, a redução de riscos e a informação detalhada sobre substâncias psicoactivas. Pretende-se informar e sensibilizar os jovens de forma interactiva recorrendo a jogos, questionários e num futuro próximo a um fórum on-line. O ME acompanhou o processo de construção do sítio que estará em funcionamento no início de 2007 [acções 44.2, 47.4 e 30.3].

Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

No âmbito da Promoção e Educação para a Saúde em meio escolar, compete à DGIDC, através do Núcleo de Educação para a Saúde (NES), *assegurar o acompanhamento, monitorização e desenvolvimento das actividades da saúde em meio escolar, nas vertentes da educação para a saúde e saúde escolar* (Despacho n.º 15 987/2006, de 31 de Julho).

O Currículo Nacional do Ensino Básico identifica as competências de carácter geral a desenvolver ao longo dos nove anos de escolaridade e no âmbito mais específico dos temas transversais às diversas áreas disciplinares, identifica, entre outras, a *educação para a saúde e o bem-estar, em particular, a educação alimentar, a educação sexual e a educação para a prevenção de situações de risco pessoal*¹³.

Ao longo da escolaridade obrigatória, os programas apresentam conteúdos na área da saúde e da protecção da saúde, nomeadamente em termos da “*problemática dos consumos*”. A abordagem do assunto pode ser feita a nível das *áreas curriculares não disciplinares e disciplinares* e destina-se a 1 422 246 alunos, excluindo o pré-escolar¹⁴.

A escola, enquanto entidade autónoma, faz uma avaliação / diagnóstico da situação da comunidade em que se insere e, numa cultura de *responsabilidade partilhada por toda a comunidade educativa*¹⁵ pode gerir estas áreas por forma a trabalhar temas previamente identificados (*Relações Sociais, Prevenção*, etc.) e definidos quer a nível do Plano Curricular de Turma quer a nível do Projecto Educativo de Escola.

Dentro deste contexto legal, o tema “Prevenção do consumo de substâncias psicoactivas” tem sido objecto de tratamento diferenciado consoante os contextos em que as escolas se inserem.

¹³ Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências essenciais, ME, 2001.

¹⁴ Fonte: Recenseamento Escolar anual 2006/2007 – Inquérito Preliminar, GIASE.

¹⁵ Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio.

Boas Práticas

Em colaboração com as diferentes Direcções Regionais de Educação, obtivemos alguns exemplos de boas práticas relacionadas com a prevenção dos consumos. Do conjunto de Boas Práticas, em termos de estruturação, distinguem-se dois grupos:

- Um 1º grupo assenta na utilização de um Programa já estruturado, com objectivos definidos, formação prévia de professores, discriminação de competências a trabalhar/desenvolver e número de sessões previstas para o desenvolvimento de cada uma das competências mencionadas. O acompanhamento técnico da execução do programa no terreno é da responsabilidade da Equipa de Prevenção da Delegação Regional do Algarve do IDT, I. P., com o apoio da equipa de “Promoção da saúde” da respectiva Direcção regional.
- Um 2º grupo assenta na identificação de uma situação problemática que a escola vive (ex: consumo abusivo de bebidas alcoólicas) onde o professor coordenador pela “área da educação para a saúde” ajuda os alunos no sentido de estes próprios se organizarem como grupo e desenvolverem um conjunto de estratégias/actividades, que por sua vez, acaba por englobar a maioria dos outros alunos da escola e a própria comunidade. Digamos que a “boa prática” se vai efectivando à medida que o grupo se autonomiza, dinamiza “os seus pares” e envolve outros membros da comunidade.

Estas boas práticas apresentam em comum as metodologias participativas, ou seja: pesquisa de informações, organização de debates e mesas redondas, teatro-debate, role playing, etc.

As próprias escolas avaliaram os projectos com base em questionários que medem o grau de satisfação / conhecimento de todos os intervenientes no processo.

Avaliação Nacional¹⁶

A nível nacional, o Ministério da Educação/DGIDC-Gtes aplicou um questionário a todas as escolas com o objectivo de “*avaliar o estado da promoção e educação para a saúde no Sistema Educativo*”. Este questionário foi respondido pelo Presidente do Conselho Executivo e a taxa final de respostas válidas situa-se nos 89%.

Em relação à área de “**Prevenção de consumo de substâncias psicoactivas**”, foram obtidos os seguintes resultados:

- 72% de escolas abordam o conteúdo Consumo de Substâncias Psicoactivas na área da Promoção e educação para a saúde;
- 92% abordam esses conteúdos na Área curricular não disciplinar Formação Cívica e 89% na Área projecto.

¹⁶ GTES (2005). Relatório Preliminar. Lisboa. *On The World Wide Web*: http://www.dgicd.min-edu.pt/EducacaoSexual/Relatorio_Preliminar_ES_31-10-2005.pdf

GTES (2006). Relatório Progresso. Lisboa. *On The World Wide Web*: <http://www.dgicd.min-edu.pt/EducacaoSexual/Relatorio%20progresso.pdf>

GTES (2007): Relatório final. *On The World Wide Web*: <http://sitio.dgicd.min-edu.pt/PressRelease/paginas/gtes-relatfinal.aspx>

- 70% das escolas incluem nos respectivos regulamentos internos normas relativas ao consumo de álcool/tabaco e 57% incluem nos respectivos regulamentos normas relativas ao consumo de outras drogas.
- Relativamente à prevenção do consumo de outras drogas, a escola tem uma prática de informação/formação a 87% de alunos; estes adquirem uma compreensão básica, adequada à sua idade e cultura, nesta área;
- É tido como prática corrente das escolas, 90% de alunos adquirirem informação e formação na área da prevenção do álcool e do tabaco;
- Para a prevenção do consumo de substâncias psicoactivas, a escola é apoiada em 72% dos casos pelo Centro de saúde e em 31% pelos técnicos de serviços de prevenção.

Quadro 115 - Considerações gerais de funcionamento a nível da prevenção do uso de substâncias psico-activas

Considerações gerais	Prática corrente	Prática ocasional
1. Álcool, tabaco e drogas são activamente desencorajados nas actividades estudantis	93	3
2. Projectos de prevenção específica são desenvolvidos com os alunos	59	35
3. Docentes e não docentes actuam como modelos na prevenção do consumo de substâncias	82	12
4. Percepção/indícios de consumo de tabaco pelos alunos no recinto escolar	25	37
5. Percepção/indícios de consumo de álcool pelos alunos no recinto escolar	13	16
6. Percepção/indícios de consumo de outras drogas pelos alunos no recinto escolar	11	17

Fonte: DGIDC

Estes dados revelam que na maioria das escolas, o tema não é negligenciado, os alunos são os grandes beneficiários da formação/informação (90% e 87%) e que os Centros de saúde e técnicos de serviços de prevenção são referenciados como recursos importantes.

Enquadramento legal

O enquadramento legal do Ministério da Educação garante a abordagem da promoção da saúde e prevenção do risco, tendo em conta não só os contextos em que as escolas se inserem e a Lei da Autonomia regulamentada no Decreto-Lei n.º 115-A/98 que as assiste, mas também através de outros dispositivos que vai criando (legislação, protocolos, etc) e que poderão ser facilitadores da concretização da “Educação para a saúde em meio escolar”.

Destaca-se

O despacho n.º 19 737/2005 (2ª série) do Gabinete da Ministra da Educação, onde foi criado um grupo de trabalho, no âmbito da Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, com o objectivo de “*estudar e propor os parâmetros gerais dos programas de educação sexual em meio escolar, na perspectiva*”

da promoção da saúde escolar”. O então designado grupo de trabalho elaborou um relatório preliminar¹⁷ onde propôs que a Educação Sexual deveria ser *integrada numa nova dinâmica curricular de Promoção e Educação para a Saúde* e que a Educação para a Saúde *deveria ser considerada prioritária pelo Ministério da Educação, passando a assumir carácter obrigatório*;

O Despacho n.º 25 995/2005 (2.ª série) do Gabinete da Ministra, que veio *aprovar e reafirmar os princípios orientadores das conclusões desses documentos no que refere ao modelo de educação para a promoção da saúde*, prevendo ao mesmo tempo, *a celebração de um protocolo a estabelecer com o Ministério da Saúde, para a concretização dos princípios orientadores*. O protocolo foi assinado a 7 de Fevereiro de 2006, implicando as duas instituições na cooperação da preservação da saúde em contexto escolar.

Também o Despacho interno do SEE de 16 de Setembro de 2006 vem reforçar as 4 áreas de intervenção prioritária em meio escolar: Alimentação e actividade física/Sexualidade e IST/Prevenção dos consumos/Prevenção da violência.

Posteriormente, a 4 de Agosto de 2006, DGIDC estabeleceu um acordo de articulação com o IDT, I. P., sendo assim, dentro deste novo enquadramento, a “Prevenção dos consumos” reforçada como tema integrante da “promoção da saúde” a ser trabalhada nas escolas.

Posteriormente, a DGIDC vem reforçar a área da “Promoção da Saúde”, através da publicação do Despacho n.º 15 322/200, D.R. n.º 133 12 de Julho, onde reforça a continuidade de Núcleo de Educação para a Saúde, atribuindo-lhe competências do foro da orientação e da acção social escolar.

Guarda Nacional Republicana

Programa Escola Segura

No âmbito da prevenção da toxicod dependência têm vindo a ser realizadas múltiplas acções de sensibilização junto da comunidade escolar, sendo merecedor de particular referencia o trabalho desenvolvido pelos Núcleos Escola Segura (NES). O Programa "Escola Segura" tem âmbito nacional e dispõe de um efectivo dedicado, que é actualmente de 196 militares, distribuídos pelos diversos NES, existentes na totalidade dos 84 Destacamentos Territoriais. Este efectivo é responsável por 8.302 escolas onde efectua contactos diários com a comunidade escolar, sensibilizando esta para os problemas relativos à segurança, intra e extra muros, pela formação em matéria de segurança e pela identificação dos problemas e accionamento das respostas adequadas. Os militares dos NES constituem, assim, o primeiro nível de intervenção policial, tendo uma missão essencialmente preventiva, dissuasora e pedagógica.

¹⁷ Pode ser consultado em <http://www.dgfdc.min-edu.pt/EducacaoSexual/default.asp>

No âmbito da segurança, onde o problema do consumo e tráfico de droga são abordados, foram desenvolvidas **Ações de Sensibilização e Informação** nas Escolas Básicas - 7.218; nas Escolas 2º e 3º Ciclos - 1.800; nas Escolas Secundárias - 667.

Quanto a **Demonstrações**, foram realizadas nas Escolas 2º e 3º Ciclos - 249; nas Escolas Básicas - 803; nas escolas Secundárias - 58.

Os **Destinatários das acções desenvolvidas** têm sido a população jovem, principalmente a comunidade escolar, ao nível da Escolas C+S.

Polícia de Segurança Pública

Programa Escola Segura

No ano lectivo de 2006/2007 a PSP continuou a garantir a segurança nos estabelecimentos de ensino na sua área de responsabilidade, reforçando os efectivos policiais afectos ao programa “**Escola Segura**”, com meios complementares, sempre que a análise das situações assim o aconselhavam. Com efeito, as Equipas da Escola Segura, sempre que necessário são apoiadas por elementos policiais dos carros patrulha, brigadas de intervenção rápida, brigadas de investigação criminal e brigadas de trânsito e segurança rodoviária nos diversos Comandos da PSP, ao nível nacional, tendo em vista a garantia da segurança de todos membros da comunidade educativa.

Na área de responsabilidade territorial da PSP, a população escolar existente nos estabelecimentos de ensino públicos e privados do primeiro, segundo e terceiro ciclos, ensino secundário e ensino universitário no ano lectivo 2006/2007 foi de **979.200 alunos**.

Quadro 116 – População escolar por estabelecimento de ensino

Ano lectivo 2006/2007	N.º de Estabelecimentos de Ensino		Número de Alunos		N.º de Professores e Aux. Educ.	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Básico (1.º Ciclo)	1260	388	180897	50881	18273	4604
Básico (2.º Ciclo)	306	126	129895	18427	23365	2519
Básico (3.º Ciclo)	296	94	126265	19224	20975	2037
Secundário	263	122	196305	28729	30823	2572
Superior	94	94	173209	55368	13669	4645
TOTAL	2 219	824	806 571	172 629	107 105	16 377
	3 043		979 200		123 482	

Fonte: PSP

Em termos de recursos humanos e recursos materiais empenhados em exclusividade no Programa na área de responsabilidade da PSP, referem-se os seguintes:

Quadro 117 - Recursos humanos e materiais do Programa Escola Segura

	TOTAL
N.º de Escolas	3 043
Elementos Policiais afectos ao Programa “Escola Segura”	375
Viaturas com cores padrão do Programa “Escola Segura”	183 (viaturas)
Motociclos	91
Scooters	48

Fonte: PSP

A PSP tem **375 elementos policiais** afectos ao Programa “Escola Segura” em todo o território nacional, incluindo as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, os quais desenvolvem uma acção essencialmente direccionada para a prevenção, vigilância e visibilidade nas áreas escolares. Outra missão importante levada a cabo pelas Equipas da PSP do Programa Escola Segura consiste no desenvolvimento de acções de sensibilização e de formação direccionadas para diversos escalões etários e níveis de ensino, nomeadamente nas seguintes áreas: prevenção criminal, toxicod dependência e alcoolismo, segurança rodoviária, auto-protecção, prevenção de riscos e segurança das comunidades escolares. As Equipas da PSP afectas ao Programa Escola Segura constituem, deste modo, o primeiro nível de actuação policial essencialmente numa perspectiva de visibilidade, prevenção da criminalidade, sensibilização e pedagogia.

Numa componente mais pedagógica e de interacção com as comunidades educativas, no ano lectivo transacto, a PSP promoveu um total de 3.167 acções de sensibilização, formação e demonstrações nas escolas, nas quais participaram um total de 193.733 alunos, 10.655 pais/encarregados de educação, 12.070 professores e 2.620 elementos policiais.

O quadro 118 resume a actividade dos Comandos da PSP neste âmbito, tendo em muitas destas acções contado com a colaboração, do Corpo de Intervenção, do Grupo Operacional Cinotécnico e do Grupo de Operações Especiais:

Quadro 118					
Acções de sensibilização/formação/demonstrações/exercícios de prevenção desenvolvidas em colaboração com as escolas e autarquias					
	N.º de Alunos	N.º de Professores	N.º de Pais	N.º de efectivos Policiais Envolvidos	Total Visitas
AVEIRO	26986	1649	421	324	573
BEJA	3755	168	535	46	68
BRAGA	4998	371	164	51	68
BRAGANÇA	2717	228	0	23	19
CASTELO BRANCO	611	120	30	25	63
COIMBRA	3254	192	209	61	34
ÉVORA	966	120	150	22	92
FARO	13154	962	912	82	120
GUARDA	1509	80	15	22	12
LEIRIA	11330	791	356	210	55
LISBOA	24241	1063	600	405	650
PORTALEGRE	5746	209	109	54	13
PORTO	44185	1483	3558	732	335
SANTARÉM	7606	1612	1060	97	100
SETÚBAL	16294	1022	710	129	114
VIANA DO CASTELO	2577	109	0	115	38
VILA REAL	4976	428	865	8	322
VISEU	3139	348	407	23	79
MADEIRA	2212	150	160	51	203
AÇORES	13517	965	394	140	209
TOTAL	193.773	12.070	10.655	2.620	3.167

Fonte: PSP

Dados Estatísticos da Criminalidade nas Áreas Escolares

Relativamente aos dados estatísticos da criminalidade denunciada ou reportada pela PSP, na respectiva área de responsabilidade, durante o ano lectivo de 2006/2007 (2986 ocorrências criminais), verificou-se um **aumento de 2,4%** face ao ano lectivo anterior (2916 ocorrências criminais). Registou-se assim, ao nível nacional na área de jurisdição da PSP, apenas um acréscimo de **70 ocorrências criminais** em relação ao ano lectivo 2005/2006.

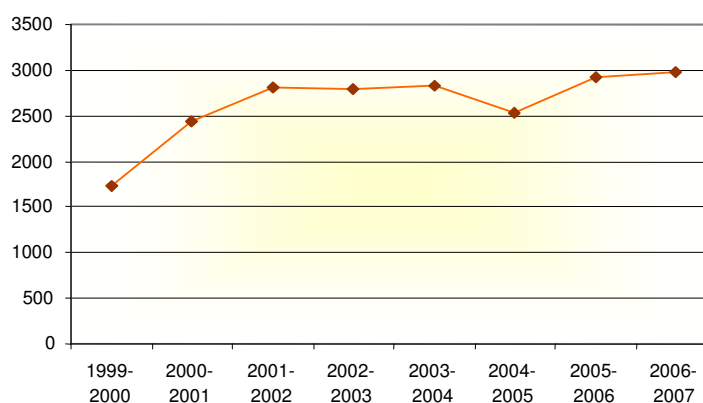
Pelo impacto que estes ilícitos criminais têm no sentimento de insegurança entre as comunidades escolares, salienta-se, o decréscimo registado nos roubos (-27,6%) de que são vítimas os alunos, professores ou os auxiliares de acção educativa, bem como nas ameaças de bomba (-22,4%) e subida nos furtos (+17,5%), na posse / uso de armas (+ 6,3%), nas injúrias e ameaças (+15,9%), nas ofensas à integridade física (+8,1%) e nas ofensas sexuais (+25,9%). Destaca-se, igualmente, a estagnação no número de ocorrências relacionadas com danos, bem como a grande diminuição do número de ocorrências de posse/consumo de estupefacientes (-41,7%) por parte dos alunos, nas escolas ou suas imediações, detectadas pelas Equipas da PSP da Escola

Segura, ou denunciadas pelos cidadãos e conselhos executivos. Salienta-se, ainda, um aumento das quantidades de droga apreendidas nas zonas envolventes, facto que se poderá ficar a dever a uma maior proactividade por parte da PSP.

O aparente aumento gradual da criminalidade nas áreas escolares ao longo dos anos (que poderá não traduzir um acréscimo da criminalidade real/efectiva) deve-se em grande medida ao impacto do programa “Escola Segura”, à acção das forças de segurança na vigilância e visibilidade nas imediações das escolas, bem como à maior consciencialização dos conselhos executivos, encarregados de educação e alunos para as questões de segurança, traduzindo-se num aparente aumento dos índices de participação às autoridades policiais e numa eventual redução das cifras negras.

O pequeno agravamento do número de ocorrências criminais registado no ano lectivo 2006/2007 em comparação com o ano lectivo anterior representa uma tendência para alguma estagnação dos ilícitos registados nas imediações dos estabelecimentos de ensino na área da PSP.

Figura 59 - Ano Lectivo: Valores Absolutos



Numa análise individual a cada tipo de ocorrência, em particular no que diz respeito ao tráfico de estupefacientes tem-se verificado alguma estabilização do número de casos registado ao longo dos anos e um aumento das quantidades apreendidas. Em muitos casos as escolas sofrem os efeitos negativos do contexto social, demográfico, urbanístico e criminológico onde se encontram inseridas, sobretudo no que diz respeito ao fenómeno do tráfico e consumo de estupefacientes.

Muitos dos jovens em idade escolar procuram, no entanto, consumos recreativos, sobretudo fora da escola, durante os fins-de-semana ou fora dos períodos lectivos em espaços de divertimento nocturno e/ou de convívio.

A droga predominantemente apreendida pela PSP no seio das comunidades educativas é o haxixe (cerca de 900 gramas), seguindo-se a heroína (cerca de 157 gramas) e cocaína (cerca de 140 gramas).

COMANDOS	Quadro 119 - Ocorrências 2006/2007 (Áreas Escolares)									
	Detenções	Droga								
		Haxixe		Heroína		Ecstasy		Outra		
	Ocor.	Quant.	Ocor.	Quant.	Ocor.	Quant.	Ocor.	Quant.		
AVEIRO	0	1	0,04	0	0	0	0	0	0	
BEJA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
BRAGA	2	1	0,44	0	0	0	0	0	0	
BRAGANÇA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CASTELO BRANCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
COIMBRA	3	1	1,45	0	0	0	0	0	0	
ÉVORA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
FARO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
GUARDA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
LEIRIA	5	1	0	0	0	0	0	1	0	
LISBOA	15	11	125,82	0	0	0	0	1	0,71	
PORTALEGRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PORTO	4	11	28,69	0	0	0	0	0	0	
SANTARÉM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SETÚBAL	0	1	1,61	0	0	0	0	0	0	
VIANA DO CASTELO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
VILA REAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
VISEU	3	0	0	0	0	0	0	0	0	
MADEIRA	0	1	0,1	0	0	0	0	1	0,04	
PONTA DELGADA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
ANGRA HEROÍSMO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
HORTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TOTAL (gr)	34	28	158,15	0	0	0	0	3	0,75	Cocaína
1.ª Operação (doses)	386		3358		1159		0		70,48	1406
2.ª Operação (doses)	497		360		724		0		0	276
TOTAL (gr)	917	28	901,75	0	156,92	0	0	3	6,62	140,17

Fonte: PSP

Operações de Prevenção e Segurança no início e final do ano lectivo 2006/2007

Entre 11 de Setembro de 2006 e 27 de Outubro de 2006 e entre 21 de Maio de 2007 e 08 de Junho de 2007, a PSP lançou ao nível nacional, incluindo as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, respectivamente as operações “Escola Segura 2006/2007” e “Escola Segura – Final do Ano Lectivo 2006/2007”. Estas Operações Policiais conjugaram uma vertente eminentemente preventiva e pedagógica, consubstanciada na execução de acções de sensibilização pela PSP em parceria com as escolas e autarquias locais, com uma vertente fiscalizadora e dissuasora do cometimento de ilícitos criminais, infracções ao Código de Estrada e ainda à legislação relacionada com o licenciamento e regulação da actividade de estabelecimentos de restauração e de bebidas, situados junto às áreas escolares.

O objectivo principal foi garantir a consolidação de um sentimento de segurança nas áreas escolares na área de responsabilidade da PSP. Em ambas as operações foram apreendidas pela PSP um total de 1682 doses de cocaína, 1883 doses de heroína, 3718 doses de haxixe, 70 doses de produto estupefaciente diverso, 250 viaturas, 47 armas brancas e 13 armas de fogo.

Ocorrências Não Criminais

Em termos de ocorrências não criminais registadas na base de dados da PSP do Programa Escola Segura, em particular relativamente à Posse e Consumo de estupefacientes, no Ano Lectivo 2006/2007 foram registados 27 casos nas áreas escolares sob a jurisdição da PSP.

Instituto Português da Juventude, I. P.

Dentro dos programas, estruturas e iniciativas do Instituto Português da Juventude, I. P., destaca-se:

Programa SNS Jovem /Voluntariado Jovem na Saúde

Tem os seguintes objectivos:

- Implementar o conceito da cidadania, através da participação voluntária de jovens estudantes
- Estimular acções de solidariedade geracionais
- Promover a humanização dos serviços de saúde
- Facilitar a inserção dos doentes nas unidades hospitalares
- Apoiar os utentes e respectivos acompanhantes e familiares na admissão e permanência nos mesmos.

O Programa decorreu de Setembro de 2005 a Junho de 2006.

Os Gabinetes de Apoio à Saúde e Sexualidade Juvenil e os Centros de Atendimento a Jovens resultam de 16 protocolos nesta área, funcionando nas Delegações Regionais do IPJ, I. P., à excepção dos Centros de Atendimento a Jovens de Caldas da Rainha, Pombal, Figueira da Foz e Peniche.

Regista-se, ainda, a existência de uma unidade móvel a operar no distrito de Beja.

A área de intervenção centra-se na saúde, sexualidade Juvenil e reprodutiva e planeamento familiar.

O IPJ, I. P. mantém protocolos nas áreas da saúde e da sexualidade juvenil, com entidades públicas e privadas que operam nestas áreas.

Portal da Juventude

O Portal da Juventude procura afirmar-se como uma referência na disponibilização e procura de informação e serviços de interesse dos jovens, por parte das estruturas tuteladas pela Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto.

Durante o ano de 2006, o Portal da Juventude teve 906.184 visitantes únicos sendo a média mensal de jovens que o visitou de 80.919.

Em termos de pedidos de páginas / páginas do portal visitadas registaram-se 7.360.597 visitas.

A média mensal de páginas visitadas dentro do portal foi de 647.047.

Durante o ano de 2006 entraram no Portal da Juventude 5151 perguntas sobre diversas temáticas, nomeadamente na área da saúde, sexualidade juvenil e programa SNS Jovem.

Gabinetes de Apoio à Saúde e Sexualidade Juvenil

Os Gabinetes de Apoio à Saúde e Sexualidade Juvenil (GASSJ) são espaços de atendimento gratuito, anónimo e confidencial, assegurados por uma equipa técnica qualificada e interdisciplinar (médicos, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, técnicos de serviço social, etc.), com disponibilidade para ouvir e ajudar a lidar com aspectos ligados à sexualidade juvenil.

Surgiram com o intuito de preencher a lacuna de espaços desta natureza para jovens, no nosso país. Têm como principal objectivo possibilitar o fácil acesso a um serviço onde obtenham respostas às temáticas da adolescência, designadamente às questões relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva.

Os GASJ's resultam de Protocolos estabelecidos com parceiros locais, nomeadamente as Sub-Regiões, Administrações Hospitalares, bem como IPSS's e ONG's com experiência nesta área.

Sediados nas Delegações Regionais do Instituto Português da Juventude, I. P., constituem um espaço de acolhimento importante no que respeita a informação temática no âmbito da saúde sexual.

Participação em Campanhas e Acções de Prevenção de Consumos de Substâncias Aditivas

“Condutor Designado 100% Cool “

O Instituto Português da Juventude e a Associação Nacional de Bebidas Alcoólicas (ANEBE) celebraram um Protocolo de Cooperação, tendo por objectivo reforçar sinergias para *reduzir para metade a sinistralidade Rodoviária na União Europeia entre os jovens*.

Neste sentido, a ANEBE promove a Campanha **“Condutor Designado”**, sendo que o âmbito dessa campanha se refere a Portugal Continental e pretende envolver, como principal *público-alvo*, os jovens dos 18 aos 25 anos e seus familiares, concebendo para o efeito formas de os levar a aderir ao conceito de “condutor designado”, nomeadamente, permitindo-lhes ganhar vantagens e prémios através do uso e exibição do cartão “100% Cool” e da qualificação como “condutor 100% Cool com 0% de álcool” [acção 46.1].

A ANEBE realizou, ao longo do ano de 2006, acções de sensibilização integradas na campanha “Condutor Designado” nas Delegações Regionais do IPJ, I. P. de Évora (26/10), Coimbra (31/10), Faro (8/11), Portalegre (17/11) e Lisboa (21/11).

O IPJ, I. P. divulgou as acções de sensibilização nos distritos e assegurou as condições logísticas tendentes à sua viabilização, nomeadamente no que respeita a espaços e equipamentos, para além da mobilização dos jovens.

Em termos gerais, quanto à avaliação da iniciativa, 95,8% dos participantes considerou-a “muito boa/boa”, 85,4% “apropriada aos objectivos” e 85,6% “clara em termos informativos”.

Protocolo de colaboração com a Fundação Portuguesa “A Comunidade contra a SIDA”

Em 28 de Janeiro, foi celebrado um protocolo de colaboração entre o IPJ, I. P. e a Fundação Portuguesa “A Comunidade contra a SIDA” visando concretizar conjuntamente acções de informação/formação no âmbito da Promoção e Educação para a Saúde dirigidas a jovens do ensino pré-escolar, ensino básico e secundário, ensino superior, jovens de bairros sociais e não escolarizados, a professores, a técnicos de saúde e ainda Associações de Pais/Encarregados de Educação e outras entidades com que o IPJ, I. P. esteja implicado.

Ao abrigo deste protocolo realizaram-se acções de formação de formadores e elaboraram-se e foram cedidos materiais diversos para as acções referidas.

Dissuasão da Toxicodependência¹

Resultado a atingir

Garantir a eficiência na aplicação da lei, assegurando o acompanhamento adequado, justo, com qualidade técnica e que vá ao encontro das necessidades efectivas dos indiciados consumidores

Objectivo

48. Optimizar o acompanhamento das CDT pelo IDT, I. P., harmonizar práticas e procedimentos das CDT no âmbito da aplicação da lei, adequar as práticas e procedimentos das CDT à realidade heterogénea do consumo de drogas e melhorar o conhecimento na área do uso e abuso de drogas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
48.1. Atribuição de competências ao IDT, I.P. que permita um efectivo acompanhamento da operacionalização da lei	2006-2008	MS	Diploma legal	IDT, I. P. – elaborados dois relatórios no âmbito do acompanhamento das CDT, na parte referente ao controle e acompanhamento das decisões proferidas; emitidos pareceres e orientações sobre matérias associadas ao funcionamento das CDT e da operacionalização da lei; gestão e actualização da base de dados nacional – Registo Central; eliminados a 90% os registos individuais, a nível nacional, relativos aos processos de contra-ordenação, cuja última decisão foi proferida há mais de 5 anos, sem reincidência (art.ºs 5.º e 6.º da Portaria n.º 604/2001), de 12 de Junho; Produzidas duas orientações e emitidas 6200 certidões no âmbito da licença ou renovação da licença de uso e porte de arma (Lei n.º 5/2006 de 12 de Junho).
48.5. Realização de reuniões temáticas	2006-2008	MS/ IDT, I. P.	N.º de reuniões temáticas realizadas	IDT, I. P. – realizada uma reunião temática.

¹ Informação estatística mais detalhada, ver *Parte A – Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo Contra-Ordenações, deste Volume.

Resultado a atingir

Promover e garantir a articulação entre serviços com responsabilidades e/ou implicações na aplicação da lei.

Objectivo				
49. Melhorar a articulação interna com os serviços e as respostas do IDT, I. P., e outras respostas convencionadas				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
49.1. Promoção e/ou melhoria dos mecanismos de articulação interna com as UP ao nível das respostas preventivas	2006-2008	MS/ IDT, I. P.	N.º de reuniões realizadas N.º de indiciados encaminhados para respostas específicas de cada área	IDT, I. P. – realizada uma sessão de trabalho entre diversas unidades do IDT, I. P. N.º de encaminhamentos – 868
49.3. Melhoria dos níveis de articulação com os CAT e outras respostas de tratamento, de acordo com o previsto na lei	2006-2008	MS/ IDT, I. P.	N.º de reuniões realizadas N.º de indiciados encaminhados para respostas específicas de cada área	IDT, I. P. – n.º de encaminhamentos – 509

Objectivo				
51. Fomentar a articulação interministerial, com as tutelas com competências formais no âmbito da aplicação da lei e com as tutelas cuja missão abarque respostas no âmbito da toxicodependência				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
51.1. Efectivação e reforço da articulação e do trabalho em parceria com as autoridades policiais, os tribunais e os governos civis	2006-2008	MS/ IDT, I. P., MAI, MJ, MTSS	N.º de processos Grau de execução das sanções N.º de encaminhamentos	IDT, I. P. – n.º de processos (coimas) – 223; Nº de coimas pagas – 143; Grau de execução das sanções – 64.6%

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

A Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, proíbe e penaliza os consumidores de substâncias psicotrópicas ilícitas, constituindo um dos instrumentos de operacionalização dos objectivos e políticas de combate ao uso e abuso de drogas, no âmbito da redução da procura.

Entende-se a “dissuasão” como o modelo teórico que sustenta a aplicação da lei e que tem como objectivos gerais a *promoção da saúde pública e a redução do uso e do abuso de drogas*. Este conceito de dissuasão transporta para o quadro jurídico-normativo uma visão humanista, em que a toxicodependência é considerada uma doença e os consumidores de drogas indivíduos que carecem de apoio e de tratamento. Este quadro legal facilita uma abordagem integrada junto dos indiciados consumidores, em que se atende às características e necessidades individuais de cada um, às histórias de vida e de consumo.

Todavia, a actual lei orgânica do IDT, I. P. carece da atribuição de competências que lhe permita um efectivo acompanhamento da operacionalidade da lei, processo que está previsto no Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências – Horizonte 2008 [obj. operacional 38 e 48.1].

Por contingências inerentes à efectiva falta de competências do IDT, I. P. para coordenar as comissões e o trabalho que se desenvolve no âmbito da aplicação da Lei, revelou-se de difícil operacionalização *optimizar o acompanhamento das CDT pelo IDT, I. P., harmonizar práticas e procedimentos das CDT no âmbito da aplicação da lei, adequar as práticas e procedimentos das CDT à realidade heterogénea do consumo de drogas e melhorar o conhecimento na área do uso e abuso de drogas* [obj. operacional 48], dando origem a disparidades no entendimento sobre a aplicação da Lei e o modelo teórico subjacente.

Acresce, por outro lado, que a inoperância de algumas CDT, por falta de membros, conjugada com a expectativa de alteração da Lei, o que não se verificou, não permitiu concretizar algumas das acções previstas neste objectivo, contribuindo até para alguma desmotivação e desmobilização dos profissionais.

As actividades inscritas no âmbito deste objectivo têm vindo a ser prosseguidas no âmbito do DACDT, nomeadamente as que a seguir se referenciam.

Assim, garantiu-se o normal funcionamento e assegurou-se a gestão do Registo Central, a actualização dos dados dos processos de contra-ordenação e prestou-se, sempre que se revelou necessário, assistência técnica. Verificaram-se dificuldades na actualização das bases de dados devidas à mudança de instalações dos Serviços Centrais, que foram ultrapassadas em Dezembro.

Tal como já verificado no *Anexo, Parte A – Caracterização e Evolução da Situação, capítulo Contra-Ordenações*, onde consta a informação estatística sobre os processos de contra-ordenação por consumo de substâncias ilícitas relativos às ocorrências de 2006, o número de processos abertos manteve-se dentro dos parâmetros registados nos anos transactos, o que traduz a regularidade e a estabilidade na intervenção junto da população consumidora de substâncias ilícitas, das entidades responsáveis (PSP, GNR, PJ, Tribunais) pela identificação e notificação dos indiciados para apresentação nas CDT. Todavia, e como também já constatado

no referido capítulo, a percentagem de decisões proferidas tem vindo a decrescer nos últimos anos, reflectindo as circunstâncias de perda de enquadramento legal ao regular funcionamento e à aplicação da Lei em algumas CDT (cinco em 2006), nomeadamente por falta de quórum.

Ainda no âmbito deste objectivo, é de referir que no quadro do novo regime jurídico das armas e suas munições, licenças de uso e porte de armas ou sua detenção, Lei n.º 5/2006 de 23 de Fevereiro, passou a ser requerido ao IDT, I. P. a emissão de certidão a atestar a não aplicação da sanção de *cassação, proibição da concessão ou renovação de licença de uso e porte de arma de defesa, caça, precisão ou recreio*, prevista na alínea f) do n.º 2 do artigo 17.º, da Lei nº30/2000, regime jurídico aplicado ao consumo de substâncias ilícitas. Para este efeito, com o objectivo de uniformizar o processo da emissão das certidões referidas, foram definidos um conjunto de critérios, procedimentos e circuitos a adoptar por todas as CDT e foram emitidas 6.200 certidões.

Relativamente ao objectivo de *melhorar a articulação interna com os serviços e respostas do IDT, I. P., e outras respostas convencionadas* [obj. operacional 49], é de referir que, apesar de se ter verificado um ligeiro decréscimo no número de processos em 2006, as autoridades policiais continuam a desempenhar o papel que lhe está atribuído nos termos da Lei, identificando as situações de consumo e fazendo-as chegar às comissões.

O potencial de intervenção, na área da redução da procura que a dissuasão encerra seria seguramente reforçado com investimento, pelas entidades responsáveis, no dispositivo que opera no terreno, permitindo dar continuidade e credibilidade ao trabalho das autoridades policiais e ao regime de descriminalização do consumo de substâncias ilícitas, adoptado em Portugal.

No contexto deste objectivo e no âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) as CDT, sempre que lhes foi solicitado, disponibilizaram dados sócio-demográficos e de consumo relativos aos indiciados consumidores de substâncias ilícitas, relevantes para a caracterização detalhada dos territórios problemáticos identificados.

Um outro conjunto de acções que contribuiu para o cumprimento deste objectivo foi o referente aos **encaminhamentos** dos indiciados para respostas preventivas, de tratamento ou outras, e na escolha das medidas sancionatórias a aplicar.

A este respeito importa aferir e avaliar a relação que o indiciado estabelece com a substância ilícita que consome. Tal implica ir de encontro às necessidades efectivas de cada indiciado, permitindo igualmente a detecção precoce de consumos problemáticos de drogas e a identificação de comportamentos disfuncionais, que envolvem maiores riscos, nomeadamente de escalada de consumos.

Os quadros seguintes caracterizam a situação face ao consumo dos indiciados primários com processo aberto em 2006 e o tipo de encaminhamento/resposta efectuado, no âmbito da aplicação de uma suspensão provisória do processo.

Quadro 120 - Situação Face ao Consumo dos Indiciados Sem Registo Prévio

Indiciado	Nº
Toxicodependente	542
Não toxicodependente	1.723
Total com classificação	2.265
Pendentes sem classificação	3.296
Total	5.561

Fonte: DACDT

Este quadro caracteriza a **situação face ao consumo dos indiciados primários** com processo aberto em 2006². Cerca de 80% dos processos de contra-ordenação abertos em 2006 referem-se a indiciados primários, valor idêntico ao de 2005. Não foi possível aferir da situação face ao consumo em 3.296 indiciados, pelas razões já atrás apontadas de perda de enquadramento legal de algumas CDT e por falta de comparência nas CDT.

Quadro 121 - Suspensão Provisória de Processo de Indiciados Toxicodependentes – tratamento voluntário

Tipo de encaminhamento	Nº de indiciados			Total
	CAT	Centro Saúde	Outras respostas	
Encaminhamento	109	3	36	148
Reencaminhamento	110	1	6	117
Continuação de tratamento	208	4	32	244
Total	427 (83,8%)	8 (1,6%)	74 (14,5%)	509

Fonte: DACDT

Dos 542 indiciados toxicodependentes, 509 aceitaram voluntariamente aderir a tratamento, no âmbito de uma suspensão provisória do processo. Destes, cerca de 148 (29,2%) nunca tinha estabelecido contacto com estruturas de tratamento, cerca de 117 (22,9%) retomaram o tratamento que tinham abandonado, e os restantes 244 (47,9%) encontravam-se em tratamento no momento da prática do ilícito contra-ordenacional.

Quadro 122 - Suspensão Provisória de Processo de Indiciados Não Toxicodependentes – tipo de resposta

Tipo de resposta	Nº
Sem diligências de motivação	855
Apenas diligências de motivação	451
Diligências de motivação e encaminhamento para estruturas de apoio	358
Encaminhamento directo para apoio, sem diligências de motivação	59
Total	1723

Fonte: DACDT

² Independentemente da data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Quadro 123 - Suspensão Provisória de Processo de Indiciados Não Toxicodependentes – encaminhamento sem diligências de motivação

Tipo de encaminhamentos	Instituições	Nº de Indiciados
Apoio psicológico	Serviços clínicos do E.P.; Centro de Saúde; Consulta para jovens/adolescentes	14
Apoio social	ONG, ISS, I. P.	5
Apoio escolar / profissional	Escola técnico-profissional; IEFP, I. P.	38
Apoio médico / sanitário	Centro de Saúde; Hospital; consulta particular	1
Outros apoios	CAT; Centro de Saúde Mental; APAV	1
Total		59

Fonte: DACDT

Quadro 124 - Suspensão Provisória de Processo de Indiciados Não Toxicodependentes – diligências de motivação e encaminhamento

Tipo de encaminhamentos	Instituições	Nº de indiciados
Apoio psicológico	Hospital; Centro de Saúde; CAT; ISS, I. P.; Cruz Vermelha; consulta particular; E.P.; autarquias; St ^a . Casa da Misericórdia; ONG; IPJ, I. P.; C. Jovens e Adolescentes; Projecto Redes	48
Apoio social	ISS, I. P.; ONG; Centro Paroquial; Cáritas; autarquias; Centro de Saúde; estabelecimentos de ensino	33
Apoio escolar / profissional	ONG; IEFP, I. P.; escolas profissionais; agências de trabalho temporário; estabelecimentos de ensino; IPJ, I. P.; autarquias; UNIVAS's; centros de RVCC; empresas de recrutamento	202
Apoio médico / sanitário	Centro de Saúde; Hospital; Médico de Família; E.P.; CAT; Cáritas	64
Outros apoios	E.P.; ONG; Tribunal de Família; SEF; apoio judiciário da segurança social; CAT; APAV	11
Total		358

Fonte: DACDT

Dos 1.723 indiciados primários não toxicodependentes, 59 (3,4%) foram directamente encaminhados para apoio, sem terem beneficiado de diligências de motivação por parte da equipa técnica da comissão, 451 (26,2%) foram alvo de apenas diligências de motivação e 358 (20,8%), para além dessas diligências, foram encaminhados para os diferentes apoios: 56,4% foram encaminhados para apoio escolar/profissional, cerca de 17,9% para apoio médico/sanitário, 13,4% para apoio psicológico, 9,2% para apoio social e 3,1% para outros apoios.

Conclui-se assim, que 868 (50,3%) do universo de indiciados primários não toxicodependentes foram diagnosticados como consumidores em situação problemática que careciam de apoio especializado e diferenciado, sendo continuamente referido pelas CDT a falta de respostas dirigidas a esta população. As estruturas de apoio aos indivíduos e suas famílias, que não sendo toxicodependentes apresentam consumos problemáticos e de risco, são reduzidas, pouco divulgadas e, em algumas localidades, inexistentes.

Ainda no âmbito dos encaminhamentos, é de referir os que são efectuados através da aplicação de sanções não pecuniárias. A quase totalidade das sanções aplicadas referem-se a apresentações periódicas em local a designar pela CDT, nomeadamente a própria CDT, CAT, Autoridades Policiais e Serviços de Saúde.

Em síntese, é de realçar que todos estes encaminhamentos e apoios, efectuados de acordo com as necessidades efectivas dos indiciados, só são possíveis porque existe uma articulação permanente com as estruturas locais que trabalham na área da toxicodependência que é desenvolvida pelas CDT, procurando assegurar a complementaridade das intervenções específicas de cada serviço e o conhecimento aprofundado das respostas disponíveis.

Foram dados alguns passos no sentido de criar condições para *fomentar a articulação interministerial com as tutelas com competências formais no âmbito da aplicação da lei e com as tutelas cuja missão abarque respostas no âmbito da toxicodependência* [obj. operacional 51], nomeadamente no âmbito da Comissão Interministerial e na intenção de criar a subcomissão da dissuasão.

Ainda no âmbito deste objectivo, importa reforçar a articulação interministerial e criar mecanismos que permitam efectivar algumas medidas, nomeadamente as previstas no quadro sancionatório, como é o caso das coimas, cuja execução é da competência dos governos civis. Neste contexto foram aplicadas 223 coimas, encontrando-se 143 pagas, na sua maioria voluntariamente.

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Nos termos do Despacho n.º 13043/2000, de 27-6, do Secretário de Estado da Defesa Nacional, o Programa de Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas (PPCDAFA) é coordenado por um Grupo Coordenador (GCPCTFA), presidido pela Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) e integrado por representantes da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

Em 2006, este Grupo Coordenador efectuou duas reuniões, com o objectivo de harmonizar procedimentos e apreciar documentação para sanção superior.

Na dependência do GC funcionou, até Julho, o subgrupo técnico para a preparação do Curso de Validação Clínica em Toxicologia de Drogas de Abuso (MRO), que reuniu por três vezes.

No Exército, desde 1 de Fevereiro de 2006, a responsabilidade pela aplicação do PPCDAFA passou para a competência do Comando do Pessoal (Despacho n.º 256/CEME/05), tendo sido criado um Gabinete Técnico de Toxicodependências, para estudar, planear organizar e coordenar as actividades a desenvolver, bem como difundir através dos Órgãos Centrais de Administração do Exército as normas técnicas, os planos e as directivas para as acções a empreender.

Rastreamento toxicológico

Na prevenção primária, prevista pelo PPCDAFA, ocupa lugar de destaque o rastreamento de toxicologia, basicamente a canabinóides, opiáceos, anfetaminas e cocaína, no qual os laboratórios dos Ramos, equipados com meios técnicos internacionalmente reconhecidos como os mais adequados para o despiste e a confirmação (espectrometria de massa e cromatografia gasosa) da presença de drogas de abuso na urina, desempenham uma missão fundamental.

A grande vantagem do rastreamento reside na detecção precoce como meio de redução da procura, não apenas por motivos relacionados com as necessidades de segurança da organização, mas fundamentalmente por permitir detectar e travar uma dependência o mais próximo possível dos primeiros consumos.

Para assegurar a credibilidade de todo o processo e, ao mesmo tempo, os direitos individuais do militar rastreado, a realização de análises está associada a uma cadeia de custódia de amostras e a um controlo de execução analítica que garantem a segurança, o rigor e a confidencialidade de todos os dados, desde a colheita até à validação do resultado.

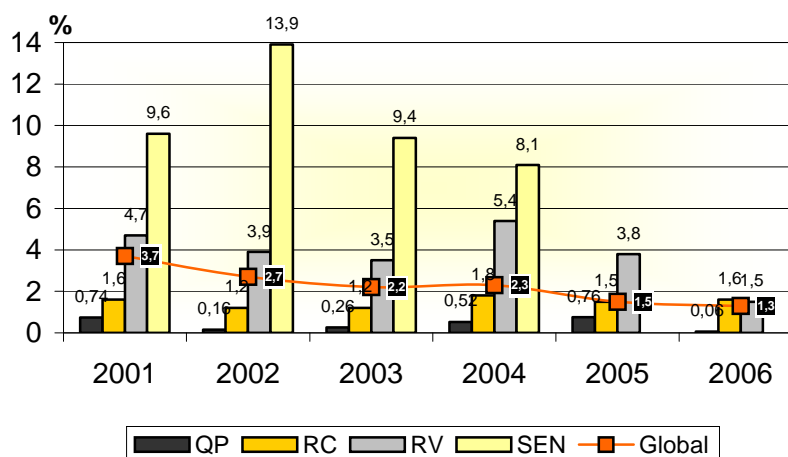
São analisados oficiais, sargentos e praças, em todos os regimes de prestação de serviço, privilegiando-se a faixa etária 18-39 anos, com base em nomeação aleatória (por sorteio), extraordinária (por suspeita) e obrigatória (por determinação do órgão de gestão do pessoal ou acompanhamento de detecção anterior).

Em 2006, nas Forças Armadas, ocorreram 16.260 colheitas de urina para despiste de drogas (menos 563, que em 2005), dando lugar à realização de 72.056 testes.

Numa apreciação global dos resultados dos três Ramos, verifica-se que ao serem agregados os três tipos de despiste previstos no PPCDAFA – aleatório, extraordinário e obrigatório – a positividade foi de 1,3%, valor muito semelhante ao do ano transacto (1,5%), mas inferior ao registado em 2004 (2,3%).

Por regime de prestação de serviço e mantendo-se a associação dos três tipos de despiste observou-se uma positividade de 0,06% no Quadro Permanente (QP); 1,6% no Regime de Contrato (RC); 1,5 % no Regime de Voluntariado (RV).

Relativamente aos anos anteriores, verificou-se a evolução sintetizada no próximo quadro. De recordar que nos dois últimos anos em apreciação já não é considerada a prestação de serviço em SEN (serviço efectivo normal), por extinção do regime, que correspondia ao serviço militar obrigatório, habitualmente com positividade relativamente mais elevada.

Figura 60 - Positividade (%) no rastreio toxicológico, entre 2001 e 2006, por regimes de prestação de serviço

Fonte: DGPRM

No que se refere ao tipo de drogas detectado, os canabinóides foram responsáveis pela quase totalidade dos casos positivos (93% das situações), enquanto que os opiáceos, a cocaína, e anfetaminas (individualmente ou como policonsumo) se mantiveram com uma expressão residual.

Prevenção do consumo de bebidas alcoólicas

A prevenção do alcoolismo nas Forças Armadas, tendo em conta o contexto sociocultural que enquadra o consumo de bebidas alcoólicas no nosso País, aposta essencialmente na educação para um consumo moderado, acompanhada pela imposição de restrições ao funcionamento de bares e maior facilidade de acesso a bebidas não alcoólicas, especialmente em cantinas ou messes.

Paralelamente, é realizado rastreio à população, através do recurso a aparelhos medidores da taxa de alcoolemia (alcoómetros), procedendo-se, em determinadas situações, à confirmação laboratorial, com recolha de sangue.

A Marinha, em 2006, continuou a incentivar os seus militares à medição voluntária da taxa de alcoolemia (sem registo de resultados), como forma de, numa perspectiva pedagógica, possibilitar a cada um o conhecimento do seu comportamento metabólico face à ingestão de bebidas alcoólicas.

A Marinha prosseguiu, em 2006, especialmente através do Laboratório de Análises Farmaco-Toxicológicas da Marinha (LAFTM) e da Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependência e Alcoolismo (UTITA), a cooperação com entidades de referência, nacionais e estrangeiras (nomeadamente, espanholas e americanas), destacando-se os domínios do controlo de qualidade laboratorial e da formação superior.

De relevar, também, a cooperação com empresas, escolas, associações e instituições, nas áreas analítico-laboratorial, do tratamento/reintegração e da formação técnica

O Ramo prosseguiu, também, a determinação de alcoolemia nas amostras de urina, através do LAFTM. Ao mesmo tempo, as Unidades levaram a efeito o seu plano de testes, com recurso a alcoómetros.

Sempre que um resultado é positivo e o indivíduo referenciado assim o desejar procede-se à colheita de sangue para confirmação laboratorial. No Exército retomou-se, em 2006, o rastreio aleatório de álcool, no qual participaram 1440 militares, de 71 Unidades do território Nacional, registando-se 13 casos com resultado igual ou superior a 0,5g/l (0,9%).

Pesquisa de drogas com recurso a equipas cinotécnicas

No âmbito das acções de prevenção e como medida activa de dissuasão do consumo e tráfico interno, realizaram-se, no Exército, diversas acções, em 80 Unidades, envolvendo 10653 militares, as quais permitiram a referenciação de 44 cujo despiste toxicológico viria revelar positividade para o consumo de substâncias ilícitas. Ao todo, as equipas cinotécnicas do Ramo (4 militares e 3 canídeos) consumiram 650 horas nestas iniciativas. Na Força Aérea, ocorreram, ao longo do ano, 15 acções de pesquisa de droga, nas diferentes instalações, com a utilização de equipas cinotécnicas do Ramo.

Orçamento

No que se refere ao encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, em 2006, foram registadas as despesas, por eixos de intervenção, resumidas no quadro seguinte:

Quadro 125 - Despesas por eixos de Intervenção

Eixos/Vectores de Intervenção	Em Euros
	Total
Coordenação e Cooperação Institucional	€..
Informação, Formação, Investigação e Avaliação	€..
Redução da Procura:	
Prevenção e Dissuasão	488.760
Tratamento e Reinserção	223.732
Total	712.492

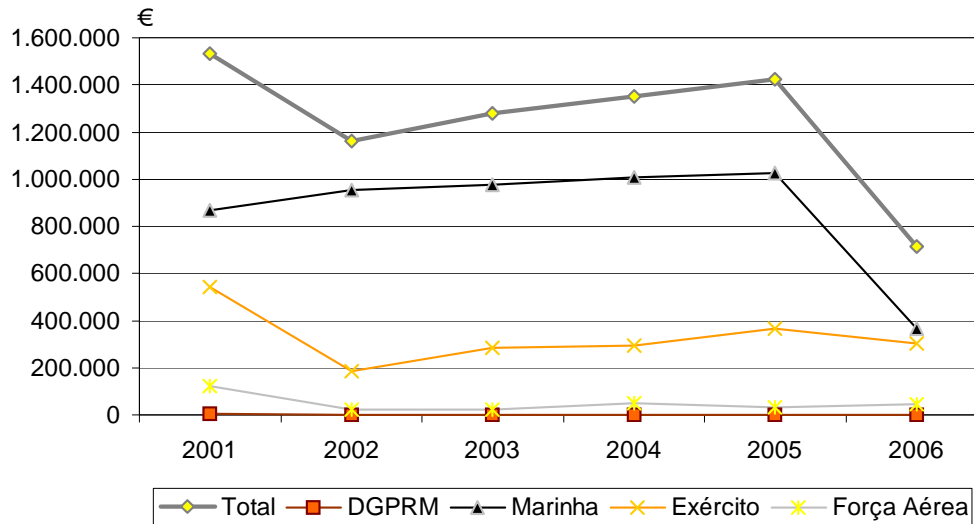
€.. Encargo não quantificado.

Fonte: DGPRM

Quadro 126 - Evolução do investimento no PPCDAFA, entre 2001 e 2006

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Em euros					
DGPRM	5.109					
Marinha	867.258	954.149	974.990	1.010.104	1.026.760	364.176
Exército	541.545	185.861	283.339	292.107	365.479	302.468
F. Aérea	120.519	21.970	21.766	47.837	32.262	45.848
TOTAL	1.534.341	1.161.980	1.280.095	1.350.048	1.424.501	712.492

Fonte: DGPRM

Figura 61 - Representação gráfica da evolução do investimento no PPCDAFA, entre 2001 e 2006

Fonte: DGPRM

A diminuição abrupta do valor total do investimento realizado em 2006 ficou a dever-se, como mostra o quadro, à queda apresentada pela Marinha que, relativamente aos anos anteriores, não inclui as despesas com remunerações de pessoal; algo que se verificava com Exército e da Força Aérea, por dificuldade destes Ramos em isolar essa despesa em torno do PPCDAFA.

Assim, estima-se que os valores apresentados, para 2006, representem cerca de 1/3 dos gastos totais, pela dificuldade em, nesta sede, quantificar múltiplos encargos, que se encontram integrados em programas mais vastos, nomeadamente na área da saúde e da gestão de pessoal. De referir, para além dos encargos com pessoal, os gastos com energia, transportes e comunicações ou a manutenção das instalações e equipamento dos laboratórios e unidades hospitalares, que não foram contabilizadas pelo Exército e pela Força Aérea.

Não obstante, o investimento no Programa das Forças Armadas ganha justificação quando se ponderam os custos que resultariam da ausência de controlo, relativos a acidentes, quebras de segurança, absentismo, despesas de saúde e actos de indisciplina, provocados por um consumidor com comportamento alterado pelo efeito da droga, com acesso a armas e equipamento militar, os quais facilmente somariam um valor muito superior.

Redução de Riscos e Minimização de Danos

Resultado a atingir

Construir uma rede global de respostas integradas e complementares, no âmbito da redução de riscos e minimização de danos com parceiros públicos e privados

Objectivo

52. Implementar e/ou reforçar as estruturas de proximidade e de fácil acesso, nomeadamente Equipas de Rua, Pontos de Contacto e Informação, Unidades Móveis e Gabinetes de Apoio, que permitam desenvolver um trabalho mais estruturado de apoio, triagem e encaminhamento

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
52.1. Avaliar a pertinência dos locais de intervenção a nível nacional	2006	IDT, I. P.	N.º diagnósticos de necessidades com definição de prioridades	IDT, I. P. – para avaliar a pertinência dos locais de intervenção a nível nacional e elaboração de diagnóstico de necessidades ver acção 29.2 e 61.1.
52.2. Implementar novas estruturas em territórios considerados prioritários	2006	IDT, I. P.	N.º de novas estruturas	IDT, I. P./ Entidades Promotoras das estruturas de proximidade - acompanhadas, monitorizadas e avaliadas 25 equipas de rua, 2 unidades móveis e 2 gabinetes de apoio. Assegurada a continuidade de 28 estruturas de continuidade.

Objectivo

53. Assegurar a continuidade ou promover a criação de estruturas intermédias (Centros de Acolhimento e Centros de Abrigo), que permitam a estabilização física e psicológica dos utentes encaminhados pelas estruturas de proximidade, mas que ainda não têm condições físicas e psicológicas para aceder a programas de tratamento

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
53.1. Avaliar a pertinência dos locais de intervenção a nível nacional	2006	IDT, I. P., ISS, I. P.	N.º diagnósticos de necessidades com definição de prioridades	IDT, I. P. – para avaliar a pertinência dos locais de intervenção a nível nacional e elaboração de diagnóstico de necessidades ver acção 29.2 e 61.1.
53.2. Implementar novas estruturas em territórios considerados prioritários	2006	IDT, I. P., ISS, I. P.	N.º de novas estruturas	IDT, I. P./ISS, I. P./CML/ Entidades Promotoras das estruturas intermédias – acompanhada, monitorizada e avaliada a actividade de 3 Centros de Acolhimento; assegurada a continuidade de 3 estruturas intermédias.

Objectivo				
54. Promover a avaliação de necessidades de implementação de respostas inovadoras, tais como Máquinas de Troca de Seringas e Salas para Consumo Vigiado				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
54.1. Avaliar a pertinência dos locais para a implementação de respostas inovadoras	2006	IDT, I. P., ISS.IP	N.º diagnósticos de necessidades com definição de prioridades	IDT, I. P./CML – constituído um grupo de trabalho para estudar a implementação de uma sala de consumo assistido; CML/ IDT, I. P. – acompanhamento e monitorização da intervenção no Bairro do Intendente.

Objectivo				
55. Mobilizar todas as unidades especializadas do IDT, I. P. em geral, e dos CAT em particular, e Unidades Privadas de tratamento com protocolo com o IDT, I. P., para alargar a sua intervenção no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, de acordo com as necessidades locais e os recursos disponíveis				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
55.1. Promover o rastreio de doenças infecciosas	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de rastreios	IDT, I. P./CNSIDA/ACS – N.º de estruturas de RRMD com o programa KLOTHO - 2 ¹ .
55.3. Promover a articulação com IPSS's para implementação do PTAO de baixo limiar de exigência	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de IPSS's que implementaram PTAO de baixo limiar	IDT, I. P. – N.º de IPSS envolvidas e que implementaram o PTAO de baixo limiar – 2

Objectivo				
56. Promover a articulação efectiva de todos os CAT com as estruturas de proximidade, construindo respostas integradas em função das necessidades identificadas				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
56.1. Potenciar a figura do interlocutor	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de CAT com interlocutor para a área de RRMD	IDT, I. P. – N.º de CAT com interlocutor para a área da RRMD – 45.

¹ Ver também obj operacional 37.3 e 64.7.

Resultado a atingir

Disponibilizar programas de redução de riscos e minimização de danos a grupos específicos

Objectivo				
57. Fomentar uma intervenção específica ao nível da população jovem, procurando intervir numa abordagem de rua informal, utilizando como agentes de intervenção privilegiados pares com formação adequada				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
57.1. Promover informação sobre “Regras de Segurança em Espaços Recreativos” – acessibilidade, vigilância de espaços, observação dos públicos, ambiente, meios preventivos e concepção de espaços	2006	IDT, I. P.	N.º de estabelecimento e promotores de eventos aderentes à informação	IDT, I. P. - traduzido o manual “Safer Clubbing Guidance for licensing authorities, club managers and promoters” ^{2,3} .
57.2. Criar condições para que, na realização de eventos exista uma maior aceitação por parte dos organizadores para a intervenção de técnicos de saúde	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de eventos com intervenção do IDT, I. P.	IDT, I. P. – intervenção no evento “Rock in Rio”.
57.3. Promover estratégias integradas de intervenção em espaços de lazer/diversão, que pode passar pelo fomento à criação de Equipas (IDT, I. P./ONG’s ou IPSS’s e voluntários) com formação/preparação adequada	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de equipas para intervenção em espaços de lazer/diversão nocturna	IDT, I. P. – N.º de equipas – 4.

Objectivo				
58. Fomentar a articulação/intervenção em Meio Prisional com os serviços competentes do Ministério da Justiça				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
58.1. Promover campanhas de informação/ sensibilização (riscos de <i>overdose</i> , medidas de higiene no consumo endovenoso, entre outras	2006-2008	IDT, I. P., DGSP	N.º de campanhas realizadas	DGSP – desenvolvidas 6 acções de informação/sensibilização na população reclusa.
58.3. Colocar máquinas de dispensa de preservativos e troca de material de consumo asséptico em locais considerados adequados.	2006-2008	IDT, I. P., DGSP	N.º de Estabelecimentos Prisionais com máquinas de dispensa de preservativos N.º Estabelecimentos Prisionais com Programa de Troca de seringas	IDT, I. P./ DGSP/ CNSida/ACS / EPL/ Hospital Prisional de Lisboa/ MJ – Apresentação de um relatório sobre o plano operacional para o meio prisional nas diversas vertentes. ⁴

² Trabalho em parceria com *Drug Prevention Advisory Service e The London Drug Police Fórum – UK.*

³ Ver também obj operacional 30.7.

⁴ Ver também obj operacional 64 (64.5).

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

As grandes abordagens em matéria de redução dos riscos e minimização de danos, consistem em promover a mudança do comportamento dos consumidores de substâncias psicoactivas, a fim de diminuir os riscos nos casos em que não é possível impedir o consumo ou conseguir a abstinência.

A adopção de modos de consumo sem perigo ou de menor risco faz parte dessas abordagens, assim como iniciativas destinadas a prestar ajuda e assistência aos toxicodependentes doentes ou socialmente excluídos, captando a sua confiança e motivando-os a submeterem-se a tratamento quando viável.

Em 2006, a intervenção no âmbito da RRMD traduziu-se, essencialmente, na manutenção de programas e estruturas de proximidade e intermédias, destinadas à prevenção e redução de atitudes ou comportamento de risco acrescido e minimização de danos individuais e sociais provocados pela toxicodependência, bem como na sensibilização e no encaminhamento para tratamento de toxicodependentes e na manutenção e fomento de novas respostas integradas ao problema da toxicodependência através de estruturas de proximidade e intermédias complementares às restantes áreas de missão.

No ano de 2006 foi assegurado pelo NRD o acompanhamento, a monitorização e a avaliação da actividade das estruturas de proximidade e de fácil acesso bem como das estruturas intermédias, em estreita articulação com as DR, com várias estruturas locais (CAT, CDP, Hospitais, etc.) e com as entidades promotoras. Foi ainda assegurada a continuidade das estruturas que garantiram efectivamente uma intervenção sustentada [obj. operacional 52 e 53].

Nesta medida, ao nível dos projectos Porto Feliz, Cidade Lisboa e Vila Franca de Xira, registou-se uma clara melhoria da organização ao nível da informação e dos procedimentos, permitindo, assim, uma avaliação técnica mais sustentada e rigorosa.

Em 2006 foi concluído o estudo de “Caracterização dos utentes das Equipas de Rua” (n=1.216). Este documento assume particular importância, uma vez que foi possível conhecer o perfil dos consumidores de rua, constatando-se que estes, fundamentalmente, têm necessidades básicas de abrigo, de higiene e de alimentação.

Verificou-se, também, a existência de consumos problemáticos, elevada incidência de comportamentos de risco, desconhecimento do estado serológico dos utentes e grande prevalência de doenças infecto-contagiosas, sobretudo VIH/SIDA e Hepatites e, alguns casos, de Tuberculose e DST.

Com estas informações foi possível adaptar e (re)ajustar as intervenções em curso às necessidades detectadas, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

Foi também concluída uma avaliação de resultados da intervenção das Equipas de Rua 2004/2005, da população alvo a nível nacional (n=331 utentes, acompanhados ao longo de 1 ano). As principais conclusões

deste estudo apontam para o alcance de resultados muito positivos junto dos utentes a vários níveis: sanitário e clínico, psicossocial, da comunidade e da saúde pública⁵.

Ambos os estudos foram divulgados no Encontro Nacional do IDT, I. P., tendo sido os principais resultados publicados na revista *Dependências*.

Quanto à *promoção da avaliação de necessidades de implementação de respostas inovadoras, tais como Máquinas de Troca de Seringas e Salas para Consumo Vigiado* [obj. operacional 54], foi constituído um grupo de trabalho para estudar a implementação de uma Sala de Consumo Assistido, entre o IDT, I. P. e a CML.

Relativo ainda ao objectivo acima referido, no âmbito da parceria IDT, I. P./CML, participou-se no acompanhamento e monitorização da intervenção, da responsabilidade da CML, no Bairro do Intendente, através da mobilização das várias estruturas de proximidade a intervir em Lisboa, nomeadamente das Equipas de Rua e do Gabinete Médico de Apoio Móvel.

Relativamente à *mobilização de todas as unidades especializadas do IDT, I. P. em geral, e dos CAT em particular, e Unidades Privadas de tratamento com protocolo com o IDT, I. P., para alargar a sua intervenção no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, de acordo com as necessidades locais e os recursos disponíveis, em parceria com CNSida/ACS* [obj. operacional 55], foi assinado um protocolo entre o IDT, I. P. e a Coordenação Nacional para a Infecção do VIH/SIDA, especificamente - o Programa KLOTHO. Desta forma, foi assumida em 2006, a sustentabilidade na implementação do referido programa ao nível das estruturas de tratamento (CAT), bem como nas estruturas de RRMD (Equipas de Rua).

O processo de implementação do Programa, nas Equipas de Rua, caracterizou-se como gradual tendo em conta a especificidade da intervenção de proximidade, para que o modelo subjacente às práticas inerentes ao modelo de Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação (modelo ADR) não fosse alterado. Desta forma, realizou-se, neste âmbito em 2006 a formação dos técnicos das Equipas de Rua que, em articulação com os CAT irão implementar e complementar o programa em 2007, abrangendo assim, de uma forma progressiva, todas as estruturas de redução de danos e de tratamento⁶.

O Programa KLOTHO foi divulgado no Encontro Nacional do IDT, I. P., através de uma análise S.W.O.T., na qual se contemplou as Oportunidades, Ameaças, os Pontos Fortes e Fracos da implementação do mesmo nas estruturas a nível nacional.

Ainda no âmbito da parceria com a CNSida/ACS procedeu-se à reformulação do Manual de Redução de Riscos para utilizadores de drogas injectáveis e à reformulação do Kit para consumidores de drogas injectáveis, neste caso, em estreita articulação com a DRAL.

Quanto à promoção da articulação efectiva de todos os CAT com as estruturas de proximidade, construindo respostas integradas em função das necessidades identificadas [obj. operacional 56], o número previsto de CAT com interlocutor para a área da RRMD foi alcançado e os interlocutores tiveram um papel fundamental no acompanhamento e na monitorização da intervenção realizada pelas estruturas de proximidade.

⁵ Ver *Relatório de Actividades do IDT, I. P. – 2006*.

⁶ Ver também acção 37.3.

Relativamente ao fomento de uma intervenção específica ao nível da população jovem, procurando intervir numa abordagem de rua informal, utilizando como agentes de intervenção privilegiados pares com formação adequada [obj. operacional 57], foi traduzido o Manual “Safer Clubbing - Guidance for licensing authorities, club managers and promoters”. Foi estabelecida uma articulação com os organizadores do evento “Rock in Rio”, que permitiu a participação activa de técnicos de saúde (quer do IDT, I. P., como de Equipas de Rua) em todo o evento, através da qual se conseguiu intervir ao nível da redução do consumo e do abuso de substâncias psicoactivas, no âmbito da redução de riscos e minimização de danos.

No âmbito deste resultado, regista-se ainda a colaboração na revisão para publicação do “Guia de Sobrevivência às Drogas e às Noitadas”.

No sentido de *fomentar a articulação/intervenção em Meio Prisional com os Serviços competentes do Ministério da Justiça* [obj. operacional 58] e da actividade de *Elaboração de um programa abrangente e multidisciplinar com responsabilidades e competências institucionais bem definidas* [obj. operacional 64 (64.5)] o IDT, I. P. participou em grupos de trabalho para a elaboração de um estudo para a implementação de um *Plano Nacional para Combate à Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional*, com especial enfoque na prevenção e tratamento das toxicodependências e das patologias associadas ao consumo⁷.

O Presidente do IDT, I. P. fez parte do grupo de trabalho⁸ responsável pela elaboração do *Plano Operacional de Luta Contra as Doenças Infecciosas nas Prisões*.

Foi também designado o vogal do CD para constituir um grupo de estudo encarregue da definição do modelo a implementar na prestação de cuidados de saúde primários e de cuidados continuados de saúde à população prisional, nos estabelecimentos prisionais e no exterior, tendo em conta a repartição funcional de competências, entre o Ministério da Justiça e da Saúde.

⁷ Despacho Conjunto nº 72/2006, de 24 de Janeiro, dos Ministérios da Justiça e da Saúde. Fizeram parte do grupo de trabalho o Presidente e um Assessor do IDT, I. P..

⁸ Grupo de Trabalho composto por elementos do IDT, I. P., Serviços de Saúde da DGSP, Estabelecimento Prisional de Lisboa, Hospital Prisional de Lisboa, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça e Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA.

Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

Intervenção em Áreas Prioritárias

Prevenção das Doenças Infecciosas em Meio Prisional

A 31 de Dezembro de 2005, em Portugal estavam contabilizados 12.889 reclusos, distribuídos por 57 estabelecimentos prisionais com uma capacidade de 12.356 lugares, resultando numa taxa de ocupação de 103,3%. Durante o mesmo ano entraram no sistema prisional 5.617 indivíduos e saíram, por motivo de libertação, 5.880 reclusos.

Pelo despacho conjunto n.º 72/2006 dos Ministros da Justiça e da Saúde, publicado na II Série do Diário da República de 24 de Janeiro, foi criado um grupo de trabalho, com a missão de apresentar propostas para a implementação de um Plano de Acção Nacional para Combate à Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional [obj. operacional 58].

Após múltiplas reuniões de trabalho, envolvendo elementos de ambos ministérios, nas quais se discutiu e avaliou a realidade portuguesa e se analisou criticamente o conhecimento científico e as boas práticas internacionais foi proposto um Plano de Acção Nacional para Combate à Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional. O plano teve em consideração as especificidades da população reclusa (cujos motivos de reclusão se encontram maioritariamente, directa ou indirectamente, relacionados com a droga), a relação directa existente entre a manutenção de consumos, dependência e risco de transmissão de doenças infecciosas, a possibilidade do seu tratamento e da sua reinserção social, bem como o direito às terapêuticas existentes.

Baseando-se no princípio de os reclusos deverem aceder a condições de prevenção, redução de risco e tratamento da dependência e das doenças infecciosas equivalentes às disponíveis em meio livre, foi definido um conjunto de recomendações, a regulamentar posteriormente⁹.

Para assegurar a efectivação dessas recomendações, nos diferentes Estabelecimentos Prisionais, foram definidos grupos de trabalho, que integram elementos da Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA.

Prioritariamente, entendeu-se implementar, um programa piloto de redução de riscos e minimização de danos em meio prisional, destacando-se a promoção dos princípios e prática do programa “Diz não a uma seringa em segunda mão” em dois Estabelecimentos Prisionais.

⁹ Ver recomendações no *Relatório do Grupo de Trabalho Justiça/Saúde – Plano de Acção Nacional para Combate à Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional, Julho de 2006.*

Prevenção da Infecção VIH/SIDA nos Utilizadores de Drogas Injectáveis

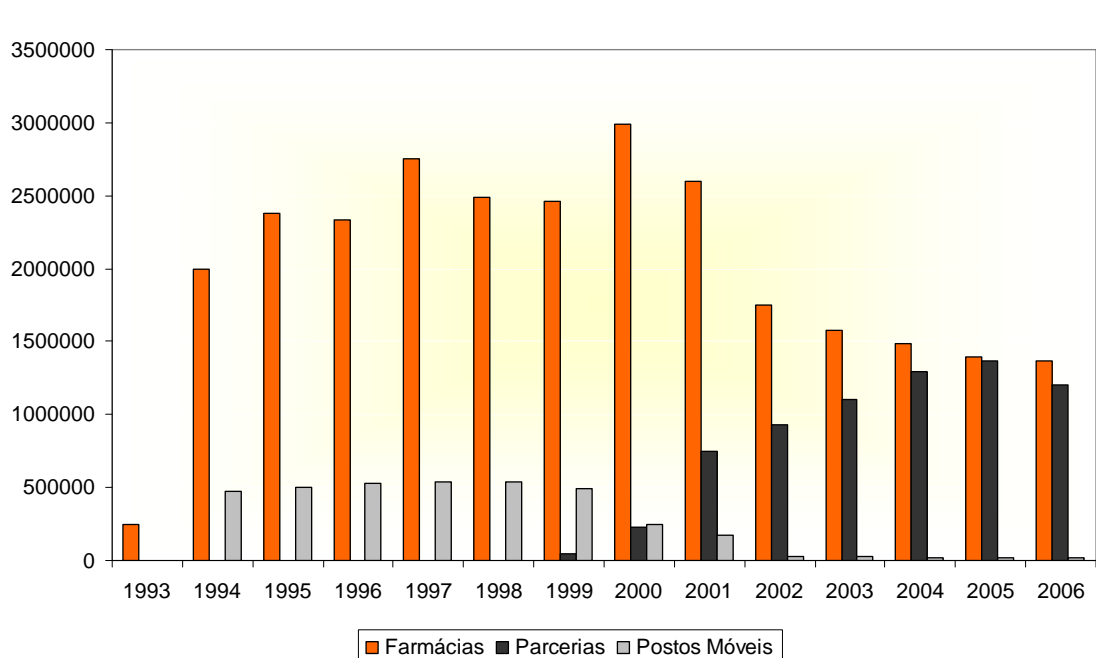
Programa de Troca de Seringas

A partilha de material que tenha estado em contacto com o sangue é um dos meios de transmissão a que se associa maior risco de infecção pelo VIH, o que torna os utilizadores de drogas injectáveis particularmente vulneráveis.

O programa nacional de troca de seringas resultou de uma parceria estabelecida em Outubro de 1993, entre o MS, através da CNSida/ACS e a ANF.

O programa de troca de seringas, cujo investimento em 2006 foi de 1 096 703,03 € visa prevenir a transmissão do VIH entre utilizadores de drogas injectáveis, sendo um instrumento da estratégia geral de redução de riscos e apoio à adopção de comportamentos e hábitos de injeção mais seguros. Entre Outubro de 1993 e Dezembro de 2006 foram trocadas 38.282.762 seringas, 45,5% no distrito de Lisboa, 20,5% no distrito do Porto e 10,0% no distrito de Setúbal. A Figura 62 descreve a evolução do volume de seringas trocadas ao longo dos anos bem como o peso relativo das estruturas responsáveis pelo processo – as farmácias, entidades governamentais e organizações não governamentais que na sua actividade procedem à troca de material de injeção, designadas como parcerias pelo programa, e postos móveis. Em particular, no ano de 2006, foram trocadas 2.591.150 seringas, das quais 1.368.322 nas farmácias, 1.204.716 nas parcerias, e 18.112 no posto móvel.

Figura 62 - Evolução do número de troca de seringas por local de troca



Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

Seringas recolhidas no âmbito do programa “Diz Não A Uma Seringa Em Segunda Mão”

Quadro 127 - Por Ano
01/10/1993 - 31/12/2006

Ano	Seringas Recolhidas
Total	38 282 762
Out./Dez 1993	277 095
1994	2 440 705
1995	2 853 005
1996	2 913 915
1997	3 250 185
1998	3 049 305
1999	2 992 165
2000	3 502 437
2001	3 485 867
2002	2 674 113
2003	2 662 888
2004	2 744 901
2005	2 845 031
2006	2 591 150

Quadro 128 - Por Distrito e Região Autónoma
01/10/1993 - 31/12/2006

Distrito / Região Autónoma	Seringas Recolhidas
Total	38 282 762
Aveiro	722 800
Beja	319 074
Braga	793 636
Bragança	5 848
Castelo Branco	159 506
Coimbra	1 121 716
Évora	161 426
Faro	2 258 875
Guarda	9 972
Leiria	1 466 536
Lisboa	17 428 687
Portalegre	116 567
Porto	7 846 267
Santarém	1 262 114
Setúbal	3 774 911
Viana do Castelo	47 678
Vila Real	213 146
Viseu	76 644
Açores	76 208
Madeira	421 151

Fonte: Associação Nacional de Farmácias (ANF) / Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

Fonte: Associação Nacional de Farmácias (ANF) / Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

Seringas Recolhidas no Âmbito do Programa “Diz não a uma Seringa em Segunda Mão”, por Distrito e RA
01/10/1993 - 31/12/2006

Figura 63 -Taxas por 1000 habitantes

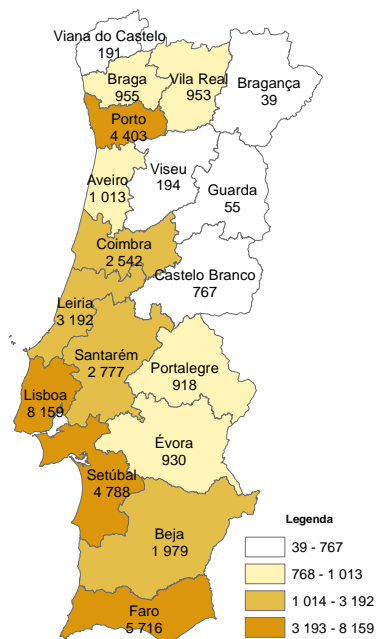
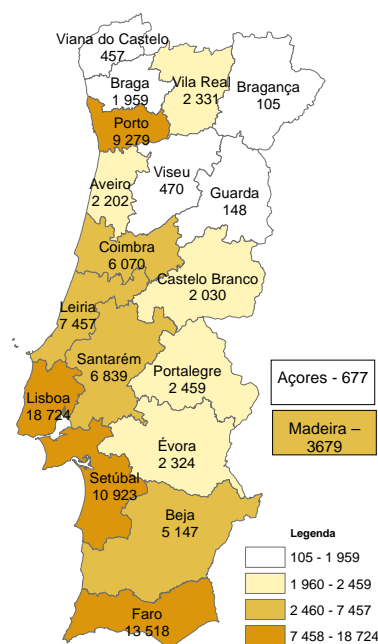


Figura 64 -Taxas por 1000 habitantes na faixa etária 15-44 anos



Fonte: Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

O programa “Diz não a uma seringa em segunda mão” assegura a distribuição do kit “Prevenção SIDA” nas farmácias, constituído, durante o ano de 2006, apenas por duas seringas, dois toalhetes desinfectantes com álcool a 70º, um preservativo, uma ampola de água bi-destilada, um filtro e um folheto informativo. No espaço das parcerias e do posto móvel, o material de injeção e preservativos são distribuídos individualmente, e não sob a forma de kit.

A Organização Mundial de Saúde, em documentos de 2004, como “Policy brief: Provision of sterile injecting equipment to reduce HIV transmission” e “Effectiveness of sterile needle and syringe programming in reducing HIV/AIDS among injecting drug users”, recomenda a disponibilização de equipamento necessário aos utilizadores de drogas injectáveis, nomeadamente: seringa, filtro, recipiente e substância necessária para a diluição e solubilização da droga, de forma a minimizar os hábitos de partilha, e deste modo potenciar a diminuição da propagação das doenças infecciosas, em particular a infecção VIH e a hepatite C.

Tendo como base esses pressupostos, e na prossecução de uma estratégia efectiva de prevenção da transmissão percutânea de infecções considerou-se indispensável a alteração do kit “Prevenção SIDA” e dos materiais fornecidos pelas parcerias, incluindo um recipiente para preparação da droga a injectar e o substituto do limão – o ácido cítrico, esperando-se desta forma contribuir para minimizar a partilha de qualquer dos elementos da parafernalia de injeção e, em consequência, prevenir maior número de infecções. Essa alteração implicou um longo processo negocial que culminou na alteração do Contrato de Prestação de Serviços celebrado em Julho de 1998, entre o Instituto de Gestão Informática e Financeira da saúde (IGIF) e a Farmacope – Cooperativa Nacional das Farmácias, e no assegurar de fornecedores desses novos materiais, o que se revelou outro complexo processo negocial.

Programa de Detecção Precoce e Prevenção da Infecção VIH/SIDA nos Utilizadores de Drogas

A CNSida/ACS e o IDT, I. P., consideraram prioritária a intervenção conjunta para desenvolver um plano coerente de prevenção e detecção de doenças infecciosas junto dos utilizadores de drogas. O trabalho de preparação dessa resposta organizada levou a celebrar em Junho de 2006 um protocolo para a implementação do Programa de Detecção Precoce e Prevenção da Infecção VIH/sida nos Utilizadores de Drogas – Programa KLOTHO¹⁰. O programa, que visa não só promover a detecção precoce da infecção VIH/ SIDA mas também assegurar a adequada referenciação dos casos, tem por base a rede de Centros de Atendimento a Toxicodependentes (CAT) e as equipas de rua, mas integra a generalidade dos prestadores de cuidados a pessoas que usam drogas, naturalmente incluindo os serviços hospitalares e os serviços sociais das diferentes estruturas implicadas [obj. operacional 55 (55.1)].

Para ser eficaz, o programa está adaptado às especificidades da relação dos utilizadores de drogas com as estruturas de saúde, centrando a identificação da infecção na utilização de testes rápidos para a detecção da

¹⁰ O Programa tem o nome de código Klotho, escolhido na mitologia grega e da designação de uma das Moiras (Moirae), a tecelã, responsável por tecer o destino dos homens com seu fuso mágico.

infecção VIH e removendo os obstáculos que as relações de referenciação entre diferentes prestadores de cuidados de saúde podem apresentar aos doentes.

Na sua forma de programa experimental tem a duração prevista de 24 meses, e espera-se que prepare as estruturas de saúde e os seus profissionais para um modelo de actuação similar, transformado então em rotina.

Com o programa pretende-se aumentar a percentagem de novos utentes da Rede Pública de Atendimento a Toxicodependentes e da população alvo da intervenção de redução riscos e minimização de danos que adoptam comportamentos preventivos face à transmissão do VIH, ou seja, que evitam a partilha de material de injeção e a utilização de material não esterilizado, ou que utilizam preservativo, e assim contribuir para a diminuição da incidência da infecção VIH/SIDA nessa população.

A despesa efectuada em 2006, no programa KLOTO foi de 127 255,89 €

Foram definidos os seguintes objectivos para 2007

- 100% da Rede Pública de Atendimento a Toxicodependentes envolvida no programa;
- 80% dos utentes da Rede Pública de Atendimento a Toxicodependentes conhecerem o seu estatuto serológico para a infecção VIH;
- 90% dos utentes em primeira consulta da Rede Pública de Atendimento a Toxicodependentes conhecerem o seu estatuto serológico para a infecção VIH;
- 10 Estruturas de redução riscos e minimização de danos e 2 unidades móveis do IDT, I. P. estarem integradas no programa.

Em 2006, foram executadas as seguintes actividades

- Projecto-piloto – CAT de Gondomar – simulando diferentes passos do programa, pondo à prova materiais de inquérito e informação, disponibilidade das equipas, efeitos sobre as rotinas, etc. Nesta fase foram envolvidos oitenta utentes;
- Material de Informação, Educação e Comunicação (IEC): folheto de sensibilização para a realização do teste VIH, cartão de apoio à referenciação hospitalar, expositor de materiais em ambiente CAT, brochura de redução de riscos, materiais para os profissionais de saúde. Todos os materiais foram desenvolvidos com a participação e contributo de utilizadores de drogas;
- Formação de 272 médicos, enfermeiros, psicólogos e técnicos superiores de serviços social em aconselhamento, detecção precoce e referenciação de casos de infecção VIH. Manual de Formação adaptado de “Voluntary HIV Counselling and Testing - Manual for Training of Trainers” da Organização Mundial de Saúde;

- Desenvolvimento de instrumentos para controlo de qualidade: manual de procedimentos, protocolo de aconselhamento, adaptado do Projecto Respect II dos Centres for Diseases Control and Prevention, questionário de preparação e satisfação dos técnicos, questionário de satisfação dos utentes;
- Avaliação e monitorização: realização de questionário com informação sobre comportamentos e marcadores de infecção;
- Alargamento do Programa às cinco Regiões de Saúde através da realização de reuniões de preparação e divulgação e acompanhamento das actividades.

Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Programa de vacinação da Hepatite B

Em 2006 deu-se continuidade ao programa de vacinação contra a Hepatite B.

Foram fornecidas aos estabelecimentos prisionais 919 doses da vacina da Hepatite B destinadas a reclusos e a funcionários.

Quadro 129 - Número de reclusos positivos para: VIH, Hepatite B e Hepatite C em 31-12-2006										
Positivos	VIH	VIH + Hep B	VIH + HepC	VIH + Hep B + Hep C	A fazer terapêut. para VIH	Hep C	Hep B	Hep B + Hep C	A fazer terapêut. para VHC	Total
Género										
Homens	378	29	466	63	571 (549 H e 22 M)	1738	304	116	95	3094
Mulheres	28	1	16	0		57	18	2	6	122
Total de Reclusos	406	30	482	63		1795	322	118	101	3216

Projectos de Investigação / Acção

Projecto "Sida em Meio Prisional"

Em 2006 foram desenvolvidas 6 acções de informação/sensibilização junto da população reclusa do estabelecimento prisional de Tires e do Montijo (3 em cada), que versaram as seguintes temáticas: conceitos básicos de saúde, crenças e atitudes, comportamentos saudáveis – factores de protecção e de risco, actividade física e saúde, doenças infecciosas e vias de transmissão e adesão terapêutica, abrangendo estas acções 30 reclusos [obj. operacional 58 (58.1)].

Plano de Acção Nacional de Combate a Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional

Em 24 de Janeiro, por Despacho conjunto n.º 72/2006, foi nomeado um Grupo de Trabalho, com vista á apresentação de propostas para a implementação de um Plano de Acção Nacional para Combate a Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional, com especial enfoque na prevenção e tratamento das toxicodependências e das patologias associadas ao consumo.

Este grupo de Trabalho contou com a presença de elementos da DGSP – Serviços de saúde, do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do MJ, do EP de Lisboa, do Hospital Prisional de Lisboa, da CNSida/ACS e do IDT, I. P..

Após entrega do Relatório do Grupo de Trabalho, que mereceu a concordância de Suas Excelências o Ministro da Justiça e o Ministro da Saúde (Despacho conjunto de 30-08-2006), procedeu-se a sua sistematização em cinco "áreas de intervenção", designadamente:

- Promoção da Saúde e Prevenção da Doença
- Tratamento da Toxicodependência
- Tuberculose
- Doenças Infecciosas Virais
- Redução de Riscos e de Danos

Seguidamente, fixaram-se os principais objectivos para cada uma das áreas de intervenção, as acções que os materializam e as metodologias que se afiguram mais adequadas para a necessária implementação.



Tratamento¹

Resultado a atingir

Garantir a toda a população que o deseje o acesso em tempo útil a respostas terapêuticas integradas (articuladas e complementares)

Objectivo				
60. Promover uma rede de recursos de saúde e socio-sanitários, que implique os múltiplos actores do sector público e privado numa lógica de proximidade ao cidadão e à comunidade				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
60.1. Efectuar um Diagnóstico rápido de necessidades, em termos de Saúde, Serviços e Recursos	2006	IDT, I. P., DGS, ARS, Autarquias, ONG'S, IPSS's	N.º de concelhos com diagnósticos realizados/N.º total de concelhos	IDT, I. P. – em articulação com outras entidades públicas e privadas, foi realizada a Fase 1 do PORI, diagnóstico a nível nacional, que permitiu definir zonas de intervenção mediante aplicação de instrumentos específicos e identificação de territórios prioritários.

Objectivo				
61. Promover o redimensionamento e a reorientação da rede prestadora de cuidados em função do diagnóstico dos contextos globais e locais, constituindo uma rede de cuidados integrados				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
61.1. Participar na implementação do PORI (Plano Operacional de Respostas Integradas) com os outros vectores do Eixo de Redução de Procura, em articulação com outras instituições públicas e privadas	2006-2008	IDT, I. P., DGS, ARS	N.º de PRI implementados / N.º de PRI programados	IDT, I. P. – para detecção de necessidades locais de intervenção: N.º de acções de formação- 35; N.º de reuniões (estimativa) – 120; N.º de UE envolvidas – 90; N.º de diagnósticos de necessidades – 5; elaborado um manual de linhas orientadoras; realizadas 40 reuniões de diagnóstico local; N.º de instrumentos utilizados para diagnóstico local -10.

¹ Informação estatística mais detalhada, ver *Parte A -Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo Tratamento, deste Volume.

Objectivo				
62. Promover medidas que permitam facilitar o acesso aos diversos programas de tratamento, gerindo os tempos de espera de acordo com critérios éticos e científicos e as realidades locais				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
62.1. Definir critérios uniformes e racionais de (re)alocação dos recursos humanos, de modo a diminuir as assimetrias e racionalizar os recursos (recursos diferentes para necessidades diferentes)	2007	IDT, I. P.	N.º de utentes admitidos em tratamento N.º de utentes atendidos em tratamento Tempo máximo de espera para o acesso aos diversos programas de tratamento	IDT, I. P. – n.º de utentes admitidos em tratamento – 4.745; N.º de utentes atendidos em tratamento – 32.460; N.º de UE com avaliação do tempo máximo de espera para o acesso aos diversos programas de tratamento: CAT-45; UD-5;CT-3; CD- 2.
62.2. Definir padrões (<i>rácios</i>) de actividade para os diferentes grupos profissionais	2006	IDT, I. P.	N.º de grupos profissionais com padrões de actividades definidos/ N.º total de grupos profissionais	IDT, I. P. – definidos os padrões de actividades para o grupo profissional de Serviço Social e para o de Enfermagem; definidos parcialmente para o grupo profissional de Médicos e de Psicólogos.
62.3. Definir competências e actividades de cada grupo profissional interveniente	2006	IDT, I. P.	N.º de grupos profissionais com definição de competências e actividades/ N.º total de grupos profissionais	IDT, I. P. – definidas as competências e actividades para o grupo profissional de Serviço Social e para o de Enfermagem; definidos parcialmente para o grupo profissional de Médicos e de Psicólogos.
62.4. Definir técnica e consensualmente tempos de espera (para admissões, consultas e programas de tratamento) clinicamente aceitáveis	2006	IDT, I. P.	Tempo de espera para admissões Tempo de espera para consultas Tempo de espera para programas de tratamento	IDT, I. P. – definidos os tempos de espera para admissões: internamento de curta duração, consultas e programas terapêuticos com agonistas opiáceos.

Resultado a atingir

Disponibilizar uma oferta de programas de tratamento e de cuidados diversificada, abrangendo um amplo leque de abordagens psicossociais e farmacológicas, orientadas por princípios éticos e pela evidência científica

Objectivo				
63. Melhorar a oferta de programas de tratamento à população toxicodependente pautados pela ética e baseados na evidência científica				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
63.1. Definir linhas orientadoras (<i>guidelines</i>) dos programas de tratamento em regime ambulatorio e em regime de internamento (residenciais e de curta duração), programas de tratamento: farmacológico (com agonistas opiáceos, antagonistas opiáceos e psicofármacos); psicoterapêuticos; sociais; saúde pública/redução de riscos e minimização de danos (vacinação, referenciação)	2006	IDT, I. P.	N.º de linhas orientadoras produzidas / N.º de linhas orientadoras programadas	IDT, I. P. – desenvolvimento de linhas orientadoras de programas de tratamento com metadona em regime de manutenção no ambulatorio da rede pública.

63.3. Participar na elaboração de um Sistema de Informação	2007	IDT, I. P.	Indicadores propostos, testados e consensuais	IDT, I. P. – elaborado o módulo do ambulatório, no âmbito da criação de um novo “Sistema de Informação do IDT, I. P.”, de suporte à actividade técnica, clínica e de gestão nas diversas áreas de intervenção ² .
--	------	------------	---	--

Objectivo

64. Implementar e/ou melhorar programas específicos de resposta eficiente num registo simultaneamente vertical (rede de referência) e horizontal (articulações dos diferentes vectores) para grupos com necessidades específicas: grávidas e recém-nascidos; menores; reclusos e ex-reclusos; grupos portadores de comorbilidade física (infecciosa), psíquica ou social (exclusão)

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
64.3. Linhas orientadoras para a gravidez, parto e pós parto Linhas orientadoras para recém nascidos Protocolos efectuados e actualizados com os centros de saúde e serviços de obstetrícia	2006	IDT, I. P., ARS, DGS	Linhas orientadoras produzidas/programadas N.º de protocolos efectuados e actualizados/programados	IDT, I. P./ ARS – n.º de protocolos actualizados com os centros de saúde e serviços de obstetrícia – 3
64.5. Elaboração de um programa abrangente e multidisciplinar com responsabilidades e competências institucionais bem definidas	2007	IDT, I. P., DGSP	Linhas orientadoras produzidas / programadas	IDT, I. P. /DGSP – avaliação das necessidades das várias modalidades de tratamento para os estabelecimentos prisionais e identificação dos recursos para a sua implementação. ³
64.7. Elaborar protocolos de referência adequados para os cuidados específicos e melhorar os níveis de diagnóstico da infecção do VIH (Programa KLOTTHO)	2007	IDT, I. P., Coordenação Nacional para a Infecção do VIH/SIDA, DGS, ARS	N.º de UE's de Tratamento aderentes	IDT, I. P. / CNSida/ DGS / ARS – n.º de CAT envolvidos – 5; Porcentagem de utentes rastreados / utentes em tratamento no ano – 42%. ⁴
64.8. Alterar os procedimentos de admissão de molde a agilizar a acessibilidade (criação de uma “via verde” em conjugação com as estruturas de redução de riscos e minimização de danos e outros serviços, sociais e de saúde)	2006	IDT, I. P.	% de utentes em tratamento com administração vigiada de medicamentos por infecção/tuberculose e/sintomatologia psiquiátrica	IDT, I. P. – avaliados os utentes com administração vigiada de medicamentos por infecção VIH, tuberculose e sintomatologia psiquiátrica.

² Ver obj operacional 34.3 e 41.2

³ Ver acção 58.3

⁴ Ver acção 37.3 e 55.1

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

O sucesso da nova estratégia, com enfoque na integração de respostas, tem como alicerce o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, desde os anos 90, na área do tratamento.

Esta área de intervenção, centrada na procura da abstinência dos consumos, no cuidar e no inserir, foi eliminando constrangimentos quer ao nível das infra-estruturas, quer a outros níveis como a criação de programas de tratamento com agonistas opiáceos e de reinserção.

Foram abertos CAT em todos os distritos, Unidades de Desabilitação em quatro regiões, Comunidades Terapêuticas e Centros de Dia e desenvolvidas parcerias com outras instituições.

Este trajecto contribuiu para o alargamento de programas a diversos grupos alvo, integrando-os numa única rede de cuidados.

A promoção de uma rede de recursos de saúde e socio-sanitários, que implique os múltiplos actores do sector público e privado numa lógica de proximidade ao cidadão e à comunidade [obj. operacional 60], está em estreita ligação com o PORI, onde são definidas as zonas de intervenção dentro da área geográfica de cada região, podendo ser identificadas zonas que abrangem várias regiões, aplicando-se instrumentos de diagnóstico específicos, de forma a realizar-se uma leitura distrital e concelhia de dados de experimentação, de prevalência e de factores de risco dos domínios comunitário, sócio-cultural e individual associados ao consumo de substâncias psicoactivas.

São também caracterizadas as zonas para posterior identificação dos territórios onde serão desenvolvidos os PRI, onde são aplicados instrumentos de diagnóstico específicos, tendo como ponto de partida os dados ao nível local (freguesia, bairro, rua, etc.), com vista a obter uma leitura mais pormenorizada das zonas identificadas na Etapa 1.

No sentido de *promover o redimensionamento e a reorientação da rede prestadora de cuidados em função do diagnóstico dos contextos globais e locais, constituindo uma rede de cuidados integrados [obj. operacional 61]*, este objectivo enquadra-se igualmente no âmbito do PORI, tendo-se nessa perspectiva desenvolvido inúmeras reuniões que envolveram as áreas do Tratamento, da Prevenção, da Redução de Riscos e Minimização de Danos e da Reinserção para a criação de um quadro conceptual daquele programa.

Considerando a importância que a identificação de necessidades de intervenção e a elaboração de diagnósticos ao nível local assumem na implementação do Plano, foi realizada uma acção de formação sobre *Rapid Assessment Response (RAR)* dirigida a elementos dos serviços centrais e locais do IDT, I. P.. Esta formação foi uma etapa fundamental na introdução de conceitos basilares sobre este tema, sensibilizar os intervenientes para a sua importância e contribuir para a construção do Manual a utilizar na Fase 4 – Elaboração do Diagnóstico do Território.

No âmbito da promoção de *medidas que permitam facilitar o acesso aos diversos programas de tratamento, gerindo os tempos de espera de acordo com critérios éticos e científicos e as realidades locais* [obj. operacional 62], insere-se o movimento clínico do IDT, I. P..

Utentes e Consultas – Ambulatório / Rede Pública

Em 2006 foram atendidos 32 460 utentes em ambulatório na rede pública, 4745 dos quais em primeiras consultas, verificando-se uma estabilidade em relação ao ano anterior (respectivamente +2% e -2%).

Foram efectuadas 433 600 consultas para os 32 460 utentes em tratamento nas unidades do IDT, I. P., o que corresponde a um aumento de 5,5% em relação ao ano anterior, mantendo-se a média de 13 consultas por utente/ano

No âmbito do objectivo acima referido [acção 62.1 e 62.4], no final de 2006 foi enviado a todos os CAT um questionário para avaliar os tempos máximos de espera para consultas e para os diversos tipos de programas de tratamento e para ajudar a *definir consensualmente, em reuniões subsequentes, os tempos de espera considerados razoáveis para admissões em: 1ª Consulta; Programa Terapêutico com Agonista Opiáceo (PTAO); Internamento de curta duração para desabituação de substâncias*. Os resultados mostraram que a média de 2006 nunca foi superior ao dobro do considerado como razoável:

Quadro 130 - Tempos de espera

Espera para:	Média de tempos máximos em 2006 (dias)	Consenso tempo razoável
1ª Consulta	16	10
PTAO	18	10
Internamento curta duração	18	13

Fonte: IDT, I. P.

Ainda no contexto do mesmo objectivo [acção 62.2 e 62,3] foram definidos na íntegra, os padrões de actividades e as competências e actividades para o grupo profissional de Serviço Social e para o de Enfermagem e definidos parcialmente para o grupo profissional de Médicos e de Psicólogos.

No sentido de *melhorar a oferta de programas de tratamento à população toxicodependente pautados pela ética e baseados na evidência científica* [obj. operacional 63], optimizaram-se os programas que vêm sendo desenvolvidos.

Programas Terapêuticos Com Agonistas Opiáceos (PTAO)

Ao longo do ano de 2006 estiveram integrados em Programas de Tratamento com Agonistas Opiáceos (PTAO) 22.922 utentes a nível nacional o que representa uma taxa de crescimento global relativamente ao ano anterior de 9%. Cerca de 7090 destes utentes foram admitidos nestes programas (metadona ou buprenorfina) em 2006, sendo 2257 readmissões e 4833 novas admissões. Saíram destes

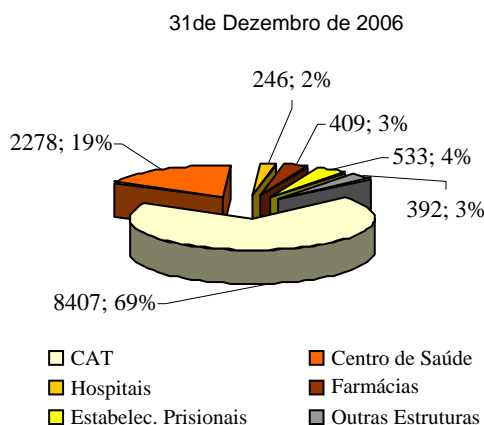
programas 6087 utentes ao longo do ano, 16% dos quais com alta clínica. A 31/12/2006, estavam neste tipo de programas 16 835 utentes, 73% em metadona e 27% em buprenorfina.

Mantiveram-se regimes de parceria entre o IDT, I. P. e vários organismos, tais como Centros de Saúde, Hospitais, Farmácias, Estabelecimentos Prisionais, entre outros (recurso pontual a ONG e IPSS), no intuito de diversificar os locais de administração, tornando mais fácil o acesso a este tipo de programa, estando sempre implícito o objectivo de promover uma maior autonomia dos utentes e facilitar a ressocialização e reinserção social.

Os utentes em tratamento nos CAT tomam a metadona nos próprios CAT, nos CS, nos Centros de Diagnóstico Pneumológico ou nas Farmácias, ou levam doses domiciliárias semanalmente, de acordo com regras previamente estabelecidas pelas respectivas equipas responsáveis pelos Programas das Unidades e com uma permanente avaliação clínica dos casos.

Quando os utentes são hospitalizados ou quando são detidos, os CAT articulam com essas instituições para assegurar a continuidade na administração medicamentosa.

Figura 65 - Utentes em Programas de Tratamento com Metadona, conforme o local de toma



Fonte: DR/ODT/DTRDR

Internamentos

Unidades de Desabilitação Públicas

As 5 UD do IDT, I. P. recebem utentes enviados pelos CAT com projectos terapêuticos que vão da desabilitação para introdução de terapêutica antagonista opiácea, à paragem de consumos, para entrar numa Comunidade Terapêutica e (com crescente frequência) ou terminar programas de tratamento com agonistas opiáceos.

Em 2006 estiveram internados 1466 utentes nestas Unidades, verificando-se uma estabilidade das taxas de ocupação relativamente ao ano anterior.

Quadro 131 - Unidades de Desabilitação Públicas

2006

Estrutura	N.º de Unidades	N.º de Camas	Taxa de Ocupação (%)	% Altas Clínicas ^{a)}
Unidades de Desabilitação Públicas	5	46	76%	79%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano. É de referir que as altas clínicas significam o cumprimento do objectivo proposto à entrada, e que, tendo em consideração os diferentes percursos e *estádios* em que se encontram os utentes à entrada assim como os diferentes modelos terapêuticos existentes nas várias Unidades, as altas não clínicas poderão ser resultado de um reajuste do projecto terapêutico negociado entre o utente e o terapeuta.

Fonte: IDT, I. P.

Quando há falta de capacidade de resposta rápida destas unidades, ou por conveniência do utente, é proposto o internamento em UD convencionadas pelo IDT, I. P..

Unidades de Desabilitação Licenciadas e Convencionadas

Ao longo do ano 2006, o total de utentes internados em unidades privadas licenciadas (10 UD) foi de 1.593, dos quais 1.205 em camas convencionadas (6 UD). Em 2006, a taxa de ocupação nas camas convencionadas foi inferior à registada em 2005.

Quadro 132 - Unidades de Desabilitação com Convenção

2006

Estrutura	N.º de Unidades	N.º de Camas Convencionadas	Taxa de Ocupação (%)	% Altas Clínicas ^{a)}
Unidades de Desabilitação com Convenção	6	65	45%	78%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano. É de referir que as altas clínicas significam o cumprimento do objectivo proposto à entrada, e que, tendo em consideração os diferentes percursos e *estádios* em que se encontram os utentes à entrada assim como os diferentes modelos terapêuticos existentes nas várias Unidades, as altas não clínicas poderão ser resultado de um reajuste do projecto terapêutico negociado entre o utente e o terapeuta.

Fonte: IDT, I. P.

Comunidades Terapêuticas Públicas

Em 2006 estiveram internados 110 utentes nas 3 CT do IDT, I. P., verificando-se uma taxa de ocupação inferior à registada no ano anterior, devido à abertura da CT Ponte da Pedra (DR Norte), oficialmente inaugurada em Junho e que, nesta fase de arranque, teve uma taxa de ocupação significativamente inferior ao verificado nas restantes unidades, o que explica o decréscimo na taxa total de ocupação.

Quadro 133 - Comunidades Terapêuticas Públicas

2006

Estrutura	N.º de Unidades	N.º de Camas	Taxa de Ocupação (%)	% Altas Clínicas ^{a)}
Comunidades Terapêuticas Públicas	3	56	81%	14%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano. É de referir que as altas clínicas significam o cumprimento do objectivo proposto à entrada, e que, tendo em consideração os diferentes percursos e *estádios* em que se encontram os utentes à entrada assim como os diferentes modelos terapêuticos existentes nas várias Unidades, as altas não clínicas poderão ser resultado de um reajuste do projecto terapêutico negociado entre o utente e o terapeuta.

Fonte: IDT, I. P.

À semelhança do procedimento utilizado para as UD, os utentes podem, também, ser encaminhados para lugares convencionados em CT pertencentes a privados ou IPSS.

Comunidades Terapêuticas Licenciadas Convencionadas

Ao longo do ano de 2006, estiveram internados 4.118 utentes em unidades licenciadas (70 CT), dos quais 3.036 em camas convencionadas (64 CT). Em 2006, a taxa de ocupação nas camas convencionadas foi muito próxima à registada em 2005.

Quadro 134 - Comunidades Terapêuticas com Convenção

2006				
Estrutura	N.º de Unidades	N.º de Camas Convencionadas	Taxa de Ocupação (%)	% Altas Clínicas ^{a)}
Comunidades Terapêuticas com Convenção	64	1339	82%	34%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano. É de referir que as altas clínicas significam o cumprimento do objectivo proposto à entrada, e que, tendo em consideração os diferentes percursos e *estádios* em que se encontram os utentes à entrada assim como os diferentes modelos terapêuticos existentes nas várias Unidades, as altas não clínicas poderão ser resultado de um reajuste do projecto terapêutico negociado entre o utente e o terapeuta.

Fonte: IDT, I. P.

Centros de Dia Públicos

O IDT, I. P. mantém em funcionamento 2 CD – ainda que tenha ocorrido uma reestruturação interna na DR Norte, que integraram 77 utentes em 2006, tendo sido a taxa de ocupação superior à verificada no ano anterior.

Quadro 135 - Centros de Dia Públicos

2006				
Estrutura	N.º de Unidades	N.º de Lugares	Taxa de Ocupação (%)	% Altas Clínicas ^{a)}
Centros de Dia Públicos	2	40	64%	44%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano. É de referir que as altas clínicas significam o cumprimento do objectivo proposto à entrada, e que, tendo em consideração os diferentes percursos e *estádios* em que se encontram os utentes à entrada assim como os diferentes modelos terapêuticos existentes nas várias Unidades, as altas não clínicas poderão ser resultado de um reajuste do projecto terapêutico negociado entre o utente e o terapeuta.

Fonte: IDT, I. P.

Centros de Dia Licenciados Convencionados

Em 2006, o total de utentes que estiveram em Centros de Dia Licenciados (8 CD) foi de 531, dos quais 323 em CD Convencionados (4 CD). A taxa de ocupação em lugares convencionados foi inferior à registada no ano anterior.

Quadro 136 - Centros de Dia com Convenção

2006				
Estrutura	N.º de Unidades	N.º de Lugares Convencionados	Taxa de Ocupação (%)	% Altas Clínicas ^{a)}
Centros de Dia com Convenção	4	175	31%	43%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano.

Fonte: IDT, I. P.

Com vista a *definir linhas orientadoras (guidelines) dos programas de tratamento em regime ambulatorio e em regime de internamento de curta duração (programas de tratamento farmacológico com agonistas opiáceos e antagonista* [obj. operacional 63 (63.1)], foram realizadas reuniões no sentido de definir um conjunto de linhas de orientação na rede pública dos CAT para programas de tratamento com metadona em regime de manutenção no ambulatório.

No âmbito da elaboração das linhas de orientação para a área do tratamento, foi também desenvolvido um importante trabalho com as 5 Unidades de Desabilitação e, em reuniões periódicas com apoio do Núcleo de Estatística, têm sido uniformizados os modos de recolha e registo de dados, bem como a intervenção farmacológica e a metodologia da avaliação de resultados.

A actual avaliação do movimento clínico destas unidades é de grande qualidade e utilidade.

Enquadrado no objectivo referido em cima, com vista à participação na elaboração de um Sistema de Informação [acção 63.3], foi elaborado o módulo do ambulatório, no âmbito da criação de um novo “Sistema de Informação do IDT, I. P.”, de suporte à actividade técnica, clínica e de gestão nas diversas áreas de intervenção.⁵

No contexto de criação de *linhas orientadoras para a gravidez, parto e pós parto; linhas orientadoras para recém nascidos; protocolos efectuados e actualizados com os centros de saúde e serviços de obstetria*” [obj. operacional 64 (64.3)], foram actualizados 3 protocolos com os centros de saúde e serviços de obstetria.

Dentro do mesmo objectivo [acção 64.7], *elaborar protocolos de referenciação adequados para os cuidados específicos e melhorar os níveis de diagnóstico da infecção VIH*, foi assinado um protocolo em Junho de 2006, com a CNSida/ACS, para o Programa KLOTO, envolvendo no ano de 2006 5 CAT, tendo sido preparadas as equipas e materiais para arranque do programa nos restantes CAT em 2007.

No que respeita a *avaliar o número de utentes em tratamento com administração vigiada de medicamentos para infecção VIH, para Tuberculose e para sintomatologia psiquiátrica* [acção 64.8] foi feito um ‘inquérito’ aos CAT, no final de 2006, que obteve respostas de 43 CAT e os seguintes valores:

Quadro 137 - Utentes com Administração Vigiada

Utentes com toma observada de:	DR Norte	DR Centro	DR Lisboa V.Tejo	DR Alentejo	DR Algarve	TOTAL
Anti-retrovirais	39	41	34	10	3	127
Tuberculostáticos	21	12	43	3	2	81
Psicofármacos	174	83	137	15	3	412

Fonte: IDT, I. P.

⁵ Ver também acção 34.3 e 41.2

Direcção Geral dos Serviços Prisionais

No que respeita ao Tratamento, existem na DGSP programas orientados para a abstinência e programas terapêuticos com agonistas opiáceos e programas com antagonistas.

Programas orientados para a abstinência

- 7 Unidades Livres de Droga, com capacidade total de 200 camas⁶;
- 1 Comunidade Terapêutica, com – 45 camas;
- 1 Casa de Saída, com 12 camas.

No ano 2006 integraram estas unidades 356 reclusos toxicodependentes, dos quais 26 mulheres.

Programas terapêuticos com agonistas opiáceos e programas com antagonistas.

- Da responsabilidade da DGSP, funcionam em 6 Estabelecimentos Prisionais (Lisboa, Porto, Tires, Caxias, Linhó e Paços de Ferreira)⁷.

Ao longo do ano de 2006 integraram estes programas 324 reclusos toxicodependentes, dos quais 9 mulheres.

- Em articulação com os Centros de Atendimento a Toxicodependentes.

Manteve-se a cooperação entre os Estabelecimentos Prisionais e os Centros de Atendimento a Toxicodependentes de referência, nomeadamente, no que se refere, a continuidade da administração da metadona, quando os utentes deste programa são detidos ou quando saem em liberdade.

Durante o ano 2006, decorrente da articulação entre a DGSP e o IDT, I. P., foram acompanhados em Programas Terapêuticos com agonistas opiáceos, reclusos afectos a 45 Estabelecimentos Prisionais, e, em Programas de Antagonistas, reclusos afectos a 15 Estabelecimentos Prisionais, abrangendo-se um total de 568 reclusos.

⁶ No estabelecimento Prisional de Caxias, o espaço físico residencial do programa funciona numa camarata

⁷ Nos Estabelecimentos Prisionais de Lisboa, Paços de Ferreira, Porto e Tires a coordenação dos programa é da responsabilidade da equipa técnica do EP. Em dois Estabelecimentos Prisionais (Caxias e Linhó) a prescrição de Metadona é da responsabilidade dos CAT de referência e o acompanhamento psicológico é da responsabilidade dos EP.

Estruturas e Programas de Tratamento nos Estabelecimentos Prisionais

Programas orientados para a abstinência

Quadro 138 - Unidades Livres de droga		
Estabelecimento Prisional	Capacidade	Utentes em 2006I
E. P. de Lisboa: Ala G	45 camas	74
E. P. de Lisboa: Ala A.	75 camas	106
E. P. de Tires	21 camas	26
E. P. de Leiria	29 camas	36
E. P. do Porto	18 camas	34
E. P. de Santa Cruz do Bispo	20 camas	22
E. P. de Caxias	12 camas	7
E. P. de Sintra	25 camas	32
Total	245	337

Fonte: DGSP

Quadro 139 - Casa de Saída		
Estabelecimento Prisional	Capacidade	Utentes em 2006I
E. P. R. das Caldas da Rainha	12 camas	19

Fonte: DGSP

Quadro 140 - Prevenção da Recaída		
Estabelecimento Prisional	Capacidade	Utentes em 2006I
E. P. Porto (grupo de abstinentes)	12 camas	16
E. P. Caxias (reuniões de prevenção da recaída)		19 ⁸

Fonte: DGSP

Programas farmacológicos

Quadro 141 -Programas Farmacológicos				
Estabelecimentos Prisionais	Utentes em 31 de Dezembro de 2006			Total
	Metadona	Subutex	Antagonistas	
EP Caxias	8	-	-	8
EP Lisboa	20	-	-	20
EP Porto	107	-	3	110
EP Tires	18 (10 H e 8 M)	2 (1 H e 1M)	-	20
EP Linhó	10	-	30	40
EP Paços de Ferreira	105	6	15	126
Total	268	8	48	324

Fonte: DGSP

⁸ Este número corresponde ao número médio de presenças em reunião

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar⁹

Tratamento

No âmbito do PPCDAFA, o tratamento pode incluir:

- Internamento em hospital militar, no serviço de psiquiatria, para desintoxicação médica e acompanhamento clínico;
- Programa de tratamento e reabilitação biopsicossocial em unidade especializada;
- Acção terapêutica de reabilitação educativa, com o aproveitamento de militares recuperados, em acções de aconselhamento e ajuda;
- Acompanhamento médico periódico, em regime ambulatorio;
- Frequência de grupos de ajuda mútua (AA e NA).

Em 2006, realizaram-se nos três Ramos, nos hospitais militares e na UTITA, 151 consultas de psiquiatria (menos 341, que em 2005), por situações relacionadas com o consumo de álcool ou drogas, e o internamento de 34 militares (mais 10, relativamente a 2005). De referir que estes valores não correspondem a indivíduos, uma vez que pode haver repetição de ocorrências.

Actividade da UTITA

O Serviço de Utilização Comum das Forças Armadas para o tratamento e reabilitação psicossocial de alcoolismo e toxicodependência é a Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo, da Marinha. Esta Unidade possui um protocolo de colaboração com o Ministério da Saúde/ IDT, I. P., na área do tratamento.

Durante 2006, a UTITA desenvolveu a seguinte actividade:

a) Nível ambulatorio

Quadro 142 - Consultas em ambulatorio

Actividade	Militares	Consultas
Consultas de Psiquiatria (álcool e outras drogas)		54
Consultas de Psiquiatria (nicotina)	51	32
Consultas de Avaliação Psicológica (álcool e outras drogas)		110
Consultas de Avaliação Psicológica (nicotina)	85	28
Consultas de Avaliação Médica (álcool e outras drogas)	31	38
Consultas e Sessões de Psicoterapia/Aconselhamento (álcool e outras drogas)	119	104
Consultas e Sessões de Psicoterapia / Aconselhamento (nicotina)		159
Sessões de Terapia Familiar (álcool e outras drogas)	34	64
Sessões de Terapia de Prevenção da Recaída (álcool e outras drogas)		103

Fonte: DGPRM

⁹ O encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, por eixos de intervenção, bem como, a evolução do investimento no mesmo, encontra-se no capítulo Dissuasão da Toxicodependência.

b) Nível de Internamento

Os programas de internamento na UTITA estão estruturados de forma a prestarem cuidados intensivos, durante 26 dias, levando às mudanças essenciais à manutenção de abstinência e estruturando a vida em função dos valores da “recuperação”.

Em 2006, foram efectuados 9 programas de tratamento, envolvendo 30 militares das Forças Armadas e 15 da GNR.

c) Actividades de Prevenção Terciária

Neste particular, a actividade da UTITA consiste essencialmente no apoio aos Operadores de Prevenção, dos Núcleos de Apoio ao Comando das Unidades, e nas sessões de terapia de grupo semanal, em ambulatório.

Em 2006, a UTITA realizou um total de 36 sessões com os Operadores de Prevenção, das Unidades.

d) Actividade de colaboração com o Ministério da Saúde

Relativamente ao protocolo firmado com o IDT, I. P., a UTITA realizou, no nível ambulatório, 747 consultas e, no nível internamento, recebeu 34 pacientes.

Reinserção

Resultado a atingir

Garantir a abrangência e a transversalidade dos recursos institucionais/ não-institucionais da Reinserção nas várias áreas de vida do cidadão, de forma a facilitar o desenvolvimento de projectos de vida responsáveis e responsabilizantes

Objectivo				
71. Capacitar para a integração e manutenção no mercado de trabalho				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
71.1. Criar uma bolsa de empregadores, de forma a promover a integração de indivíduos no mercado de trabalho	2006-2008	IDT, I. P., Comunidade Empresarial, IEFP, I. P.	N.º de indivíduos integrados no mercado de trabalho. N.º de empregadores integrados na bolsa. Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I. P. – n.º de empregadores contactados – Projecto SABER – 237; IDT, I. P./IEFP, I. P. – Proposta em estudo de criação de bolsa no âmbito do PVE; IEFP, I. P. – n.º de pessoas com contrato de trabalho ou emprego próprio – 291; IEFP, I. P. – n.º de empresas a colaborar no processo de inserção/reinserção profissional (PVE) – 804.
71.2. Desenvolver projectos inovadores e rentabilizar os existentes (ex. Programa Vida_Emprego, Rede de Artesãos) que promovam respostas de profissionalização adaptadas à população alvo	2006-2008	IDT, I. P., IEFP, I. P., IGFFSE	N.º de projectos desenvolvidos. N.º de indivíduos abrangidos por respostas de profissionalização. Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I. P. – n.º de indivíduos integrados através do Projecto SABER – 246; elaborado 1 Relatório de Actividades; IDT, I. P./IEFP, I. P. – n.º de reuniões da Coordenação Nacional e do Secretariado Técnico – 7; IDT, I. P./IEFP, I. P. – n.º de indivíduos abrangidos pelo PVE -1324; N.º total de apoios incluindo mediação - 1403; Proposta de reformulação do PVE.

Objectivo				
72. Facilitar o acesso à formação profissional				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
72.1. Promover a integração de indivíduos em respostas de formação profissional	2006-2008	IDT, I. P., IEFP, I. P., IPSS's, ONG's	Nº de indivíduos integrados em respostas de formação profissional. Relatório de Actividades/ Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I. P./IEFP, I. P. – no âmbito do Programa PASITform – n.º de ações de Formação em Programas e Medidas de Formação – 5; Nº de ações de Formação de Formadores - - 5; N.º de actividades nos Centros de gestão directa – 33 ¹ ; Concepção de referencial teórico ² . IEFP, I. P. – n.º de indivíduos abrangidos em respostas de Formação Profissional – 112.

¹ Estas actividades foram realizadas no âmbito da comemoração do “Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas.

² Foi elaborado o referencial teórico de formação de formadores no âmbito da problemática do consumo de substâncias psico-activas.

72.2. Estabelecer protocolos/acordos de cooperação com entidade que operam ao nível da formação profissional	2006-2008	IDT, I. P., Entidades formativas	N.º de protocolos/acordos com entidades formativas. Relatório de Actividades / Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I. P./CNJ – Apresentação de proposta de acordo de cooperação com entidades privadas que operam ao nível da Formação Profissional.
--	-----------	----------------------------------	---	--

Objectivo 73. Dinamizar projectos de intervenção em meio laboral e de prevenção da desinserção				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
73.1. Desenvolver projectos inovadores e dinamizar os projectos existentes na área da prevenção em meio laboral	2006-2008	IDT, I. P., MDN, MTSS, CES, Autarquias	N.º de projectos de intervenção em meio laboral. Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística)	IDT, I. P. – grupo de consultores internos e externos de apoio às empresas: n.º de acções de apoio propostas – 2; N.º de reuniões – 3 IDT, I. P./CGTP – no âmbito do Projecto EURIDICE: n.º de entidades empregadoras envolvidas – 4; N.º de acções de sensibilização – 2; N.º de acções de formação – 4; N.º de campanhas informativas – 2; N.º de articulações com UE do IDT, I. P. -2.

Resultado a atingir

Potenciar a Reinserção enquanto processo global, implicando todos os actores na óptica da abordagem e das respostas integradas, através de uma gestão participada e efectiva

Objectivo 77. Valorizar a reinserção enquanto valência autónoma e com metodologia própria de intervenção				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
77.2. Promover periodicamente, em cada ano, reuniões de divulgação de Boas Práticas de reinserção	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de reuniões promovidas. Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística)	IDT, I. P. – Realizada uma Conferência de âmbito nacional para divulgação de boas práticas em reinserção, envolvendo 135 participantes.

Objectivo 78. Optimizar os recursos centrais, regionais e locais do IDT, I. P. na área da Reinserção				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
78.1. Promover a coordenação eficaz intra-institucional, a nível central, regional e local	2006-2008	IDT, I. P.	N.º de acções realizadas. Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I. P. – No sentido de articular o desenvolvimento do trabalho entre os serviços centrais, regionais e locais, foram realizadas 3 reuniões.

78.2. Promover o desenvolvimento do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI)	2006-2008	IDT, I. P., Parceiros dos PORI	N.º de reuniões.	IDT, I. P. – participação nos Grupos de Trabalho responsáveis pela concepção do quadro conceptual, dos instrumentos técnicos e acompanhamento do PORI.
---	-----------	--------------------------------------	------------------	--

Objectivo				
79. Promover e melhorar a articulação inter institucional				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
79.1. Estabelecer protocolos e parcerias para a facilitação da articulação local	2006-2008	IDT, I. P., MAI, ME, MJ, MTSS	Nº de protocolos estabelecidos para a facilitação da articulação local. N.º de adesões à Rede Social. Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I. P./ISS, I. P. – no âmbito do projecto conjunto e com vista à monitorização das acções desenvolvidas: nº de reuniões efectuadas – 14; IDT, I. P./ISS, I. P./SCML – reformulação do Manual de Procedimentos; IDT, I. P./IEFP, I. P. – no sentido de definir um circuito de procedimentos e metodologias para a facilitação da articulação local destas duas instituições: nº de encontro de técnicos - 5
79.2. Criar um Programa Quadro na área da reinserção, que permita o co-financiamento neste âmbito	2006-2008	IDT, I. P., MJ, MTSS, Autarquias e IPSS's	Nº de projectos de reinserção co-financiados. Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I. P. – proposta de criação de um Programa Quadro na área da reinserção.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Os processos de Reinserção requerem a participação activa das instituições com responsabilidades na área social e da saúde, daí a importância de se potenciar actuações conjuntas intra e interinstitucionais, de forma a revitalizar a rede de suporte do cidadão.

No sentido de contribuir para a *capacitação, integração e manutenção no mercado de trabalho do cidadão toxicodependente* [obj. operacional 71], foram dinamizadas respostas de profissionalização adaptadas aos consumidores em tratamento.

Neste âmbito, a DR Algarve desenvolveu iniciativas de integração sócio-profissional dirigidas a consumidores em recuperação, através do **Projecto SABER**, fomentando e mediando o seu enquadramento sócio-laboral. Foram realizados 2.495 contactos a empresas, resultando em 237 contratos de trabalho, que abrangeram 246 indivíduos, tendo havido 1.360 momentos de mediação em postos de trabalho.

Ainda neste contexto o **Programa Vida-Emprego**³, teve um papel relevante na promoção da integração profissional de toxicodependentes em fase final de tratamento, tendo sido abrangidos por este programa 1.324 consumidores em idade activa, que beneficiaram de medidas específicas adequadas à sua situação. O número total de apoios do Programa foi 1.403, incluindo a medida Mediação para a Formação e o Emprego (ver execução física e financeira do Programa na parte relativa às actividades do IEFP, I. P. deste capítulo). Durante o ano de 2006, realizaram-se sete reuniões da Coordenação Nacional e do Secretariado Técnico do PVE, com o objectivo de se proceder à reformulação do Programa.

Tendo como meta a *facilitação ao acesso à formação profissional* [obj. operacional 72], foi desenvolvido o Programa de Acção para a Sensibilização e Intervenção nas Toxicodependências no Contexto da Formação Profissional – **PASITform**, conjuntamente com o IEFP, I. P..

Este programa pretende responder às necessidades identificadas pelo diagnóstico efectuado em 2005, nomeadamente no que diz respeito à melhoria da articulação entre os técnicos dos dois Institutos, à intervenção junto dos candidatos/formandos e dos formadores dos Centros de Gestão Directa do IEFP, I. P.. Neste sentido, foram desenvolvidos três projectos que contemplaram várias actividades:

- **Projecto A** - Promoção da articulação entre as estruturas do IDT, I. P. e do IEFP, I. P.

A1 - Encontros Técnicos: realizaram-se cinco Encontros Técnicos, um por DR, entre as estruturas regionais e locais do IDT, I. P. e do IEFP, I. P., envolvendo 129 técnicos.

A2 - Formação em Programas e Medidas de Formação: efectuaram-se cinco acções de formação, uma por DR, contemplando 72 técnicos do IDT, I. P..

³ Criado pela Res. Conselho Ministros nº 136/98, de 4 de Dezembro. Coordenação conjunta de IEFP, I. P./ IDT, I. P.

- **Projecto B** - Formação de formadores

B1 - Referencial de Formação de Formadores no Âmbito da Problemática das Toxicodependências: foram desenhadas linhas orientadoras para organização da B2.

B2 - Formação de Formadores no Âmbito da Problemática das Toxicodependências: realizaram-se 5 acções, uma por DR, abrangendo 63 técnicos/formadores do IEFP, I. P..

- **Projecto C** - Informação e sensibilização dos formandos para a problemática das toxicodependências

C1 - Concurso para o Logótipo do PASITform: foram apresentadas 165 candidaturas de 105 formandos, de 21 Centros de Gestão Directa do IEFP, I. P.. Constituiu-se um Júri com elementos do IDT, I. P. e do IEFP, I. P., que avaliou as candidaturas e apurou os três primeiros classificados.

C2 - Comemoração do Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas onde em todos os Centro de Gestão Directa do IEFP, I. P. (33 CGD), foram realizadas 3 actividades:

- Divulgação do PASITform;
- Lançamento do Concurso para o Logotipo do PASITform;
- Acção de Sensibilização sobre a problemática dos consumos de substâncias psicoactivas.

No âmbito do mesmo objectivo, foi estabelecida uma parceria com a CNJ – Confederação Nacional de Jovens Agricultores de Portugal – enquanto entidade formadora e interventora no âmbito do desenvolvimento regional e social sustentável.

Esta parceria tem como objectivo o desenvolvimento de projectos de formação, no sentido de promover a empregabilidade e a inserção social e profissional de consumidores de substâncias psicoactivas em processo de reinserção.

No que concerne à *dinamização de projectos de intervenção em meio laboral e de prevenção da desinserção* [obj. operacional 73], menciona-se o Projecto de intervenção em meio laboral – EURIDICE, em parceria com a CGTP, que envolveu quatro entidades empregadoras, realizando-se duas acções de sensibilização e quatro de formação. Foram desenvolvidas duas Campanhas informativas e três reuniões de formação. Neste âmbito, foi constituído um grupo de trabalho para intervenção em meio laboral, com peritos internos (do IDT, I. P.) e externos, para se delinarem os pressupostos das respostas às solicitações das empresas e autarquias, que pretendem com o IDT, I. P., implementar políticas de intervenção na área dos consumos de álcool e outras drogas no seio das suas organizações.

Ainda no âmbito da intervenção em meio laboral, está a ser desenvolvido um projecto-piloto, em colaboração com o Departamento de Prevenção, em cinco escolas profissionais de dois distritos⁴, baseado num estudo das representações sociais dos formandos sobre os consumos de substâncias psicoactivas. Este projecto tem como objectivos conhecer as percepções e representações dos alunos e restante comunidade educativa face ao

⁴ Ver obj. operacional 47.3.

consumo de substâncias psicoactivas, sensibilizar e formar sobre as substâncias e riscos associados e a realização de outras intervenções mais abrangentes nesses contextos.

Nesse âmbito, foram seleccionados dois distritos para a realização deste projecto-piloto, tendo sido efectuado um inquérito por questionário a todos os alunos de 8 escolas profissionais, dos distritos de Portalegre e Viana do Castelo, num total de 1.614 inquéritos. Foi iniciada a análise estatística dos questionários, bem como foi calendarizada a execução de focus-grupo que abarquem o resto da comunidade educativa destas Escolas Profissionais. Após a divulgação dos resultados, pretende-se definir, em conjunto com as referidas escolas, um plano de intervenção a ter lugar durante os anos lectivos de 2007/2008.

Numa segunda fase e após a avaliação da primeira, está prevista a disseminação da intervenção a outros distritos.

No sentido de *valorizar a reinserção enquanto valência autónoma e com metodologia própria de intervenção* [obj. operacional 77], foi realizada uma Conferência de âmbito nacional, em articulação com a DR Norte, para divulgação de boas práticas em reinserção, subordinada ao tema “Projectar o Futuro...Integra(n)do”, com a participação de 113 técnicos.

Esta Conferência proporcionou o lançamento da Colectânea de Textos do Workshop de Reinserção 2004 “Novas Perspectivas... Novos Horizontes”, que reúne as comunicações da Conferência realizada em 2004 no Porto, no Palácio do Freixo.

Na continuidade do trabalho produzido no ano anterior, foi enviado para publicação o 1º Caderno do Manual de Boas Práticas sobre Reinserção – Enquadramento Teórico. O objectivo deste 1º caderno é a sistematização e organização de um quadro de referência para a área da Reinserção, de modo a fundamentar no campo teórico a intervenção, enquadrando estratégias e acções no terreno. O lançamento do Manual será efectuado no ano de 2007.

Numa perspectiva de *optimização dos recursos centrais, regionais e locais do IDT, I. P.* [obj. operacional 78], foi operacionalizada a figura do Interlocutor Regional e Local, promovendo a articulação intra-institucional, essencial a uma intervenção eficaz, tendo sido realizadas três reuniões. Participou-se também nos grupos de trabalho responsáveis pela concepção do quadro conceptual, dos instrumentos técnicos e acompanhamento do PORI.

No sentido de *promover e melhorar a articulação inter institucional* [obj. operacional 79], foi reforçada a articulação interinstitucional e a melhoria das acções conjuntas, nomeadamente no âmbito do projecto com o ISS, I. P., tendo sido efectuadas 14 reuniões. Na sequência do processo de monitorização desenvolvido ao longo do ano, procedeu-se à revisão, adaptação e correcção do Manual de Procedimentos IDT, I. P./ISS, I. P./SCML, no âmbito do atendimento/accompanhamento de indivíduos em processo de Reinserção⁵.

⁵ Ver ainda as actividades do ISS.IP neste capítulo.

Instituto de Segurança Social, I. P.

A intervenção da Segurança Social na área da problemática da toxicodependência permanece essencialmente direccionada para a vertente da reinserção social através da comparticipação financeira a instituições da sociedade civil para o funcionamento de apartamentos de reinserção, de equipas de intervenção directa e na atribuição de apoios económicos aos indivíduos ou suas famílias, que possibilitem o processo de reinserção. O apoio ao tratamento, que se traduz no pagamento de medicação e de mensalidades em instituições de tratamento (Despacho Conjunto n.º 261 – A/99), nomeadamente comunidades terapêuticas mantém – se, também, como uma das vertentes de intervenção nesta área.

Serviços Centrais

Ao nível dos Serviços Centrais – Departamento de Protecção Social de Cidadania (DPSC) – Unidade de Solidariedade, existe uma equipa constituída por três elementos que trabalham especificamente as questões relativas às problemáticas específicas, estando um desses elementos mais directamente com a área da toxicodependência.

No Plano de Acção do Departamento de Protecção Social de Cidadania foi definido como objectivo estratégico para 2006, “o aumento da produtividade e eficiência dos serviços de acção social, através de implementação de um modelo de gestão suportado num sistema de informação, na harmonização de procedimentos e qualificação dos agentes”.

Para a sua concretização foram definidas as seguintes acções, a desenvolver no âmbito das competências funcionais da Unidade de Solidariedade, e mais precisamente na área da toxicodependência:

- Avaliação diagnóstica das problemáticas específicas (Toxicodependência, VIH/SIDA, Imigração e Violência Doméstica) a nível de caracterização da população;
- Avaliação das respostas sociais: Comunidade de Inserção, Casas de Abrigo, Apartamentos de Reinserção Social, Equipas de Intervenção Directa e Serviço de Apoio Domiciliário para VIH/SIDA;
- Implementação das orientações conjuntas IDT, I. P./ISS, I. P. relativas ao atendimento/acompanhamento da população toxicodependente.

Em 2006 deu-se continuidade ao trabalho de articulação, iniciada em 2004, com os serviços centrais do IDT, I. P., em particular com o Núcleo de Reinserção, onde foi desenvolvido um conjunto de iniciativas interinstitucionais com vista a promover respostas integradas mais eficazes.

Assim, as acções colocadas em prática para cumprimento do objectivo relativo à implementação das orientações conjuntas, foram a finalização, em Fevereiro de 2006, da formação relativamente ao Manual de Procedimentos no Distrito de Lisboa, a recolha de contributos e efectivação das alterações ao manual de

procedimentos, a qual se tornou inadiável uma vez que em Janeiro de 2006 se verificou a adesão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a esta metodologia de trabalho, uma vez que é a entidade responsável pelo desenvolvimento da acção social na cidade de Lisboa. Procedeu-se, também, à elaboração de um protocolo interinstitucional que formalize esta metodologia, a qual aguarda assinatura.

Com o objectivo de avaliar a implementação desta metodologia de articulação procedeu-se à análise dos dados enviados pelos CDSS tendo-se elaborado um Relatório da Monitorização em 2006.

Uma das acções já definidas no Plano de Acção de 2005, e que se mantém em 2006, refere-se à avaliação de algumas **respostas sociais**. A integração desta acção é justificada pelo facto da intervenção da Segurança Social, no âmbito das problemáticas específicas, ter também uma vertente de apoio financeiro às Instituições que desenvolvem respostas sociais dirigidas a estas populações específicas, através de acordos atípicos.

Neste sentido, foi proposta a realização de um projecto de avaliação, em colaboração com os CDSS, das seguintes respostas sociais:

- Comunidade de Inserção;
- Casa de Abrigo;
- Apartamentos de Reinserção;
- Equipas de Intervenção Directa;
- Equipas de apoio domiciliário VIH/SIDA.

Ainda se encontra em fase de elaboração o Relatório Final deste Projecto, o qual permitirá cumprir o objectivo definido para o DPSC, ou seja, a verificação da adequação das respostas existentes e da forma como as mesmas estão formuladas e se o seu funcionamento se adequa às necessidades reais da população alvo.

Serviços Distritais

O trabalho desenvolvido pelos Serviços Distritais, no âmbito da problemática da toxicodependência, situou-se, maioritariamente, ao nível da articulação com outras entidades/comissões especializadas e com o Departamento de Protecção Social de Cidadania dos Serviços Centrais deste instituto.

Nos Centros Distritais de Segurança Social (CDSS)⁶ existe um Interlocutor Distrital para a problemática da toxicodependência, o qual acumula diversas funções, sendo, na maioria das situações o mesmo interlocutor para as outras problemáticas específicas, nomeadamente, VIH/SIDA, Sem Abrigo, Imigração e Violência Doméstica.

Na articulação com outras entidades/comissões especializadas verificou-se que o sector com que os CDSS mais contactam relativamente a esta problemática é o da Saúde, e mais especificamente com os CAT, tendo-se verificado a realização de um número elevado de reuniões diversas e de reuniões para discussão de casos conjuntamente. A articulação com as IPSS é muito acentuada assim como com as parcerias locais e,

⁶ O CDSS de Évora durante o ano de 2006 não designou interlocutor distrital para esta problemática.

principalmente, com os Núcleos Executivos do RSI. Ainda no sector da saúde verifica-se um número significativo de reuniões realizadas com os centros de saúde e os hospitais.

Serviços Locais

Nos Serviços Locais de Acção Social, é desenvolvido um trabalho de proximidade com as populações pelos técnicos, o qual se efectiva no atendimento/acompanhamento de indivíduos e famílias com problemática de toxicodependência, através de apoio psicossocial, encaminhamentos para outras entidades e apoios económicos.

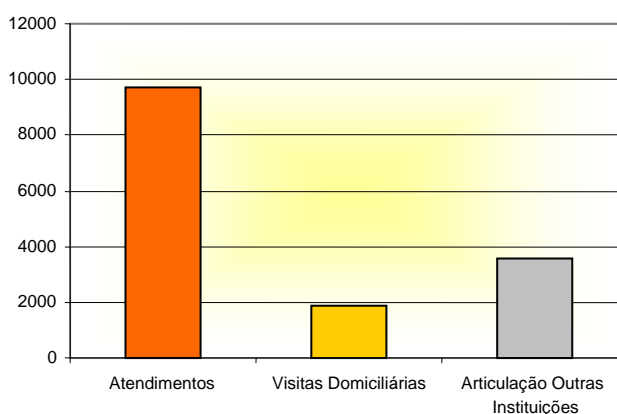
De acordo com os dados enviados pelos CDSS foi possível apurar que em seis distritos, os técnicos de Acção Social também acompanham as instituições que desenvolvem respostas sociais para a problemática da toxicodependência. Na generalidade dos distritos não existem técnicos que façam atendimento exclusivo de uma problemática específica.

Relativamente ao número de técnicos da acção social directa que efectuam atendimento/acompanhamento, só 14 distritos facultaram estes dados, pelo que existem 448 técnicos nas equipas locais que efectuam atendimento/acompanhamento social, dos quais 22 são de Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O trabalho efectuado pelos técnicos engloba diversos procedimentos com o objectivo de integrar socialmente os indivíduos e famílias. Assim, salientamos os atendimentos propriamente ditos, as visitas domiciliárias e os contactos para articulação com outros serviços/instituições, no sentido de procurar a resposta mais adequada a cada situação.

Relativamente ao número de atendimentos, ao número de visitas domiciliárias efectuadas e às articulações realizadas com outras entidades foi possível obter os dados relativos a 17 CDSS⁷, os quais são apresentados no gráfico seguinte.

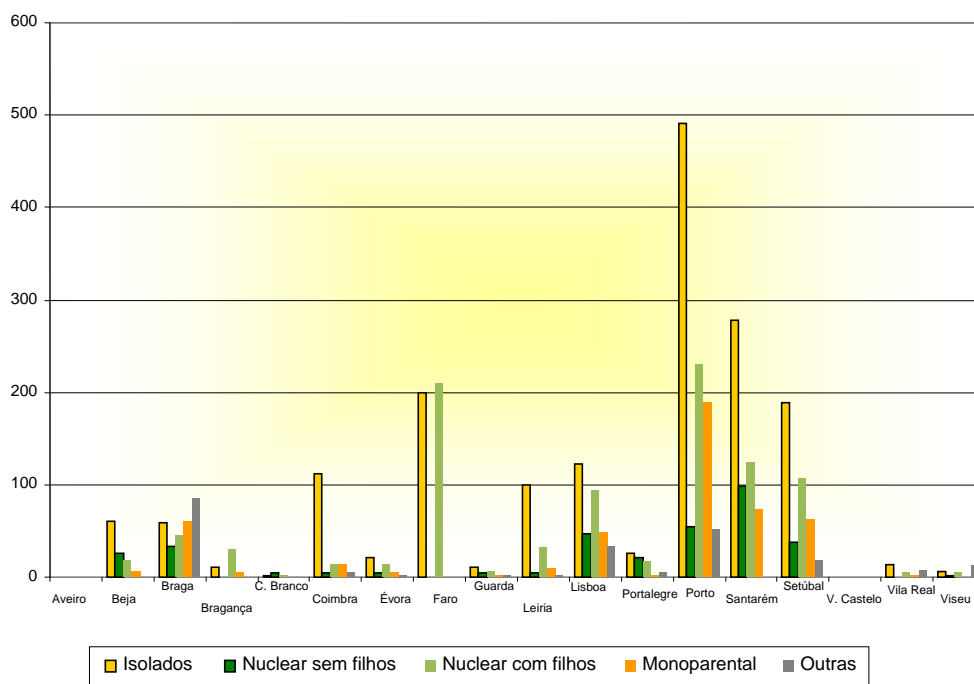
Figura 66 - Procedimentos



Fonte: ISS, I. P.

Mesmo tendo em conta que os dados apresentados no gráfico acima exposto se referem a 17 Distritos é notória a preponderância dos atendimentos (9706) relativamente aos restantes procedimentos.

⁷ O CDSS de Aveiro não forneceu estes elementos.

Figura 67 - N.º de Atendimento por Tipologia de Família e por Distrito

Fonte: ISS, I. P.

No que respeita à tipologia das famílias atendidas a Figura 67 apresenta o número de agregados familiares atendidos por Distrito, sendo que nestes atendimentos também se incluem as visitas domiciliárias. É notória a predominância dos agregados familiares compostos só por um elemento (isolados) e dos casais com filhos. O Distrito do Porto destaca-se claramente dos restantes quanto ao número elevado de atendimentos efectuados e, principalmente no que respeita aos indivíduos isolados atendidos.

Os CDSS de Aveiro e de Viana do Castelo não disponibilizaram estes dados e o CDSS de Faro enviou somente dados correctos relativamente à tipologia dos isolados, tendo nos restantes efectuado a soma não os dividindo pelas restantes tipologias. Assim no gráfico é visível a existência de duas colunas uma vez que se optou por incluir o valor relativo às restantes tipologias na das famílias nucleares com filhos.

Quanto aos constrangimentos que os CDSS apontam no desenvolvimento da sua intervenção com este público-alvo, são referidas pela maioria dos 17 CDSS⁸ como grandes dificuldades a insuficiência de meios humanos e logísticos e a reduzida motivação dos beneficiários em cumprirem os programas de inserção. É ainda de referir, atendendo ao elevado número de CDSS que o sinalizaram, que como dificuldade média para o desenvolvimento das suas acções é apontada a insuficiência de formação aos técnicos.

Relativamente aos aspectos considerados positivos pelos CDSS com as acções que desenvolvem a nível local, são de salientar os seguintes:

- Articulação com outras entidades na mudança/alteração da situação dos indivíduos e famílias;
- Boa articulação com o CAT/ IDT, I. P. e outros serviços de saúde;

⁸ O CDSS de Aveiro não forneceu estes elementos

- A contratualização / responsabilização do indivíduo face às acções contratualizadas no programa de inserção;
- A implementação da ficha de ligação que possibilita uma maior articulação entre os técnicos permitindo uma melhor avaliação da situação, uma maior adequação das metas para o cumprimento dos programas de inserção e uma melhor gestão dos apoios económicos a conceder;
- Acompanhamento regular às IPSS.

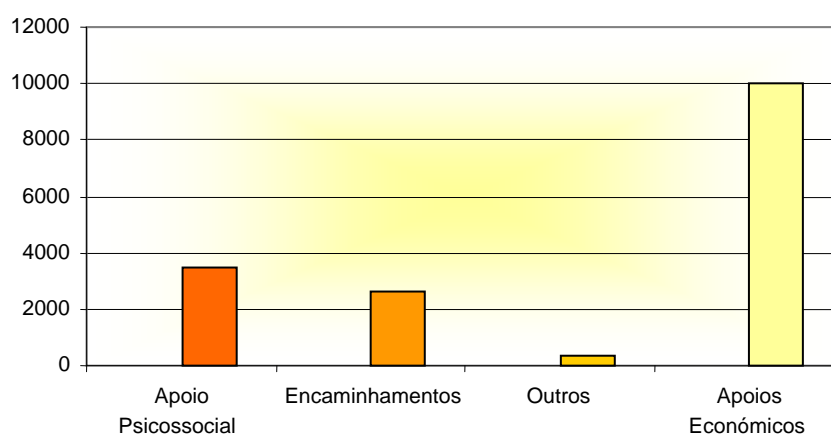
Caracterização dos Apoios da Segurança Social

Tipologia dos Apoios Prestados

Os apoios concedidos são essencialmente de três tipos: **apoio psicossocial** aos indivíduos e famílias, **encaminhamentos** para outros serviços/entidades e **apoios económicos** para subsistência e/ou tratamento.

Os dados relativos ao apoio psicossocial e aos encaminhamentos referem-se somente a 17 distritos, sendo que os dados relativos a apoios económicos se referem aos 18 distritos.

Figura 68 - Tipologia dos apoios



Fonte: ISS, I. P.

Na análise do gráfico acima exposto é visível a prevalência dos apoios económicos (10037) face aos restantes, nomeadamente o apoio psicossocial (3449) e os encaminhamentos (2611).

• Apoios Económicos

No que concerne aos apoios económicos concedidos durante o ano de 2006 pelos 18 CDSS foram atribuídos 10037 apoios, o que envolveu uma verba no valor total de 3.554.500,59 €

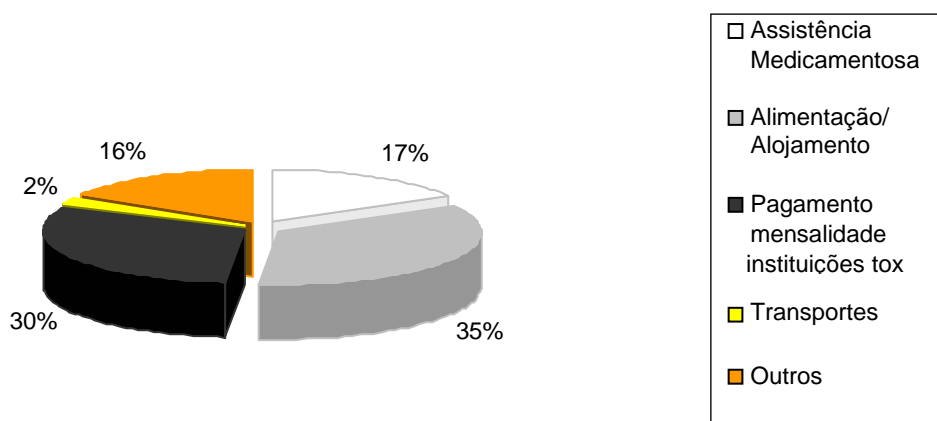
O distrito com maior número de apoios económicos concedidos é, mais uma vez, o do Porto. No entanto é de salientar que não estão contemplados os apoios relativos à cidade de Lisboa, atendendo que é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que tem essa competência.

Á semelhança do que sucede com o número de apoios concedidos, verifica-se que o CDSS do Porto tem o maior valor de verba atribuída com os apoios económicos e, tal como sucedeu em 2005, este Distrito gasta praticamente 50% do valor da verba total dispendida a nível nacional.

Quadro 143 - Apoios Económicos					
Total	Assistência medicamentosa	Alojamento/ Alimentação	Pagamento Mensalidades Instituições Toxic.	Transportes	Outros
3.554.500,58 €	588.726,04 €	1.247.260,27 €	1.083.393,46 €	62.603,64 €	572.517,17 €

Fonte: ISS, I. P.

Figura 69 - Montantes por Tipologia



Fonte: ISS, I. P.

No Quadro 143 e na Figura 69 é possível constatar qual a tipologia onde existe um maior número de apoios económicos, sendo visível que 35% dos apoios desta natureza foram canalizados para o pagamento de alimentação e alojamento de toxicod dependentes.

Com um peso significativo (30%) mantêm-se os pagamentos de mensalidades a instituições, nomeadamente a comunidades terapêuticas, ao abrigo do Despacho Conjunto n.º 261 – A/99 de 24 de Março o que, comparando com o ano de 2005, verifica-se um aumento desta tipologia de apoio.

Caracterização dos Indivíduos Apoiados pela Segurança Social

No que se refere ao número de indivíduos apoiados pela Segurança Social, durante o ano de 2006, foram 3647. Comparativamente com o ano anterior verificou-se um decréscimo no número de indivíduos toxicod dependentes apoiados.

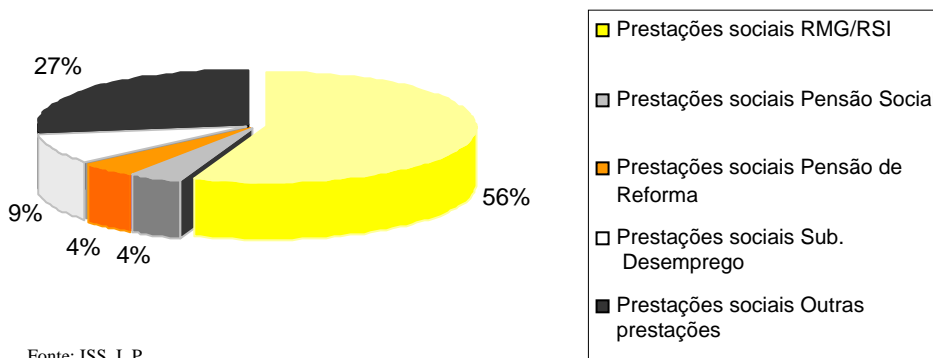
Quanto ao grupo etário verifica-se que o predominante é entre os 35 e os 39 anos, tendo-se verificado um aumento de um escalão relativamente a 2005.

Permanece o sexo masculino como o género com mais consumos problemáticos aos quais são concedidos apoios pelos CDSS.

Quanto às habilitações literárias verifica-se que metade dos indivíduos tem a escolaridade obrigatória, tendo-se verificado que o número de indivíduos sem escolaridade obrigatória diminuiu ligeiramente relativamente a 2005.

A situação profissional dos indivíduos apoiados é maioritariamente o desemprego (77%), no entanto, esta situação diminuiu comparativamente com 2005.

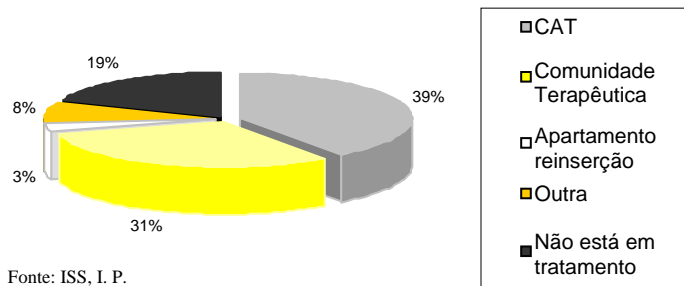
Figura 70 - Prestações sociais



Fonte: ISS, I. P.

Verifica-se que dos toxicodependentes apoiados pelos CDSS que usufruem de prestações sociais mais de 50% são beneficiários do rendimento social de Inserção.

Figura 71 - Situação no Tratamento



Fonte: ISS, I. P.

No que respeita à situação destes indivíduos relativamente ao tratamento verifica-se que 39% são acompanhados pelos CAT (Centros de Atendimento a Toxicodependentes), tendo este valor diminuído significativamente relativamente a 2005 (56%).

Figura 72 - Programas de Inserção



Fonte: ISS, I. P.

É de referir que o universo contemplado para a elaboração deste gráfico foi de 91% do total de indivíduos apoiados, dos quais se verifica que 59% têm programa de inserção assinado.

Apoio a IPSS' s

Segundo a Lei Orgânica do MTSS (decreto-lei n.º 211/2006 de 27 de Outubro) é atribuição do ISS, I. P. “ (...) desenvolver a cooperação com as instituições particulares de solidariedade social, e exercer, nos termos da lei, a sua tutela, bem como desenvolver a cooperação com outras entidades”.

Desta forma tem sido, há vários anos, executado pelos CDSS o desenvolvimento da atribuição acima enunciada, através da realização de um trabalho coordenado e em parceria, envolvendo a sociedade civil, no apoio financeiro à criação e funcionamento de um conjunto de equipamentos e serviços de apoio à reinserção social de toxicodependentes.

O apoio a Instituições Particulares de Solidariedade Social que se propõem implementar e desenvolver equipamentos na área da toxicodependência, consubstancia-se através de acordos de cooperação celebrados ao nível dos Apartamentos de Reinserção Social e das Equipas de Intervenção Directa, tal como exposto no Decreto – Lei n.º 72/99 de 15 de Março que regula o sistema de apoio ao tratamento e reinserção social de toxicodependentes.

Apoio Técnico

O Despacho Normativo n.º 75/92 de 20 de Maio define as normas reguladoras de cooperação entre os CDSS e as IPSS, estabelecendo como obrigações dos CDSS, entre outras, as seguintes:

- Prestar o apoio técnico às Instituições de forma a promoverem a qualidade dos serviços que prestam à comunidade onde se inserem;
- Avaliar a qualidade dos serviços prestados e o sentido social das respostas desenvolvidas pelas Instituições;
- Estimular a cooperação, com base num adequado relacionamento entre a segurança social e as instituições, para que seja possível concertar interesses e descobrir novas e adequadas respostas no âmbito da acção social.

A operacionalização do apoio técnico às Instituições concretiza-se através de encontros de trabalho, visitas às instituições e diversos outros contactos que permitam garantir a qualidade dos serviços prestados. As visitas podem ocorrer por estarem programadas no âmbito do Plano de Acção, por corresponderem a momentos de revisão de acordos, ou na sequência de solicitações da própria instituição ou na continuidade de processos de inspecção/fiscalização.

Da análise dos elementos disponibilizados pelos CDSS verifica-se que foram realizadas visitas a um total de 30 Instituições, tendo sido visitadas 39 respostas sociais.

Respostas Sociais

De acordo com os dados fornecidos pelos 18 centros Distritais da Segurança Social estão em funcionamento, ao abrigo de acordos de cooperação celebrados entre os Centros Distritais de Segurança Social e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, 28 Apartamentos de Reinserção Social, 28 Equipas de Intervenção Directa e 10 Respostas Inovadoras. O total de verba dispendido no pagamento de mensalidades relativas aos acordos de cooperação foi de 2.961.302,03 €

Apartamentos de Reinserção

Tal como refere o Decreto – Lei n.º 72/99 de 15 de Março estes equipamentos são “unidades residenciais temporárias destinadas ao apoio a toxicodependentes que se confrontam, designadamente, após a saída de unidades de tratamento ou após a saída de estabelecimentos prisionais, dos centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional”. Pretendem funcionar como um espaço de ressocialização, de treino de vida, onde a integração sócio-profissional e familiar se deverá consolidar.

Acordos de Manutenção

Durante o ano de 2006 não se verificou a celebração de novos acordos de cooperação para o funcionamento de Apartamentos de Reinserção Social, tendo sido no entanto garantida a manutenção, acompanhamento e fiscalização de 28 Apartamentos de Reinserção Social.

No que diz respeito ao funcionamento de Equipas de Intervenção Directa, também não foram celebrados novos acordos de cooperação tendo sido garantida a manutenção, acompanhamento e fiscalização de 28 Equipas em funcionamento.

Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.

No que diz respeito à problemática da toxicoddependência, a intervenção do Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP, I. P.– situa-se maioritariamente no domínio da reinserção social, tendo como objectivo a (re)integração social e profissional de toxicoddependentes recuperados, ou em recuperação, através da promoção da sua participação em iniciativas de formação profissional e de emprego.

Na sua actuação, através dos seus Serviços Regionais e Locais, o Instituto procura promover, na medida do possível, o acesso destes grupos aos programas de formação e emprego destinados à população em geral, por forma a fomentar uma maior e melhor reinserção. Este encaminhamento é conjugado, sempre que necessário, com um atendimento/procedimento adequado às necessidades e especificidades deste grupo, tais como, a

intervenção no meio envolvente – físico, social e relacional – e o acompanhamento psico-social que deve ser considerado em qualquer intervenção de reinserção social e profissional.

Nestas circunstâncias, nem sempre se torna possível, ou desejável, a identificação do número exacto de toxicodependentes abrangidos nas acções desenvolvidas/apoiadas, nem a autonomização dos custos associados às acções já que o financiamento das acções realizadas quer pelos Centros de Emprego quer pelos Centros de Formação Profissional (de gestão directa ou participada), é assegurado pelas dotações do orçamento do IEFP, I. P. referentes aos programas gerais utilizados.

Assim, e relativamente às actividades realizadas/apoiadas em 2006, foi possível identificar junto dos Serviços Regionais e Locais do IEFP, I. P. as seguintes iniciativas:

Intervenção em medidas gerais

A acção do IEFP, I. P. no campo da toxicodependência, através de medidas gerais, desenvolve-se em três vertentes:

- Articulação com as Agências do Programa Vida Emprego e encaminhamento de casos sinalizados pelos Centros de Emprego para acompanhamento por Mediadores do Programa.
- Articulação com estruturas de tratamento de toxicodependentes para traçar percursos de reinserção sócio-profissional, que passem pela formação e o emprego.
- Inserção em medidas gerais de emprego e/ou formação de indivíduos sinalizados pelos Centros de Emprego.

De entre os programas gerais de emprego e formação com fortes potencialidades para integrar toxicodependentes, merecem particular destaque:

As *Empresas de Inserção*⁹ visam promover competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade profissional, que facilitem a (re)inserção sócio-profissional de pessoas desempregadas, contrariando a pobreza e a exclusão social em que se encontram e estimulando o desenvolvimento sócio-local para satisfação de necessidades sociais.

Esta medida abrange, como destinatários, Desempregados de Longa Duração – DLD's – e desempregados em desfavorecimento face ao mercado de trabalho, sendo os toxicodependentes, para efeitos de aplicação da medida, equiparados a DLD's.

A *Formação Profissional Especial*¹⁰, medida que tem como objectivo a qualificação e integração sócio-profissional de pessoas que se encontrem em situações particularmente difíceis ou pertençam a grupos sociais desfavorecidos, vulneráveis ou marginalizados, por forma a reduzir disparidades e facilitar o acesso às medidas

⁹ Medida criada ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/96, de 9 de Julho, no âmbito do Mercado Social de Emprego, e definida pela Portaria 348-A/98, de 18 de Junho.

¹⁰ Medida criada ao abrigo do Despacho Normativo 140/93, 6 de Julho.

de emprego e formação profissional.

Este objectivo é alcançado através da adequação da formação à especificidade e situação de pessoas ou grupos desfavorecidos tais como: jovens em risco, (ex) toxicodependentes e (ex) reclusos, grupos étnicos e culturais minoritários e pessoas sem abrigo.

Os *Programas Ocupacionais*¹¹, cujo objectivo é proporcionar aos desempregados uma ocupação socialmente útil (trabalho necessário), enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho ou formação profissional, mantendo-os em contacto com outros trabalhadores e outras actividades, prevenindo assim o seu isolamento social e a tendência para a desmotivação e marginalização.

Intervenção em medidas específicas do Programa Vida-Emprego

Não obstante o encaminhamento prioritário para os programas e medidas gerais foi criado um programa específico dirigido a este grupo alvo: o Programa Vida Emprego.

O Programa Vida Emprego foi criado, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 136/98 de 4 de Dezembro, e faz parte do quadro das medidas activas de emprego e formação.

O seu objectivo é potenciar a reinserção social e profissional de ex-toxicodependentes como parte integrante e fundamental do processo de tratamento da toxicodependência. A sua concretização passa pelo desenvolvimento de acções que incidem nas vertentes da informação, orientação e formação profissional, bem como da integração sócio-profissional designadamente através da criação de medidas específicas de apoio à integração sócio-profissional de ex-toxicodependentes.

O Programa dirige-se a ex-toxicodependentes em idade activa que se encontrem ou tenham terminado processos de tratamento, quer em comunidade terapêutica, quer em regime ambulatorio, incluindo os toxicodependentes em processo de tratamento no quadro do sistema prisional, devidamente enquadrados pela entidade de tratamento ou estabelecimento prisional, e desenvolve-se com recursos a 5 medidas específicas: Mediação para a Formação e o Emprego, Estágio de Integração Sócio-profissional, Prémio de Integração Sócio-profissional, Apoios ao Emprego e Apoios ao Auto-emprego.

Para apoio ao desenvolvimento do Programa, nomeadamente das 5 medidas específicas previstas, foram criadas 5 Agências Regionais a quem compete assegurar o desenvolvimento do Programa nas respectivas regiões – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve – garantindo a dinamização, coordenação e acompanhamento das acções a desenvolver.

Porque se trata de um programa específico está dotado de um orçamento próprio, permitindo identificar de forma clara os apoios concedidos a este grupo específico.

¹¹ Criados pela Portaria 192/96, de 30 de Maio

Actividades desenvolvidas e resultados

No que respeita a *capacitar para a integração e manutenção no mercado de trabalho* [obj. operacional 71], no âmbito do PVE foram abrangidas 1403 pessoas, distribuídas por várias medidas, cf. quadro:

Quadro 144 - N.º de Pessoas Abrangidas por Agência Regional

Medidas	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total
Mediação para a Formação e o Emprego	34	18	16	8	3	79
Estágios de Integração Sócio-Profissional	204	104	236	58	44	646
Prémio de Integração Sócio-Profissional	16	11	19	2	5	53
Apoios ao Emprego	221	127	141	87	48	624
Apoios ao Auto-Emprego					1	1
Total	475	260	412	155	101	1.403

Fonte: IEFP, I. P.

Para além das pessoas abrangidas nas medidas específicas do PVE foram ainda abrangidas em programas de âmbito geral, 184 pessoas:

Quadro 145 - N.º de Pessoas Abrangidas em programas de Âmbito Geral por Delegação Regional

Medidas	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total
Formação Profissional - IEFP	26	29	10	11	1	77
Formação Profissional - Outras Entidades	13	20		2	0	35
POC's	9	11		11	0	31
Inserção Emprego	3	0		0	0	3
Outras Medidas	0	34		4	0	38
Total	51	94	10	28	1	184

Fonte: IEFP, I. P.

Estes resultados foram possíveis com base na intervenção de acompanhamento de 66 mediadores distribuídos pelas diferentes Agências Regionais, cf. quadro:

Quadro 146 – Mediadores por Agências Regionais

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total
Mediadores	20	19	17	7	3	66

Fonte: IEFP, I. P.

No sentido de promover formação inicial e contínua de mediadores do Programa Vida Emprego foram realizadas, durante 2006, 3 acções de formação inicial ou contínua de mediadores que abrangeram um total de 35 formandos.

Com vista à criação de uma bolsa de empregadores de forma a promover a integração dos indivíduos no mercado de trabalho, durante o ano de 2006 celebraram contrato de trabalho ou criaram o próprio emprego 291 pessoas conforme o quadro que se segue:

Quadro 147 – Apoios ao Emprego e Auto Emprego por Regiões

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total
Apoios ao Emprego	100	50	77	50	13	290
Auto Emprego	0	0	0	0	1	1
Total	100	50	77	50	14	291

Fonte: IEFP, I. P.

Durante 2006 houve 804 empresas a colaborar no processo de inserção/reinserção profissional de ex-toxicodependentes ou toxicodependentes em processo de recuperação.

Quadro 148 – Empresas envolvidas por Regiões

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total
Empresas Envolvidas	170	320	163	83	68	804

Fonte: IEFP, I. P.

Com vista a facilitar o acesso à formação profissional [obj. operacional 72], promovendo a integração de indivíduos, durante o ano de 2006 o número de pessoas abrangidas em respostas de Formação Profissional foi de 112 conforme o quadro que se segue:

Quadro 149 – Formação Profissional por Regiões

Medidas	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total
Formação Profissional - IEFP	26	29	10	11	1	77
Formação Profissional - Outras Entidades	13	20		2	0	35
Total	39	49	10	13	1	112

Fonte: IEFP, I. P.

No que respeita à execução financeira, o grau de execução foi de 92.79% e a distribuição pelas medidas é a seguinte:

Quadro 150 - Execução Financeira

Medidas	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total
Despesas com Pessoal		459,39	184,42	694,25		1.338,06
Funcionamento - Agências Regionais			434,07	5.537,94	4.148,07	10.120,08
Mediação para a Formação e o Emprego	329.242,59	249.377,41	196.779,28	84.931,44	48.721,36	909.052,08
Estágios de Integração Sócio-Profissional	535.822,59	259.232,14	588.196,81	172.213,02	108.356,66	1.663.821,22
Prémio de Integração Sócio-Profissional	74.092,80	41.677,20	83.085,60	9.261,60	23.154,00	231.271,20
Apoios ao Emprego	793.699,47	429.549,37	356.556,10	247.185,08	191.022,57	2.018.012,59
Apoios ao Auto-Emprego					3.648,08	3.648,08
Formação de Agentes Programa Vida-Emprego		2.091,89	464,64	143,40		2.699,93
Total	1.732.857,45	982.387,40	1.225.700,92	519.966,73	379.050,74	4.839.963,24

Fonte: IEFP, I. P.

Direcção Geral de Reinserção Social

A Direcção Geral de Reinserção Social tem desenvolvido actividades no âmbito da reinserção social de jovens internados em Centros Educativos, sendo essas acções inscritas no processo de intervenção regular deste tipo de unidades.

Em alguns Centros Educativos, o trabalho de sensibilização e de esclarecimento é dinamizado em paralelo com um programa integrado de desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos educandos.

De salientar, a resposta dada pelas equipas a pedidos de encaminhamentos pela UP do Porto, no âmbito do PORI. Todas as equipas de Reinserção Social integram o Programa Rede Social, como parceiros dos CLAS ou no Núcleo Executivo da Rede Social, participando em actividades de identificação de problemas, levantamento de necessidades e diagnóstico social, ali se incluindo as questões relacionadas com a problemática das substâncias aditivas.

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar¹²

A Reinserção constitui-se pelo conjunto de acções integradas que visam a reintegração socio-laboral do militar e a prevenção da recaída.

É organizada e estruturada pelo comando da Unidade, com a colaboração do seu NAC, de forma a dar continuidade ao trabalho de recuperação iniciado com a desintoxicação e o internamento. Inclui o apoio familiar e social, a reintegração profissional e o controlo toxico-analítico regular, mantendo-se a afiliação em grupos de ajuda mútua (AA e NA).

No meio laboral militar envolvem-se, assim, todos os elementos úteis à recuperação do indivíduo: hierarquia de comando, oficial de segurança, operador de prevenção, médico, capelão, serviço de acção social e responsável pela educação física, que reforçarão a manutenção da abstinência e a mudança para um estilo de vida livre de drogas e álcool.

¹² O encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, por eixos de intervenção, bem como, a evolução do investimento no mesmo, encontra-se no capítulo Dissuasão da Toxicodependência.

Redução da Oferta¹

Resultado a atingir

Reduzir de forma significativa a prevalência do consumo de drogas entre a população, bem como os prejuízos a nível social e para a saúde causados pelo consumo e pelo comércio de drogas ilegais e assegurar, tendo em consideração as conquistas e valores em termos de direitos e liberdades fundamentais, um elevado nível de segurança para o público em geral, tomando medidas contra a produção e o tráfico de drogas e o desvio de precursores (incluindo o transfronteiriço) e intensificando as medidas de prevenção contra a criminalidade relacionada com a droga através da cooperação eficaz, firmada numa abordagem conjunta, com as forças de outros Estados

Objectivo				
80. Aumentar e desenvolver a cooperação entre os Estados-Membros, EUROPOL, Eurojust, países terceiros e organizações internacionais contra a produção e tráfico organizado de droga a nível internacional				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
80.1. Intensificar o desenvolvimento de projectos operacionais e acções conjuntas, de prevenção, fiscalização e investigação criminal, em matéria de tráfico internacional de estupefacientes, com todos os Estados-Membros, em particular com Espanha, bem como com países terceiros, designadamente os PALOP, Brasil e Venezuela	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP, SEF	N.º de projectos/ N.º de acções conjuntas. N.º de acções conjuntas/ N.º de países envolvidos	DGAIEC – n.º de projectos/acções conjuntas – 8; N.º de países envolvidos – 32.
80.3. Reforçar e intensificar a actividade de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da UE: Implementar o Sistema de Vigilância e Controlo da Costa (SIVICC) em substituição do sistema LAOS	2006-2008	GNR	Data de implementação	GNR – é um projecto assumido pelo governo e aguarda concurso público para a compra de equipamentos. O início da sua implementação está previsto para finais de 2007.
80.4. Reforçar e intensificar a actividade de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da UE: Ultime a informatização do Sistema de Declarações Sumárias do Sistema de Processamento de Declarações Aduaneiras de exportação e do Sistema Automático de Selecção de forma a permitir um melhor controlo do mercadorias e meios de transporte na fronteira externa da EU	2006-2008	DGAIEC	Data de implementação	DGAIEC – Sistema de Declarações Sumárias – entrada em funcionamento em 1 Alfândega Piloto; preparação do Sistema de Processamento de Declarações Aduaneiras de Exportação e do Sistema de Selecção Automática.

¹ Informação estatística mais detalhada, ver *Parte A – Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo Apreensões Policiais, deste Volume.

Objectivo				
81. Reduzir a produção e oferta de heroína, cocaína e <i>cannabis</i>				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
81.1. Reforçar e consolidar a centralização da informação, relativa à produção e tráfico de estupefacientes, no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) que deverá evoluir para a versão SIIC Global	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP, SEF	Relatórios de Avaliação	PJ – apesar de não ter sido produzido nenhum relatório específico para avaliação da implementação desta acção, os objectivos traçados para 2006 foram plenamente alcançados.
81.2. Reforçar o funcionamento, no seio das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC) dos mecanismos de racionalização e coordenação da actividade desenvolvida por todas as entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes, e do exercício das respectivas atribuições e competências fixadas pelo DL 81/95 de 22 de Abril	2006-2008	PJ	Relatório anual TCD	PJ – através do reforço da centralização da informação e da actividade de coordenação desenvolvida no âmbito das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta, foi possível, no ano de 2006, manter e até reforçar os mecanismos de racionalização e coordenação da actividade desenvolvida por todas as entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes.
81.4. Intensificar o desenvolvimento de projectos multidisciplinares, de actuação complementar e de partilha de informação na fiscalização e na investigação criminal do tráfico de estupefacientes por via marítima e por via aérea	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, SEF	N.º de acções. N.º de projectos desenvolvidos.	PJ – no âmbito do “Projecto Mediterrâneo” foram realizadas na costa algarvia, duas operações de prevenção e combate ao tráfico de haxixe por mar; realização de duas operações de combate ao tráfico de drogas por via aérea – “Pégaso” e “Icarus”. PJ/PSP – Projecto “CS6” – partilha de informação e actuação no combate à criminalidade em bairros críticos da zona de Lisboa.
81.5. Reforçar a capacidade de análise de informação a nível operacional e estratégico e de produção de conhecimento que permita uma permanente caracterização e avaliação das tendências e padrões evolutivos dos fenómenos criminais subjacentes	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP, SEF	N.º de relatórios elaborados.	PJ – reforçada a capacidade da Secção Central de Informação Criminal da DCITE para a produção de estudos e relatórios de análise operacional e estratégica, sendo elaborados relatórios de situação anual sobre as quatro principais drogas.
81.6. Recorrer de forma sistemática às novas técnicas de investigação criminal e meios de obtenção de prova, na luta contra as formas mais complexas de tráfico de estupefacientes e de crime organizado a este associadas	2006-2008	PJ	N.º de novas técnicas. N.º de novos meios de prova utilizados.	PJ – durante o ano de 2006 e comparativamente a 2005, registou-se um aumento de 87,5% do registo de entregas controladas e uma diminuição de 25% das acções encobertas.

Objectivo				
82. Reduzir a produção e oferta de drogas sintéticas				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
82.1. Reforçar a prevenção e investigação da produção e tráfico ilícito de drogas de síntese, designadamente através do desenvolvimento de projectos conjuntos e complementares que permitam um melhor conhecimento desta realidade criminal	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP, SEF	Relatório Anual de TCD's. N.º de projectos conjuntos e complementares desenvolvidos.	PJ – está em curso, desde o ano de 2005, um projecto de recolha de informação sobre tráfico de drogas sintéticas em ambientes festivos.
82.2. Intensificar o desenvolvimento de operações regulares especificamente destinadas à prevenção e repressão do tráfico ilícito de drogas sintéticas em espaços nocturnos	2006-2008	GNR, PJ, PSP	N.º de operações regulares realizadas.	PJ – foram desenvolvidas algumas operações de prevenção e repressão do fenómeno do tráfico de drogas sintéticas em festivais e espaços de diversão nocturna, tendo numa dessas operações, desenvolvida num conhecido festival, sido possível não só recolher informação de grande utilidade bem como proceder a várias detenções. GNR – são desenvolvidas acções desta natureza em toda a zona de acção costeira da Guarda, não existe contabilização destas acções.
82.4. Desenvolver operações e exercícios de recolha de informação e a fim de prevenir e combater a produção e tráfico de drogas sintéticas	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP	N.º de operações. N.º de exercícios realizados.	PJ – foram desenvolvidas diversas acções e operações de recolha de informação. DGAIC – realizado um exercício.

Objectivo				
84. Identificar branqueamento de capitais e apreensão de activos acumulados relativos a crimes associados à droga				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
84.1. Implementar e desenvolver mecanismos e suportes operacionais que permitam investigar no plano financeiro e patrimonial as organizações criminosas e as estruturas económicas a elas associadas, maximizando a apreensão e o confisco de bens e valores gerados pelo tráfico de estupefacientes	2006-2008	PJ, DGAIEC	N.º de mecanismos ou suportes implementados	PJ – durante o ano de 2006, foi reforçada a capacidade de intervenção da Brigada de Investigação do Branqueamento de capitais da DCITE, criada em 2004.
84.2. Desenvolver projectos que visam detectar e desmembrar <i>cash flows</i> de origem criminosas com repercussão interna e externa, designadamente com destinos de alto risco fora da EU	2006-2008	DGAIEC, PJ	Relatório anual TCD Relatório de avaliação	PJ – foram desenvolvidas diversas acções de recolha de informação.

84.3. Desenvolver e intensificar a cooperação entre as unidades operacionais e a Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária, na troca de informação financeira e patrimonial relativa ao tráfico de estupefacientes e desta com as suas congéneres estrangeiras através da <i>FIU-Net</i>	2006-2008	PJ	Relatório de avaliação	PJ – desenvolvidas várias acções tendentes a intensificar a cooperação entre as entidades operacionais da DCITE e a UIF, tendo esta unidade satisfeito todas as solicitações relativas a informação financeira e patrimonial apresentadas pelos serviços operacionais, designadamente pela Brigada de Investigação de Branqueamento de Capitais da DCITE.
84.4. Explorar as melhores práticas nos Estados-Membros que estabeleceram e implementaram um fundo nacional utilizado para fornecer financiamento para projectos na área da droga e financiados a partir do confisco de activos ganhos na produção e tráfico de droga	2006-2008	IDT, I.P., PJ	N.º de projectos identificados e implementados	PJ – proposta efectuada pela DCITE no sentido de uma parte significativa das verbas apreendidas, e declaradas perdidas a favor do Estado, em processo por tráfico de droga, poderem ser utilizadas em projectos de combate ao tráfico de estupefacientes.

Objectivo

85. Explorar ligações possíveis entre a produção e o tráfico de droga e o financiamento do terrorismo

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
85.1. Implementar e desenvolver mecanismos de análise que permitam identificar ligações possíveis entre produção e tráfico de droga e financiamento de terrorismo	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP, SEF, SIS, SIED	N.º de mecanismos implementados Relatórios de avaliação	PJ – procedeu-se à recolha e avaliação de diversa informação.

Objectivo

86. Aumentar o trabalho de prevenção na área do consumo, do pequeno tráfico – consumo e da criminalidade associada à droga

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
86.2. Reforçar a prevenção do tráfico de distribuição directa a consumidores, do tráfico-consumo, do pequeno tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associada, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema, do aumento de visibilidade das polícias e de racionalização dos respectivos dispositivos	2006-2008	GNR, PSP	N.º de acções desenvolvidas. Relatórios de avaliação. Relatório final TCD	GNR – O patrulhamento da Guarda é permanente e visa, entre outras atribuições, a prevenção do consumo/tráfico de droga, em locais identificados e também junto das escolas.

Objectivo				
87. Desenvolver novos métodos e melhores práticas de combate aos crimes associados à droga e prevenir o desvio de precursores efectuado com a ajuda das tecnologias de informação				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2006
87.1. Criar estruturas funcionais e estabelecer programas de combate à utilização das novas tecnologias, designadamente a Internet para a produção e tráfico ilícito de drogas e precursores e criminalidade associada	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP	N.º de estruturas criadas. N.º de programas implementados. N.º de acções desenvolvidas.	PJ – para além de ter sido organizado um curso de formação sobre o cibertráfico, a Secção Central de Investigação Criminal da DCITE desenvolveu algumas acções de recolha de informação na Internet, sobre sites supostamente utilizados para actividades ilícitas. DGAIEC- criação de uma Equipa para trabalhar com o scanner de contentores, sediada no Porto de Lisboa.

Polícia Judiciária

Caracterização, evolução e tendências do fenómeno do tráfico ilícito de estupefacientes

Como é do conhecimento generalizado, o tráfico ilícito de estupefacientes é um fenómeno global que, de ano para ano, tem vindo a afectar um número crescente de Estados, independentemente do seu estágio de desenvolvimento.

Apesar de todos os esforços levados a efeito quer pelos Estados quer pela comunidade internacional, ainda não foi possível reduzir drasticamente as quantidades de drogas produzidas e traficadas. De qualquer das formas e de acordo com o *World Drugs Report 2007* (WDR 2007) do UNODC recentemente disponibilizado, existem agora sinais encorajadores de estabilidade e até de declínio no que respeita ao cultivo, produção e consumo das principais drogas, o que é revelador de que as políticas de controlo estão a funcionar e que o problema das drogas está a ser contido.

No que concerne às zonas onde as drogas são produzidas, no ano de 2006 não se registou qualquer alteração digna de maior relevo, continuando a ser produzidas basicamente nos mesmos países que o eram em anos anteriores.

As actividades de tráfico ilícito desenvolvidas em território nacional destinam-se essencialmente a abastecer o mercado interno, por um lado, e, por outro, a possibilitarem ou favorecerem a entrada de drogas no espaço europeu.

Como é sabido, Portugal, fruto do seu posicionamento geo-estratégico e dos laços que mantém com alguns países da América Latina, é uma importante porta de entrada de consideráveis quantidades de cocaína que têm por destino final outros países europeus. O mesmo se passa relativamente ao haxixe, fruto da especial proximidade geográfica entre o território nacional e o Reino de Marrocos.

No ano de 2006, especialmente no primeiro semestre, foi evidente a tentativa de utilização reiterada do território nacional por parte de organizações criminosas de âmbito transnacional, para a introdução de grandes quantidades de cocaína no espaço europeu, droga essa que normalmente é transportada até ao nosso país por via marítima, em diversos tipos de embarcações e contentores, seguindo depois, através de diversos meios de transporte, para diferentes países europeus, situação que aconselha a intensificação das vertentes da fiscalização e prevenção.

Tal como era previsível, continuou a assistir-se a uma crescente utilização da via aérea para a introdução de quantidades médias de cocaína na União Europeia, através da utilização dos vulgarmente designados correios de droga, transportando o estupefaciente muitas das vezes no interior do próprio organismo, sendo Portugal um importante ponto de trânsito, fruto do grande número de ligações aéreas com o Brasil, Venezuela, Cabo Verde, Guiné-Bissau e o Senegal.

Já relativamente ao haxixe, constatou-se claramente uma menor actividade das organizações que tradicionalmente fazem chegar grandes quantidades deste tipo de drogas às costas portuguesas, para depois seguir para outros países europeus, o que poderá justificar-se por uma actuação mais eficaz das autoridades nacionais, de Espanha e do Reino de Marrocos, e também pela utilização de novas rotas por parte das organizações criminosas.

As organizações criminosas dedicadas ao tráfico de grandes quantidades de cocaína e de haxixe, através do território nacional, estão frequentemente sedeadas em Espanha, sendo que os indivíduos portugueses envolvidos normalmente têm funções de mero apoio logístico.

Os grupos criminosos e indivíduos que traficam haxixe e cocaína a nível interno abastecem-se frequentemente em Espanha.

Relativamente à heroína e à semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, os circuitos internos de distribuição continuaram a ser alimentados basicamente com droga proveniente da Holanda, sendo esta actividade claramente controlada por grupos organizados, constituídos essencialmente por indivíduos de nacionalidade portuguesa e cabo-verdiana, com fortes ligações àquele país. Com alguma regularidade, é detectada a presença de organizações lideradas por indivíduos de nacionalidade ou ascendência turca, tratando-se nestes casos, de organizações que movimentam grandes quantidades de heroína.

O ecstasy é normalmente adquirido na Holanda e distribuído em ambientes festivos. Os pequenos grupos que se dedicam ao tráfico de ecstasy caracterizam-se pela sua reduzida dimensão, não mais de dois ou três indivíduos, e pelo reduzido nível de organização.

No que respeita ao tráfico internacional e ao grande/médio tráfico interno, registou-se um aumento das estruturas criminosas associadas ou deliberadamente confundidas com actividades económicas lícitas de cobertura e/ou financiadas com os proventos do tráfico de estupefacientes.

Durante o ano de 2006, e não obstante os índices internos de criminalidade serem baixos comparativamente a outros países da União Europeia, no contexto da criminalidade urbana e peri-urbana (intimamente ligada ao desemprego, a dificuldades económicas, ao insucesso escolar, à exclusão social e aos défices de controlo e

prevenção criminal) aumentaram substancialmente as situações de tráfico-consumo, de pequeno tráfico e de criminalidade associada, designadamente manifestações de delinquência juvenil e grupal.

Os ajustes de contas entre grupos criminosos continuaram a ser frequentes, resultando por vezes em homicídios, ofensas graves contra a integridade física e sequestros.

Em termos evolutivos e apesar do profundo empenhamento de todas as entidades envolvidas na prevenção e repressão do fenómeno do tráfico ilícito de estupefacientes e dos resultados alcançados durante o ano de 2006, designadamente em termos de quantidades de droga apreendida, de detenções e de organizações criminosas desmanteladas, que revelou um aumento dos níveis de controlo do fenómeno relativamente a anos anteriores, os elementos disponíveis não deixam antever grandes alterações no quadro situacional anteriormente traçado fruto da pressão da procura, por um lado, e, por outro, da rápida ocupação, por parte de novas organizações criminosas, do espaço deixado vago por aquelas que são neutralizadas.

Objectivos, orientações e prioridades

No ano de 2006, a Polícia Judiciária, através da Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes (DCITE), desenvolveu um diversificado e alargado conjunto de actividades procurando dar execução ao Plano de Acção Contra as drogas e as Toxicodependências – Horizonte 2008 e ao Plano de Acção da DCITE para 2006, no escrupuloso respeito, no que concerne às suas competências e atribuições, pelo modelo legal em vigor resultante do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, e do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril.

Com vista à da *redução da produção e oferta de heroína, cocaína e cannabis* [obj. operacional 81], destaca-se o **Projecto “CS6”** no combate à criminalidade em bairros críticos na zona de Lisboa, duas operações de prevenção e combate ao tráfico de haxixe por mar, no âmbito do **“Projecto Mediterrâneo”** e duas operações ao combate ao tráfico de droga por via aérea, **“Pégaso”** e **“Icarus”**. Ainda, no âmbito deste objectivo, foram efectuados relatórios da situação das quatro principais drogas e está em curso um projecto sobre tráfico de drogas sintéticas em ambientes festivos.

No sentido de *identificar o branqueamento de capitais e apreensão de activos acumulados relativos a crimes associados à droga* [obj. operacional 84], destaca-se o reforço da capacidade de intervenção da Brigada de investigação de Branqueamento de Capitais da DCITE.

No plano metodológico e no cumprimento das suas competências legais, a Polícia Judiciária, à semelhança do que foi feito em anos anteriores, procurou reforçar a intervenção em algumas áreas consideradas decisivas quer para o aumento da sua própria capacidade de resposta e eficácia, quer para o aumento dos níveis de racionalidade, complementaridade, coesão e capacidade de resposta do conjunto das entidades com competências em matéria de prevenção e repressão do fenómeno do tráfico ilícito de estupefacientes.

Continuou a dar-se grande prioridade à centralização e tratamento da informação criminal a nível nacional, à coordenação da actividade das várias entidades através das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjuntas (UCIC), à cooperação policial internacional com outras congéneres e organizações internacionais, bem como à utilização, com maior frequência, de novas metodologias de investigação criminal e de recolha de prova, designadamente de acções encobertas e entregas controladas.

No plano operacional, a actividade desenvolvida orientou-se no sentido de serem alcançados os seguintes objectivos programáticos:

- Reforço da intervenção da Polícia Judiciária relativamente ao tráfico interno de média dimensão, procurando reduzi-lo através do desmantelamento de grupos e organizações responsáveis pelo abastecimento regional do mercado de consumo;
- Reforço da intervenção da Polícia Judiciária relativamente ao tráfico internacional por via marítima;
- Reforço da prevenção e investigação do branqueamento de capitais resultante do tráfico, procurando aumentar os índices de confisco de meios e bens utilizados no tráfico ou por ele gerados;
- Reforço da prevenção e investigação do tráfico de ecstasy e das novas drogas de síntese.

Resultados

Apreensões de Estupefacientes

Salienta-se que, de acordo com dados provisórios disponíveis, o total de cocaína apreendida em 2006 no nosso país, representou cerca de 32,5% da cocaína apreendida em todos os Estados Membros da União Europeia em 2006², tendo sido o segundo país que mais cocaína apreendeu, logo a seguir a Espanha.

Importa referir que a grande maioria da cocaína e do haxixe apreendidos no nosso país tinha como destino os mercados ilícitos de outros países europeus.

Detenções e desmantelamento de estruturas criminosas

No ano de 2006, a PJ procedeu ao desmantelamento de importantes estruturas criminosas responsáveis pela introdução de cocaína e de haxixe no espaço europeu e pelo abastecimento a nível nacional e regional de diversos tipos de drogas, designadamente de cocaína, heroína e de haxixe. Em cooperação com outras congéneres, contribuiu-se activamente para o desmantelamento de organizações criminosas instaladas noutros países.

Verificou-se um aumento de 22% do número total de detenções efectuadas relativamente ao ano de 2005.

Do total das investigações por tráfico de estupefacientes concluídas no ano de 2006, cerca de 48,70% saíram para o Ministério Público com proposta de dedução de acusação.

² De acordo com os dados disponibilizados, em 2006 foram apreendidas 106 toneladas de cocaína nos países da União Europeia.

Combate ao branqueamento de capitais e apreensão de bens

A apreensão e o confisco de bens e vantagens resultantes da actividade do tráfico de estupefacientes é uma das formas mais eficazes de prevenir e reprimir esta actividade ilícita e combater o crime organizado, tendo sido concentrados significativos esforços neste domínio.

No global, pode dizer-se que os resultados alcançados foram extremamente positivos, tendo a Polícia Judiciária apreendido bens e valores que ascenderam a um total de cerca de 15.446.000,00 € No que respeita apenas ao dinheiro (euros) apreendido, registou-se um aumento de 284% relativamente a 2005.

Parte dos resultados resultam directamente da actividade específica desenvolvida pela Brigada de Investigação do Branqueamento de Capitais da DCITE criada em 2004.

Nota final

No decurso de 2006, a PJ/DCITE elegeu como alvos principais da sua actividade o combate à criminalidade organizada e ao grande tráfico, quer interno quer internacional. Concentraram-se esforços e actuou-se com particular dinamismo no desmantelamento de estruturas criminosas responsáveis pelo abastecimento do mercado interno, no combate ao tráfico transcontinental de cocaína, na prevenção e investigação do branqueamento de capitais e apreensão de bens gerados pelo tráfico, cumprindo-se, assim, a generalidade dos objectivos e metas oportunamente fixados.

A centralização e o tratamento da informação criminal a nível nacional, bem como a coordenação, no âmbito das UCIC, da actividade operacional desenvolvida pelas diversas entidades com responsabilidades na prevenção e repressão do fenómeno do tráfico de estupefacientes, foram áreas igualmente prioritárias na actividade desenvolvida pela Polícia Judiciária no ano de 2006.

Guarda Nacional Republicana

No desenvolvimento das suas atribuições, a GNR abrange um conjunto extremamente vasto de situações, as quais intersectam diversos tipos de actividade criminal, com diferentes molduras jurídicas. Tal circunstância, associada à dispersão do seu efectivo ao longo de todo o Território Nacional, torna por vezes difícil, se não mesmo impossível, fazer uma precisa e específica afectação dos recursos humanos e materiais empregues na prevenção e combate a estas práticas criminais.

Não obstante tais vicissitudes, a droga e suas actividades conexas, é um dos assuntos que merece especial e dedicado tratamento, dadas as nefastas implicações que representa para a vida em sociedade e, conseqüentemente, para a preservação da ordem e tranquilidade públicas.

Assim, considerados os pressupostos supra mencionados, cumpre referir que na Zona de Acção da Guarda, relativamente ao ano de 2006, há a considerar os seguintes dados:

Número de militares envolvidos

A este propósito, torna-se tarefa difícil fornecer um número concreto pois, no decurso do serviço, todos os militares da Guarda - cerca de 25.000 -, de forma preventiva *e/ou* dissuasora, ou de modo mais específico, actuam neste âmbito. No caso da actuação operacional vocacionada especificamente para o combate a este fenómeno, a Guarda dispõe de uma estrutura, os Núcleos de Investigação de Crimes de Droga (NICD), integrados na Investigação Criminal, que integram um total de 146 militares, distribuídos pelos 23 Grupos Territoriais. Ainda nesta vertente, os Núcleos de Investigação Criminal (NIC), com cerca de 527 militares, possuem equipas eminentemente vocacionadas para a investigação do crime de furto e roubo, que funcionam na dependência orgânica dos Destacamentos Territoriais, mas aos quais também podem ser atribuídas missões no âmbito do combate à droga.

Tipo de actividades desenvolvidas

Os NICD têm a competência para a investigação dos crimes de droga e para proceder à elaboração dos respectivos inquéritos. Nas acções realizadas durante o ano de 2006, foram concluídos 704 inquéritos, distribuídos pelos vários NICD da vertente operacional desta Guarda, registando-se uma subida próxima dos 42% em relação a 2005.

Pelos NIC, também foram desenvolvidas acções nesta área, dentro das competências que lhe são atribuídas, tendo sido concluídos, durante o ano transacto, 496 inquéritos.

Relativamente à vertente cinotécnica – com um total de 70 binómios distribuídos pelo Dispositivo – foram levadas a efeito múltiplas buscas/revistas, sempre que a situação operacional assim o recomendava, assim como realizadas, por solicitação de várias entidades, diversas demonstrações no âmbito da detecção de droga.

Refira-se, igualmente, o constante patrulhamento da costa nacional, com lanchas rápidas da Brigada Fiscal, e a permanente vigilância da mesma, que tem por objectivo detectar e eliminar os corredores de entrada da droga em Portugal e, consequentemente, na Europa. Com este incessante conjunto de acções, a maior parte das quais de carácter preventivo, a Guarda tem acautelado para que milhares de quilos de droga não entrem em Território Nacional, contribuindo, assim, para segurança das populações.

Outros factos, eventualmente, considerados como relevantes

A GNR, enquanto Força de Segurança implementada na maior parte do Território Nacional e muito próxima das populações, continua a dar grande importância a investigação criminal, designadamente à sua componente preventiva e ao combate ao tráfico, entendimento que tem vindo a ser assumido como um dos grandes objectivos estratégicos traçados por esta Instituição.

No que especificamente respeita à Brigada Fiscal, esta Unidade, tirando partido dos seus recursos, tem sido a estrutura que mais apreensões tem realizado, muito em parte graças aos meios marítimos que possui -12 lanchas rápidas – e ao Sistema de Radar de Vigilância de Costa, meios que, quando combinados com os patrulhamentos ao longo da costa, muito tem constituído um verdadeiro obstáculo aos corredores de tráfico de droga internacional que utilizam o Território Nacional como "porta" de entrada na Europa.

A GNR, neste domínio, tem procurado desenvolver uma actuação particularmente relevante ao subscrever os princípios consignados na Estratégia Nacional da Luta contra a Droga e no Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências – Horizonte 2008 – dedicando continuado esforço ao plano da prevenção primária numa óptica de transversalidade e actuação em parceria.

Encargos financeiros

Torna-se difícil estabelecer um valor, quanto aos gastos realizados no combate e prevenção da droga, pois são inúmeras as actividades desenvolvidas no combate ao crime, onde muitas vezes a droga se encontra subjacente, desde o simples patrulhamento, até às mais complicadas investigações. No entanto, estima-se que os encargos financeiros, directa ou indirectamente, empregues no combate a este crime, ascendam a 4.400.000 € (Quatro Milhões e Quatrocentos mil Euros) em 2006, sendo a previsão para 2007 de 4.600.000 € (Quatro Milhões e Seiscentos Mil Euros).

Polícia de Segurança Pública

Em 2006, a PSP continuou a desencadear acções de prevenção ao consumo de estupefacientes.

No âmbito do combate ao **tráfico** de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, a PSP continua incrementar acções de combate ao pequeno/médio tráfico, conforme as competências legais que lhe estão atribuídas.

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

A ASAE, no que diz respeito ao controlo do comércio de precursores de droga, partilha competências com a Direcção Geral da Empresa (DGE) com a Direcção Geral das Alfândegas e Impostos sobre o Consumo (DGAIEC), Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, I. P. (INFARMED, I. P.) e a Polícia Judiciária (PJ).

Cumpra à ASAE a competência de fiscalização (em conformidade com o Art.º 12º do Decreto-Lei n.º 15/93 de 22 de Janeiro e do Artigo 59º e do Artigo 64º do Decreto Regulamentar n.º 61/94 de 12 de Outubro) referente às tabelas V e VI e às actividades autorizadas de comércio, grosso, distribuição, aquisição, venda, transporte, entrega e detenção, sendo que a competência de fiscalização da importação, exportação e trânsito das citadas tabelas cabe à DGAIEC.

No que se refere às actividades desenvolvidas pela ASAE em 2006, no âmbito da competência sobre o controlo de comércio de precursores de droga, estas incidiram essencialmente na elaboração de trabalhos para acções de formação, nomeadamente: apresentação de um trabalho, inserido no curso de reciclagem para inspectores da ASAE (formação interna), em Idanha-a-Nova, 2 de Novembro, com o tema “Precursores de droga”;

Apresentação de um trabalho no curso “Tráfico de Precursores”, ministrado pela PJ, em Barro-Loures, a 28 de Novembro, com o tema “Competências e funções da ASAE no âmbito dos Precursores de droga”.

Em 2006 não foram desenvolvidas acções de inspecção no âmbito do controlo do comércio de precursores de droga, não tendo sido recebidas denúncias ou queixas sobre esta matéria, além de que foi desenvolvido um esforço de formação dos inspectores da ASAE sobre esta área de actuação.

Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

O controlo da fronteira externa da Comunidade, concretamente o controlo de meios de transporte, de mercadorias, de bagagens e revisão pessoal, é uma das principais actividades desenvolvidas pela DGAIEC, combatendo dessa forma os diversos tráficos ilícitos de entre os quais o tráfico de drogas.

No âmbito da redução da oferta, e no sentido de contribuir para *aumentar e desenvolver a cooperação entre os Estados-Membros, EUROPOL, Eurojust, países terceiros e organizações internacionais contra a produção e tráfico organizado de droga a nível internacional* [obj. operacional 80], foram desenvolvidas 8 Projectos/Acções Conjuntas envolvendo 32 países.

Inserido ainda dentro do objectivo referido, foi criado um Sistema de Declarações Sumárias que entrou em funcionamento em uma Alfândega Piloto. Foi também desenvolvido o Sistema de processamento de Declarações Aduaneiras de Exportação e o Sistema de Seleção Automática, com vista à sua implementação em todo o país no início de 2007.

No sentido de *reduzir a produção e oferta de drogas sintéticas* [obj.operacional 82] foi realizado um exercício de recolha de informação com a finalidade de prevenir e combater a produção e tráfico de drogas sintéticas.

Quanto ao desenvolvimento de novos métodos e melhores práticas de combate aos crimes associados à droga e prevenir o desvio de precursores efectuado com a ajuda das tecnologias de informação [obj. operacional 87], foi criada em 19 de Janeiro de 2006, a USCAN, que é uma Equipa exclusivamente dedicada para trabalhar com o *scanner* de contentores, estando sediada no Porto de Lisboa. Foi efectuada a 27 de Outubro uma apreensão de 175,3 Kg de Cocaína dissimulada num contentor de portas de madeira.

Autoridade Marítima

À Marinha compete, através do Sistema de Autoridade Marítima (SAM), fazer cumprir a autoridade do Estado nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional. A Autoridade Marítima Nacional (AMN) é a estrutura superior de administração e coordenação dos órgãos e serviços que, integrados na Marinha, possuem competências ou desenvolvem acções enquadradas no âmbito do SAM.

Por Sistema de Autoridade Marítima entende-se o quadro institucional formado pelas entidades, órgãos ou serviços de nível central, regional ou local que, com funções de coordenação, executivas, consultivas ou policiais exercem poderes de autoridade marítima, nos termos do Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de Março.

A Direcção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) integra a estrutura da AMN como seu órgão central.

Por seu lado a Polícia Marítima, abreviadamente designada por PM, integra a estrutura operacional da AMN e constitui-se como força policial, armada e uniformizada, dotada de competência especializada nas áreas e matérias legalmente atribuídas ao SAM. Composta por militares e agentes militarizados da Marinha, compete-lhe, nos termos do respectivo Estatuto Profissional – DL 248/95, de 21 de Setembro, sem prejuízo de competências específicas atribuídas a outras entidades, e em colaboração com as demais forças policiais e de segurança, garantir a segurança e os direitos dos cidadãos, executando ainda acções de fiscalização, vigilância e investigação, estas de âmbito judicial e sob direcção do Ministério Público, bem como a execução de mandados e ordens judiciais, designadamente em matéria de apreensões, arrestos e medidas cautelares de polícia.

O pessoal da PM é considerado órgão de polícia criminal (OPC) para efeitos de aplicação da legislação processual penal, sendo os seus inspectores, sub-inspectores e chefes considerados, no âmbito das suas competências, autoridades de polícia criminal.

No âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas a Autoridade Marítima, através da Polícia Marítima como sua estrutura operacional, com efectivos distribuídos ao longo da faixa litoral costeira do território continental e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, pelos seus 28 comandos locais, tem vindo a desenvolver actividades de vigilância, preventivas e repressivas, de que tem resultado a apreensão de quantidades significativas de droga, contribuindo de forma apreciável para a redução da oferta.

Através das lanchas de fiscalização atribuídas à PM, e com o reforço, nos últimos anos, de embarcações de alta velocidade (EAV), apreendidas aos traficantes em acções concretas de combate ao narcotráfico, a PM dispõe agora de meios que lhe permitem constituir-se como um obstáculo a ter em conta face à utilização de rotas marítimas, nomeadamente as que visam atingir a faixa costeira a sul de Portugal.

Assim, no decurso do ano de 2006, utilizando aqueles meios marítimos e outros terrestres, a AM, em todo o espaço sob a sua jurisdição e através da PM executou 47 977 acções de vigilância/fiscalização, 32 das quais especificamente dirigidas ao combate ao narcotráfico, sendo que as restantes, ainda que num âmbito rotineiro, no espaço marítimo e terrestre, contribuíram, muito provavelmente, de forma decisiva para o desencorajamento da prática de actos criminosos relacionados com o tráfico e consequente consumo de estupefacientes.

Nesta matéria, releva-se a cooperação institucional com outras Forças e Serviços de Segurança, nacionais e também da vizinha Espanha, nomeadamente na fronteira Sul de Portugal, salientando-se, no âmbito do Protocolo estabelecido entre a Direcção-Geral da Autoridade Marítima e a Polícia Judiciária – DCITE, a colaboração privilegiada com este OPC, da qual e fruto de acções conjuntas resultaram algumas apreensões.

Encargos Financeiros

Em resultado da utilização intensiva dos respectivos meios humanos e materiais, com acrescidos consumos em termos de combustíveis e outros consumíveis, a AM, no decurso do ano de 2006, suportou encargos financeiros estimados em cerca de €200 000.

Para o ano de 2007, face a previsibilidade da costa portuguesa se tornar alvo mais apetecível para os narcotraficantes, fruto de sistemas de controlo mais apertados no sul de Espanha, bem como o necessário aumento de meios a atribuir à PM e a sua consequente utilização, nomeadamente na costa sul de Portugal, são de prever encargos acrescidos relativamente ao ano transacto.



Dotação Orçamental

Dotação orçamental do IDT, I.P. em 2006

Em 2006, a dotação orçamental do IDT, I.P. foi de 53.655.809 € tendo sido concedido ao IDT, I.P. um reforço orçamental no valor de 4.730.000 €. A receita afecta ao PIDDAC teve um acréscimo de 3.583.745 € relativamente a 2005.

A dotação orçamental do IDT, I.P. em 2006 consta do quadro seguinte:

Quadro 151 -Dotação Orçamental do IDT, I.P.

Receita Total	72.233.645 €
Origem – Orçamento de Estado	58.385.809 €
Origem – Receitas Próprias	13.847.836 €
Investimento ¹	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Toxicodependências <i>Alargamento da Rede Pública de Tratamento de Toxicodependentes</i> Participação Nacional Participação comunitária 	1.098.267 € 3.474.906 €

Fonte: IDT, I. P.

¹ PIDDAC

ÍNDICE DE QUADROS – Parte B

Parte B – Respostas e Intervenções	141
Áreas de Missão	195
Redução da Procura	
Prevenção	197
Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular	206
Quadro 115 Considerações gerais de funcionamento a nível da prevenção do uso de substâncias psico-activas	208
Policia de Segurança Pública.....	210
Quadro 116 População escolar por estabelecimento de ensino.....	210
Quadro 117 Recursos humanos e materiais do Programa Escola Segura.....	211
Quadro 118 Acções de sensibilização/formação/demonstrações/exercícios de prevenção desenvolvidas em colaboração com as escolas e Autarquias	212
Quadro 119 Ocorrências 2006/2007 (Áreas Escolares)	214
Dissuasão da Toxicodependência	219
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.....	221
Quadro 120 Situação Face ao Consumo dos Indiciados Sem Registo Prévio	223
Quadro 121 Suspensão Provisória de Processo de Indiciados Toxicodependentes – tratamento voluntário	223
Quadro 122 Suspensão Provisória de Processo de Indiciados Não Toxicodependentes – tipo de resposta.....	223
Quadro 123 Suspensão Provisória de Processo de Indiciados Não Toxicodependentes – encaminhamento sem diligências de motivação	224
Quadro 124 Suspensão Provisória de Processo de Indiciados Não Toxicodependentes – diligências de motivação e encaminhamento	224
Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar	225
Quadro 125 Despesas por eixos de Intervenção.....	228
Quadro 126 Evolução do investimento no PPCDAFA, entre 2001 e 2006.....	228
Redução de Riscos e Minimização de Danos	231
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.....	234
Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA	237
Quadro 127 Seringas recolhidas no âmbito do programa “Diz Não a Uma Seringa em Segunda Mão” (Por Ano)	239
Quadro 128 Seringas recolhidas no âmbito do programa “Diz Não a Uma Seringa em Segunda Mão” (Por Distrito e Região Autónoma)	239
Direcção Geral dos Serviços Prisionais.....	242
Quadro 129 Número de reclusos positivos para: VIH, Hepatite B e Hepatite C em 31-12-2006.....	242
Tratamento	245
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.....	248
Quadro 130 Tempos de espera.....	249
Quadro 131 Unidades de Desabilitação Públicas (2006)	251
Quadro 132 Unidades de Desabilitação com Convenção (2006)	251
Quadro 133 Comunidades Terapêuticas Públicas (2006)	251
Quadro 134 Comunidades Terapêuticas com Convenção (2006).....	252
Quadro 135 Centros de Dia Públicos (2006)	252
Quadro 136 Centros de Dia com Convenção (2006).....	252
Quadro 137 Utentes com Administração Viglada.....	253
Direcção Geral dos Serviços Prisionais	254
Quadro 138 Unidades Livres de droga	255
Quadro 139 Casa de Saída.....	255
Quadro 140 Prevenção da Recaída.....	255
Quadro 141 Programas Farmacológicos	255
Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar	256
Quadro 142 Consultas em ambulatório	256

Reinserção	259
Instituto de Segurança Social, I. P.	265
Quadro 143 Apoios Económicos.....	270
Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.	273
Quadro 144 Nº de Pessoas Abrangidas por Agência Regional.....	276
Quadro 145 Nº de Pessoas Abrangidas em programas de Âmbito Geral por Delegação Regional.....	276
Quadro 146 Mediadores por Agências Regionais.....	276
Quadro 147 Apoios ao Emprego e Auto Emprego por Regiões.....	276
Quadro 148 Empresas envolvidas por Regiões.....	277
Quadro 149 Formação Profissional por Regiões.....	277
Quadro 150 Execução Financeira.....	277
Dotação Orçamental do IDT, I. P.	293
Quadro 151 Dotação Orçamental do IDT, I.P.....	293

ÍNDICE DE FIGURAS – Parte B

Parte B – Respostas e Intervenções	141
Programa Operacional de Respostas Integradas, PORI	143
Figura 55 Esquema síntese do Quadro de Orientação Estratégica do PORI	143
Figura 56 Esquema Operacional do PORI	144
Áreas de Missão	195
Redução da Procura	
Prevenção	197
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	201
Figura 57 Candidaturas por categorias	201
Figura 58 Encaminhamentos	205
Policia de Segurança Pública.....	210
Figura 59 Ano Lectivo: Valores Absolutos.....	213
Dissuasão da Toxicodependência	219
Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.....	225
Figura 60 Positividade (%) no rastreio toxicológico, entre 2001 e 2006, por regimes de prestação de serviço	227
Figura 61 Representação gráfica da evolução do investimento no PPCDAFA, entre 2001 e 2006.....	229
Redução de Riscos e Minimização de Danos	231
Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA	237
Figura 62 Evolução do número de troca de seringas por local de troca	238
Figura 63 Seringas recolhidas no âmbito do programa “Diz Não a Uma Seringa em Segunda Mão”, por Distrito e RA (taxas por 1000 habitantes)....	239
Figura 64 Seringas recolhidas no âmbito do programa “Diz Não a Uma Seringa em Segunda Mão”, por Distrito e RA (taxas por 1000 habitantes na faixa etária 15-44 anos)	239
Tratamento	245
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	248
Figura 65 Utentes em Programas de Tratamento com Metadona, conforme o local de toma (31 de Dezembro de 2006)	250
Reinserção	259
Instituto de Segurança Social, I. P.	265
Figura 66 Procedimentos	267
Figura 67 Nº de atendimentos por Tipologia de Família e por Distrito.....	268
Figura 68 Tipologia dos apoios.....	269
Figura 69 Montantes por tipologia	270
Figura 70 Prestações sociais.....	271
Figura 71 Situação no Tratamento.....	271
Figura 72 Programas de Inserção	271



Fontes • Sinais Convencionais

Lista de Siglas e Abreviaturas • Definição de Termos



FONTES

- Os dados respeitantes aos **utentes em tratamento da toxicodependência** são provenientes das **Delegações Regionais do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.**, das **Estruturas Licenciadas** e da **Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP)** e fornecidos ao Núcleo de Estatística do IDT, I. P., para análise.
- Os dados sobre as **notificações do VIH** são provenientes do **Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.** (INSA, I. P.) / **Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (CVEDT)** e fornecidos em suporte papel ao IDT, I. P..
- Os dados sobre o programa **“Diz não a uma seringa em segunda mão”** são provenientes da **Associação Nacional de Farmácias (ANF)** / **Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA (CNLCS)** e fornecidos em suporte papel ao IDT, I. P..
- Os dados respeitantes às **mortes** são provenientes das **Delegações de Coimbra, Lisboa e Porto do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.** (INML, I. P.) e fornecidos em suporte papel ao IDT, I. P..
- Os dados relativos a **processos de contra-ordenação por consumo de drogas**, são provenientes do **Gabinete de Apoio à Dissuasão do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.** (GAD/IDT, I. P.) e fornecidos anualmente ao Núcleo de Estatística do IDT, I. P. em suporte informático, para análise.
- Os dados respeitantes às **apreensões policiais** ao abrigo da Lei da Droga, são provenientes da **Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes da Polícia Judiciária (DCITE/PJ)** e fornecidos anualmente ao IDT, I. P. em suporte informático, para análise.
- Os dados relativos às **decisões judiciais** ao abrigo da Lei da Droga são extraídos de cópia das decisões enviadas pelos **Tribunais** ao IDT, I. P., para análise.
- Os dados referentes a **reclusos condenados** são provenientes da **Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP)** e fornecidos em suporte papel ao IDT, I. P..
- Autoridade Marítima – Ministério da Defesa Nacional
- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica – Ministério da Economia e da Inovação
- Guarda Nacional Republicana – Ministério da Administração Interna
- Coordenação Nacional para a Infecção VIH/sida – Alto Comissariado da Saúde
- Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo – Ministério das Finanças e da Administração Pública

- Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Direcção Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular – Ministério da Educação
- Gabinete de Relações Internacionais – Ministério da Justiça
- Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar – Ministério da Defesa Nacional
- Direcção Geral de Reinserção Social – Ministério da Justiça
- Direcção Geral dos Serviços Prisionais – Ministério da Justiça
- Instituto de Segurança Social, I. P. – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
- Instituto do Desporto de Portugal, I. P. – Presidência do Conselho de Ministros
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
- Instituto Português da Juventude, I.P. – Presidência do Conselho de Ministros
- Polícia de Segurança Pública – Ministério da Administração Interna
- Polícia Judiciária – Ministério da Justiça

SINAIS CONVENCIONAIS

..	Resultado nulo
–	Dados não disponíveis
•	Total não correspondente à soma das parcelas indicadas
Desc.	Desconhecido
Estr.	Estrangeiro
F	Sexo feminino
M	Sexo masculino
MF	Sexos masculino e feminino
Nac.	Nacional
Traf.-Cons.	Traficante – Consumidor

LISTA DE SIGLAS

AA	• Alcoólicos Anónimos
AM	• Autoridade Marítima
ANEBE	• Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas
ANF	• Associação Nacional de Farmácias
ASAE	• Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica
CA	• Conselho de Administração
CAT	• Centros de Atendimento a Toxicodependentes
CDSSS	• Comissão Distrital de Solidariedade e Segurança Social
CD	• Conselho Directivo
CDT	• Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência
CGTP	• Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
CML	• Câmara Municipal de Lisboa
CNCDT	• Conselho Nacional do Combate à Droga e à Toxicodependência
CNJ	• Conselho Nacional da Juventude
CNsida/ACS	• Comissão Nacional para a Infecção VIH / sida – Alto Comissariado da Saúde
COPADT	• Curso de Operadores de Prevenção e Alcoolismo, Droga e Toxicodependência
CPLP	• Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CT	• Comunidade Terapêutica
CTCICDT	• Comissão Técnica do Conselho Interministerial do Combate à Droga e à Toxicodependência
CVEDT	• Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis
DCITE	• Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes
DGAC	• Direcção Geral dos Assuntos Comunitários
DGAE	• Direcção Geral dos Assuntos Europeus
DGAIEC	• Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
DGAM	• Direcção Geral dos Assuntos Multilaterais
DGE	• Direcção Geral da Empresa
DGES	• Direcção Geral do Ensino Superior
DGIDC	• Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular
DGPRM	• Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DGS	• Direcção Geral de Saúde
DGSP	• Direcção Geral dos Serviços Prisionais
DMFRI	• Departamento de Monitorização, Formação e Relações Internacionais
DP	• Departamento de Prevenção

DPSC	• Departamento de Protecção Social de Cidadania
DR	• Delegação Regional
ECATD	• Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Drogas
ENLCD	• Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga
EP	• Estabelecimento Prisional
ESPAD	• <i>European School Project on Alcohol and other Drugs</i>
ESSM	• Escola do Serviço de Saúde Militar
EURÍDICE	• <i>European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment</i>
EUROJUS	• <i>European Institute for Legal Studies</i>
EUROPOL	• <i>European Law Enforcement Organisation</i>
FA	• Forças Armadas
GAD	• Gabinete de Apoio à Dissuasão
GASSJ	• Gabinetes de Apoio à Saúde e Sexualidade Juvenil
GCPCTFA	• Grupo Coordenador do Programa para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo das Forças Armadas
GNR	• Guarda Nacional Republicana
GRI	• Gabinete de Relações Internacionais
GRIEC	• Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação
GTES	• Grupo de Trabalho de Educação para a Saúde
HONLEA	• <i>Organization of the Eighteenth Meeting of Heads of National Drug Law Enforcement Agencies</i>
IAC	• Instituto de Apoio à Criança
IDP, I. P.	• Instituto de Desporto de Portugal, I. P.
IDT, I. P.	• Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.
IEFP, I. P.	• Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.
IMIM	• <i>Institut Municipal de Investigación Médica</i>
INE, I. P.	• Instituto Nacional de Estatística, I. P.
INFARMED, I. P.	• Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, I. P.
INME	• Inquérito Nacional em Meio Escolar
INML, I. P.	• Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.
INSA, I. P.	• Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.
INTERPOL	• <i>International Criminal Police Organization</i>
IPJ, I. P.	• Instituto Português da Juventude, I. P.
IRS	• Instituto de Reinserção Social
ISS, I. P.	• Instituto de Segurança Social, Instituto Público, I. P.
JAI	• Justiça e Assuntos Internos
KLOTHO	• Projecto de Identificação Precoce da Infecção VIH e Prevenção Direcção a Utilizadores de Drogas

LAFTM	• Laboratório de Análise Fármaco-Toxicológicas da Marinha
LSD	• Dietil Amida do Ácido Lisérgico
MDA	• Metilenodioxianfetamina
MDMA	• Metilenodioximetanfetamina
ME	• Ministério da Educação
MEC	• Materiais Eventos e Campanhas
MS	• Ministério da Saúde
NA	• Narcóticos Anónimos
NAC	• Núcleos de Apoio ao Comando
NAI	• Núcleo de Atendimento e Informação
NAT	• Núcleo de Atendimento a Toxicodependentes
NCCDP	• <i>National Collaborating Centre for Drug Prevention</i>
NE	• Núcleo de Estatística
NES	• Núcleo “Escola Segura”
NIC	• Núcleo de Investigação Criminal
NICD	• Núcleo de Investigação de Crimes de Droga
NIPD	• Núcleo de Informação, Publicações e Documentação
OEDT	• Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OICE	• Órgão Internacional para o Controlo de Estupefacientes
OMA	• Organização Mundial das Alfândegas
OMS	• Organização Mundial de Saúde
ONU	• Organização das Nações Unidas
OPC	• Órgão de Polícia Criminal
PA	• Portador Assintomático
PALOP	• Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIF	• Programa de Intervenção Focalizada
PJ	• Polícia Judiciária
PM	• Polícia Marítima
PNAI	• Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PORI	• Plano Operacional de Respostas Integradas
PPCDAFA	• Programa Para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas
PRI	• Programa de Respostas Integradas
PSP	• Polícia de Segurança Pública
PTAO	• Programa Terapêutico com Agonistas Opiáceos
PVE	• Programa Vida-Emprego
RA	• Região Autónoma

RAR	<ul style="list-style-type: none">• <i>Rapid Assessment Response</i>
RAVE	<ul style="list-style-type: none">• Regime Aberto Voltado para o Exterior
REITOX	<ul style="list-style-type: none">• Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências
RRMD	<ul style="list-style-type: none">• Redução de Riscos e Minimização de Danos
SABER	<ul style="list-style-type: none">• Serviço de Enquadramento Biopsicossocial (Região do Algarve)
SEF	<ul style="list-style-type: none">• Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
SEXA	<ul style="list-style-type: none">• Sua Excelência
SIIC	<ul style="list-style-type: none">• Sistema Integrado de Informação Criminal
SIDA	<ul style="list-style-type: none">• Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIED	<ul style="list-style-type: none">• Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIM	<ul style="list-style-type: none">• Sistema de Informação Multidisciplinar
SIS	<ul style="list-style-type: none">• Serviço de Informações de Segurança
SNIDT	<ul style="list-style-type: none">• Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências
UD	<ul style="list-style-type: none">• Unidade de Desabilitação
UDI	<ul style="list-style-type: none">• Utilizadores de Drogas Injectadas
UE	<ul style="list-style-type: none">• União Europeia
ULD	<ul style="list-style-type: none">• Unidade Livre de Droga
USCAN	<ul style="list-style-type: none">• Núcleo da Unidade Scanner
UTITA	<ul style="list-style-type: none">• Unidades de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo
VIH	<ul style="list-style-type: none">• Vírus da Imunodeficiência Humana

DEFINIÇÃO DE TERMOS

Por **apreensão** entende-se a acção que é levada a cabo por órgãos com responsabilidades na prevenção e investigação criminal das actividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com excepção nas posteriormente tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11, em que é detectada qualquer das substâncias compreendidas nas Tabelas anexas a este DL.

Por **caso sintomático não-SIDA**, entende-se a notificação do caso diagnosticado com a infecção do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH), incluído no Grupo III (Linfoadenopatia Persistente Generalizada) e Grupo IV (IVa, IVc2, IVe) da classificação dos Centers for Disease Control, para fins de vigilância epidemiológica.

Por **caso de SIDA** entende-se a notificação do caso diagnosticado com a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), obedecendo aos critérios da Organização Mundial de Saúde/Centers for Disease Control.

Por **circunstância agravante** entende-se o facto referente ao arguido, que é ponderado de forma penalizante na determinação da medida da pena a aplicar.

Por **circunstância atenuante** entende-se o facto referente ao arguido, que é ponderado de forma desculpabilizante na determinação da medida da pena a aplicar.

Por **cúmulo jurídico** entende-se a pena única aplicada pelo Tribunal como penalização conjunta por dois ou mais crimes praticados.

Por **indivíduo acusado** entende-se o indivíduo constante nos processos “findos” e levado a Tribunal por actividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com excepção nas posteriormente tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **indivíduo condenado** entende-se o indivíduo constante nos processos “findos”, julgado e com pena condenatória, por actividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com excepção nas posteriormente tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **polidrogas** entendem-se as ocorrências de posse de mais do que um tipo de droga.

Por **portador assintomático**, entende-se o caso diagnosticado com a infecção do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e num estadio da infecção em que ainda não apresenta sintomas.

Por **presumível infractor** entende-se o indivíduo que foi identificado ou detido por elementos das forças policiais por actividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com excepção das tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **prevalência de consumo** entende-se taxa de consumo que informa de toda e qualquer experiência de consumo em determinado período, independentemente do modo, quantidade e frequência dos consumos.

Por **processo “findo”** entende-se o processo objecto de uma decisão judicial, em que já não é possível haver recurso.

Por **processo de contra-ordenação** entende-se o processo instaurado pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, a um indivíduo identificado como consumidor pelas autoridades competentes, ao abrigo da Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **quantidade significativa** entende-se no caso da heroína e cocaína as quantidades superiores a 100g e no caso da cannabis as superiores a 1000g, de acordo com os critérios utilizados pela Organização das Nações Unidas. No caso do ecstasy e de acordo com o critério utilizado pela Polícia Judiciária, foram consideradas como mais significativas, as apreensões envolvendo quantidades superiores a 50 comprimidos.

Por **sanção** entende-se a decisão punitiva (pecuniária e/ou não pecuniária) proferida pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, no âmbito das contra-ordenações por consumo de drogas.

Por **sentença** entende-se a decisão final do Tribunal relativa a um indivíduo envolvido num processo crime.

Por **tipo de droga** entende-se todas as unidades/modalidades de uma mesma droga.

Por **utente em primeira consulta** entende-se o utente que tem pela primeira vez um acto terapêutico nas estruturas da rede pública de tratamento da toxicodependência, e para o qual é preenchido um processo individual de utente.

Por **utente em tratamento no ano**, entende-se o utente que recorreu às unidades de consulta na rede pública, pelo menos uma vez no ano.

